

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉ MAREGA PINHEL

**NEGRITUDE E MISCIGENAÇÃO NOS CONCURSOS DE BELEZA AFRO DE
CAMPO LARGO – PARANÁ**

CURITIBA

2012

ANDRÉ MAREGA PINHEL

**NEGRITUDE E MISCIGENAÇÃO NOS CONCURSOS DE BELEZA AFRO DE
CAMPO LARGO – PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Antropologia
Social, no Curso de Pós- Graduação em
Antropologia Social, Setor de Ciências Humanas,
Letras e Arte, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Marcos Silva da Silveira

CURITIBA

2012

*Aos participantes do Concurso de Beleza Afro
de Campo Largo, meninas e meninos que
ousaram ser belas(os) e politizados a sua
maneira.*

RESUMO

A presente pesquisa discute as condições de estabelecimento, permanência e consolidação de um grupo de militantes negros no cenário cultural e político da cidade de Campo Largo, estado do Paraná. O trabalho de campo se desenvolveu entre os militantes da C.A.B (Comunidade Afro Brasileira), uma associação que promove, desde 2008, diversos eventos culturais na cidade, abordando a temática da inclusão étnico racial. Entre diversas atividades, a C.A.B acabou por sistematizar a organização de um Concurso de Beleza Afro no município, um evento que se consagrou no cenário cultural da cidade, atraindo um público constante. Servindo-se de diversas perspectivas analíticas, como a análise demográfica e sócio histórica da região, mas principalmente, a perspectiva etnográfica de pesquisa, esta dissertação trata dos desafios encontrados na organização destes eventos. Os resultados de pesquisa demonstram que, apesar de inexistir no município algum tipo de ação correlata anterior a ação dos militantes, a consagração dos eventos na cidade é mediada pela ocupação dos eventos por parte de uma população de cor local, mobilizada a partir do horizonte da miscigenação e da proximidade de símbolos consagrados pela cultura nacional.

Palavras chave: Miscigenação, Política Cultural, Militância Negra

ABSTRACT

This research discusses the conditions of establishment, permanence and consolidation of a group of black militants in the cultural and political scene in the city of Campo Largo, southern state of Paraná. The fieldwork took place between the militants of C.A.B (Community Afro Brazilian), an association that promotes, since 2008, various cultural events in the city, addressing the issue of racial ethnic inclusion. Among various activities, the militants had systematize the organization of an Afro Beauty Contest in the city, an event that was consecrated in the cultural scene, attracting a steady audience. Served by variety of analytical perspectives, such as demographic and socio historical analysis of the region, but especially, the ethnographic perspective of research, this dissertation addresses the challenges faced in the organization of these events. The results of this research show that, despite of the unprecedented of the proposal in the city, the consecration of such events seemed to be mediated by the occupation of the contest, therefore a local colored population mobilized from the horizon of miscegenation, grouped thru the cult of recognized symbols of the national culture.

Key Words: Miscigenation, Cultural Politics, Black Militancy

RÉSUMÉ

Cette recherche examine les conditions d'établissement, permanence et consolidation d'un groupe de militants noirs dans la scène culturelle et politique à ville de Campo Largo, située à l'État du Paraná. Le travail de terrain a eu lieu entre les militants de CAB (Communauté Afro Brésilienne), une association qui promeut, depuis 2008, diverses manifestations culturelles en la ville, abordant la question de l'inclusion ethnique raciale. Parmi les différentes activités, les militants avaient systématiser l'organisation d'un concours de beauté afro dans la ville, un événement qui a été consacré à la scène culturelle, attirant un public régulier. Servi par une variété de perspectives analytiques, telles que l'analyse démographique historique et sociologique de la région, mais surtout, la perspective ethnographique, cette dissertation traite aborde les difficultés rencontrées dans l'organisation de ces événements. Les résultats des recherches montrent que, malgré le cratère sans précédent de la proposition en la ville, la consécration des événements semble être médiée par l'occupation du concours par une population de couleur locale, mobilisé à l'horizon de métissage, regroupées à travers le culte de reconnu symboles de la culture nationale.

Mots clés: Miscigenation, Politiques Culturelles, Militantisme Noir

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da população preta do Paraná. O degrade do amarelo para o vermelho indica as áreas com maior incidência da população autodeclarada preta. As marcações indicam a área em que a pesquisa se concentrou. Fonte: IBGE	30
Figura 2 - Mapa da população parda do Paraná. O degrade do amarelo para o vermelho indica as áreas com maior incidência da população auto declarada Parda. As marcações indicam a área em que a pesquisa se concentrou. Fonte: IBGE	31
Figura 3 - Mapa da distribuição da população preta de Campo Largo.....	35
Figura 4 - Mapa da distribuição da população parda de Campo Largo.	36
Figura 5 - Mapa da distribuição da população branca de Campo Largo.....	37
Figura 6 - Gerson no 3º Concurso de Beleza Afro, em 2010	56
Figura 7 - Jéssica, momentos antes de transferir sua faixa à vencedora da categoria infanto-juvenil do ano de 2010.	57
Figura 8 - Candidatas ao primeiro Concurso de Beleza Afro.....	91
Figura 9 - Andréa ensinando a maneira apropriada de cumprimentar a plateia e os juízes..	93
Figura 10 - Vencedora do concurso de Miss Beleza Afro de 2008, categoria adulta.....	95
Figura 11 - Foto pública disponível no site da câmara dos vereadores de Quatro Barras. http://www.camaraquatrobarras.pr.gov.br/img_vereadores/roberto.jpg	126
Figura 12 – Priscila Souza no terceiro Concurso de Beleza Afro em Campo Largo.....	130
Figura 13 - Jonathan recebendo o título de mister beleza afro no terceiro concurso de beleza	131
Figura 14 - Processo de inscrição de novos candidatos no terceiro Concurso de Beleza Afro em Campo Largo.....	139
Figura 15 - Da esquerda para a direita constam as três primeiras colocadas do terceiro Concurso de Beleza Afro em Campo Largo	140
Figura 16 - Composição do júri no terceiro Concurso de Beleza Afro de Campo Largo	142
Figura 17 - Mesa do primeiro Concurso de Beleza Afro em Quatro Barras. Da esquerda para a direita: Valdeci, José Lemos (Deputado Estadual), Loreno Tolardo (Prefeito do Município), Hermes dos santos Paula (Vereador), Maria Rodrigues (Secretária de educação), Alexandre Cesar e Rita de Cássia.....	145
Figura 18 - Alexandre entregando a medalha Zumbi dos Palmares ao mestre de cerimonia da Câmara dos Deputados. A esquerda, Ruben Taibo e a direita Elisabeth Boegle.....	149
Figura 19 - Ganhadores do primeiro Concurso de Beleza Afro em quatro barras. Da esquerda a direita as primeiras colocadas da categoria adulto. Ao centro, o único menino participante do concurso, consagrado mister beleza afro. À direita as três primeiras colocadas na categoria infantil.	151
Figura 20 - Jéssica juntamente com as meninas participantes 3º Concurso de Beleza Afro em uma roda de Hip Hop. A esquerda, Ruben Taibo e ao centro Elisabeth Boegle.	159
Figura 21 - Jéssica em 2008, identificada com o numero 29.....	159
Figura 22 - Plateia do 4º Concurso de Beleza Afro, em 2011.....	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da população de Campo Largo em relação à ocupação do espaço Urbano/Rural.....	33
Tabela 2 - Distribuição da população de Campo Largo em relação à declaração racial e a ocupação do espaço Urbano/Rural.....	33
Tabela 3 - Relação entre declaração racial e renda média.....	38
Tabela 4 - Relações entre renda média e declaração racial (Brasil).....	39
Tabela 5 - Relação da distribuição racial na elite econômica da cidade de Campo Largo....	39
Tabela 6 - Relação de alunos que entregaram o termo de responsabilidade antecipadamente.....	Erro! Indicador não definido.
Tabela 7 - Quantidade de alunos por colégio participante.....	Erro! Indicador não definido.
Tabela 8 - Distribuição da população da cidade de Quatro Barras em função da declaração racial.....	121

LISTA DE SIGLAS

C.A.B – Comunidade Afro Brasileira

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SEED – Secretaria do Estado da Educação (Paraná)

SIG - Sistema de informação geográfica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. Campo Largo sobre diversas perspectivas: o descobrimento da população afro-brasileira a partir da divulgação do Concurso de Beleza Afro.	23
Introdução.....	23
A descrição da população negra da cidade de Campo Largo a partir de dados sócio demográficos.....	28
O caso da escola Pedro II e a condição de invisibilidade dos estudantes negros	46
A importância das Leis 10.639/03 e 11.645 para o contexto educacional e para os militantes da C.A.B.....	52
O papel de outros militantes na divulgação do concurso.....	55
A criação de um mapa dos afro-brasileiros de Campo Largo a partir da divulgação do concurso.	59
Quem foi ao terceiro Concurso de Beleza Afro?	66
3. Cabelos alisados, crespos ou encaracolados: origens, transformação e consolidação do Concurso de Beleza Afro.	74
Introdução.....	74
A Casa da Cultura de Campo Largo	84
A organização do 1º Concurso de Beleza Afro de Campo Largo e a politização da negritude.....	88
Desavenças com a política municipal e a consciência de uma cultura política local.	99
O espaço autorizado da cultura afro brasileira	103
Disputas e desentendimentos na organização do segundo concurso de beleza	107
Dois concursos, duas cidades e duas perspectivas de ação política.	116
Negociação de um espaço institucional e político na cidade Quatro barras	122
Desafios encontrados na divulgação do terceiro concurso de beleza.....	129
Diferentes perspectivas de negritude e a divisão interna da C.A.B	144
4. O percurso de uma pesquisa social envolvente: como se faz um pesquisador do NEAB - UFPR.	163
Introdução.....	163
Trajetória e inserção no ambiente de pesquisa.....	168
Princípios e práticas que orientam a politização da identidade negra no NEAB	172
Entre dois compromissos de leitura: similaridades e diferenças	177

A leitura e a persistência da mestiçagem ao estilo freyriano nos discursos de Alexandre Cezar	188
5. Contraste, mediação e uma perspectiva antropológica de percepção da ação política.	193

Introdução

No conhecido Ensaio sobre o individualismo (1985) Louis Dumont propõe uma discussão a respeito do paradoxo intrínseco à adoção de políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos: até que ponto é possível reconhecer a diferença social e historicamente estabelecida para construir algum horizonte real de igualdade entre a população branca e população de cor daquele país. A expressão deste paradoxo, o slogan *Separados, mas Iguais* que informou a construção das *Affirmative Actions* americanas trazia à tona as contradições de um sistema fundado na igualdade constitucional dos cidadãos americanos e, ao mesmo tempo, na linha de cor que separava o acesso a bens socialmente reconhecidos.

Apesar de recente, a história brasileira relativa a este tipo de iniciativa política é significativa em muitos aspectos. De imediato, é possível lembrar os contornos da Constituição de 1988 que, de maneira inédita, institui a possibilidade de garantir direitos sociais por meio de termos como identidade e tradição e, desta maneira, passa a ser reconhecida internacionalmente como inovadora em muitos aspectos. A partir da década de 1990, estas demandas passariam dos textos normativos para ação de movimentos sociais e, nos anos 2000, na proposição de políticas públicas que reconheçam a diferença entre os indivíduos a fim de produzir alguma espécie de equivalência social. Uma das iniciativas mais emblemáticas – e polêmicas – deste processo seriam as leis de cotas para a população negra nas universidades públicas que, de maneira inédita, definiam novos mecanismos de seleção em um sistema consagrado no Brasil desde a década de 1970. Hoje, acumulam-se diversas ações neste sentido, principalmente nos âmbitos federais e estaduais que, impulsionados por uma legislação correlata, começam a apresentar resultados de experiências educacionais e políticas.

Esta dissertação trata de ações sociais que decorrem deste cenário político e toma corpo na cidade de Campo Largo, região metropolitana de Curitiba - capital do estado do Paraná. Com o objetivo de observar o impacto destas propostas, tenho

pesquisado desde 2008¹ as ações da Comunidade Afro Brasileira (C.A.B), um grupo de militantes negros que luta para implantar estas propostas políticas no contexto deste município.

A fundação da C.A.B data de meados de 2006, fruto de uma parceria entre Valdeci Reis, um radialista negro nativo da cidade, e Alexandre Cezar, professor de educação física natural da cidade do Rio de Janeiro - RJ. Na época, Alexandre mudava-se para a cidade com a aprovação em concurso público para a carreira de professor, e a partir desta inserção profissional, entra em contato com círculos de debate políticos locais. A iniciativa da organização de um movimento partiu de Alexandre, inconformado com a situação de invisibilidade da população *afro* da cidade. O desconforto de Alexandre se dava por *não ver* pessoas negras bem sucedidas ocupando cargos públicos de prestígio, uma realidade muito diferente da experiência de vida no Rio de Janeiro. Em Campo Largo, o racismo contra a população de cor seria explícito e intenso, relegando a esta população a marginalidade frente a grupos sociais e políticos privilegiados.

Com o decorrer da pesquisa, observei que estas diferenças eram construídas a partir de um contexto histórico muito particular, decorrente da imigração europeia na região sul do estado do Paraná. A revisão da literatura historiográfica demonstrou que a ocupação da região ocorreu principalmente durante a segunda metade do século XIX, por colonos de origem alemã, italiana e eslava (poloneses, ucranianos e russos), que chegavam em ondas intermediadas por companhias de colonização e subsidiadas por iniciativas governamentais. Diferentemente da região norte do estado, ocupada na primeira metade do século XX (principalmente por migrantes do estado de São Paulo, e também de outras regiões do Sudeste) a região sul do Paraná foi povoada por pequenos proprietários, que se estabeleceram mantendo práticas culturais e valores sociais próprios das origens europeias. No decorrer da dissertação demonstrarei como as especificidades étnicas da *Capital da Louça* (como Campo Largo ficou conhecida²) decorrem deste tipo de imigração, criando contornos culturais específicos para o tipo de ação que a C.A.B pretende implantar.

¹ Neste período, eu estava inscrito no projeto de pesquisa coordenado pelo professor Dr. Marcos Silva da Silveira, intitulado “O poder dos símbolos e os símbolos do poder” e contava com uma bolsa de pesquisa de iniciação científica tipo PIBIC/CNPQ.

² Para mais informações verificar o site da prefeitura da cidade: <http://www.campolargo.pr.gov.br/>

Cheguei a campo pela primeira vez em setembro de 2008, e encontrei uma cidade mobilizada pelo processo eleitoral daquele ano. Em um primeiro diálogo com Alexandre Cezar, tomei conhecimento de suas propostas políticas para o município: munido de um termo de compromisso emitido pela Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR) o militante imaginava a criação de uma Secretaria Municipal da Igualdade Racial, um órgão que tratasse especificamente das demandas da população *afro* de Campo Largo. Como pude levantar logo no início da pesquisa, a proposta não tinha precedentes naquele contexto político. Neste sentido, pretendo demonstrar, no decorrer do texto, como a proposta de criação da secretaria era completamente estranha (no sentido de exótica) a uma elite política local, a *cúpula*, constituída por um grupo de políticos profissionais já estabelecidos no município, com quem Alexandre se esforçava em dialogar.

No decorrer das eleições, Alexandre Cezar e Valdemir Reis se esforçariam para estabelecer relações com estes políticos, criando uma estratégia, que conforme soube, agiria por *dois lados*. Alexandre começaria as negociações com o grupo governista, que tentava a reeleição do prefeito da cidade (majoritariamente composta por políticos do PMDB e PSB) enquanto Valdemir Reis negociaria com os políticos da oposição ao governo municipal (controlado principalmente por políticos do PSDB). Pelo que pude observar durante este processo eleitoral, a disputa pela prefeitura era orientada a partir daquilo que Herédia e Palmeira (1994) entendem por *política de facções*, ou seja, dois grupos que representam dois lados opostos da sociedade local, percebidos antes por suas alcunhas do que por suas orientações ideológicas ou disputas propriamente partidárias. Enquanto as duas facções (os *estrangeiros* e o os *borboletas*) se mobilizavam para disputar a Prefeitura e a Câmara Municipal, Alexandre e Valdemir se organizavam para incluir a criação da Secretaria na pauta política da cidade.

Toda esta negociação marcou meu trabalho de conclusão de curso, quando discuti aquilo que Alexandre e Valdemir entendiam como o *processo político*, ou seja, o momento em que se negociava espaço em troca de trabalho nas campanhas e nas atividades políticas em geral. Interpretei aquilo que eles chamavam de *processo político* através do que Marcel Mauss definiu como objeto de estudo em *Ensaio sobre a Dádiva, o sistema de prestações* (2003).

Com a participação nestas atividades, Alexandre e Valdeci esperavam o reconhecimento por seu trabalho com a criação da secretaria de igualdade racial, e para tanto, a ocupação de cargos públicos na gestão municipal. Apesar de manter promessas e expectativas em relação à criação da secretaria, a possibilidade de incorporar a demanda de Alexandre Cezar e Valdeci Reis não passava de retórica eleitoral, como pude perceber no decorrer de meu envolvimento com a campanha daquele ano. O que se seguiu à vitória no pleito, alcançada pela facção governista defendida por Alexandre Cezar, foi a inexistência do reconhecimento pelos serviços prestados durante o processo eleitoral, ao menos no sentido esperado por Alexandre e Valdeci. Ao contrário, o que se observou foi uma série de interdições aos espaços onde estes cargos e recursos eram negociados, o que acabou sendo interpretado pelos militantes como um exílio do *espaço político*, o lugar social da decisão. Ao mesmo tempo em que suas demandas não eram reconhecidas como pautas políticas legítimas, a observação de uma série de eventos demonstrou que as manifestações destas demandas eram, muitas vezes, entendidas sob a insígnia da exotização e do preconceito, sem qualquer horizonte de reconhecimento desta demanda em paridade com as propostas políticas vigentes. Na conclusão de meu trabalho de final de curso, contei novamente com a contribuição de Louis Dumont para interpretar o tratamento que os militantes recebiam depois do período eleitoral:

...na realidade, o que se opõe à norma igualitária não é essa espécie de resíduo, de precipitado ou de legado geológico, são forças, fatores ou funções, que a norma igualitária nega, mas que nem por isso deixam de existir. (DUMONT, 1974, P.110).

O que se percebia era que a exotização destas demandas, e dos próprios militantes, se relacionava com aquilo que Louis Dumont entende por *resíduo* ou *precipitado* que se opõe a norma *igualitária*, no caso, o preconceito étnico racial. Todo este momento de dívida (do trabalho na eleição) e negação da retribuição (nos termos esperados, com a criação do cargo e da secretaria) acabou por reorientar a proposta de ação dos militantes, e também os rumos desta pesquisa.

Nos anos seguintes a proposta de criação da secretaria seria repensada, incorporando outros horizontes de manifestação, na medida em que os militantes

eram afastados do processo de distribuição dos cargos e dos recursos públicos. Uma destas atividades se tornou reconhecida no cenário cultural da cidade e, depois de quatro anos de realização, colocar-se-ia como o *carro chefe* da C.A.B. Trata-se do Concurso de Beleza Afro, um evento que reúne estudantes do ensino fundamental e médio da cidade, disputando o título de Miss e Mister Beleza Afro de Campo Largo. No decorrer da pesquisa de campo, a observação deste evento se colocou como minha principal inserção naquele contexto de ativismo, e acabou circunscrevendo meu objeto de pesquisa.

Depois de participar da organização de quatro edições do concurso, atuando nas mais diversas funções, desde a divulgação até o julgamento das candidatas e candidatos, posso afirmar que o concurso acabou se colocando como a principal atividade da C.A.B, reconhecida por um público significativo da cidade, e em certa medida, incorporado a um calendário cultural do município. Inserido no cenário educacional por meio da semana da consciência negra, um período determinado no calendário municipal onde se promovem atividades cívicas e educativas, o concurso de beleza acabou mobilizando uma parcela da população negra da cidade, seja como participantes do evento ou como militantes da C.A.B. Na mesma medida em que a criação da secretaria se colocava como um projeto secundário da associação, o concurso passaria a ser pensado *em si mesmo*, ou seja, relativamente autônomo da condição de máquina política com que havia sido concebido inicialmente. O que estava em curso era aquilo que os militantes chamavam de *processo cultural*, ou seja, a iniciativa de organização de um espaço legítimo de valorização da negritude por meio da veiculação de atividades culturais.

Neste sentido, o objeto da dissertação foi se transformando, da análise das condições políticas que circundavam os militantes na organização de suas demandas para perceber as condições de *estabelecimento deste processo cultural, a dizer, o que era celebrado, e em última instância premiado, no ambiente do concurso, seja no momento do evento ou no processo de divulgação e difusão do concurso*. Quero discutir este *processo cultural* tendo em vista as origens do evento, concebido em um primeiro momento como um espaço de *mostrar serviço*³ para os políticos profissionais da cidade e demonstrar a existência de um eleitorado de cor

³ Este era o termo que os militantes utilizavam para se referir à supracitada rede de prestações, o que no caso, se remetia às ações realizadas a fim de se incluir nesta rede.

no município, para se transformar como um espaço para *bater de frente* com a administração municipal, ou seja, atacar o grupo de políticos que negava a participação nos espaços de decisão.

A opção pela descrição destes eventos como um processo mais amplo, considerando suas origens e transformações, acabou por trazer desafios próprios para esta pesquisa. Como pretendo sustentar, a opção por este formato de análise e discussão questiona (ou até mesmo, desmonta) a possibilidade de construir um *presente etnográfico* nos moldes clássicos da disciplina antropológica, ou seja, de circunscrição da descrição etnográfica, de formulação de uma noção de totalidade social do grupo estudado, e, ao mesmo tempo, como espécie de relato congelado no tempo, onde se observa o “real” social a partir do observado *in loco*. Perseguindo estas perspectivas, identifico-me com a crítica elaborada por Clifford Geertz⁴ ao modelo etnográfico inaugurado pelo antropólogo inglês Bronislaw Malinowski, sustentado pela autoridade etnográfica e pelo discurso legítimo de “ter estado lá”. No caso de minha discussão, penso estar exposto a condições de pesquisa nada convencionais e, ao mesmo tempo, muito contemporâneas, já que os militantes transitam pelos mesmos espaços acadêmicos em que meus trabalhos são debatidos, e por isso mesmo, por estar em “condição de campo” permanente. Em outras palavras, construo um relato etnográfico que tem de enfrentar o desafio da proximidade espacial e da indeterminação temporal, características do texto etnográfico clássico, já que a intermitência dos diálogos entre *aqui* e *lá* sempre foi constante em toda esta pesquisa.

Se por um lado, relato a impossibilidade de construir um trajeto convencional de relativização antropológica, sustentado pela separação radical entre os símbolos culturais que informam *os nativos* e *os antropólogos*, não posso negar que existe aqui um processo de construção de alteridade a fim de manter o paradigma próprio da pesquisa antropológica, a dizer, o estudo da alteridade. Neste sentido, tento

⁴ Faço referência à discussão estabelecida no livro *antropólogo como autor* (2002) por Clifford Geertz, em especial ao capítulo terceiro dedicado ao debate dos diários de pesquisa de Bronislaw Malinowski. Observando estes diários e pensando o formato etnográfico proposto por Malinowski, Geertz demonstra como o texto antropológico pode ser visto como uma ficção, e para tanto como literatura, já que se serve da condição de observação para justificar a composição textual como real, aquilo que ele entende como autoridade etnográfica. Tento, neste caso, seguir a risca a recomendação de Clifford Geertz de me colocar no texto, dizendo como obtive os dados que analiso e interpreto.

refletir no texto sobre como foi pesquisar a ação de militantes negros, que lutam por estabelecer políticas que combatam um preconceito racial vivido com proximidade ontológica, tendo em vista minha condição de pesquisador branco de classe média alta, com uma trajetória de vida muito diferente daquelas que pretendo interpretar.

Para tanto, busquei propostas metodológicas que pensassem esta condição singular de pesquisa e, ao mesmo tempo, que relativizassem minha formação como pesquisador e membro do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros (NEAB-UFPR). Como aluno em formação do NEAB, recebi o treinamento teórico e político pra construir um olhar a respeito das relações raciais no Brasil, uma percepção orientada a fim de perceber as nuances de um racismo velado, oculto por ideologias assimilacionistas nacionais, que celebram a condição mestiça do povo brasileiro e obscurecem as reais condições de opressão de uma elite branca letrada, produtora destes discursos. Ao lado dos outros alunos do NEAB – um grupo constituído principalmente por cotistas raciais da UFPR –, recebi uma formação *sui generis* na construção deste olhar, já que, assim como eles, era treinado para desconstruir mitos, ideologias ou discursos que mantinham o *status quo* da sociedade brasileira, mas diferentemente deles, fazia-o sem poder mobilizar publicamente a desconstrução subjetiva de minha trajetória, nos mesmos termos operados por meus colegas. Não encontrei outra maneira de relativizar este olhar sem descrever esta formação, observando diferentes interpretações que construíamos, sempre comparando a formação engajada que recebia no NEAB com a formação que recebi como aluno do curso de Ciências Sociais.

A pesquisa em Campo Largo trouxe desafios próprios, já que muito do que estava sendo celebrado nos concursos de beleza era informado pelos mesmos símbolos que se queria desvelar com a prática de pesquisa engajada do NEAB. Como uma concepção politicamente orientada de construção do saber científico, o paradigma de pesquisa no NEAB partia do reconhecimento do símbolo da miscigenação cultural e racial do Brasil como matéria prima de ideologias de supremacia das elites brasileiras. Frente a este paradoxo de *reforço* e crítica de símbolos culturais o trabalho se coloca como uma perspectiva que reflete sobre cultura brasileira vivida nos seus termos mais particulares, a dizer, a construção de um concurso para afro brasileiros em um contexto onde a população de cor é vista

como “brasileira”, frente aos “italianos”, “poloneses” ou “alemães”. Não se trata, portanto, de uma reflexão a respeito das motivações que conduzem autores consagrados do pensamento social brasileiro na elaboração de referenciais literários para pensar a cultura nacional, mas sim, de como símbolos largamente reconhecidos como horizontes de pertencimento étnico e indentitário – como a miscigenação e o mestiço – acabam sendo mobilizados por estes militantes para construir uma referência para a negritude local ocupar estes espaços.

Perseguindo estas perspectivas, tento me desvincular de um debate mais amplo, instaurado a partir da adoção de políticas de ação afirmativas, em especial a partir da adoção do sistema de cotas universitárias, onde se pensavam as consequências de optar por estas perspectivas de ação. A dissertação fala a partir das consequências vividas pela adoção destas políticas, já que toda a militância de C.A.B se organiza a partir de prerrogativas legais e políticas já estabelecidas, com apelo próprio em contextos federais e estaduais. Pretendo, a partir do reconhecimento deste cenário mais amplo, demonstrar que o que está sendo construído em Campo Largo é um exemplo específico de um movimento mais geral, e ao mesmo tempo, estratégia política notavelmente contemporânea ou atual, de políticas públicas que tentam reconhecer a diferença socialmente estabelecida como maneira de promoção de algum horizonte de igualdade.

Há que se considerar que é na iniciativa de reconhecer a *diferença* daqueles aceitos, sob a forma ideológica como *iguais*, que reside o paradoxo destas ações, um aparentemente contrassenso discutido profundamente por Louis Dumont⁵. Como um genuíno universalista francês, Dumont acaba defendendo a tese de que uma vez reconhecida à *hierarquia* presente no plano simbólico, pois valores sociais estão hierarquizados, a norma igualitária da ideologia moderna se dissolve ou, em último caso, perde sua eficácia. O que é possível pensar é em que medida o caso brasileiro - e no tocante a esta dissertação, o caso dos militantes da C.A.B - relativiza esta

⁵ A questão do paradoxo intrínseco a estas propostas de ação também foi discutida por Célia Maria Marinho de Azevedo, em seu texto *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre a cota racial, raça e racismo*. No texto, a autora dispõe duas formas de ação política antitéticas, a opção por ações de cunho *universalistas* (igualitária na medida em que toma como termo de identificação o cidadão) e *diferencialistas* (na medida em que consideram a identidade e particularidade dos sujeitos como termo de adesão a promoção social). Assim, ela explicita dois caminhos: *desracializar as mentes e esperar que o racismo se extinga quase que naturalmente, ou racializá-las ainda para atacar o racismo pragmaticamente com suas próprias armas, o que sem dúvida significa correr o risco de nunca mais podermos nos livrar delas*. (2004, p.71).

tese, apontando novos horizontes para os paradoxos entre a norma igualitária moderna e hierarquia valorativa da cultura nacional, da maneira como é vivida pela população de cor.

A dissertação está dividida em três capítulos, que inspirados no modelo etnográfico proposto por Luïc Wacquant⁶, assumem formas narrativas e estilos literários relativamente distintos. A opção por esta referência metodológica é motivada pela difícil tarefa de organizar uma extensa participação em campo, o que demanda a adoção de múltiplas perspectivas metodológicas que permitam o tratamento desta experiência de maneira abrangente. Assim, pretendo me utilizar de diversos recursos para narrar o mesmo contexto etnográfico, como por exemplo, análises demográficas, recursos historiográficos e dados estatísticos da região, elementos analíticos que se associam a fim de criar uma narrativa etnográfica muito bem situada.

No primeiro capítulo, que nomeei *Campo Largo sobre diversas perspectivas: o descobrimento da população afro-brasileira a partir da divulgação do Concurso de Beleza Afro*, discuto características demográficas, históricas e sócio econômicas da cidade, a fim de explicitar o lugar que a população de cor ocupa no município, seja do ponto de vista da distribuição urbana ou segundo sua disposição em camadas ou classes econômicas. As condições de análise, sob estas perspectivas, se filiam a uma proposta já consagrada na área de estudos sobre raça e etnicidade, como pode ser visto nos trabalhos de Nogueira (1998) em Itapetininga, Fernandes (2008) em São Paulo, Azevedo (1953) em Salvador, ou Pinto (1953) no Rio de Janeiro (àquela época, Distrito Federal). Estes autores realizaram suas pesquisas afiliados ao conhecido projeto da UNESCO na década de 50, aliando os estudos de comunidade já em curso ao estudo das relações raciais (NOGUEIRA, p.288, 2006). No meu caso, tento congrega a análise de dados censitários sobre a população de cor de Campo Largo, disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com minha experiência de divulgação dos concursos de beleza da C.A.B, operando

⁶ Ver a proposta em *Entre las cuerdas: cuadernos de un aprendiz de boxeador*, uma etnografia dividida em três capítulos compostos de: forma y estilos deliberadamente distintos, em los que se yuxtaponen descripción etnográfica, análisis sociológica y evocación literária com el objeto de comunicar lo percebido y el concepto em su conjunto, los determinantes ocultos y las experiencias vividas, los factores externos y las sensaciones que, al mezclarse, ferman el mundo del púgil. (WACQUANT, p.24, 2006)

assim dois níveis de coleta e interpretação dos dados, a dizer, uma esfera quantitativa e outra qualitativa.

O segundo capítulo, *Cabelos alisados, crespos ou encaracolados: origens, transformação e consolidação do Concurso de Beleza Afro* é centrado na experiência de participação nos concursos de beleza da C.A.B, e com um enfoque da descrição etnográfica, pretendo demonstrar o que se construiu ou celebrou no espaço do evento. Em um primeiro momento, surgiu a possibilidade de interpretar estes dados a partir da perspectiva de estudo do ritual, uma opção que desconsidere a partir das instruções de Victor Turner a respeito desta proposta analítica. Para o autor, o momento ritual é marcado por uma espécie de ruptura com o cotidiano por parte daqueles que vivem a performance, seguido por uma crise e pela reparação dos papéis sociais (TURNER, 2005). Como não tive acesso a sociabilidade cotidiana das pessoas que participam do evento, seja no palco ou na plateia, optei por considerar estes espaços como momentos em que se construí uma *espaço legítimo de locução* (BOURDIEU, 2003) e para tanto, vinculando minha análise a uma certa sociologia da ação. O que se propõe, neste caso, é uma análise do discurso sobre a população negra de Campo Largo, conduzida pelos militantes e incorporada pelos participantes do evento, imaginando os eventos como etapas mais amplas de instauração deste discurso.

O terceiro capítulo, *O percurso de uma pesquisa social envolvente: como se faz um pesquisador da área de estudos afro-brasileiros* debate esta experiência de pesquisa, a partir de uma trajetória multifacetada de reflexão teórica. Disponho, lado a lado, diferentes ambientes de discussão que estive exposto durante minha formação acadêmica que, embora centrassem suas reflexões nos mesmos textos e autores, produziam interpretações relativamente díspares ou diversas. No decorrer da elaboração desta dissertação, percebi que a descrição destas trajetórias era fundamental para explicitar uma posição de pesquisa que não era descrita no campo científico⁷ a que me vinculo, a dizer, a condição de pesquisador branco interpretando

⁷ Entendo campo neste caso segundo as recomendações de Pierre Bourdieu, que explica: um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputa e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesses implica a indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados). Para que um

as ações de militantes negros e desconstruindo o racismo velado brasileiro. Discuto, neste capítulo, a construção de metodologias de pesquisa que congreguem uma formação política e teórica próprias do ambiente engajado do NEAB com os princípios de relativização que conduzem a análise antropológica, colocando-me sob os auspícios de duplo paradigma de pesquisa.

* * *

No decorrer do texto, optei por destacar as categorias nativas com a escrita itálica, por recomendação da banca de qualificação e para evitar o excesso de aspas. Conto com diversas imagens acumuladas durante todo o percurso da pesquisa, e pretendo recuperar este material no decorrer do texto. Infelizmente, não pude anexar algum tipo de reflexão mais elaborada a respeito destas fotografias, que assumem em minha etnografia um caráter mais ilustrativo do que propriamente analítico. Como grande parte destas fotografias não foi captada por mim, agradeço àqueles que puderam registrar este momento enquanto me ocupava de outras tarefas nas organizações dos eventos: Ruben Taibo, Gesline Braga, Ricardo Augusto e Hecrálito Mucavele.

Por vezes, o texto pode mostrar ao leitor certa repetitividade, principalmente pela escolha de apresentar constantemente os temas que debato, e por abordar as mesmas situações de campo em mais de um capítulo. A escolha por este estilo literário decorre da natureza dos assuntos aqui abordados, profundamente arraigados no senso comum, e para tanto, naturalizados e pouco relativizados. Como relembra Clifford Geertz, o senso comum é um sistema cultural, uma ordem que neste caso, é comum tanto aos leitores quanto ao contexto pesquisado. Desta maneira, espero que este estilo deliberadamente recursivo elucide algumas questões que poderiam passar despercebidas se abordadas de forma pontual.

campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas, e pessoas prontas a disputar o jogo dotada de habitus que impliquem o conhecimento e o reconhecimento de leis imanentes do jogo, dos objetos de disputa, etc. (1983, p. 89)

Campo Largo sobre diversas perspectivas: o descobrimento da população afro-brasileira a partir da divulgação do Concurso de Beleza Afro.

Introdução

Neste capítulo, tratarei da descrição sobre as condições que precedem o estabelecimento dos militantes negros na cidade de Campo Largo, em especial, do contexto político e demográfico da cidade. Este capítulo é importante para localizar a região em um contexto nacional, suas especificidades populacionais e demonstrar sua particularidade histórica. Como objetivo principal, este capítulo assume o papel de defender a tese de que não havia na cidade de Campo Largo (seja a partir da perspectiva de ação política ou cultural) qualquer movimento de expressão social que trouxesse à cena pública a demanda por políticas de ação afirmativa, tornando a experiência acompanhada como inédita neste sentido.

A questão nasce dos problemas de pesquisa, mas também, da experiência de campo. Logo que cheguei à cidade, no ano 2008, uma das primeiras questões que conversei com Alexandre Cezar foi a respeito do *público*⁸ que ele pretendia atender. Ele tocou primeiramente no assunto quando nos conhecemos em minha primeira visita a campo, no dia do desfile de sete de setembro de 2008:

Alexandre: André, o que acontece aqui é que o povo é muito preconceituoso, muito racista. É muito diferente do Rio de Janeiro, aqui o povo não se aceita enquanto negro e aí fica invisibilizado.

Naquele momento, a questão de qual parcela da população Alexandre representaria era incerta, circunscrita por seu trânsito pelas comunidades quilombolas da cidade e por sua vivência com colegas de ensino público básico: que negritude estas pessoas portavam aos seus olhos? Como percebi nos anos seguintes, os *afro-brasileiros de Campo Largo* representavam uma pequena minoria étnica da cidade, em relação a uma população majoritariamente autodeclarada branca de origem europeia. Os dados do censo, por exemplo, demonstravam que na época em que cheguei a campo, a população autointitulada preta e parda somavam

⁸ O uso do termo *público* para designar a população afro-brasileira de Campo Largo se estabeleceu durante o processo de divulgação do concurso de beleza, justamente por tratar-se de um evento social.

um total de 13% da população⁹. Anos depois, este número ascenderia para 20,02% da população, como descrito no censo de 2010. Pretendo demonstrar que a razão para a existência desta maioria branca remonta aos fluxos migratórios que povoaram a região, em grande parte constituída por processos de imigração comuns ao sul do país. É preciso levar em consideração que tratamos do lugar da Grande Imigração por excelência (SEYFRETH, 1990. p.10), um contexto povoado por imigrantes italianos, alemães e eslavos em geral, que ocuparam as terras da região na condição de colonos e pequenos proprietários. Como demonstrarei neste capítulo, em decorrência desta especificidade demográfica, os afro-brasileiros de Campo Largo não constituíam um agrupamento social coeso, e eram abordados pelos militantes da C.A.B de maneira dispersa, na maioria das vezes vivendo nos bairros periféricos ou nas regiões rurais do município. Neste caso, é necessário debater como esta experiência da Grande Imigração é fundante de um imaginário local, e como a presença da população afro-brasileira é percebida frente a estas condições.

É importante ressaltar que, na mesma medida em que não existia no município um discurso público que encampasse a pauta política das ações afirmativas, não existia também uma doutrina racista organizada no local, ou seja, qualquer forma de discurso coeso e coletivamente orientado em torno do ódio étnico e racial, como se observa, por exemplo, no contexto sul africano ou norte americano. Inexistem aqui, até onde pude pesquisar, grupos políticos que encampem este tipo de segregação como uma pauta política a ser defendida, a fim de reivindicar publicamente leis ou ações que segreguem a população em função de sua diversidade étnica. Não se trata, enfim, de uma segregação objetivada como um discurso socialmente aceito, mas sim, da marginalização tácita de uma população frente à normatização de um referencial simbólico de pertencimento indentitário.

O preconceito racial, neste contexto, assume formas muito específicas: diferente, por exemplo, dos contextos estudados por Fernandes (2007) na cidade de São Paulo ou por Nogueira (1992) na cidade de Cunha. No caso de Florestan Fernandes, encontramos uma pesquisa que relaciona estratificação social e desigualdade racial na cidade de São Paulo, vista pelo autor como uma cidade *mais*

⁹ Estes dados eram imprecisos na época em que organizei minha dissertação. Coletei estas estatísticas a partir do censo de 2000, que acredito, já estava desatualizado à época.

tipicamente brasileira do que parece (FERNANDES, p. 25). A obra *O negro no mundo dos brancos* é um estudo dedicado à situação do negro e do mulato na sociedade brasileira, que é vista a partir das mudanças sociais e econômicas da cidade de São Paulo, representam em termos mais gerais as transformações vivenciadas pela nação como um todo, a partir do estabelecimento de uma ordem competitiva capitalista em detrimento da deposição da sociedade de estamentos do período escravista. A raiz do preconceito estaria entre o *tradicional* e o *moderno*, em especial na evidência de construção simbólica de um *ethos brasileiro*, uma espécie de etiqueta que media relações inter-raciais a fim de obscurecer condições reais de estratificação social entre brancos e a população de cor.

No caso de Oracy Nogueira, em *Negro Político, Político Negro*, observamos uma densa descrição da sociabilidade inter-racial vivida na cidade da Lapa, cidade do interior do estado de São Paulo, durante a década de 30. O contexto é lido a partir da biografia de Alfredo Casimiro da Rocha, médico negro formado pela escola de medicina da Bahia que acaba migrando para a cidade e se estabelecendo como prefeito do município. O texto é o retrato de uma sociabilidade centrada em uma pequena comunidade, em um município com a maioria da população residindo no ambiente rural e com uma economia de produção voltada para cafeicultura de exportação. Através da descrição do estabelecimento de Alfredo enquanto político da cidade, Oracy Nogueira disserta sobre o pensamento preconceituoso de uma elite branca local que resiste e se opõe à ascensão do político na arena local.

O contexto de Campo Largo é diferente destas duas experiências de pesquisa. A cidade está longe de ser uma metrópole como a cidade de São Paulo, e apesar de estar localizada na região metropolitana de Curitiba, conserva traços de relações interpessoais próprios de cidades pequenas do interior. Ao mesmo tempo, as condições de proximidade da capital, do tamanho do município e da quantidade de habitantes permitem certo anonimato daqueles que circulam entre os espaços institucionais, situação que vivenciei a partir da divulgação do concurso nas escolas municipais.

Por estas questões, imagino que o preconceito racial descrito pelos autores pode ser relativizado por minha experiência de pesquisa. As condições demográficas e históricas de Campo Largo construíram uma espécie de racismo

muito particular, e que imagino, pode ser percebido pelo trânsito destes militantes dentro dos espaços institucionais. Pelas condições históricas e sociais que abordarei, pretendo defender a tese de que a *separação econômica e espacial que a população afro-brasileira da cidade vivência é, em parte, resultado da impossibilidade desta população mobilizar sua ancestralidade em um mercado de bens simbólicos local*¹⁰, que é ordenando a partir de uma descendência europeia compartilhada pela maioria dos habitantes da cidade. Assim, ao menos no caso de Campo Largo, as políticas de ação afirmativa se caracterizam como uma *política de minorias* de fato, no sentido que atendia uma população *diminuta* do ponto de vista demográfico e *marginal* do ponto de vista simbólico.

Para discutir a questão relativizo, principalmente, a experiência que acumulei ajudando na divulgação dos concursos de beleza da C.A.B. Embora tenha participado da realização e idealização de quatro concursos, só tive acesso, de maneira plena, à divulgação do terceiro concurso, realizado no ano de 2010. Para todos os efeitos, os dados de campo que apresento neste capítulo se relacionam com esta etapa da pesquisa. Percebo todo o processo de divulgação do concurso como ordenamento prático e também moral de estratégias de disseminação de um discurso, composto pelos militantes, a fim de se inserirem em um cenário municipal de valorização cultural. A divulgação assume um formato próximo de uma campanha política, mas não tem por objetivo defender um partido ou grupo político em especial, mas sim, criar um espaço de ação a partir dos eventos culturais. O principal objetivo desta ação era trazer a um ambiente público uma população que é invisibilizada sob muitos aspectos. O foco das ações de divulgação centra-se nas escolas públicas (e em menor intensidade, nas privadas) da cidade, espaço aonde alunos e alunas negras vão sendo percebidos pelos militantes e convidados a participar dos eventos.

¹⁰ Em *mercado de bens simbólicos*, (in: Economia das trocas simbólicas, 2007) Pierre Bourdieu discute a formação do campo intelectual e artístico em relação à história das instituições eclesásticas da Europa. A progressiva liberalização da tutela das instituições eclesásticas no tocante à produção de bens simbólicos, como autonomização da forma e do estilo dos artistas da moral eclesástica, e ao mesmo tempo, da instituição de relações produtivas próprias (mecenato) que acabaram por determinar o mercado de arte enquanto tal, ou seja, definindo a produção e troca destes bens. Apesar da diferença entre os objetos (a arte e a ancestralidade, ou descendência), penso que no caso de Campo Largo observa-se uma primeira etapa de estabelecimento destes produtos culturais circunscrito ao ambiente de sociabilidade colonial, e para tanto, definido por relações de produção simbólica, referentes àquela sociabilidade. Com as novas ondas migratórias nacionais, e principalmente pelo estabelecimento de um mercado de terras local, a população afro descendente passa a viver nestes contextos, mas é condenada a *exotização* e a impraticável mobilização da descendência nos mesmos termos.

Foi no percurso entre escolas e bairros da cidade que percebi a abrangência do discurso promovido pelos militantes, observando o sucesso ou o fracasso da empreitada, na medida em que a relação com as autoridades locais (administração das escolas, burocratas da rede estadual de ensino e políticos locais) reorganizava a estratégia a fim de atender a expectativas criadas no decorrer da divulgação. Pretendo demonstrar como a experiência de anos de divulgação nestes espaços acabou por oferecer a Alexandre e aos outros militantes da C.A.B referências para a construção de um mapa étnico local, ou seja, espaços aonde deveríamos concentrar a divulgação e os recursos de campanha. Por estas condições, opto pela descrição da população afro-brasileira de Campo Largo a partir destes espaços percorridos, lidos a partir da percepção subjetiva de Alexandre e dos demais militantes (quando discutíamos em quais regiões existia maior concentração de *afros*), mas também, pelos números objetivos do concurso, ou seja, pelos bairros que traziam maior participação de estudantes ao evento.

Ao mesmo tempo, sirvo-me de dados censitários disponibilizados pelo IBGE, bem como a plataforma SIG (Sistema de Informação Geográfica)¹¹. Discuto em um segundo momento, as implicações de tomar dados censitários sobre raça para perceber a população afro-brasileira local. Sustento a ideia de que, por mais que as categorias definidas nos termos do censo sejam diferentes daquelas vividas pelos habitantes da cidade e sistematizadas pelos militantes da C.A.B, a constatação da marginalidade desta população a partir da experiência de divulgação do concurso é condizente com os dados estatísticos que foram avaliados. Neste sentido, a plataforma SIG do IBGE foi de extrema importância para a reflexão ao permitir observar a cartografia da cidade a partir dos dados do censo 2010, imprimindo no mapa da cidade as estatísticas da população negra local. Esta análise quantitativa mostrou a inexistência de uma elite econômica negra local, contando com um inexpressivo número de habitantes que figuravam entre as faixas de renda mais abastadas de Campo Largo.

Por fim, imagino o discurso elaborado no decorrer da divulgação como uma narrativa contra-hegemônica de ação política, ou seja, um enfrentamento de um

¹¹ A plataforma SIG é uma iniciativa recente de mapeamento dos dados estatísticos do IBGE. Sua disponibilização se insere em uma série de ações mais gerais que tem o objetivo de socializar os dados de pesquisa censitária. Minha análise foi conduzida por cursos de formação básica disponíveis no site do Instituto.

imaginário de pertencimento étnico estabelecido e consolidado na cidade. Acompanhei a luta pelo estabelecimento de uma demanda política (expressa pela inclusão de políticas afirmativas na agenda local) e também pela visibilidade de uma população no cenário público de valorização cultural e indetentário. Início, portanto, com uma reflexão a respeito desta população a partir dos dados estatísticos do censo.

A descrição da população negra da cidade de Campo Largo a partir de dados sócio demográficos.

A cidade de Campo Largo se localiza na região sul do Brasil, ao sul do estado do Paraná e a nordeste da capital do estado, dentro dos limites da região metropolitana de Curitiba. O município é constituído por uma das maiores extensões territoriais do estado (com aproximadamente 1.249,419 Km²), habitado por 112.337 pessoas, colocando-se como a 16^o cidade mais populosa do Paraná.

Minha pesquisa incluiu uma análise dos dados censitários da população, que, penso, descrevem em termos quantitativos a realidade social e étnico-racial do Paraná e de Campo Largo. A utilização de dados quantitativos em pesquisas sobre raça e etnicidade não é nova, e tem um amplo respaldo sociológico. Esta tradição de pesquisa remonta à investigação conduzida por Florestan Fernandes em um projeto organizado pela UNESCO, em meados da década de 1960, a fim de perceber a realidade étnica e racial do Brasil. Na época, Florestan Fernandes utilizou os dados do Censo de 1950, que dividia as categorias raciais em *brancos*, *pretos*, *amarelos* e *pardos*, esta última englobando também a população indígena e aqueles que se declaravam mulatos, cafusos e caboclos. Suas análises apontaram, pela primeira vez, uma relação entre a distribuição racial da população e a estratificação social e econômica: defendendo a tese de que a concentração de renda no país era também orientada em função das condições históricas, que impediram a população de cor de competir em posição de igualdade com a população branca. Fernandes desconstrói o reconhecimento internacional do país como um paraíso das relações raciais.

Esta postura que considera o preconceito racial como um resíduo de um sistema social e econômico seria relativizada na década de 80, a partir de novas combinações entre as categorias raciais e variáveis socioeconômicas. Em 1979, Carlos Hasenbalg publica *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, utilizando-se de dados do Censo para expor uma desigualdade entre brancos e não brancos (pretos e pardos), observada a partir da distribuição geográfica da riqueza no Brasil¹². Em entrevista à revista *Tempo Social*, o autor defende que o racismo em sua obra é inferido a partir da *observação das desigualdades estatísticas entre estes grupamentos sociais* (GUIMARAES, p.1, 2006), observados a partir da renda média, nível de escolaridade e origem social. A principal contribuição da discussão promovida por Hasenbalg à nossa reflexão é no tocante a percepção do *todo* da população negra, observada aqui a partir do recorte entre brancos e não brancos, ou seja, agrupando a população declarada preta e parda. A opção do autor em agrupar os dados a partir deste recorte foi reconhecida como base analítica em trabalhos posteriores, e também incorporada por facções do movimento negro para representar a população de cor no Brasil. Em *Racismo à brasileira*, Edward Telles defende o uso do recorte entre brancos e não brancos, argumentando que:

Como grande parte dos dados utiliza as categorias do censo (branco, parado e preto), esses termos são usados com frequência neste livro. Certamente, a escolha de um termo ou outro pode desagradar alguns leitores, mas quase todos (exceto talvez branco) são problemáticos e tais escolhas, inevitáveis. Outro problema é a escolha de um termo que agregue pardos e pretos. Isso é importante, uma vez que a distinção entre brancos e não brancos define o principal distanciamento racial entre os brasileiros. Uso o termo negro, aqui, para incluir pretos e pardos, como usado pelo movimento negro e agora aceito pela mídia e pelo governo, embora no discurso popular se use comumente negro para se referir a população preta. (TELLES, p. 39, 2000)

Estamos diante da construção de um paradigma de percepção científica, que acredito, pode ser debatido a partir das experiências de campo. No caso de Campo Largo, estas ferramentas estatísticas se apresentam como mais uma maneira de

¹² No caso deste trabalho Carlos Hasenbalg agrupa as regiões sul e sudeste para compará-las às regiões norte e nordeste. Em meu caso, penso que a proposta não se sustenta, já que o Paraná, e em especial a região de Campo Largo, tem características históricas próprias, que pretendo considerar.

perceber uma população pouco estudada e não reconhecida pelo discurso público. Quando proponho o cruzamento destas variáveis, a fim de retratar de maneira ampla o contexto social do Paraná e especificadamente de Campo Largo, imagino uma maneira inteligível de demonstrar que estamos falando de um contexto *único* em termos de questões raciais. Diferente de outros contextos metropolitanos como nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro ou Salvador, na região de Curitiba – e no sudeste do estado do Paraná como um todo - **a população negra (pretos e pardos) é uma minoria frente à população branca**. Na verdade, esta maioria demográfica acaba por instituir uma noção de que inexistente uma população de cor na cidade.

A população de cor na região é, por outro lado, formada por pardos claros e, em minoria, pela população autodeclarada preta. As ferramentas disponíveis a partir das variáveis censitárias de 2011 permitem conclusões importantes, e penso, colocam-se como uma boa maneira de demonstrar o lugar da população negra no contexto de Campo Largo. Longe de fazer grandes abstrações a respeito destes

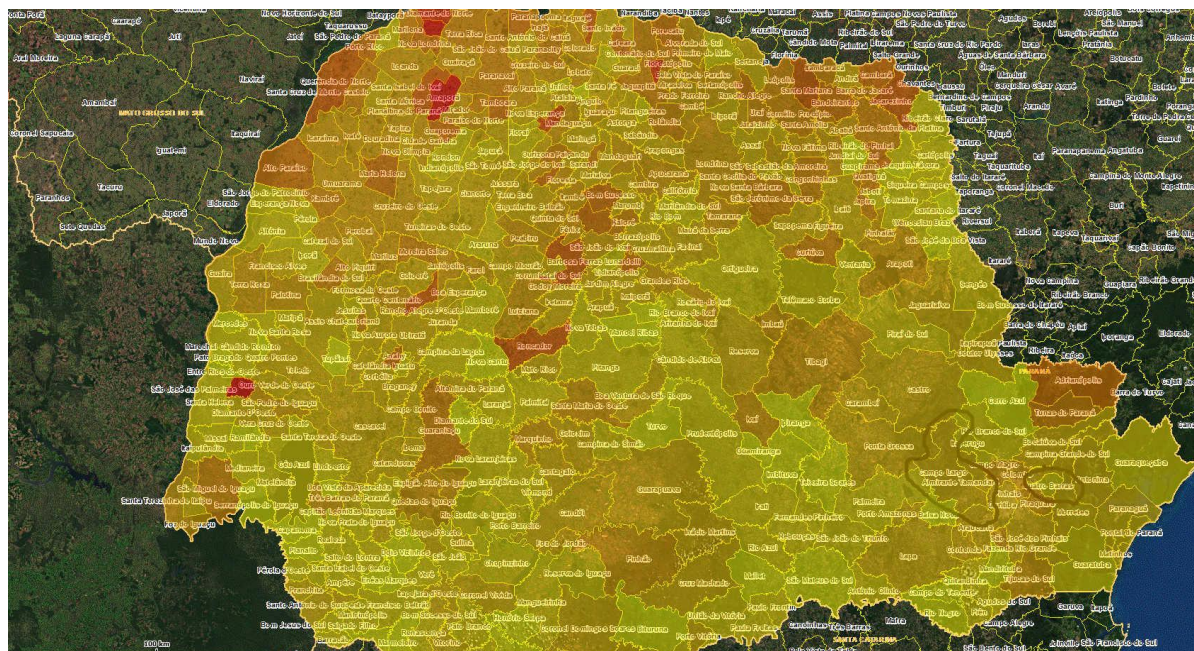


Figura 1 – Mapa da população negra do Paraná. O degrade do amarelo para o vermelho indica as áreas com maior incidência da população autodeclarada preta. As marcações indicam a área em que a pesquisa se concentrou. Fonte: IBGE

dados, quero demonstrar principalmente que a invisibilidade da população afro-brasileira em Campo Largo se dá, também, pela baixa concentração demográfica, em especial nas classes de elite da cidade.

Em uma primeira análise, obtive resultados interessantes ao plotar a população autodeclarada negra no mapa do Paraná. Obtive estas informações a partir da utilização da ferramenta SIG disponível no site do IBGE. Infelizmente, a ferramenta não permite a plotagem de diferentes declarações na mesma referência cartográfica, ou seja, os mapas das populações pretas, pardas, brancas, amarelas e indígenas têm de ser observados de forma separada. A partir dos referenciais adotados, comparei a população branca à população preta e parda, sem realizar grandes abstrações a respeito da população amarela ou indígena do estado. A (FIGURA 1), revela uma hipótese que postulei no decorrer de minha pesquisa: o norte do estado apresenta uma maior população que se autoidentifica como preta. Ao mesmo tempo, a FIGURA 2 revela uma maior incidência da população parda no sul do estado, mas mesmo assim, muito inferior à população observada no norte do estado¹³. É possível notar algumas discrepâncias nestas interpretações, principalmente na região de reserva do Iguaçu, ao sul do estado, que concentra

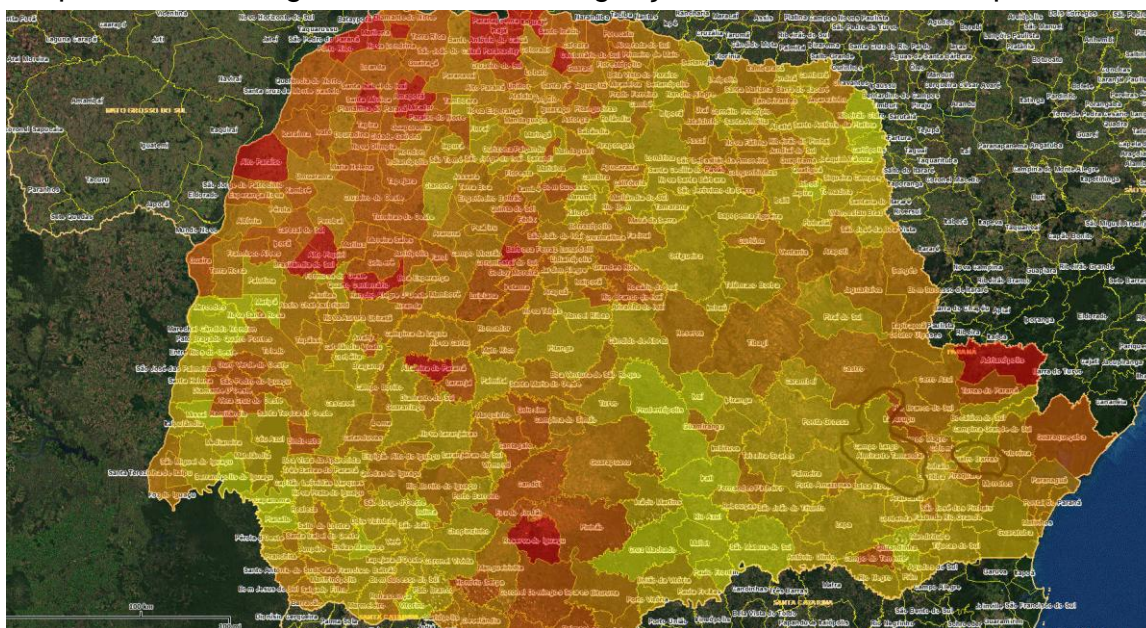


Figura 2 - Mapa da população parda do Paraná. O degrade do amarelo para o vermelho indica as áreas com maior incidência da população autodeclarada Parda. As marcações indicam a área em que a pesquisa se concentrou. Fonte: IBGE

grande porcentagem de população autodeclarada parda.

¹³ Estas estatísticas podem se referir a dois processos diversos de colonização, informados por políticas populacionais diversas. A revisão de material historiográfico especializado (FERREIRA, 1996) e (MARTINS, 1995) demonstra que o norte do estado foi colonizado no final do século XIX e início do século XX ocupado, principalmente, por ondas de trabalhadores livres vindos de estados do sudeste, principalmente do estado de São Paulo. Neste caso, contrasta-se a ocupação desta região com o sul e sudeste do estado, povoado pela imigração transnacional, principalmente durante o governo provincial de Lamenha Lins (1874 – 1877).

Estes dados demonstram que as condições de povoamento do Paraná – que discuto em pormenores no decorrer do capítulo – acabaram por criar uma negritude muito particular, que pude observar e descrever a partir da experiência do concurso de beleza em Campo Largo. Outra experiência importante, que corrobora com a disposição dos dados, é construída a partir de minha participação em espaços das bancas de verificação étnico-racial da Universidade Federal do Paraná¹⁴. Grande parte dos alunos que concorrem a esta política na UFPR são oriundos de diversas regiões do estado do Paraná, e sua composição fenotípica representa os dados de dispersão populacional observados nos mapas. Em geral, os alunos que se declaram pretos vem das regiões do norte do estado, onde se observa no mapa uma maior concentração desta população. Os alunos que vem da região sul e sudeste do estado – em especial da região metropolitana da cidade – são em grande maioria integrantes por uma população parda clara, formando um tipo étnico regional muito específico.

Quanto à população negra de Campo Largo, inicialmente pensei que se concentraria nas regiões rurais do município, uma hipótese que formulei a partir de minha experiência no percurso de divulgação do concurso. Como é possível observar na (TABELA 1) abaixo, a maioria da população de Campo Largo reside na área urbana da cidade e, em um primeiro momento, imaginei que esta minoria rural fosse formada pela população negra que vi em visitas a escolas rurais do município.

¹⁴ Participei das atividades da banca de verificação étnico racial da UFPR a partir dos seus bastidores, ou seja, em discussões a respeito da operacionalização do programa de cotas e acompanhando os impedimentos da banca e os recursos apresentados pelos alunos. Esta experiência se desenvolveu entre o período de 2007 a 2012, quando desenvolvi esta pesquisa junto ao Núcleo de Acompanhamento de Políticas Afirmativas (NAPA – UFPR). O núcleo tinha a função de acompanhar as políticas de cotas para estudantes indígenas, negros e de cunho sócio econômico (a chamada cota para alunos de escolas públicas). Em grande parte, os estudantes da região sul do estado apresentavam fenótipo pardo claro, uma condição que muitas vezes provocou dúvidas na banca de validação étnico-racial. Alguns destes dados já estão disponibilizados na forma de publicação, e podem ser consultados na coletânea Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados. (COSTA, Hilton. PINHEL, André Marega. SILVEIRA, Marcos Silva da, 2012).

Tabela 1 - Distribuição da população de Campo Largo em relação à ocupação do espaço Urbano/Rural.

Descrição da População	Total	Porcentagem em relação ao número absoluto
População residente em domicílios particulares ocupados - Urbana	91.120	81,1%
População residente em domicílios particulares ocupados - Rural	18.151	16,2%

Fonte: Dados censitários do IBGE (2010)

Entretanto, observando o conjunto dos dados demográficos, pude perceber que não é possível caracterizar a população negra da cidade em relação à dicotomia de ocupação do espaço rural e urbano. A (TABELA 2) a seguir relaciona a população em relação à área ocupada, seja ela urbana ou rural. A primeira linha, subsequente às declarações raciais, explicita o total desta categoria em relação ao total populacional, seguida por sua distribuição em relação à área rural ou urbana. Novamente, desconsidere a população indígena e amarela, por tratar-se de amostragens mínimas (149 e 452 pessoas, respectivamente). Observando o total populacional a partir das categorias de raça, e relacionando esta variável à distribuição de habitações rurais/urbanas, verifica-se que os índices obtidos não destoam dos valores populacionais absolutos. Em verdade, a população autodeclarada preta reside na área urbana em porcentagem maior do que a população branca, seguida de perto pela população parda (82,8%, 81,8% e 79,2% respectivamente).

Tabela 2 - Distribuição da população de Campo Largo em relação à declaração racial e a ocupação do espaço Urbano/Rural.

Descrição da População	Total	Porcentagem em relação aos números absolutos
População autodeclarada branca		
População residente em domicílios particulares Total	87.616	78,0%*

População residente em domicílios particulares Urbana	71.638	81,8%
População residente em domicílios particulares Rural	13.920	15,9%
População autodeclarada parda		
População residente em domicílios particulares Total	20.908	18,6%*
População residente em domicílios particulares Urbana	16.550	79,2%
População residente em domicílios particulares Rural	3.759	18,0%
População autodeclarada preta		
População residente em domicílios particulares Total	2.963	2,6%*
População residente em domicílios particulares Urbana	2.453	82,8%
População residente em domicílios particulares Rural	365	12,3%

* Estas porcentagens se dispõem em relação ao total da população (112.337 hab)

Fonte: Dados censitários do IBGE (2010)

Desta maneira refutei, em primeira análise, a hipótese inicial de que esta população ocupasse a área rural do município. Isto não significa que não existia na cidade uma organização do espaço urbano em relação à declaração racial. Em um segundo mapeamento, distribuimos a declaração racial da população em relação à ocupação dos bairros da cidade, demonstrando que as regiões valorizadas da cidade (como as regiões centrais e adjacências) eram ocupadas, em sua maioria, por uma população majoritariamente autodeclarada branca.

Vale, neste caso, a comparação interna aos *aglomerados subnormais* e aos bairros da cidade, ou seja, as regiões estatísticas definidas pelo IBGE. Estes aglomerados não correspondem, necessariamente, aos bairros do município, pois a categoria é construída a fim de representar uma totalidade de agrupamentos

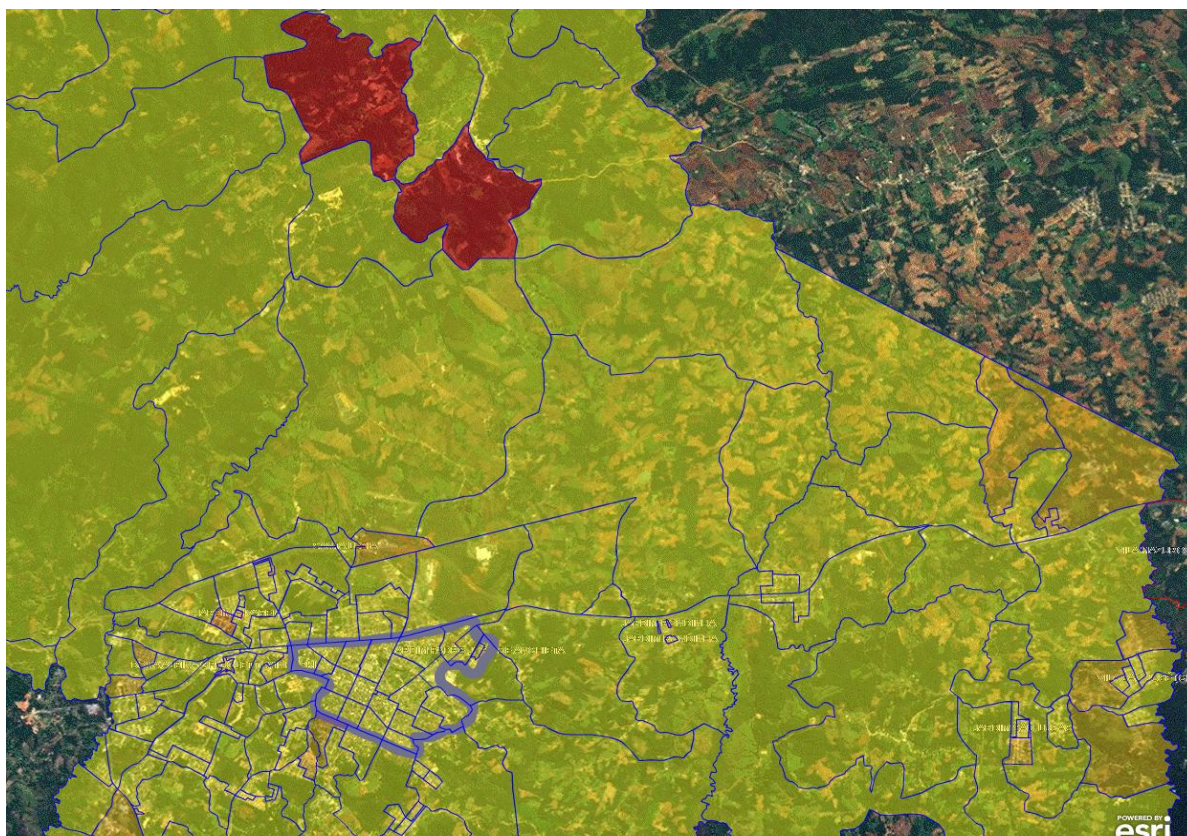


Figura 3 - Mapa da distribuição da população negra de Campo Largo.

Fonte: Dados censitários do IBGE (2010)

humanos genérica¹⁵, articulável com diversas experiências de ocupação observadas em território brasileiro. É importante lembrar que, **em quase todos os aglomerados, a maioria da população se identifica como branca**. Neste caso, adotei a comparação por proporcionalidade, ou seja, a relação entre pessoas brancas, pretas e pardas residente nestes aglomerados. No caso da (FIGURA 03), observa-se na região superior da imagem uma grande concentração de pessoas

¹⁵ O instituto define aglomerados subnormais como: assentamentos irregulares conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. Para mais informações verificar, http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2051

autodeclaradas pretas, em uma região da cidade próxima às comunidades quilombolas da cidade. Neste aglomerado, a relação entre habitantes autodeclarados brancos é 70% do total populacional, enquanto os pretos somam 21,1% e pardos 8,8%. A somatória das duas categorias revela uma população de cor de 30%, substantivamente maior do que a média global do município.

O mapa da população parda da cidade também revela uma ausência de habitantes dentro do espaço indicado como central no cenário urbano (representado pela linha azul). Substantivamente maior do que a população preta da cidade (em uma proporção de 10/1), a população parda revela com maior precisão a localização da população de cor na cidade. Tratam-se dos bairros periféricos, como o bairro de Ferraria ao oeste (sinalizado pela forte cor vermelha, na FIGURA 4) e a região do

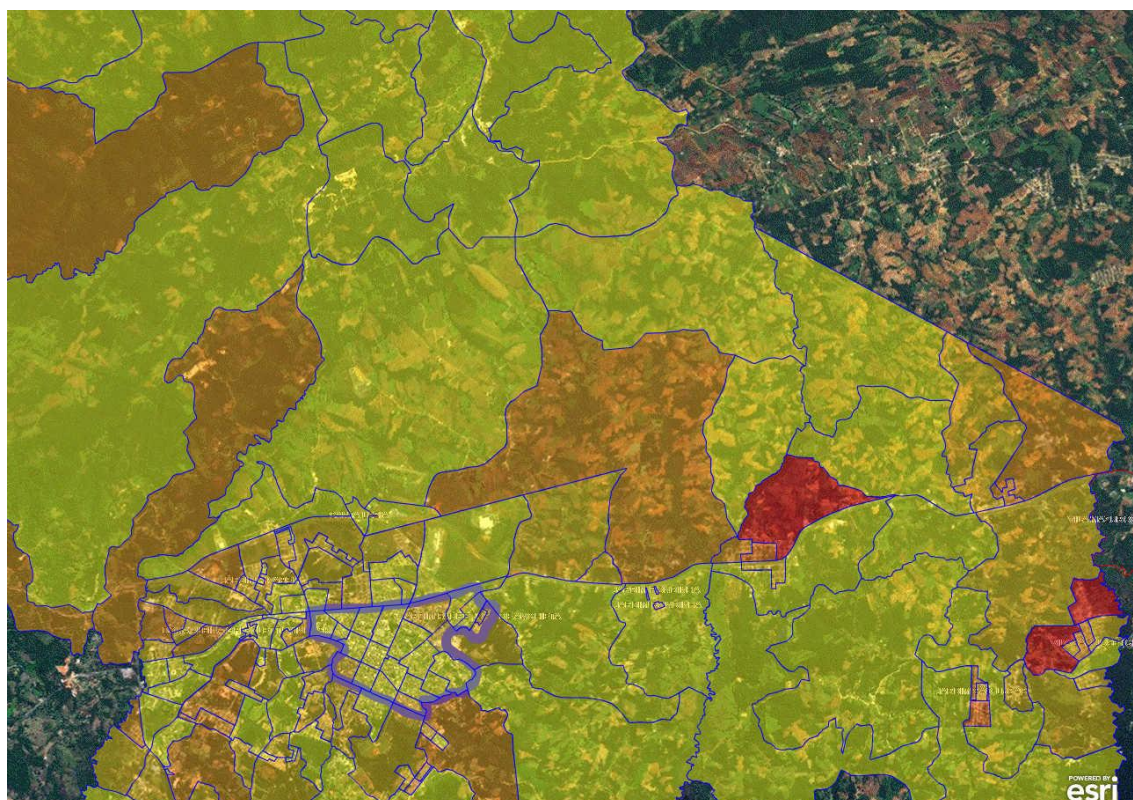


Figura 4 - Mapa da distribuição da população parda de Campo Largo.

Fonte: Dados censitários do IBGE (2010)

Guarani (ao centro-oeste). Antes mesmo de realizar estes estudos, já comprovávamos por meio da divulgação do concurso que estas áreas traziam mais alunos ao evento, portanto, concentrávamos a divulgação nestes espaços. Nestas

regiões a proporção de população de cor (somando pretos e pardos) quase que se iguala à população branca, que ainda é majoritária, representando 63,1% em relação à população de cor composta por 36,09%.

Ao mesmo tempo, chama à atenção a ocupação majoritariamente branca do centro da cidade, como é representado na (FIGURA 5). Nas regiões próximas à Rua Centenário (rua principal da cidade), na Vila Bancária e também próximo à Prefeitura municipal, em regiões socialmente reconhecidas como locais privilegiados e de elite, a proporção entre a população branca é de 88,03% em relação a 10,09% parda e 0,9% preta¹⁶. Neste sentido, o que se observa na periferia da cidade é radicalmente

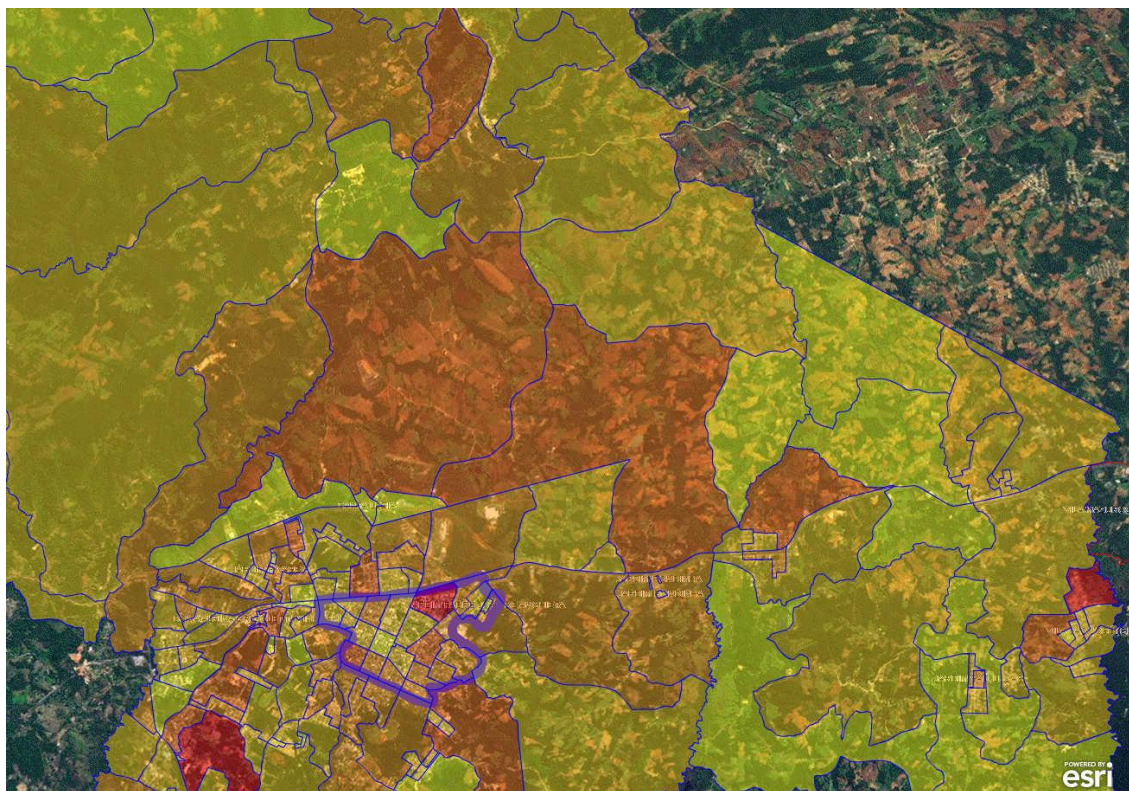


Figura 5 - Mapa da distribuição da população branca de Campo Largo

Fonte: Dados censitários do IBGE (2010)

diferente da parte central, onde a população preta é quase ínfima e a população parda é extremamente minoritária.

¹⁶ Neste caso, somei os três aglomerados subnormais citados que representam no mapa as regiões centrais hachuradas em vermelho.

Outro dado importante, que descreve as características sociais de Campo Largo como interpreto, é o cruzamento entre variáveis econômicas e a declaração racial. As tabelas subsequentes comprovaram minhas primeiras percepções de campo, ainda no ano de 2008: não existe uma classe de elite negra, ocupando cargos de destaque seja na iniciativa pública ou privada, em toda a cidade de Campo Largo. Quando tomamos a renda média da população preta, parda e branca não se observa uma relação tão discrepante, como pode ser confirmado na (TABELA 3) a seguir:

Tabela 3 - Relação entre declaração racial e renda média

Rendimento médio por cor ou raça	
Valor médio do rendimento mensal total nominal por cor ou raça - branca (A)	1.195 R\$
Valor médio do rendimento mensal total nominal por cor ou raça - preta (B)	931 R\$
Valor médio do rendimento mensal total nominal por cor ou raça - parda (C)	874 R\$

Fonte: Dados censitários do IBGE (2010)

Apesar de discrepantes, as relações entre as rendas médias são mais equitativas do que aquelas observadas no cenário nacional. Na verdade, se compararmos o rendimento médio em relação à declaração racial no cenário nacional (TABELA 4), observa-se que a renda média da população de Campo Largo é muito mais equivalente e superior, seja em números absolutos ou na distribuição segundo declaração racial. Enquanto no cenário nacional a relação entre renda média da população branca e da população preta é 1,8 maior, seguida pela relação entre população branca e parda 2,05. No caso de Campo Largo, observam-se as seguintes relações: renda da população branca 1,3 vezes maior do que a da população preta e 1,4 vezes maior do que a população parda.

Tabela 4 - Relações entre renda média e declaração racial (Brasil)

Cor ou raça	Total	Renda média
Branca	77 787 902	1 020,00
Preta	12 974 794	539,96
Amarela	1 824 789	994,22
Parda	68 779 712	496,04
Indígena	616 927	345,91
Total	161 990 266	756,19

Fonte: Dados censitários do IBGE (2010)

A despeito da igualdade construída nas rendas médias, é possível observar uma grande desigualdade em relação à constituição da elite de Campo Largo. As faixas de renda da cidade são dispostas pelo IBGE na forma de números de salários mínimos. Observando-se os índices como um todo, percebe-se um salto geral entre aqueles que ganham de três a cinco salários mínimos e aqueles que recebem entre cinco a dez salários mínimos¹⁷. Dado o salto observado, reconheço este estrato como uma classe média alta da cidade, pois inclui um número distinto de pertencentes (2,6% da população total). Considerando estes dados, observa-se que a proporção de 20,02% de pessoas de cor, observada no total populacional, não se reproduz nesta faixa de renda como pode ser visto na (TABELA 5).

Tabela 5 - Relação da distribuição racial na elite econômica da cidade de Campo Largo.

Relação de pessoas que declaram renda entre 5 a 10 salários mínimos	
População residente - cor ou raça - Branca	2.734
População residente - cor ou raça - Parda	225
População residente - cor ou raça - Preta	38

¹⁷ Salário mínimo referente à R\$547 reais, valor nacional.

Dos que se declaram pretos, apenas 38 pessoas ganham entre cinco e dez salários mínimos, totalizando 0,03% da população. Entre a população parda, os dados indicam que 0,22 % pertencem à elite econômica local. Entre a população branca, os dados sobem para 2,43%. A diferença é o bastante para produzir uma elite econômica local essencialmente branca, mesmo que a população de cor comporte 20,02% da cidade. A linha de proporção entre indivíduos brancos que ganham de 5 a 10 salários mínimos e indivíduos negros e pardos é superior a 10 vezes. Estes dados demonstram hipóteses que já observava em campo, sustentadas pela percepção de que a elite local é quase que inteiramente branca, contando com um número muito pequeno de pessoas de cor.

Retomando a proposta de Carlos Hasenbalg, observa-se que a iniciativa de dividir as estatísticas sócio demográficas entre a população branca e não branca dá indícios de um contexto social onde os bens socialmente reconhecidos, principalmente a habitação e ocupação do espaço urbano, estão distribuídos segundo padrões étnico-raciais singulares. Cabem, entretanto, algumas ressalvas. É preciso ressaltar que não disponho de qualquer reflexão a respeito das condições de levantamento destes dados, e neste sentido cabe a pergunta: até que ponto os índices populacionais do IBGE representam as características étnico raciais da população de Campo Largo?

Dois indícios demonstram a validade destes dados: a experiência de divulgação do concurso, que permitia transitar por estes bairros privilegiados, e de fato, não se via a existência de uma população de cor. Outro dado interessante é a inexistência de qualquer indivíduo Sem Declaração, ou seja, sem especificar, segundo estas características do Censo, sua cor ou raça. Estas condições levam a pensar que, ao menos em alguma medida, as categorias do censo fazem sentido para a população local, que se organiza a partir destas cinco categorias. Justifico, mais uma vez, esta postura macro sociológica e estatística como uma alternativa para se desvencilhar do papel que obtive no decorrer do trabalho de campo, sempre atrelado à discussão promovida a partir de Alexandre e circunscrita ao trajeto de divulgação do Concurso. Estes dados ajudaram a consolidar uma perspectiva sociológica e um guia durante o aprofundamento da dissertação, e ao mesmo

tempo, observar a população afro-brasileira de Campo Largo com uma perspectiva diversa daquela promovida pela C.A.B.

O contexto histórico da ocupação de Campo Largo e a construção de um imaginário étnico normativo.

A ocupação da região data do período do final do século XVIII, e era a época, uma freguesia de posse do coronel Antônio Luiz, localmente conhecido como “tigre”. A memória de Tigre como pioneiro da cidade aparece na literatura especializada como em Ferreira (1996, p. 210), Martins (1995) e Wachowicz (1988, p.78), mas também em documentos oficiais do governo da cidade. No segundo caso, conto com uma valiosa fonte de pesquisa, um panfleto distribuído à população gratuitamente pela prefeitura municipal, no ano de 1970, em ocasião da comemoração do centenário do município.

Na leitura destas fontes, observa-se a referência ao pioneirismo de Tigre, português de nascimento, como um grande agente de conquista do “sertão bruto e inculto” (WACHOWICZ, 1988, p.78) que existia na região dos campos gerais. Seu poder civilizador é representado pelo papel na construção da primeira capela da região, erguida em homenagem à Nossa Senhora da Conceição em Sesmaria de sua propriedade, região conhecida como Tamanduá. Ao mesmo tempo, Tigre teria desempenhado papel fundamental no ataque aos “fugitivos e bandidos” (WACHOWICZ, *ibidem*) que se entrincheiravam nas matas ao redor do município. Tratavam-se de escravos fugidos de São Paulo e de Curitiba, e sua captura foi endossada pelo poder público e presidida por Tigre:

Os “quilombolas” e os “galafreses” tornaram-se um perigo para a sociedade nascente dos campos gerais. Contra esses “foras da lei” investiram homens determinados, como Antônio Luiz “Tigre”, fundador da fazenda tamanduá, com expedições punitivas. Para combater estes bandidos, cujo perigo era crescente, inclusive para os tropeiros que vinham do sul, o capitão general de São Paulo autorizou a Câmara de Curitiba a nomear “Capitães do Mato” que, em companhia de africanos e índios carijó do litoral, dessem buscas, combatessem e aprisionassem os fora da lei. Se estes, resistissem à prisão, poderiam atirar para matar. (WACHOWICZ, 1988, p.78)

É interessante notar que na memória de Tigre expressa nos textos oficiais do governo municipal, tanto no folheto de 1970 como em sites governamentais¹⁸, a referência ao pioneirismo do sertanista é mantida, mas seu envolvimento com o ataque às comunidades quilombolas foi sumariamente apagado. Vale a referência à comunidade descrita nos textos de Wachowicz como próxima do local onde hoje se reconhece um núcleo de comunidades quilombolas, composto por três agrupamentos: Palmital dos Pretos, Sete Saltos de Cima e Sete Saltos de Baixo.

Mesmo sendo ocupada desde meados do século XVIII, a grande expansão da população na região acontece com a Grande Imigração, entre os períodos de 1850 e 1929. Pode-se dividir esta imigração em duas fases: um período de imigração financiada pelo estado, entre as décadas de 1850 e 1880 (principalmente durante o governo de Adolpho Lamenna Lins) e fundada na substituição do trabalho escravo, e um período de 1880 a 1929, centrado na expansão das fronteiras do oeste paranaense. Grande parte das colônias de Campo Largo, como a colônia Dom Pedro, Thomaz Coelho, São Silvestre, entre outras que foram fundadas neste contexto, e atendem aos princípios definidos por estas disposições políticas e demográficas.

No livro *O Paraná e seus municípios*, Ferreira (1996) defende a tese de que estas primeiras políticas migratórias foram influenciadas pela expansão da Oligarquia Cafeicultura Nacional, que demandava a substituição de mão de obra escrava pelo trabalho assalariado do imigrante. Um dos exemplos de ação política destas elites se expressa na lei de terras de 1850, que *praticamente vedava ao imigrante acesso as terras devolutas do estado* (1996, p.71). Entretanto, o Paraná (e especialmente a região de Curitiba) tinham necessidades produtivas diferenciadas, como a produção de gêneros de primeira necessidade, de fontes alimentícias em geral. Não existia, no caso da província do Paraná, uma agricultura de *plantation* de exportação, nos mesmos termos que o café ou a cana de açúcar ocupavam em outras regiões do país. Talvez por estas condições produtivas, a assembleia legislativa da província do Paraná, na figura de seu presidente, promulga em 1858 o seguinte relatório:

¹⁸ Para mais informações verificar:
<http://site.campolargo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>

...Não contando a Província com proprietários habilitados a receber colonos por salário ou parceria, porque, como sabeis, sua lavoura é chamada – pequena – portanto, a que menos presta a colonização por aqueles meios, é pela venda ou aforamento dos pequenos lotes de terras por módico preço, que há de se realizar, em meu entender, a colonização desta Província. (CURITIBA, Assembleia Legislativa, 1858)

Os primeiros assentamentos de imigrantes na cidade de Campo Largo seguiriam, desta maneira, princípios de organização fundados na pequena propriedade e na cultura da lavoura. Tratamos do estabelecimento de um sistema produtivo, mas também, de uma lógica de sociabilidade, centrada na pequena comunidade de imigrantes, com referências locais de etnicidade e cultura. Trata-se, portanto, da constituição de um campesinato “cuja base fundiária é a pequena propriedade policultora trabalhada pela família do proprietário; camponeses que mantêm um estilo de vida próprio, um modo de produção específico, apesar das transformações ocorridas desde o século passado e das pressões do capitalismo” (SEYFERTH, p. 21, 1990). Ainda perseguindo a inspiração do trabalho de Giralda Seyferth, em *Imigração e cultura no Brasil*, encontramos a importância da identidade étnica (que para autora se caracteriza pela valorização do idioma de origem, valores morais e religiosos) para a construção da coesão em torno destas sociabilidades. Em Campo Largo estas características se reafirmam pelo mantimento da língua materna e pelas expressões culturais, pela valorização de danças típicas, da culinária, etc.

O que nos importa nesta questão é mostrar em que medida estas conjecturas históricas e sociais acabaram por criar condições materiais da construção de uma referência simbólica de hereditariedade europeia e de pertencimento étnico únicos, relativos àquele contexto. Acredito que a vivência deste ambiente de sociabilidade oferece aos habitantes do município um referencial prático de pertencimento indentitário, reforçado por: (I) a constante mobilização de descendência destes espaços de sociabilidade e, por conseguinte, (II) da hereditariedade europeia (III) cultuada em espaços públicos como clubes e festivais (IV) e oficializada pelo discurso de órgãos governamentais da cidade.

Uma fonte muito interessante que permite esta interpretação é uma brochura de 1970, produzida pela prefeitura do município, em comemoração ao 1º centenário da cidade. O pequeno caderno de 63 páginas traz informações demográficas, atrações culturais e perspectivas econômicas da cidade. Naquele tempo, a cidade era essencialmente rural e os gestores públicos sonhavam com o progresso que a indústria e comércio trariam para o município. Promessas de incentivos fiscais, melhoria no sistema de transportes e escoamento da produção tentam, através de textos e imagens, atrair empresários para o município, que aquele momento já era conhecido como “capital da louça”. Na página inicial, o prefeito Emigdio Pianaro, de evidente ascendência italiana, exaltava o futuro da cidade com um olhar no passado da região:

Ciente e orgulhoso do privilégio de ser o prefeito do 1º centenário da emancipação política de nosso Município, como modesto homem do povo, sinto a mesma emoção que o resto dos meus conterrâneos e participo com eles da alegria que tal evento proporciona a todos nós, filhos daqueles antepassados que, pelo trabalho desenvolvido, nos legaram os alicerces sobre os quais conseguimos edificar esta sólida e expandida realidade que é o Campo Largo de nossos dias.

Nesta evocação não poderíamos deixar de render nosso preito de gratidão e homenagens aos heróis anônimos que vindos dos mais distantes rincões, contribuíram com o seu acervo na formação étnica, cultural e técnica de nosso povo... (CENTENÁRIO de Campo Largo, 1970, p.22).

Esta exaltação revelava o papel que a imigração detinha na esfera de construção de um imaginário oficial local, sempre vista como fundamental para a composição cultural da cidade, fruto do pioneirismo e do trabalho livre. Em outras passagens da brochura estampa-se o anúncio de clubes sociais e desportivos, como o clube Macedo Soares. O texto liga as origens do clube a uma congregação de agricultores poloneses, e acabou por se tornar um clube social com atividades culturais e uma programação bastante movimentada. Assim, a presença deste imaginário não era apenas composta pela narrativa oficial, mas também, ocupava o espaço público a partir destes centros de sociabilidade.

Entretanto, a principal questão que levanto na leitura deste material é a partir do anúncio de uma banda de folclore polonês que se apresentaria na cidade. Na última página da brochura, o material traz o anúncio da apresentação do *Grupo Folclórico União Juventus* nas festividades do centenário, apresentando canções e

danças polonesas. O grupo já havia se apresentado na cidade do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, em festas de cerveja e em teatros municipais, financiado pelo departamento de cultura do Estado.

O que este anúncio explicita é que já existia, à época, um cenário municipal de valorização cultural, promovido com recursos públicos, e selecionado a fim de representar hábitos culturais locais. A construção deste imaginário da imigração era, portanto, política de governo do município há muito tempo, trazendo uma performance em espaços públicos representando modos de fazer que remetiam à imaginação do passado colonial.

Hoje em dia, estes eventos culturais são importantes para a cidade na medida em que reforçam, publicamente, a origem europeia da população local. É possível citar, por exemplo, a realização da semana italiana, um evento anual que chega a sua 20ª edição no ano de 2012, e é reconhecido pelo site da prefeitura como tradicional festividade reúne a cultura e a gastronomia típicas da Itália. O evento é amplamente conhecido no município, e segundo dados oficiais, agrega mais de 10 mil visitantes que celebram práticas culturais como jogos de bocha, degustação de comidas típicas e músicas folclóricas. Trata-se da celebração de um conjunto de práticas, socialmente reconhecidas como folclóricas, que remetem à origem da população da cidade, e em última instância, constroem esta ponte sincrônica e celebrativa com a imaginação de um passado comum à maioria dos habitantes da cidade.

Outro evento importante neste sentido, e da mesma forma fundamental para a pesquisa, é o concurso de Miss Campo Largo. Concursos deste tipo são comuns na cidade há muitos anos¹⁹, mas o evento alça reconhecimento a partir do ano de 2005, coordenado pela empresária do ramo de beleza, Terezinha Jenichen. O evento premia anualmente a rainha da louça de Campo Largo na categoria adulto e, na categoria infantil, as princesas da cidade de Campo Largo. Se observarmos as

¹⁹Este tipo de evento acontece também em outras cidades da região metropolitana, como Curitiba e São José dos Pinhais. Existe um circuito de concursos que premia as meninas em nível municipal, habilitando a participação no concurso estadual e consequentemente a nível nacional. Em alguns contextos, este tipo de premiação de beleza está associado a festivais de colheita de produtos coloniais, como no caso de São José dos Pinhais, que premia a rainha da festa do vinho na cidade.

ganhadoras do concurso²⁰, desde o ano de 2005, é possível notar a preponderância, e até mesmo exclusividade, de candidatas com fenótipo branco, muitas vezes com cabelos claros, enfim, com uma estética completamente diferente das candidatas que participam do Concurso de Beleza Afro. É interessante notar, a partir das informações disponíveis na internet sobre o concurso, a tentativa de caracterizar a atividade como *oficial do município*, ou seja, ambiente em que se premia *de fato* a garota mais bela da cidade. Os jornais da cidade tem um papel fundamental nesta oficialização do evento, e divulgam as atividades do concurso de Miss Campo Largo como parte de um calendário *fashion* oficial da cidade. Uma hipótese que não pude confirmar, é que este movimento de oficialização acompanha o estabelecimento dos concursos de beleza afro da C.A.B, que devido a receptividade por parte da população local, ameaçavam o caráter “oficial” do concurso de Miss Campo Largo.

Se pudemos observar a construção deste imaginário no discurso público, na historiografia oficial e na arena cultural da cidade, cabe a reflexão: este processo de construção discursivo produziu, no que se trata do ordenamento simbólico local, uma identidade eurocêntrica. Como se colocam aqueles que não podem mobilizar este passado comum e, mais importante, como são vistos (ou não vistos) pela população local, majoritariamente branca?

O caso da escola Pedro II e a condição de invisibilidade dos estudantes negros

O que estas referências mostram é a mobilização de uma memória associada à imigração e ao pioneirismo da região e, ao mesmo tempo, da construção de cenário cultural que premia práticas sociais associadas a este imaginário. Não obstante, existem contextos sociais ainda ocupados majoritariamente pelos descendentes destes colonos, com alguns poucos moradores que chegam recentemente, principalmente depois da abertura de um mercado de terras na região. Tive acesso a um destes contextos de sociabilidade, construídos a partir da história da imigração e do assentamento de colonos, quando visitei a escola Pedro II (localizada na colônia com o mesmo nome) a fim de divulgar o Concurso de Beleza

²⁰ Algumas fotos podem ser consultadas pela internet, através do perfil da empresária em redes sociais. Ver: <http://www.facebook.com/terezinha.jenichen/photos>

Afro. O assentamento foi fundado em 1876 pelo então governador da província Adolpho Lamenha Lins, contando à época com 226 hectares, povoado por 38 imigrantes poloneses, suíços e ingleses. Segundo consta no projeto político pedagógico da escola²¹, o colégio foi fundado como instituição particular, de cunho confessional, com o intuito de “criar um intercâmbio entre os isolados moradores do local com as localidades circunvizinhas, amenizando o seu isolamento” (Projeto Político Pedagógico da escola Pedro II, p.5, 2010). A partir de 1938 a escola é incorporada ao plantel de instituições públicas de educação, ofertando desde então ensino fundamental, e a partir do ano de 1998, ensino médio de caráter regular.

Fiz minha primeira visita ao colégio no ano de 2010 para divulgar o 3º Concurso de Beleza Afro promovido pela C.A.B. No caminho para o estabelecimento, Alexandre me alertou que a diretora era *casca grossa* e avessa a sua participação naquele ambiente. Como é de costume na divulgação do concurso nos colégios, primeiramente nos dirigíamos à diretoria da escola a fim de nos identificarmos, expressando o interesse de visitar as salas de aula e divulgar o evento. Logo na primeira visita, enfrentamos diversos entraves promovidos pela administração, situação que não se repetia na maioria das instituições visitadas. Os responsáveis pedagógicos requisitaram documentos que atestassem a validade pedagógica do projeto, bem como autorizações dos núcleos regionais de educação. A espera na sala de visitas deixava Alexandre inquieto, inconformado frente ao questionamento promovido pela administração:

Alexandre: É isto que eu te falo André, sobre o racismo que a gente vê aqui na cidade. Mas deixa para mim, por que depois eu vou cornetar lá para a Maria Joana (secretária de educação à época), vou detonar essas freiras aqui.

O impasse com a administração da escola teve fim com uma ligação para a secretária da educação, um contato que Alexandre estabeleceu a partir da vivência no espaço universitário. O percurso entre a administração e as salas de aula foi acompanhado por uma das eclesiásticas que trabalhava como supervisora

²¹Disponível em:

<http://www.clgpedro.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/3/420/680/arquivos/File/PPP2010.pdf>.
Acessado em 3 de setembro de 2012.

pedagógica no colégio. Ao tomar conhecimento de nossa empreitada, a professora se mostrou surpresa pela natureza da ação:

Freira: Ah, mas eu acho que vocês não vão achar muitas crianças aqui pra participar deste evento de vocês. É por que aqui nós não temos muitas crianças negras, a maioria é descendente de poloneses.

Alexandre: veja bem, o mais importante não é só o evento, mas o processo pedagógico envolvido, que faz parte da implantação da lei 10.639 e da 11.645.

O discurso da supervisora é reforçado, em outros termos, no projeto político pedagógico da escola. Este documento é importante por estabelece as diretrizes para o funcionamento da instituição, os princípios que regem a prática pedagógica adotada. Neste sentido, o documento é todo povoado com referências à branquitude de seus alunos. No item “Perfil da Comunidade”, a escola apresenta resultados de um levantamento a respeito de seus alunos. O documento não dispõe das condições em que esta pesquisa se realizou, mas revela resultados importantes para nossa análise:

Participaram da pesquisa 510 alunos, sendo os pais que responderam. A idade mínima dos alunos é de 11 anos e a máxima de 18 anos, onde 80% dos alunos do Ensino Fundamental e 92% do Ensino Médio, que devolveram a pesquisa. Os nossos alunos vêm provenientes de diversos lugares, como: Jardim Rondinha, Jardim Sereia, Cercadinho, Vila São Luiz, Timbotuva, Caratuva, Vila D. Pedro II, Colônia Figueiredo e Jardim Guarany. Também possui diversidade em relação as raças, diversidade cultural, e até de outros Estados como: Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso. Entre as origens e raças temos: poloneses, portugueses, brasileiros, italianos, russos e descendentes indígenas. (PROJETO político pedagógico da escola Pedro II, p.14, 2010. *Grifos são nossos*).

No texto, percebe-se uma mobilização do pertencimento indentitário a partir da normatividade da descendência europeia e também da migração interestadual. O que chama a atenção neste contexto é a existência de um grupo de alunos que são identificados como “brasileiros” frente aos “poloneses”, “italianos”, “russos” e até mesmo “portugueses”. Neste sentido, sustento a afirmação de que a população negra da comunidade se vê limitada pela representação de descendência “brasileira” dada a impossibilidade de mobilizar a ancestralidade nos mesmo termos em que

outros grupamentos conseguem mobilizar. Apesar de não dispor de dados específicos sobre as condições de realização da pesquisa, a existência destas categorias revela um mercado de termos de pertencimento identitário que, informado a partir dos limites da nação, define horizontes para a mobilização da ancestralidade comum aos alunos. O caso dos “brasileiros” da colônia Pedro II parece revelar a existência de uma negritude que não é reconhecida pelo discurso oficial da escola, condenada a mobilizar simbolicamente uma identidade genérica, destituída de uma história específica e de um passado comum àqueles alunos.

Esta discussão remete às propriedades do racismo brasileiro, debatido por Oracy Nogueira a partir de estudos de comunidade. Embasando-se em uma metodologia de coleta de dados similar a que tentei adotar, centrada em análises de dados sócio demográficos e condições de ocupação histórica de pequenos municípios²², Nogueira propõe a comparação entre a ética (ou ethos) que conduz as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos. Em *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem* o autor propõe um quadro de referências para interpretar as relações raciais no Brasil, tendo como base o método comparativo e o contraste entre tipos ideais. Ele afirma:

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem. (NOGUEIRA, p. 292, 2006)

²² Ver, por exemplo, o estudo conduzido por Oracy Nogueira na cidade de Itapetininga – São Paulo, em *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga* (NOGUEIRA, 1998). A pesquisa, neste caso, inicia-se pela análise das condições que promoveram a ocupação da região, em especial, no tocante a ao comércio e ao trabalho escravo na região. Em um segundo momento, Nogueira aborda a distribuição da população da cidade segundo a declaração de cor ou raça dos habitantes. Apesar de contar com dados pouco precisos, pesquisando em uma época em que as pesquisas estatísticas no Brasil eram incipientes, o autor demonstra como a estratificação das classes sociais da cidade acompanha uma distribuição de cor da população demonstrando a existência de três classes ou camadas sociais (p.161, 1998), percebidos por sua autonomia em relação ao trabalho manual. Neste sentido, a classe mais abastada era formada por profissionais liberais, seguida por um segundo estrato composto por comerciantes e prestadores de serviços e um terceiro patamar composto por trabalhadores braçais que vivem da venda de sua força de trabalho. Oracy Nogueira observa como o contingente da população parda se torna mais rarefeito quando se vai das classes menos privilegiadas às classes abastadas, e observa a circunscrição da população preta quase que exclusivamente à terceira classe identificada.

Perseguindo esta perspectiva comparada de definição de preconceito racial, o autor discute doze pontos para analisar a diferença entre o preconceito de *marca* e de *origem*. Observando este receituário, interpreto que o caso dos “brasileiros” da colônia Pedro II demonstram a existência de um preconceito local que justapõe, lado a lado, a origem e a marca desta população. Imagino que neste caso o preconceito de marca, ou discriminação a partir do fenótipo, sirva como subsídio para identificar aqueles que não mobilizam as mesmas origens normativas, construídas a partir da descendência de uma etnia europeia. Na verdade, o próprio Oracy Nogueira já dava indícios, no ano de 1955 quando publicou o referido artigo nos anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, que seriam necessários estudos que expandissem este modelo para além das amostras observadas, como afirma no final do artigo: *no que se refere particularmente ao Brasil, está, igualmente, a demandar pesquisa a questão da relação entre a imigração estrangeira e a frequência e intensidade das manifestações de preconceito* (NOGUEIRA, P.205, 2006)²³.

Para a nossa surpresa, a visita a este colégio e a experiência de divulgação nas salas de aula acabou sendo muito proveitosa em termos de números de inscrições. Na terceira edição do concurso participaram dois alunos do colégio Pedro II, que apareceram no dia do concurso a despeito da distância de suas residências do local onde era realizado o evento. Ao contrário do que afirmava a supervisora, existiam alunos no colégio que se identificavam com o discurso de Alexandre e se interessaram em participar do concurso. Sustento a hipótese de que esta identificação se construa a partir das condições de participação no concurso: trata-se de um evento destinado aos afro-brasileiros de Campo Largo e, em um contexto onde a negritude é reconhecida a partir da “brasilidade” de determinados alunos, o discurso de Alexandre fez todo sentido.

Confesso que pude observar nas salas de aula uma diversidade étnica bem maior daquela que esperava a partir do discurso das coordenadoras, o que revela

²³ Os estudos sobre preconceito racial no sul do Brasil muitas vezes operam a partir da análise do estabelecimento de ideologias de hegemonia racial e étnica, vividas pelas colônias teutônicas desta região com o culto ao pangermanismo e ao nazismo durante o período da segunda guerra mundial. É o caso, por exemplo, da pesquisa Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, em *Racismo no sul do Brasil: Heranças de um mito* (São Paulo, 1994). Minha discussão vai por um caminho diferente, já que não pude observar qualquer manifestação deste tipo de ideologia, mas sim, a situação de discriminação por parte destas instituições educacionais em decorrência da necessidade de identificar estas populações.

em minha opinião, a existência de um discurso a respeito da natureza étnica relativamente alheia à realidade social dos alunos do colégio. A percepção de que existia uma aceitação do discurso de divulgação naquele colégio fez com que retornássemos a este espaço em mais duas oportunidades, durante a campanha do 3º concurso. Em um momento em que é importante poupar recursos e tempo para aperfeiçoar a divulgação, nossas visitas àquele colégio eram, para Alexandre, informadas por implicações morais, *pra não deixar barato*, em referência ao episódio vivenciado na coordenação do colégio.

Esta experiência de interdição foi vivenciada também em outro colégio, desta vez, em uma instituição tradicional no cenário educativo e central na urbanidade de Campo Largo. O colégio Sagrada Família, também de cunho religioso católico, se tornou com o decorrer dos anos um *castelo inatingível*, como apelidou Valdemir Reis. O colégio também aparece na brochura de 1970, descrito como o “mais importante estabelecimento de ensino” (CENTENÁRIO de Campo Largo, p.21, 1970) e até hoje é reconhecido como um colégio de elites e de excelência na cidade. As desavenças dos militantes com esta instituição foram inúmeras, e a menção a este espaço sempre esteve associado à mesma moral descrita a partir da experiência com o colégio Pedro II.

A lista de empecilhos desencadeados pela instituição, no tocante à divulgação de eventos da C.A.B, é extensa e marcada por desavenças e acusações mútuas. No ano de 2010, a C.A.B promoveu uma série de eventos relacionados à formação de professores para a educação das relações étnico-raciais. O evento ocupou o espaço da Casa da Cultura, um ambiente público de celebração de atividades culturais que descrevo em profundidade no segundo capítulo. Na ocasião, participei do evento de maneira pontual, percebendo o contexto mais como *plateia* do que como *organizador*, pois as atividades letivas do mestrado ocupavam grande parte de meu tempo. O evento havia sido aprovado pela secretaria municipal da educação e pelo núcleo regional sul de educação para se integrar calendário educacional da semana da consciência negra.

O diálogo com a diretoria do colégio se iniciou com a aprovação pelos órgãos competentes, sempre expressando a institucionalização do evento a partir de sua inclusão em um calendário oficial. Inicialmente, a diretora havia expressado sua

colaboração com a proposta de Alexandre e Valdeci, prometendo uma liberação das atividades dos docentes para participação no evento. Entretanto, no dia de realização do evento, nenhum docente do colégio esteve presente, mesmo aqueles que mantinham um contato mais próximo com Alexandre. Através de conversas com estes professores, descobrimos que a diretora havia negado a liberação dos professores de suas atividades, alegando que os alunos *não podiam ficar sem aula naquele período*. Independente dos motivos objetivos que conduziram a esta deliberação de última hora, entre os militantes se estabeleceu um clima de descrença e desrespeito com suas reivindicações. A partir deste momento, nossa entrada no colégio sempre foi interdita, impossibilitando a divulgação do concurso naquela instituição. Em visitas posteriores ao colégio, a entrada em salas de aula era impedida com o argumento de *atrapalhar no processo pedagógico*, alegando que a escola já cumpria com o calendário proposto pela secretaria municipal de educação.

O que se observa, a partir destes dois relatos, é a interdição dos espaços educacionais promovida pela administração destas instituições sempre alegando, implicitamente, a improbidade do projeto dos militantes. As justificativas para estas interdições nunca foram descritas como uma discrepância objetiva de projetos políticos pedagógicos, ou seja, a noção de que o conteúdo trabalhado nestes eventos era incompatível com a visão política da escola. O que aparece, nestas situações, é o acionamento de dispositivos burocráticos para desqualificação das atividades dos militantes, uma situação que não é comum a maior parte das relações com as escolas públicas do município.

A importância das Leis 10.639/03 e 11.645/08 para o contexto educacional e para os militantes da C.A.B

Minha interpretação a respeito destes acontecimentos parte da experiência de divulgação em outros colégios da cidade, que na maioria das vezes recebem os militantes sem entraves burocráticos. Ao contrário do tratamento recebido no colégio Pedro II, a maioria dos coordenadores pedagógicos recebe a divulgação do concurso como parte das atividades pedagógicas da sala. Em verdade, na maioria

das escolas que visitei, professores e coordenadores relatavam dificuldade em tratar as questões curriculares definidas a partir da promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, e se encontram abertos para experiências pedagógicas que permitam trabalhar as questões.

A incorporação destes currículos nas escolas básicas acontece a partir de uma série de trâmites burocráticos e administrativos. O assunto já foi debatido por outros autores em profundidade²⁴, e penso não ser meu objetivo tratar neste espaço das implicações pedagógicas mais gerais promovidas a partir da implantação destas leis. Entretanto, no caso de Campo Largo, a implantação destas leis tem consequências práticas para a atuação dos militantes C.A.B.

No caso da escola Pedro II e do Colégio Sagrada Família, a menção a estas leis em diálogos com a administração da escola servia como prática de afirmação do *Você sabe com quem está falando?*, discutido como prática cotidiana brasileira por Roberto Da Matta, em *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* (1990, p.146). No texto, Da Matta explora este enunciado como prática de inversão pública das noções sociais de *indivíduo* e *pessoa*, uma espécie de dispositivo comum que, quando acionado, retorna disposições hierárquicas entre dois ou mais locutores, em especial nas situações em que, em tese, prevaleceria a igualdade formal das relações não pessoalizadas. A prática, ele defende, é *uma recusa exaltada do não saber, já que ele impede que o interlocutor deixe de saber com quem está interagindo* (1990, *ibidem*).

No momento em que a competência de Alexandre era questionada, a partir do reconhecimento de sua experiência enquanto *pessoa* negra, Alexandre se colocava como um representante das políticas públicas em questão e, portanto, *indivíduo* que cobrava enquanto *cidadão* a inclusão destas temáticas no ambiente escolar. Nestes momentos Alexandre César acionava, sempre que necessário, seus contatos com outras instituições de ensino e de governo, a *carteirada*, em suas próprias palavras. O reconhecimento dos professores e dos coordenadores pedagógicos das implicações legais da não inclusão destes currículos acabava por garantir a efetividade do discurso de Alexandre, possibilitando o acesso a espaços interditos

²⁴ Ver, por exemplo Gomes (2011), Santos (2010) e Souza (2009). Cabe a observação de que grande parte deste contexto é explorado por pesquisas na área de educação e relações étnico raciais.

pela administração, como na escola Pedro II. Quando a escola ainda não havia recebido a comitiva de militantes, o discurso na administração sempre se utilizava destas leis para demonstrar estas disposições cidadãs:

Alexandre: É importante salientar professora, que nossa proposta se enquadra perfeitamente na leis 10.639 e 11.513, com o intuito de promover a cultura e a história afro. Nosso objetivo é criar a visibilidade dos alunos, promovendo todo processo de estética, corporal e indentitário. Além do que eles gostam do concurso de beleza, se envolvem, etc..

Em segundo lugar, é importante perceber que a necessidade de implantação destas leis acabou por incluir no calendário oficial de educação do estado do Paraná uma semana para discussão da consciência negra. A atividade faz parte de um conteúdo programático mais geral, promovido pela Secretaria de Estado da Educação (SEED – PR), orientando as escolas a incluírem em suas atividades discussões que atendam a este cronograma. Pode-se dizer que existe uma pressão institucional para a criação deste calendário a partir das falas das coordenadoras pedagógicas, que muitas vezes descrevem estas atividades quando chegávamos às Secretarias das escolas. Assim, o processo de divulgação do Concurso de Beleza Afro é concomitante com um calendário pedagógico mais geral, que perdura normalmente por todo o mês de novembro²⁵. Neste sentido, a legislação que precede legitima a ação de Alexandre e colabora de maneira singular para promover algum tipo de reconhecimento de seu discurso, já que este tipo de texto normativo reconhece objetivamente (nos termos da lei) a diferença hierárquica entre referenciais históricos, a dizer, a visão eurocêntrica e cumulativa de história frente a perspectivas diaspóricas de história.

É possível afirmar que a entrada dos militantes nas escolas é facilitada pela instauração de uma semana da consciência negra, período em que a escola carece de *práticas e atividades escolares* para abordar a temática. Muitas vezes, Alexandre assumiu o papel de professor nas salas de aula, colocando-se como um especialista capaz de tratar o tema *do ponto de vista científico*. Pequenas palestras eram então organizadas, e de forma improvisada, estabelecia-se uma discussão em torno dos

²⁵ Como pode ser visto em A INSTRUÇÃO N.º 009/2010 – SUED/SEED (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Paraná, 2010)

principais conceitos a cerca das *políticas de ação afirmativa*. As palestras organizavam espaços de formação para os alunos, sempre orientadas para a desconstrução dos preconceitos sobre a África e a população negra brasileira, e a partir deste debate promoviam o Concurso de Beleza Afro. Tratarei do teor destes discursos em profundidade no segundo capítulo, mas por hora, vale destacar que a fala de Alexandre muitas vezes assumia um papel formativo no ambiente escolar, reconhecido pelas professoras como uma fala especializada. Para os militantes, estes ambientes são pensados para além de um espaço de divulgação de eventos culturais ou de ações políticas, se colocando como um momento de reflexão e ensino formal. A partir da minha experiência em Campo Largo, é possível afirmar que a promulgação destas leis acabou por estabelecer condições institucionais para a atuação de atores políticos negros como Alexandre e Valdeemi.

O papel de outros militantes na divulgação do concurso

Muitas vezes, a divulgação nos colégios era conduzida por outros militantes da C.A.B, alunos dos colégios visitados ou recém graduados no ensino médio. Meu contato com estes jovens ficou circunscrito às divulgações e aos eventos da C.A.B, quando conversávamos a respeito das atividades de militância e sobre a vivência no ambiente escolar. A partir desta vivência juvenil, os alunos abordavam os colegas que imaginavam que participariam do Concurso de Beleza Afro, relacionando-se a partir de códigos comuns a uma juventude negra local.

Estive em contato principalmente com Gerson, um dos primeiros militantes a incorporar as fileiras da C.A.B ainda no ano de 2008, um jovem negro de apenas 17 anos à época. Gerson é natural do interior de São Paulo, mas já vivia em Campo Largo há muito tempo: o bastante para se considerar “da cidade”. O que motivou sua participação no movimento foi sua experiência com o preconceito – em especial no ambiente escolar – com brincadeiras pejorativas advindas dos colegas. Ademais, como percebi durante nossas atividades na campanha, Gerson tinha uma predileção especial pela organização de eventos sociais, além de se apresentar com uma eloquência característica. Em mais de um momento, Alexandre fez referência a Gerson como um futuro líder da C.A.B, indicando o início de uma dinâmica de

sucessão. Na ausência de Alexandre ou Valdeci, Gerson conduzia a fala em salas de aula, a importante função de discursar. Devido a sua vivência como aluno do colégio CAIC – centro integrado de atendimento a criança – Gerson liderava a divulgação na região, localizado em um núcleo popular da cidade.



Figura 6 - Gerson no 3º Concurso de Beleza Afro, em 2010

Estabeleci outra relação de proximidade com Jéssica, aluna do colégio Júlio Nerone e jovem militante da C.A.B. Assim como Gerson, Jéssica acompanhou todo o processo de estabelecimento da C.A.B como militante, mas também, como candidata e participante do concurso. Sua primeira participação no evento aconteceu no ano de 2008, com 14 anos, concorrendo à categoria infante-juvenil. No ano seguinte, Jéssica foi consagrada campeã desta categoria, reconhecida pelo júri como uma “autêntica modelo”. Ela tinha as medidas necessárias que a profissão demandava: muito alta para sua idade, de silhueta fina e alongada.

A partir de sua participação no concurso e de sua consagração como Miss Beleza Afro, Jéssica entrou em contato com o mundo da moda, trabalhando em algumas agências de modelo da cidade de Curitiba. Como conversamos durante a divulgação, o ambiente institucional da moda a atraía pelo reconhecimento de sua beleza, principalmente de seus cabelos:

André: E você gosta de desfilar Jéssica, de ser modelo? Como foi sua experiência na Casa Blanca²⁶?



Figura 7 - Jéssica, momentos antes de transferir sua faixa à vencedora da categoria infanto-juvenil do ano de 2010.

Jessica: Ah foi legal pela experiência de ser modelo, de aprender a desfilar. Lá eu podia soltar meu cabelo, eles gostavam do meu cabelo como ele era, não queriam que eu alisasse.

A partir do terceiro concurso, Jessica passava sua experiência acumulada nos ambientes da moda institucionalizada para as garotas que concorreriam naquele ano. Trato desta relação em profundidade no segundo capítulo, mas por hora, cabe

²⁶ Esta agência era parceira da realização do concurso e ofertava, na condição de premiação, cursos de modelo às candidatas consagradas vitoriosas. Jessica participou de um destes cursos e a partir desta inserção foi contratada como modelo em algumas campanhas publicitárias.

ressaltar a importância dos dois militantes na divulgação do concurso. Outros jovens também participavam, em menor medida, do processo como um todo: Jonathan, Lessane e Felipe. Apesar de manter um contato superficial com estes jovens, dificultando a recuperação de suas trajetórias, ressaltou sua participação e importância na divulgação do evento.

Os casos de Gerson e Jéssica são emblemáticos de uma juventude negra que foi mobilizada a partir dos espaços criados pelo concurso. Ambos relatavam o reconhecimento de uma vivência em um espaço onde sua beleza e constituição estética era valorizada, o que os levava a engajar-se na organização dos eventos. Ao mesmo tempo, experiência com o concurso era socializada com os colegas de ensino médio, fazendo com que a participação destes jovens na divulgação fosse imprescindível para o sucesso do evento. Neste caso, vale as observações de Lívio Sansone sobre uma nova juventude negra baiana, que de forma análoga, organiza sua identidade:

centrada na cor e no uso do corpo negro; (...) tem uma ligação muito mais estreita com a cultura juvenil e com a indústria do lazer e da música; (...) tem uma orientação muito mais internacional do que em qualquer outra época; e deposita uma ênfase renovada no consumo. (DOMINGUES, *apud* SANSONE, p. 404, 2005)

No sentido apontado pelo autor, ambos tinham uma vivência com uma sociabilidade jovem que valorizava expressões culturais atribuídas à negritude. Gerson fazia parte de uma banda de pagode formada por colegas de ensino médio e Jessica estava ligada a grupos de dança de hip hop. O contato com estes grupos conferia aos militantes o acesso a uma negritude local, que se organizava a partir de práticas coletivas e se relacionava nas escolas de ensino médio. Grande parte dos alunos que compareceram ao concurso foi mobilizada pelos dois militantes, que acabavam por contribuir para construção do mapa dos afro-brasileiros de Campo Largo na medida em que sua divulgação alcançava uma juventude negra local de maneira mais próxima do que o discurso de Alexandre. Em termos práticos, Jessica e Gerson eram *nativos* da cidade, e podiam mobilizar símbolos locais que remetiam a uma negritude específica, diferente da imagem genérica construída nos discursos de Alexandre. Neste sentido, a relação dos dois com práticas que remetiam a uma

imagem socialmente reconhecida de negritude se aliava a sua experiência ontológica de engajamento na militância, criando uma imagem reconhecida de valorização estética. Penso que esta relação inspirava colegas a seguirem seus passos, visualizando no concurso uma possibilidade de participar em um evento público que valoriza uma estética e práticas culturais alheias a uma imagem majoritariamente branca de beleza, cultuada – como mostrei – em espaços públicos e no discurso popular.

Neste ponto cabe a reflexão de Renato Ortiz sobre as condições de elaboração identitária como “algo que se faz em relação a um referente” (2009, p.14), e que neste caso, está informado por práticas musicais e artísticas mais amplamente reconhecidas, como o hip hop e o pagode. Na situação de globalização, estas identidades estariam em constante negociação, e nunca são definidas de modo essencializado. A concepção de identidades em disputa, em processo de determinação, permite, por exemplo, falar de uma identidade hegemônica associada à negritude brasileira, que acompanhado daquilo que Ortiz chama de Modernidade-mundo, se assimila a movimentos globais de construção identitária. Apesar de tratarmos de práticas amplamente reconhecidas a ponto de configurar limites para uma comunidade imaginada, pensada aqui nos termos definidos por Benedict Anderson (1989), ela só faz sentido como identidade politizada, que ocupa um espaço central de valorização cultural, na medida em que é processada pela divulgação e pela realização do concurso. O que a ação destes jovens militantes produz é a mobilização de jovens em torno destas práticas reconhecidas de negritude, que somada à visibilidade operada no concurso, acaba explicitando a existência de uma população negra do município.

A criação de um mapa dos afro-brasileiros de Campo Largo a partir da divulgação do concurso.

A partir destas condições, caminhávamos pelas escolas no ano de 2010, sempre calculando o tempo e os recursos despendidos na empreitada, visando otimizar ao máximo nossas ações a fim de atender todo o público *afro* das escolas. Este foi o único ano que participei de forma mais ativa do processo de divulgação.

No primeiro concurso, este processo se realizou de forma improvisada, a partir das escolas que Alexandre mantinha contato como professor da rede estadual. No segundo concurso, no ano de 2009, Alexandre e Valdeci se dividiram e visitaram 22 instituições de ensino²⁷. A partir desta experiência, os militantes construíram uma espécie de mapa étnico, uma racionalização a respeito dos espaços urbanos e não urbanos da cidade em que seria mais possível encontrar *alunos afros* dispostos a participar do concurso.

A referência a este mapa aconteceu logo nas primeiras visitas às escolas, ainda no final de outubro de 2010. Durante este período, até o dia do concurso em 21 de novembro de 2010, minha rotina consistia de visitas às instituições de ensino durante o período da manhã e da tarde, pelo menos quatro vezes por semana, intensificando-se até se tornar uma prática diária na semana anterior ao concurso. A ação começava por volta das sete horas da manhã, com uma viagem de 15 quilômetros até a casa de Alexandre, que neste ano vivia na cidade de Campo Magro, município localizado entre a cidade de Curitiba e a cidade de Campo Largo. De sua casa, seguíamos para o norte pela rodovia do café (BR 276) até o posto Guarani, na divisa da cidade de Curitiba e de Campo Largo. Neste espaço, compartilhávamos um *cafezinho*, um momento de avaliar as ações e pensar em estratégias de divulgação.

A escolha das escolas que seriam visitadas era fundamentada por motivos práticos, e ao mesmo tempo, por compromissos morais. Em primeiro lugar, considerávamos o tempo e a distância entre cada colégio, a fim de criar um percurso otimizado entre as instituições. A segunda variável a se considerar era a frequência de participação dos alunos de determinadas escolas em concursos anteriores, induzindo a noção de que nesta região encontravam-se mais alunos *afro*. O compromisso moral com a administração das instituições também era importante fator de análise na elaboração de uma estratégia de divulgação. Parcerias em eventos passados, laços de amizade e de reconhecimento pelo trabalho realizado

²⁷ É importante lembrar que, em muitos casos, as instituições do município (responsável pela educação infantil, até a 4ª série do ensino fundamental) divide infraestrutura pública com as escolas do Estado (responsável pelo ensino da 5ª série do fundamental até o 3º ano do ensino médio, assim como a educação de jovens e adultos). Campo largo tem 34 escolas municipais e 24 estaduais, e imagino que grande parte divide espaço em um único conjunto de prédios. Neste sentido, em muitos espaços que visitávamos, nos dirigíamos primeiramente para a secretaria do município e depois do estado, e em alguns casos, o tratamento recebido variava dentro do mesmo espaço escolar.

informavam Alexandre nas escolas que *não poderíamos furar*, ou seja, tinham de ser incluídas no percurso. Na mesma medida, as escolas que colocavam entraves à divulgação também eram importantes *alvos* e incluíamos a divulgação para *bater de frente*. Assim, por vezes a estratégia de divulgação não era orientada apenas para o sucesso objetivo do evento (ou seja, a abrangência do público participante), mas também, pelo sucesso subjetivo de enfrentamento ideológico, como no caso da escola Pedro II. O que foi possível perceber, é que por meio destas alianças e conflitos traçávamos este mapa imaginado da população *afro* na cidade, um trajeto que circunscreveu minha experiência de pesquisa.

Esta racionalização do olhar sobre a população *afro* de Campo Largo também tinha o objetivo de construir argumentos para a disputa na arena política da cidade. Em negociação com vereadores por alianças, com empresários por recursos e com burocratas pela aprovação de trâmites, Alexandre se utilizava desta abstração para construir algum tipo de espaço político. O mapa apontaria, por exemplo, a existência de um eleitorado negro desmerecido na cidade. Para os empresários, Alexandre apresentava a importância do projeto social que a C.A.B realizava, e esta referência servia para demonstrar o público atendido por estas ações. Nestas falas Alexandre sempre apresentava dados parciais de participação dos alunos nos eventos, e sempre *jogando com os números* tentava dialogar com estes contatos.

Observando os trajetos que tomávamos, construí um pequeno mapa que representa as principais áreas da cidade que visitamos (FIGURA 8, p.64). Tento expressar na ilustração as condições que nos conduziram a estes destinos, meus acompanhantes naquele espaço, e as motivações da ação naquelas regiões. A partir destes aspectos, construí aquilo que chamei de *áreas de concentração*, ou seja, espaços urbanos onde circulávamos entre colégios, residências e empresas. O que me inspira a esta disposição dos dados é a ideia de *circuito* desenvolvida por Magnani, que mesmo concebida para relativizar a metrópole, penso, pode ser aplicada neste caso. Em *Os circuitos dos jovens urbanos, encontro e sociabilidade* (2005), Magnani recupera o conceito de Circuito, que na mesma direção de Mancha e Pedaço tem o sentido de descrever o uso social do espaço urbano. Frente a estas categorias, ele defende que a ideia de Circuito se define por:

“A escolha de circuito, dentre as categorias da família, deve-se à particularidade de ser a mais abrangente delas, pois, ao mesmo tempo em que permite identificar e construir totalidades analíticas mais consistentes e coerentes com os objetos de análise, também permite extrapolar o espaço físico, mesmo da metrópole, possibilitando recortes não restritos a seu território” (2005, p.177).

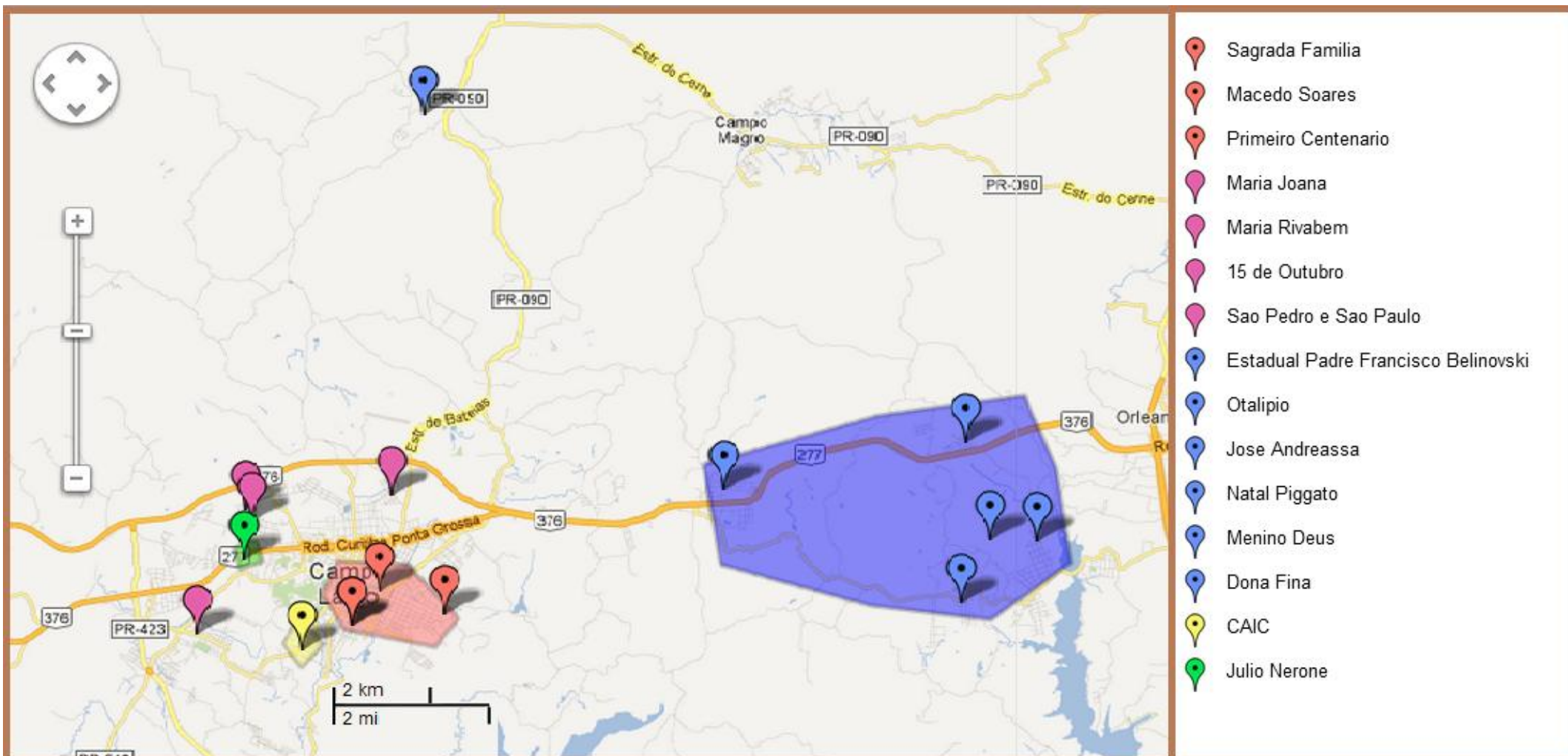
Os espaços físicos são, em nosso caso, as escolas e as casas de pessoas conhecidas pelos militantes, associadas a uma mesma região urbana da cidade. Pretendo representar estas áreas sugerindo que permaneci nestes espaços pelas seguintes motivações: (a) Pela cooperação oferecida pelas secretarias, (b) pela relação dos militantes com pessoas da região, mas também pelas (c) implicações morais da ação e pela (d) percepção de existência de uma quantidade significativa de *afros*.

Como é possível notar a partir região de concentração de cor *verde* e *amarela*, mantínhamos a divulgação nos arredores dos colégios onde Gerson e Jéssica – cuja participação no processo exploro a seguir – conheciam pessoas e mantinham relações de amizade. Nestes casos a recepção no colégio era também facilitada pelo fato dos dois militantes serem ex-alunos das instituições, poupando apresentações e a negociação nas diretorias. Como demonstrei no caso da escola Pedro II, a interdição promovida pela diretoria tem sempre a possibilidade de acontecer, e que soava como afronta principalmente para Alexandre, mas também aos outros militantes.

Ao mesmo tempo, as regiões hachuradas em *vermelho* e *azul* representam as áreas que visitei com Alexandre, perseguindo sua ordem de prioridades que definia o trajeto que tomaríamos. Nas áreas em azul, agrupei as escolas que passávamos a maioria do tempo de divulgação, a área onde Alexandre acreditava existir o maior número de *afros* de Campo Largo. Como mostrei no início do capítulo, estas áreas concentravam a maioria da população parda da cidade, o que, a grosso modo, constituía o grande público do concurso de beleza. Trata-se de áreas periféricas da cidade, onde, segundo Alexandre, *faltava tudo* em termos de ação do estado, desde infraestrutura urbana até projetos sociais e culturais. É nesta falta de ações do estado que Alexandre operava, apresentando o evento para a administração dos colégios como uma iniciativa cívica e educacional.

A área em vermelho agrupa os colégios concebidos pelos militantes como de *elite*, ou seja, aqueles em que estudavam uma classe privilegiada da cidade. Nestes colégios, o objetivo da divulgação não era apenas incorporar mais alunos para participar do evento, mas principalmente *bater de frente*, ou seja, criticar políticas educacionais do município, questionar as ações do governo municipal ou denunciar atos de racismo perpetrados por agentes do Estado. Estas atitudes caracterizavam aquilo que Alexandre chamava de mostrar as *ações afirmativas* aos políticos e à elite, que no caso da C.A.B se definia pela realização do Concurso de Beleza Afro. O que percebi nestes colégios é que a infraestrutura da escola era mais sofisticada do que a maioria dos colégios da primeira região: as escolas – principalmente o colégio Macedo Soares – contavam com mais recursos educacionais, como laboratórios de ciência e de informática, bibliotecas mais completas e um maior cuidado com o espaço físico da escola. Ao mesmo tempo, aqui se percebia que a maioria dos alunos era branca em oposição a uma minoria de alunos pardos claros. Em relação às regiões que trabalhei a partir dos dados do IBGE, os três colégios ocupam áreas centrais e valorizadas da cidade, bairros onde a maioria dos habitantes se identifica como branca.

Neste sentido, o que se pode pensar a partir da análise deste mapa é o processo de difusão do processo de divulgação em um determinado espaço urbano, que em meu caso, circunscreve-se pelos espaços que visitamos, pelo tratamento que recebemos e pelas implicações morais das ações. Este mapa foi feito em condição de movimento (*trânsito*) entre múltiplos espaços, que se organizam com certa *regularidade* de procedimentos, práticas e divisão social do trabalho: afinal de contas, toda escola tem uma gerência e uma sala de professores, assim como salas de aula, mas também, procedimentos burocráticos a serem cumpridos para realização da divulgação.



Ocupamos grande parte do tempo de divulgação nesta região da cidade conhecida como Ferrara. Optamos pela concentração na região por dois motivos: em primeiro lugar, a experiência com concursos anteriores demonstrava a participação massiva de público da região. Em segundo lugar, perseguíamos a percepção de Alexandre de que esta era uma região de concentração de "afros" na cidade.

Percorri a região do colégio CAIC (Centro de Aprendizado e Integração de Cursos) principalmente com Gerson. O jovem militante da CAB havia se formado neste colégio (o maior da cidade de Campo Largo, com quase 3000 estudantes) e restavam muitas amizades da convivência no Bairro. A partir deste conhecimento e inserção local, divulgávamos o concurso nas salas de aula, mas também nas casas de amigos de Gerson.

Integra alguns colégios muito conhecidos na cidade, tidos pelos militantes da C.A.B como de *elite*. Apesar de não notarem grande concentração de *afros* neste local, a divulgação seria importante (segundo Alexandre) para mostrar para os políticos locais as *ações afirmativas da C.A.B*. Nesta região encontra-se o Colégio Sagrada Família, de cunho confessional, que apresenta grandes resistências as propostas de Alexandre.

Nossa entrada neste grande colégio de Campo Largo se dava a partir de Jessica, jovem militante do C.A.B. Como ela residia na região, por vezes fomos ate casas de seus colegas para entregar panfletos e divulgar o concurso, uma estratégia para além do ambiente de educação formal.

Apesar destas regularidades, o processo de divulgação nunca se repete da mesma maneira em nenhuma escola, pois as características que descrevi – como o tratamento da administração e a moral atribuída à agência naqueles espaços – acabavam por definir o trajeto que seguiríamos. Aos poucos, foi se configurando o circuito que descrevi a partir da representação no mapa, inscrito a partir da experiência de divulgação do concurso.

Penso ser importante apontar que estas áreas não demarcam espaços restritos do trajeto, mesmo por que a construção deste mapa é posterior ao período de divulgação do concurso. Entretanto, operava no decorrer do processo a divisão entre *centro* e *bairro*, uma orientação mais geral que perseguíamos ao estipular a estratégia de divulgação do dia. O colégio Pedro II, por exemplo, se localiza fora da zona hachurada em vermelho – dentro da região hachurada em azul - mas as disposições que descrevi anteriormente definiam a visita a este espaço como uma ação para *bater de frente*. O colégio Macedo Soares, dentro da área vermelha, definido como um espaço *para bater de frente*, também permitiu a entrada dos militantes, mas com as seguintes ressalvas:

Diretora: Olha Alexandre, nós estamos dispostos a ajudar do concurso, até por que nós seguimos o calendário da SEED rigorosamente, temos nossa semana de consciência negra, etc.. Mas você precisa trazer um projeto, explicando como vai ser o concurso, detalhando tudo certinho: hora que começa, que vai terminar, quais as atividades pedagógicas envolvidas etc.

Este colégio é emblemático, pois é visto pelos moradores que conversei – e também pelos militantes - como um dos colégios mais tradicionais da cidade, e a partir disto, como um centro de excelência educacional. O panfleto do centenário de 1970 também faz alusão ao colégio – que aquela época era um grupo escolar – como um das instituições de *mais elevado estágio* de Campo Largo. Agindo a partir deste reconhecimento público de excelência e tradição, a administração da escola construía a necessidade de documentos que atestassem a validade pedagógica do evento, atitude que era vista por Alexandre como falta de crédito em seu trabalho, o que em sua visão

caracterizava uma espécie de racismo. É importante ressaltar mais uma vez que estas atitudes não faziam parte de um conjunto objetivamente orientado de doutrinas racistas e preconceituosas, comum às escolas que implicavam entraves à divulgação do concurso, mas sim, relativas a disposições subjetivas que questionavam a validade da ação. Frente à ação destas disposições subjetivas, Alexandre concluía:

Alexandre: André, só continuo vindo aqui no colégio pela baita infraestrutura que os caras têm. Eu já joguei a conversa na professora e ela vai ceder o teatro para agente fazer os ensaios antes do concurso. Vou te falar, os caras acham que a gente é vagabundo, que cai de paraquedas nas coisas.

Estas eram condições que conduziram a divulgação do concurso, informam a percepção e a construção de uma noção de negritude local, e em última instância, circunscreveram minhas atividades de pesquisa. Os dados a respeito da divulgação descrevem um pouco da tarefa exaustiva que descrevi neste capítulo: no ano de 2010 foram entregues mais de 15.000 panfletos, percorridos uma média de 300 quilômetros diários, afixados mais de 300 cartazes em aproximadamente 25 instituições de ensino a partir de jornadas diárias de 7 a 8 horas de trabalho. Mas qual foi o resultado deste esforço de divulgação? Afinal de contas, quem participa do Concurso de Beleza Afro?

Quem foi ao terceiro Concurso de Beleza Afro?

O objetivo deste capítulo foi descrever as condições em que os militantes da C.A.B divulgaram o Concurso de Beleza Afro na cidade de Campo Largo. Iniciei abordando os aspectos demográficos da cidade, demonstrando a baixa densidade populacional das pessoas de cor no município. Ainda com auxílio destes dados, demonstrei como a organização da urbanidade do município é informada pelas características étnico raciais da população, revelando a existência de áreas de concentração de pessoas brancas e da

população de cor. Por meio da análise dos aglomerados estatísticos, explorei a hipótese de que a população de cor reside nas áreas periféricas da cidade, ao mesmo tempo em que se observa uma ocupação das regiões privilegiadas da cidade por parte de uma maioria branca. Ainda perseguindo a análise estatística da população de Campo Largo, demonstrei a inexistência de uma elite econômica de cor na cidade, e avaliando a renda da população, observei que a invisibilidade da população de cor da cidade é promovida pela baixa concentração demográfica, mas principalmente, pela distribuição da declaração racial em função das categorias socioeconômicas da população.

Em um segundo momento, tentei explorar a construção histórica e social de um imaginário étnico local, recuperando discursos da historiografia oficial do estado e do município, assim como documentos históricos oficiais. Esta análise tinha o objetivo de mostrar que as referências locais de etnicidade são informadas por um processo de ocupação da região, similar a outros contextos migratórios no sul, centrados na pequena propriedade e alheios ao processo produtivo de *plantation*. Ao mesmo tempo, ainda me valendo destas fontes, mostrei a existência histórica de um espaço oficial de promoção cultural que se serve de símbolos cultuados por essa população de imigrantes a fim de produzir um imaginário local do cidadão campo-larguense. Defendi a tese de que a inexistência de uma densidade demográfica de pessoas de cor, aliada à existência deste tipo de imaginário, acabou por construir referências para uma branquidade muito específica, informada pela distribuição urbana da população, mas ao mesmo tempo, pelo discurso de negação da existência da diversidade étnica para além dos padrões descritos por este imaginário.

Recorrendo a minha experiência de campo, observei como estes fatores históricos e sociais eram vividos pelos habitantes da cidade e percebidos pelos militantes em seu trajeto de divulgação. Em especial, concentrei-me na relação que estes militantes mantinham com a administração das escolas públicas do município, um contato estabelecido a partir do processo de divulgação do concurso. Mostrei a existência de práticas do uso da autoridade sobre estes espaços educacionais para interditar o acesso dos militantes, e ao mesmo tempo, a importância que as prerrogativas legais alçam em garantir o acesso a determinados colégios. Sustentei a ideia de que o tratamento recebido neste

processo tinha implicações morais para os militantes – em especial para Alexandre – que realinhavam as estratégias de divulgação em função destas condições.

Por último, propus um mapa do estabelecimento da divulgação do concurso, levando em consideração o trajeto prático que percorri com os militantes e também as condições que expus acima. No mapa, encontram-se expostas áreas de concentração da divulgação, espaços urbanos em que permanecíamos com objetivo de aumentar o número de participantes no evento, mas também, de enfrentar aquilo que era percebido pelos militantes como uma oposição a suas propostas. Tomei o conceito de *circuito* para representar estas áreas, no sentido de que eram imaginadas por valores morais construídos no processo de divulgação. Cabe agora uma reflexão a respeito dos resultados da divulgação, trazendo dados sobre os concursos para pensar quem de fato frequentava estes ambientes.

Em primeiro lugar, vou tratar o resultado desta divulgação, a partir da presença dos candidatos e candidatas. A escolha por este enfoque é embasada na tese de que existe um imaginário étnico local, que opera de forma hegemônica na construção de referências simbólicas, e que a participação no espaço do concurso oferece uma alternativa de construção deste pertencimento indetentário, que tem implicações para a construção de pessoa dos participantes. Debato esta questão em profundidade em outros momentos, mas por hora, reflito sobre os alunos que participaram no ano de 2010.

Os dados que disponho sobre os participantes do terceiro concurso vêm de um formulário preenchido pelos pais e responsáveis dos alunos. Em um termo de responsabilidade, os responsáveis pelos alunos autorizavam, de antemão, *o uso da imagem para finalidades pedagógicas, e fotografadas no evento, isentando de responsabilidade os organizadores e patrocinadores*, preenchendo também o colégio, a idade e período escolar. Estes formulários eram entregues juntamente com os panfletos de divulgação do evento, e representavam para Alexandre uma maneira de se isentar de possíveis questões jurídicas, mas também, uma maneira de mostrar aos pais que *ele não*

estava de brincadeira, que tinha um trabalho sério. Estes dados tinham, no período da eleição, uma importância fundamental para a estratégia de divulgação da campanha: os formulários eram as únicas “certezas” a respeito da quantidade de alunos que participariam, e a partir da análise deste contingente novas ações eram pensadas a fim de direcionar a campanha.

O que é possível notar é que apesar de contarmos em antecedência com 35 alunos inscritos, no dia do concurso este número foi bastante alterado. Compareceram, de fato, 47 pessoas, em sua maioria parentes dos alunos, motivados a participar a partir dos ensaios que eram realizados previamente. A maioria dos participantes fora da idade escolar conheceu o concurso desta maneira. Em consequência das inúmeras tarefas no dia do evento, a coleta dos dados destes participantes de última hora acabava sendo prejudicada, e não pude elaborar maiores reflexões a respeito. Em relação aos alunos que entregaram o formulário antes do evento, compus a (TABELA 6) para demonstrar alguns dados.

Tabela 6 - Relação de alunos que entregaram o termo de responsabilidade antecipadamente.

Escola	Idade	Série	Turno	Sexo
Integração comunitária	7	2	Manha	FEMININO
15 de outubro	8	3	Manha	MASCULINO
15 de outubro	9	3	Manha	FEMININO
José Andreassa	9	3	Manha	MASCULINO
15 de outubro	10	4	Manha	FEMININO
Clotário Portugal	11	5	Tarde	FEMININO
Clotário Portugal	11	5	Tarde	MASCULINO
Clotário Portugal	11	5	Tarde	FEMININO
Primeiro centenário	15	1 colegial	Manha	MASCULINO
Júlio Nerone	15	1 colegial	Manha	FEMININO
Maria Joana	9	3	Manha	FEMININO
Júlio Nerone	17	2 colegial	Manha	FEMININO
n disponível	16	1 colegial	Manha	FEMININO

Escola adventista	7	2	Manha	FEMININO
n disponível	21	n disponível	n disponível	MASCULINO
n disponível	22	n disponível	n disponível	FEMININO
O ateneu	7	2	n disponível	FEMININO
Cebeja	17	n disponível	Noturno	MASCULINO
Primeiro de maio	10	4	n disponível	MASCULINO
Júlio Nerone	14	8	n disponível	FEMININO
Júlio Nerone	16	2 colegial	n disponível	MASCULINO
primeiro centenário	15	1 colegial	n disponível	FEMININO
Casimiro Karman	14	7	Manha	FEMININO
Clotário Portugal	11	5	Tarde	FEMININO
Dona Fina	10	4	Manha	FEMININO
15 de outubro	5	Pré 2	Manha	MASCULINO
Joaquim Boa vista	16	2 colegial	Noturno	FEMININO
Clotário Portugal	12	2 colegial	Tarde	MASCULINO
Clotário Portugal	13	7	Tarde	FEMININO
Almende Galdino	13	4	Manha	MASCULINO
José ribas Vidal	13	7	Manha	FEMININO
Clotário Portugal	14	5	Tarde	FEMININO
Júlio Nerone	14	7	Manha	MASCULINO
José Ribas Vidal	15	8	Manha	FEMININO
Júlio Nerone	13	7	Tarde	FEMININO

A partir destes números, pode se debater algumas questões. Em primeiro lugar, é possível perceber que a maioria dos participantes é composta por meninas (23 ao total, ou 65% da amostra), adolescentes (de 10 a 15 anos, 45%), que estudam no período da manhã (18 ou 51%) e que cursam o ensino fundamental. Em parte, estes dados podem ser resultado do turno em que concentrávamos nossa divulgação (a maioria das vezes pela manhã), mas isto ainda não explica a grande concentração de meninas adolescentes. A

incidência deste tipo de público talvez se deva à importância que concursos deste tipo alçam na cidade, e como ressaltado anteriormente, constroem uma imagem de beleza pública e reconhecida. Neste sentido, um concurso que valoriza um tipo de beleza e estética diferente de um padrão normatizado por concursos similares na cidade (como o conhecido concurso de Miss Campo Largo) atrai justamente as meninas que estão consolidando sua personalidade, e acredito, vislumbram a possibilidade de participar desta esfera pública de reconhecimento do belo. Volto à questão em outros momentos, mas por hora, reforço minhas conclusões a partir de entrevistas que realizei nos bastidores do concurso, onde diversas candidatas relatavam a importância de um concurso que *valorizasse sua raça, sua cor de pele (e principalmente) seu cabelo como ele realmente é.*

Contudo, o que é fundamental observar neste quadro são os dados a respeito dos colégios que figuram com alunos participantes do concurso. Se observarmos a (TABELA 7), é possível notar uma maior participação de alunos principalmente de três colégios: Clotário Portugal, Júlio Nerone e 15 de Outubro. Também chama atenção a presença de alunos de instituições que não visitamos como a escola municipal O Ateneu e a Escola Adventista. Isto revela que, apesar do circuito que percorri com Alexandre e os outros militantes circunscrever minha experiência de campo, a disseminação da divulgação do concurso não se limitava aos espaços que percorremos, ou seja, tomava caminhos que não respeitavam as estratégias que descrevi. É importante ressaltar que muitos destes colégios dividem espaço físico com as escolas listadas no mapa, e fazem parte das regiões que descrevi acima.

Nos colégios que mais trouxeram participantes ao concurso (Clotário Portugal, Júlio Nerone, 15 de novembro) a divulgação sempre acontecia com os jovens militantes da C.A.B. Muitos destes participantes eram colegas de Gerson e de Jessica, e foram atraídos para o concurso por se identificarem com o engajamento dos jovens. Eram estes jovens os grandes responsáveis pela maioria dos participantes: descrevendo suas experiências anteriores com o concurso, em termos que faziam sentido para seus colegas, Jessica e Gerson conseguiam atrair para o evento uma negritude jovem da cidade, justamente por estarem mais próximos de suas preferências e modos de

imaginar o mundo. Ademais, Gerson e Jéssica sabiam o que era ser jovem e negro em Campo Largo: o que cativava os outros alunos era a construção positiva que os jovens militantes faziam de seu próprio corpo e de sua personalidade. De certa maneira, Alexandre percebia esta relação, o bastante para afirmar que *não podíamos perder Jéssica e Gerson de maneira nenhuma*, mas não reconheciam que o que tinha apelo entre a população, de fato, era esta experiência próxima de negritude.

Tabela 7 - Quantidade de alunos por colégio participante

Numero de alunos presentes por colégio	
Clotário Portugal	7
Júlio Nerone	6
15 de outubro	4
n disponível	3
Primeiro centenário	2
José Ribas Vidal	2
Maria joana	1
Escola adventista	1
O ateneu	1
Cebeja	1
Primeiro de maio	1
Casimiro Karman	1
Dona Fina	1
Joaquim Boa vista	1
Almende Galdino	1
Integração comunitária	1
José Andreassa	1
Total	35

Entretanto, se os jovens militantes traziam o maior número de participantes, o bastante para *dar uma folga* e garantir o acontecimento do evento, a relação entre *bater de frente* e *ajudar os que não têm nada* era o que realmente conduzia toda a concepção das *políticas afirmativas* de Alexandre Cezar. Na medida em que novos alunos se inscreviam no concurso, novas frentes de disputa ideológica eram abertas, e relações que eram diplomáticas passavam a ser agonísticas. Cada novo inscrito dava para Alexandre – e também aos outros militantes, de forma menos conclusiva – a certeza de uma

divulgação efetiva, e em última instância, de que haveria uma negritude a ser defendida/representada na cidade. Entre a negritude universal representada por Alexandre e a experiência étnica local de Gerson, Jessica e Valdeci, o concurso foi se estabelecendo como espaço alternativo frente ao imaginário cultural hegemônico da Cidade, e por estas condições, pode existir no cenário público de valorização cultural.

,

Cabelos alisados, crespos ou encaracolados: origens, transformação e consolidação do Concurso de Beleza Afro.

Introdução

A discussão proposta no primeiro capítulo tem o objetivo de elucidar o contexto social de Campo Largo, a especificidade histórica e étnica da região, e assim, construir um ambiente descritivo que posiciona atores, discursos e conflitos sociais dentro de um espaço de sociabilidade com referências próprias de identidade e pertencimento local. Optei por descrever estas condições a partir de minha inserção na divulgação do Concurso de Beleza Afro, percebendo estas especificidades sociais a partir do trajeto de divulgação e dos dados obtidos neste percurso, e ao mesmo tempo, assumindo os limites de uma interpretação circunscrita por esta experiência de pesquisa. Neste capítulo, desloco o olhar e a reflexão construídos com a divulgação do concurso para descrever o evento em si mesmo, ou seja, aquilo que é construído e celebrado neste evento social, com a vantagem de estar observando um ambiente de sociabilidade desde sua origem, suas transformações estruturais e seu estabelecimento no cenário cultural e político da cidade.

Com este horizonte em mente, é preciso ressaltar que a escolha do concurso como enfoque da discussão surgiu com o decorrer da pesquisa, na medida em que o evento foi se estabelecendo como a principal ação da C.A.B, ao passo em que a atividade era reconhecida por educadores, políticos e promotores de eventos sociais como evento regular, integrado à semana da consciência negra. No decorrer de toda a pesquisa de campo, entre os anos de 2008 a 2011, observei e participei da organização de quatro edições do concurso de beleza, condição que permite refletir sobre o evento a partir de sua proposta inicial - para demarcar posições políticas, durante o processo eleitoral de 2008 - e sua consolidação no calendário educacional e cultural da cidade - como evento de valorização da beleza afro, frequentado por alunos do ensino fundamental e médio.

Este capítulo está concebido a fim de descrever e interpretar os quatro concursos que observei *in loco* (ou seja, aquilo que observei nos dias dos eventos) como etapas de um processo mais amplo, que só faz sentido se observado como um todo. Os eventos eram momentos em que a negritude de Campo Largo se mobilizava para ocupar um espaço que *estava sendo construído*, e para tanto, não existia como lugar social. Pretendo demonstrar como os concursos eram reflexos da experiência de reconhecimento dos militantes por parte de uma cultura política local: na medida em que se relacionavam com os políticos profissionais e suas famílias, e se enquadravam dentro de um esquema de regras de disputa desta elite, os militantes percebiam qual lugar poderia ser ocupado neste cenário. Em decorrência deste processo contínuo - e atribulado - de progressiva inserção, os horizontes de ação se reorganizavam, e, aos poucos, desenhava-se no espaço do concurso uma proposta de politização por meio da valorização de práticas culturais. Gostaria de observar estas práticas culturais e, assim, perceber o que estava sendo celebrado naquele espaço de sociabilidade. Cabe, primeiramente, uma descrição das condições que antecederam a concepção e a realização do primeiro concurso de beleza, para assim pensar no que o evento se transformou no decorrer de suas quatro edições.

No ano de 2008, Alexandre e Valdeci engajaram-se em negociações com políticos e partidos para inclusão de sua pauta nas agendas eleitorais: o objetivo fundamental da C.A.B, naquele momento, era incluir nas propostas dos candidatos a criação de uma Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Agindo a partir do compromisso de campanha, firmado com as facções políticas locais, os dois militantes divulgaram as chapas de seus candidatos tendo em vista a criação deste espaço institucional. A campanha eleitoral municipal figura como minha primeira experiência de pesquisa de campo, um contexto que analisei em detalhes em minha monografia de conclusão de curso²⁸ e que descrevo brevemente durante o capítulo. O que marcou minha primeira visita a campo, durante o desfile de sete de setembro, foi a

²⁸ PINHEL, André Marega. *Contra a cúpula: análise da trajetória de um militante negro na cidade de Campo Largo –PR*. Monografia apresentada para obtenção parcial de grau. UFPR – DEAN, 2009.

observação de toda uma sociabilidade mobilizada pelo *tempo da política*²⁹, e em meio da disputa declarada entre dois lados da sociedade, a luta de Alexandre e Valdeci para fazer suas aspirações válidas frente à elite política local.

Acompanhei o engajamento de Alexandre nas eleições durante o mês de outubro, até o dia da votação (no dia 30 de outubro), quando foi expressiva a vitória alcançada no pleito, por parte da legenda defendida por Alexandre, e que representava naquele momento a certeza de que a Secretaria Municipal da Igualdade Racial seria incorporada ao plano de distribuição de cargos e recursos daquele ano. Entretanto, as conversas nos bastidores da política municipal indicavam a Alexandre que, a despeito de sua participação intensiva no processo eleitoral, a criação da secretaria era ameaçada por outras propostas de distribuição de recursos e cargos. Frente a estes rumores, Alexandre pensava em algum evento social que propiciasse a visibilização da população afro de Campo Largo, *uma maneira de demarcar território e mostrar serviço*.

A ideia da realização de um Concurso de Beleza Afro surgiu deste contexto de distribuição de cargos e de recursos, posterior ao processo eleitoral. Enquanto *emblema* de uma associação, o Concurso de Beleza Afro serviria para mostrar à elite política a *necessidade de criar políticas afirmativas* para uma população que, no discurso oficial, *não existia* na cidade. Se do ponto de vista político era importante mostrar números de eleitores, do ponto de vista da ação social, era importante tornar uma parcela da população *visível*, na plateia ou no palco. Neste sentido, o *público alvo* – nas palavras de Alexandre – foi a primeira questão levantada para a realização do concurso: afinal de contas, quem eram os afrodescendentes de Campo Largo?

O primeiro concurso foi organizado de maneira improvisada, sem nenhuma experiência a respeito dos mecanismos de divulgação e de percepção da população de cor que descrevi no primeiro capítulo. O evento

²⁹ O “tempo da política” representa o momento em que as facções (os partidos reais) são identificados, e em que, por assim dizer, existem plenamente, em conflito aberto, as municipalidades divididas de uma maneira pouco habitual das grandes cidades. (PALMEIRA, 1992, P.27)

aconteceu na Casa da Cultura, uma instituição central no cenário cultural da cidade. Mesmo sem contar com uma divulgação organizada e estruturada a partir de princípios de classificação da população campo-larguense, o sucesso do concurso foi evidente: o primeiro Concurso de Beleza Afro (e também as edições subsequentes) atraiu um contingente expressivo de participantes e seus familiares, assim como personalidades de renome no cenário político municipal e de professores da rede pública. Ademais, algumas das edições do evento aglomeravam moradores suficientes para eleger um vereador em uma pequena legenda³⁰, o que em termos políticos se mostrava como uma medida de expressar poder a partir da capacidade de mobilizar pessoas.

Desde a primeira edição do concurso constatei que, apesar de não haver precedentes para este tipo de ação no cenário cultural do município - e a despeito do discurso de invisibilização da população de cor que descrevi no primeiro capítulo - o tipo de celebração promovida naquele ambiente tinha uma grande receptividade entre uma parcela da população de Campo Largo. Esta receptividade não dependia exclusivamente da organização sistemática do processo de divulgação, mas sim, de uma concepção geral de negritude celebrada, valorizada e em última estância, premiada no decorrer do evento. Minha hipótese à época é que existia, naquele ambiente, algum tipo de proposta que se encaixava perfeitamente na mobilização da população de cor da cidade, que permitia a ocupação de um espaço reconhecido de valorização cultural no município.

Mesmo com a visibilidade e o reconhecimento público do evento, a promessa de criação da Secretaria Municipal da Igualdade Racial seria quebrada pelos políticos, até então aliados a Alexandre Cezar. Em uma série de boicotes promovidos por estas autoridades, interditando o acesso dos militantes aos espaços onde os cargos eram negociados, a administração pública mostrava que não tinha interesse na criação do órgão pleiteado, e observava a proposta de implantação de políticas afirmativas no município com cautela e aversão. A partir de minha experiência em eventos sociais

³⁰ Em Campo Largo, algumas legendas conseguem eleger vereadores com 900 eleitores. Nas edições mais frequentadas do concurso de beleza o público lotou plateias para 500 pessoas sentadas.

promovidos por estes políticos, pude perceber que o reconhecimento de Alexandre como parte do grupo político a que se afiliava – *a cúpula*³¹ - era mediado por interesses meramente eleitoreiros, sem qualquer reconhecimento real de suas pautas como horizontes possíveis de intervenção política.

Frente à interdição de participação nos ambientes onde as estratégias políticas eram traçadas, ou seja, o espaço onde se decide investido do *poder da caneta*³², Alexandre redesenharia o concurso a partir de novas perspectivas e ambições políticas. O objetivo do evento era, a partir de sua segunda edição (no ano de 2009), expor as mazelas da administração pública, e em suas próprias palavras, *bater de frente* com a atual prefeitura, que considerava seu principal oponente político. Se no primeiro concurso a ideia era construir *um espaço* e *demarcar território* agora o evento serviria também como momento de denúncia e acusação, principalmente nas falas conduzidas pelos militantes durante o concurso. Como no primeiro evento, o número de participantes foi expressivo, mas ocorreram algumas mudanças na organização.

Este concurso inaugurou um novo formato de gerenciamento de recursos, fundamentado basicamente no autofinanciamento e na iniciativa privada. As mudanças ocorreram frente ao desencadear dos desentendimentos com a administração pública (em especial com a prefeitura municipal) que de aliada passou a ser considerada como *inimiga da população afro de Campo Largo*. A despeito das estratégias políticas de Alexandre Cezar, o novo formato do concurso trazia certa autonomia para a organização do evento na medida em que independia de trâmites burocráticos e políticos para a liberação de recursos e de espaço. O espaço e recursos para contratação do material de áudio visual foram cedidos pela Faculdade Kenedy, na época, a única

³¹ A cúpula é um termo nativo – utilizado por Valdeci e principalmente por Alexandre – para se referir ao grupo de políticos que comandava as legendas em disputa no cenário eleitoral da cidade de Campo Largo. O sentido do termo acabou mediando minha interpretação a respeito da hierarquia interna da facção: na medida que Alexandre apontava aqueles que pertenciam à cúpula, fui percebendo aqueles políticos que tinham um papel central na decisão das estratégias políticas. A *cúpula* também se tornava visível em algumas situações: em palanques no desfile de sete de setembro e no mezanino do comitê eleitoral da facção defendida por Alexandre no ano de 2008. Só poderia ter acesso a estes espaços aqueles que pertenciam à *cúpula*, que neste caso, ficava visível enquanto um grupo.

³² Explorei o termo *poder da caneta* em minha conclusão de curso. Neste caso, o termo nativo era usado principalmente por Alexandre, e fazia referência a um lugar social: o lugar da decisão, ou seja, um cargo ou atividade pública que permitisse a mobilização de recursos e infraestrutura, isto é, o poder de decidir.

instituição de ensino superior da cidade. Em troca destes recursos a instituição demandava publicidade e visibilidade de seus cursos, um espaço de publicidade, e até mesmo entregava fichas de inscrição no processo seletivo vestibular durante a realização do evento.

Com a mudança no financiamento, Alexandre e Valdeci decidiram organizar um evento com apoio especializado, contatando agências de modelo e profissionais da moda e da estética como consultores especializados na área de desfiles. O objetivo inicial desta proposta era terceirizar partes de organização do evento, em especial, aquilo que Alexandre chamava de *processo cultural*. O *processo cultural* envolveria toda a organização da temática do desfile, o treinamento dos participantes, a indumentária utilizada, a definição do júri e das categorias de julgamento, a premiação das candidatas consagradas e condução do cerimonial (a ordem em que as atividades eram apresentadas no decorrer do concurso). Na concepção de Alexandre, a opção por este modelo abria possibilidades de concentração das atividades relativas ao *processo político*, relacionado aqui às estratégias de divulgação do concurso, negociação com autoridades locais, crítica à administração pública e divulgação de pautas políticas associadas à promoção de políticas para a população negra da cidade. No decorrer do capítulo, pretendo demonstrar como estes termos eram utilizados pelos militantes para significar espaços (ou princípios) que norteavam suas ações, desencadeavam disputas e implicavam em reconstruções ou dissoluções de alianças e, ao mesmo tempo, informavam concepções diversas do tipo de negritude que seria promovido no ambiente do concurso.

Neste caso, é interessante refletir como o *processo cultural* desencadeado pelos militantes se aproxima de uma iniciativa de uma ação política dos governados, como bem nos ensina Pathra Charterjee. Em *Colonialismo, Modernidade e Política* (2004) o autor discute a disseminação dos ideais clássicos iluministas, de liberdade e igualdade, que informaram a constituição dos estados-nação modernos. A este formato de associação política Charterjee chamará de Sociedade Civil, um tipo de aglomeração em torno das demandas que visam instaurar estes preceitos modernos. Tomando como estudo o caso indiano, Charterjee demonstra como estas demandas

acabam sendo operadas por uma elite política britanizada como maneira de reforçar princípios de participação política universalistas, que apesar de alardeados e governados por esta elite pouco produziram no tocante a uma equivalência social plena. A universalidade e a liberdade modernas, portanto, oprimem por um lado ao estabelecerem segmentações de proximidade com estes valores, e em outro sentido, libertam politicamente atores locais para que os direitos à tradição possam ser estabelecidos. Não há, portanto, como ser contra ou a favor da modernidade; “pode-se apenas vislumbrar estratégias de enfrentá-la³³” (CHATTERJEE, 2004)

O que se via em Campo Largo a partir do segundo concurso se aproxima daquilo que o autor chama de associação a partir da Sociedade Política, ou seja, a aglomeração dos governados em torno de demandas de identidade, constituídas por questões culturais singulares. Se este ideal de igualdade e liberdade não se concretizou nos moldes das revoluções burguesas europeias, a ideia de soberania popular acabou se difundindo muitos mais do que estes pressupostos modernos de organização social, e acaba informando a associação dos governados em torno da Sociedade Política. De forma a instaurar uma autonomia frente à elite política local, os militantes acabaram se organizando a fim de construir um *processo cultural* de valorização de negritude, e de fato, o que se via era a ocupação destes espaços por parte da população em geral, demonstrando que havia uma demanda para a construção identitária que estava em curso.

Por outro lado, se a opção pelo *processo cultural* emancipava relativamente a organização do evento da rede de retribuições intrínsecas ao *processo político*, o que se observava era uma série de tensões que nasciam do seio desta estratégia. A opção pela contratação de especialistas na área de moda tinha objetivo de construir um evento *fashion*, informado por modelos consagrados na área de desfiles de moda. A partir do segundo concurso, o que se desenhava era uma espécie de *política cultural*, que neste primeiro

³³ Como exemplo da noção de cidadania universal o autor toma o caso da Revolução Haitiana, e discute: Os líderes da revolução haitiana levaram a sério a mensagem de liberdade e igualdade que ouviram em Paris e levantaram-se para declarar o fim da escravidão. Para seu espanto, foram informados pelo governo revolucionário da França que os direitos do homem e do cidadão não se estendiam aos negros, mesmo no caso destes haverem se declarado livres, uma vez que eles não eram – ou ainda não eram – cidadãos. (CHATTERJEE, p. 101).

momento, tentava dialogar com padrões consagrados de estética e beleza. Incumbida desta atividade, a especialista em desfile se viu como *produtora cultural*, condição que neste caso era vista pelos militantes como um cargo além de suas atribuições, centrado no apoio profissional e especializado. Em suma esta concepção específica de *produção cultural* defendida pela especialista em moda seria profundamente criticada pelos militantes da C.A.B, que acreditavam que o papel desta especialista seria meramente técnico, ou seja, orientar as meninas sobre as condições de atuação na passarela. No decorrer deste evento, a assessora e os militantes passaram a disputar o processo de *produção cultural*, uma situação que acabou gerando diversos conflitos e tensões.

Um ano depois, participei da organização do terceiro Concurso de Beleza Afro e neste caso, a experiência figura como minha principal participação contínua de campo, quando acompanhei todo o processo de organização do evento, desde sua concepção, elaboração de estratégias de divulgação, campanha, realização do evento e as consequências para a organização da C.A.B. Diferentemente dos outros eventos, realizaram-se neste ano duas edições do Concurso de Beleza Afro, na cidade de Campo Largo e na cidade de Quatro Barras, também na região metropolitana de Curitiba. A possibilidade de realização deste evento se estabeleceu a partir do contato de Alexandre Cezar com políticos da cidade, que em um primeiro momento se posicionaram favoráveis à opção de políticas de ação afirmativa no município. O evento também contava com o apoio de Rita de Cassia de Melo, ativista pela alfabetização de jovens e adultos e militante negra.

A relação entre Alexandre e Rita foi marcada por uma série de conflitos e acusações mútuas, e situação que acabou por questionar meu lugar na organização do evento, trazendo novas reflexões para o entendimento das transformações ocorridas no concurso. O *pomo da discórdia*³⁴, neste caso, era a negociação desencadeada por Alexandre a respeito de criação de uma

³⁴ Esta foi a expressão que utilizei para conversar com Alexandre Cesar e com Rita de Cassia a respeito de suas desavenças e conflitos, e a partir desta relação, estabelecer algum tipo de mediação entre as duas disposições. O uso do termo permitia o diálogo com os militantes a respeito das desavenças em questão, e em um momento em que as acusações e denúncias se tornaram muito intensas, o uso do termo garantiu meu acesso aos dois discursos.

Secretaria Municipal da Igualdade Racial em Quatro Barras, um diálogo estabelecido em espaços e momentos alheios à presença de Rita de Cássia, que acabou questionando todo o propósito de organização do evento na cidade. No dia do evento, a desavença deu novas características para o andamento das atividades de maneira geral, e acendeu uma nova discussão sobre a relação entre processo cultural e processo político.

Em vias gerais, o que estava em voga era uma tensão mais amplamente reconhecida entre política e cultura, característica dos movimentos sociais latino-americanos, como bem apontam Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) na introdução de *Cultura e Política nos movimentos sociais latino americanos: novas leituras*. Os autores levantam a centralidade dos movimentos sociais latino-americanos no estabelecimento de projetos alternativos de democracia em seus países, e até mesmo, de reformulação das noções clássicas de cidadania, representação política e participação. Do embate destes movimentos sociais com as propostas neoliberais de estado mínimo, vigentes na maioria dos países latino americanos, emerge o conceito de políticas culturais, definida pelos autores:

Aqui, utilizamos “política cultural” para chamar a atenção para o laço constitutivo entre cultura e política, e a redefinição da política que esta visão implica. Este laço constitutivo significa que a cultura entendida como concepção de mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter cultural ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados. Com a expressão “política cultural” nos referimos então ao processo pelo qual o cultural se torna de fato político. (ALVAREZ, DAGNINO E ESCOBAR, 2000, p. 17)

O conflito que se estabeleceu entre Alexandre Cezar e Rita de Cássia expressa um pouco da relação entre cultura e política descrita pelos autores. A opção por uma relação próxima com os políticos da cidade colocava em cheque a autonomia de Alexandre Cezar, e também do *processo cultural* como um todo. As negociações próprias do *processo político* seriam, na concepção

de Rita de Cássia, marcadas por uma série de interdependências entre os militantes e a elite local, o que soava como uma subordinação aos seus olhos. Descrevo esta relação no decorrer do capítulo, na tentativa de demonstrar o que o caso dos militantes da C.A.B tem a dizer para o estudo das políticas culturais.

Por conta das atividades da pós-graduação, acompanhei a quarta edição do concurso de beleza de forma bem pontual, conversando com Alexandre durante o processo de divulgação apenas por telefone, e participando do evento na data de sua realização de maneira menos enfática, alheio a toda a preparação do cenário e das candidatas que antecede o desfile. O que pude observar nesta edição do concurso é a consolidação de diversas práticas que, em no momento do primeiro concurso, surgiram de maneira espontânea ou voluntária: o processo de seleção de juízes tendo em vista sua *contribuição* para o evento, as categorias de avaliação das candidatas (os), as categorias raciais de divulgação do evento (que informavam quem pode participar do concurso), a faixa que premiava as candidatas (os), a ordem de condução do cerimonial, mas também, as denúncias contra a administração pública, as manifestações de repúdio contra práticas consideradas racistas e a explicitação de condições marginais em que a população negra se encontrava no município. Quero abordar a consolidação destas práticas como evidências dos processos de transformação que descrevi acima, e ao mesmo tempo, como o estabelecimento de um modo próprio de sociabilidade do concurso.

Acima de tudo, o objetivo (e o desafio) deste capítulo é demonstrar a consolidação (e a consagração) de um tipo de negritude, promovida e premiada no evento: seja no palco ou na plateia, o que se via era a ocupação de um espaço de valorização cultural - progressivamente reconhecido pela agenda educacional da cidade - por parte de uma população que estava a margem do ideal reconhecido de cidadão campo-larguense, e que para todos os efeitos, não existia naquele contexto. Pretendo pensar nesta consagração refletindo sobre as pessoas que participam do concurso, e que defendo, não o fazem de maneira gratuita ou desinteressada: em uma cidade com as características populacionais de Campo Largo, participar de um concurso desta natureza é assumir uma identidade “reconhecidamente” marginal para revisão

de suas trajetórias pessoais, um processo com inúmeras implicações formativas para aqueles que frequentam as atividades. Início com a descrição do local que o evento ocupou em um primeiro momento, a Casa da Cultura de Campo Largo.

A Casa da Cultura de Campo Largo

Localizada na Rua Centenário nº 2011, a Casa da Cultura de Campo Largo funciona em um local central da cidade, próxima à rua do comércio (XV de novembro) e a praça central da cidade. Seu endereço se encontra entre as ruas Dom Pedro II e Sete de Setembro, vias importantes para quem se dirige para as lojas centrais da cidade advindo dos bairros mais afastados. Nos arredores do prédio, concentra-se uma diversidade de serviços de comércio – como restaurantes, bares, imobiliárias, etc – e de instituições públicas – fórum municipal, tabelionatos – criando um movimento constante de pessoas e de automóveis. Apesar de ser uma cidade desacostumada com os engarrafamentos e o tráfego de veículos intenso, como se vê na capital paranaense, o centro de Campo Largo é diariamente ocupado por comerciantes e consumidores, advindos de regiões centrais ou afastadas da cidade.

A avenida Centenário cruza grande parte do centro da cidade, ligando a estrada dos expedicionários e o distrito de Balsa Nova ao oeste até o centro comercial de Campo Largo. A avenida de três vias asfaltadas (não são todas as ruas centrais que dispensaram os paralelepípedos antigos) foi concebida para comportar o trânsito entre estas duas regiões, mas também recebe os eventos festivos da cidade. É na avenida centenário em que se realizam desfiles cívicos, como a comemoração ao dia sete de setembro e a celebração da vitória eleitoral em “carreata” pela cidade. Talvez por esta importância e centralidade, um prédio comercial adjacente à Casa de Cultura foi escolhido para comportar a sede da coligação PSB-PMDB no ano de 2008, a “base de operação” da campanha daquele ano.

O prédio que abriga a Casa da Cultura foi inaugurado em 26 de setembro de 1992, e leva o nome de Dr. José Antônio Puppi. O sobrenome Puppi tem uma importância significativa na política local, e alça uma notoriedade na cidade a partir da figura de Newton Luiz Guido Puppi³⁵, político e empresário influente da cidade que ocupou o cargo de prefeito por três mandatos, durante os períodos de 1963/1969, 1977/1982 e 1997/2000. Newton Puppi é corriqueiramente lembrado nos círculos de discussão política por seu espírito progressista e modernizador, um grande construtor de obras públicas.

O prédio da Casa de Cultura impressiona por sua elaboração arquitetônica e pelas dimensões estruturais. Na fachada, uma cascata estilizada para conter a água da chuva converge para criar uma fonte alimentada pela água pluvial. Contrasta com a ousadia da arquitetura a pintura descascada pela ação do tempo e pela ausência de manutenção. Seguindo pela entrada principal e cruzando uma grande porta de vidro, tem-se acesso ao hall principal, destinado a receber mostras artísticas e organizar eventos sociais. A Casa da Cultura municipal tem a particularidade de comportar tanto a realização de eventos culturais como a administração de serviços públicos relacionados à área de cultura. A parte administrativa do prédio se localiza nos fundos da estrutura, e o auditório onde se realizam os eventos culturais tem acesso pela parte frontal do prédio.

Tomando a saída à esquerda do hall principal encontra-se um lance de escadas que leva ao auditório da instituição. Depois de dois lances de escadas, chega-se à entrada do auditório, com uma pequena recepção ao lado da porta. O aspecto das cadeiras conserva a antiguidade do prédio, construídas com uma madeira robusta, pintadas com um verniz já riscado que revela a utilização do espaço por anos a fio. Dois agrupamentos de cadeiras são separados por um estreito corredor, organizando todos os trezentos lugares que comportam o público do auditório.

³⁵ Em 2012 se candidata a prefeito o filho de Newton Puppi, Marcelo Puppi, dando seguimento ao reconhecimento do nome na política municipal.

O palco é construído no formato de um semicírculo a uma altura de mais ou menos um metro e meio do solo do auditório. Um púlpito é posicionado à direita do palco para ser utilizado pelos oradores que comandam o cerimonial dos eventos. À esquerda, um estandarte com as bandeiras do Brasil, do Paraná e de Campo Largo garantem o aspecto cívico do ambiente. Ao fundo, duas passagens de cada lado do palco levam aos bastidores da Casa da Cultura. Nos bastidores encontram-se banheiros e vestiários que são utilizados no dia do Concurso de Beleza Afro pelas participantes, espaço aonde se prepara toda a estética envolvida no desfile. Um corredor liga os vestiários até o palco, e neste espaço, as participantes aguardam pelo seu momento de entrar no desfile. Organizadas pelos especialistas em desfile, as praticantes se comprimem em um espaço restrito, ouvindo os aplausos da plateia à medida que as candidatas favoritas sobem ao palco. Por vezes, algum dos integrantes da C.A.B envolvidos na organização passa pela espessa cortina que separa o palco do bastidor trazendo alguma informação para as concorrentes.

No final deste corredor, uma escada dá acesso para a outra metade da Casa da Cultura, o *espaço administrativo*. Na organização das secretarias do município a administração de iniciativas culturais divide espaço com a gestão de políticas educacionais e com o departamento de esportes, ou seja, apenas uma secretaria se ocupa tanto da área de cultura, educação e desportos. Estas áreas estão subdivididas nos departamentos de difusão e de transporte escolar, no departamento de esportes, e no departamento de cultura, que funciona nas dependências da Casa da Cultura.

A ala administrativa conta com uma pequena sala de almoxarifado onde são guardados materiais de escritório e também alguns equipamentos utilizados nos eventos culturais. Ao lado da escada que dá acesso aos bastidores do auditório existe uma pequena cozinha para auxiliar nos eventos receptivos, armazenando alimentos que serão utilizados no evento. A cozinha conta com um funcionário em tempo parcial, que também se ocupa dos serviços de limpeza do prédio.

Mas a parte mais importante da ala administrativa se localiza em uma pequena sala abaixo da escada que conduz aos bastidores: é neste espaço

com pouco mais de seis metros quadrados que se localiza a administração da Casa da Cultura. Foi neste espaço que participei, juntamente com Alexandre, de diálogos e negociações com a administração da instituição, no esforço para construir o espaço para o primeiro concurso de beleza e também alguns eventos subsequentes. O que chamava atenção neste diálogo era, em um primeiro momento, uma disposição favorável à realização dos eventos, oferecendo espaço, material e pessoal necessários. Pelo teor das discussões, éramos conduzidos à interpretação de que havia um espaço institucional para o tipo de evento que a C.A.B pretendia organizar, e que a instituição estaria disposta a cooperar no sentido de sua realização.

O que se observava, no entanto, era uma política de *boicote de última hora*: os recursos necessários para a organização do evento, como pessoal, decoração, material de áudio visual, etc., seriam mobilizados em parceria da Casa da Cultura com o governo municipal, e eram garantidos até o dia do evento, momento em que a disponibilidade destes materiais era negada por parte da administração. A situação aconteceu diversas vezes (em quase todos os eventos da C.A.B) mas neste primeiro evento, ficava evidente que a realização deste tipo de atividade não estava em primeiro plano na agenda de recursos do poder executivo. Assim, as estratégias de elaboração do evento tinham de ser reorganizadas e financiadas com recursos alternativos, contando com *amigos e simpatizantes* da causa (como Alexandre definia), e na maioria das vezes, com recursos dos militantes envolvidos no processo.

O que é fundamental perceber aqui é que a ocupação da Casa da Cultura promovida pelo Concurso de Beleza Afro tinha consequências importantes para a política de facções de Campo Largo. Por sua centralidade urbana na cidade, sua história ligada ao poder público, e pela importância reconhecida como espaço de realização de eventos culturais a Casa da Cultura era um espaço muito visível no ambiente público do município. Ademais, em uma cidade acostumada a eventos culturais e folclóricos, como descrevi no primeiro capítulo, este ambiente agia como um espaço de poder onde atuavam as representações reconhecidas de cultura e etnicidade local. Ocupar a Casa da Cultura significava concorrer a um espaço reconhecido socialmente por

valorizar práticas culturais, e ao mesmo tempo, questionar o referencial estabelecido de cidadão Campo-larguense.

Em outra medida, é importante ressaltar como a ocupação deste espaço *central* por parte de uma população até então invisível trazia à tona a existência de *outra* Campo Largo, aquela que não aparecia nos discursos públicos, que não era reconhecida como pertencente aos *povos originários* do município, e que para tanto, não havia necessidade de criação de uma política específica para este grupo. O objetivo de *mostrar serviço* que conduzia Alexandre à realização do evento acabou por orientar a visibilidade desta população, que compareceu em peso ao evento, que agora descrevo em pormenores.

A organização do 1º Concurso de Beleza Afro de Campo Largo e a politização da negritude.

O primeiro concurso de beleza foi realizado no dia 20 de novembro de 2008, dia da consciência negra, aproximadamente um mês depois dos resultados da eleição municipal. Em decorrência das atividades acadêmicas, estive ausente do processo de divulgação do concurso, mas mantive contato com Alexandre Cezar através de telefonemas e conversas no grupo de estudos em memórias dos cotistas raciais. Por meio de suas narrativas, pude constatar que a emoção, exaltação e a certeza da vitória estabelecidas no momento do resultado da eleição se dissolviam, pouco a pouco, em uma série de desconfiças e incertezas a respeito do lugar construído durante o processo eleitoral: teria Alexandre conseguido acesso à cúpula, e mais importante, seria dele o tão sonhado poder da caneta?

Frente a estas condições políticas, restava pouco tempo hábil para organizar e divulgar o evento. Neste primeiro momento, praticamente tudo havia sido feito *em cima da hora*, ou seja, sem qualquer tipo de estratégia de campanha, fazendo com que Alexandre optasse por *catar* participantes entre seus conhecidos na cidade. Outro impedimento era a questão dos recursos (principalmente para o material mais custoso, de áudio visual) garantidos pela prefeitura desde a concepção do evento – na primeira semana de novembro –

e negado até dois dias antes da realização do evento. O que imperou, neste caso, foi a condição de *improviso* que conduziu todo o evento, implicando indignação e inconformidade por parte dos militantes. Ao mesmo tempo, como pude confirmar depois da realização do evento, o tipo de discurso que o evento mobilizava conseguia transpor estas dificuldades financeiras e administrativas, e mobilizava uma grande quantidade de participantes.

A primeira edição do concurso foi singular pelas condições políticas em Campo Largo (por ser a única a se realizar durante um processo eleitoral municipal), e para os efeitos da pesquisa, por contar com a presença dos colegas do grupo de pesquisa em memórias dos cotistas raciais da UFPR. Éramos, nas palavras de Alexandre, a *delegação da universidade*, composta por alunos bolsistas do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UFPR), por Gesline Braga, mestranda do PPGAS-UFPR e moradora de Campo Largo e por meu orientador, Marcos Silva da Silveira. No momento de nossa chegada à Casa de Cultura, percebemos que Alexandre esperava que ocupássemos papéis de organização do evento, na elaboração de categorias de julgamento e organização das candidatas. Assim, logo de imediato, ficou claro para todos os integrantes da *delegação da universidade*, que não ocuparíamos apenas a posição de observadores (ou de plateia), mas teríamos papéis na organização e na administração do evento como um todo.

Esta posição no evento era construída pela percepção (de Alexandre e dos outros militantes) de que éramos *especialistas do processo cultural*. Nesta incumbência, deveríamos analisar as fichas de inscrição das candidatas, formulários aonde constavam os dados pessoais das concorrentes (idade, nome e colégio) e uma pergunta: *Por que você quer participar do Concurso de Beleza Afro?* Consultamos Alexandre sobre como deveríamos proceder, quais eram as indicações para organização daquele material, e acima de tudo, quais eram as categorias para julgar as candidatas. Ele respondeu, argumentando que esta parte estaria a cargo de nosso grupo, afirmando: *Isto é com vocês que são os especialistas, decidam aí.*

Esta foi a primeira vez que observei a composição de um júri, e naquele momento, não tinha elementos para perceber como este processo se

desenvolvia. A verdade, é que o júri era composto por *contatos* importantes para Alexandre, organizado a fim de conceber prestígio e legitimidade para aqueles que eram *parceiros da população afro de Campo Largo*, e ao mesmo tempo, receber benefícios e auxílio na realização dos eventos e das atividades políticas. Alguns indícios destas condições apareceram no momento em que assumimos a posição de jurados, incumbência que até aquele momento caberia apenas à *delegação da universidade*. No momento em que fomos chamados a ocupar esta posição, Valdeci anunciou no microfone a participação de um sindicalista e um político local na composição do júri, surpreendendo a todos que participavam do julgamento. Assim, a escolha dos jurados não seguia apenas critérios técnicos ou se informava pela “qualificação” dos integrantes, mas sim se inseria em uma rede de reciprocidades: como Alexandre mesmo confirmou, os *jurados de última hora tinham de estar lá, pois eram importantes para o processo de implantação de políticas afirmativas em Campo Largo*.

O concurso começou com a apresentação das autoridades, seguido por argumentação sobre a necessidade de implantação de políticas afirmativas no município. Esta argumentação se dava por dois sentidos: em primeiro lugar, a iniciativa seria respaldada por instituições internacionais, como a ONU e a UNESCO. Apresentações sobre iniciativas internacionais de políticas afirmativas eram projetadas, dando respaldo à ideia de que a proposta não era isolada, mas parte de um movimento transnacional. Ao mesmo tempo, Alexandre dava destaque para o público quilombola presente, afirmando que a luta da C.A.B era para estes moradores da zona rural, que passam “necessidades extremas”.

Alexandre: E eu quero agradecer em especial a participação dos moradores da comunidade de Palmital dos Pretos e Sete Saltos, que se deslocaram lá do sítio para virem aqui prestigiar o concurso. Gente, são 80 quilômetros até aqui, passando por estrada de terra em péssimas condições. Vamos chamar a atenção das autoridades, para fazer alguma coisa para a comunidade que está em situação de miséria, eles não tem nada e falta tudo.

Assim que o desfile começou, abandonamos a posição de organizadores do material de inscrição e passamos para a posição de jurados do desfile. Esta era minha primeira participação em algum evento do gênero, e na época, não contava com qualquer tipo de referência para elaboração de categorias de avaliação. Nossa inexperiência foi compensada com a ajuda de um casal de colegas do grupo de pesquisa, que já haviam participado de outros concursos do gênero, sugerindo a adoção das categorias *desenvoltura, beleza e identidade negra*.



Figura 8 - Candidatas ao primeiro Concurso de Beleza Afro.

Encontrei-me em uma situação inusitada: vinha pesquisando, durante algum tempo, o sentido da noção de *identidade negra* para a constituição da noção de pessoa, e agora, teria de julgar quais das candidatas detinha uma melhor representação desta *identidade* em um concurso de beleza. Como não ouve um consenso entre o grupo de jurados no tocante ao que poderia ser *identidade negra*, retirei de minhas próprias concepções de identificação os parâmetros para o julgamento: a candidata que receberia as melhores notas

seria aquela que conseguisse expressar sua noção particular de identidade étnica da maneira mais inteligível. Seria mais pontuada aquela concorrente que conseguisse formular uma noção original de estética negra, e ao mesmo tempo, dialogar com formulações mais gerais a respeito do que é ser negro. Contava ainda com um instrumento de avaliação importante: as frases criadas pelas candidatas, o que, ao menos para mim, foi um fator decisivo na atribuição das pontuações.

Este concurso foi composto apenas por meninas, em sua maioria adolescentes entre 13 e 17 anos. Neste ano, a indumentária era composta por calça jeans e camisetas brancas, que segundo Alexandre, criava um *padrão* e ao mesmo tempo possibilitava o acesso a candidatas mais *carentes*, já que estas peças de roupa eram comuns e facilmente encontradas em *qualquer armário*. A tentativa de padronizar as candidatas, neste concurso, não acompanhou uma gestão da estética das candidatas: cada participante se preparava nos camarins, e da maneira que achava mais interessante, elaborava o penteado, maquiagem, etc. Desta maneira, os cabelos eram os mais variados: lisos, crespos, encaracolados, trançados, etc.

Pude acompanhar esta elaboração da estética no espaço dos bastidores, composto por uma pequena antessala e alguns camarins, onde as meninas se maquiavam e preparavam os cabelos. Neste espaço, realizei entrevistas com algumas candidatas, investigando principalmente suas motivações para participar do concurso. Em linhas gerais, as candidatas declaravam que participavam do concurso para *valorizar sua raça, para defender sua identidade e para valorizar a beleza negra*. Grande parte das candidatas afirmava ter sido vítima de algum tipo de preconceito, por vezes, em entrevistas de emprego ou em alguma situação de avaliação.

O desfile propriamente dito foi coordenado por Andréa, uma profissional ligada a agências de modelos e desfiles de moda de uma maneira geral. Neste ano, a participação de Andréa ficou circunscrita ao dia do evento, quando



Figura 9 - Andréa ensinando a maneira apropriada de cumprimentar a plateia e os juízes.

ensinava as meninas que, na maior das vezes, desconheciam as habilidades e práticas que envolvem a participação no desfile, como andar na passarela, apresentar-se ao público, manter a postura, etc. Não pretendo fazer grandes abstrações sobre o agenciamento de técnicas corporais conduzidas neste treinamento, mas cabe a reflexão que, apesar de o treinamento de Andréa no concurso propor formas específicas de como atuar no desfile, repetindo com cada candidata um percurso no palco, é possível pensar até que ponto este treinamento ensinava como representar a *identidade negra*, que neste caso, era a categoria mais importante de avaliação.

Há que se ressaltar que o treinamento conduzido por Andréa era padrão ao mundo da moda, ou seja, reconhecido como comportamentos e performances esperadas em eventos daquele tipo. As candidatas teriam de sair de trás das cortinas, caminhar até o centro do palco, depois ao lado esquerdo cumprimentando a plateia, e ao lado direito cumprimentando os juízes. O importante era a postura ereta, elegância, sutileza dos movimentos e simpatia

sempre expressa no sorriso. Em nenhum momento Andréa ensinava as concorrentes como ser *miss beleza afro*, e apesar de ser negra, não conduzia o treinamento das meninas a partir de sua experiência com a *negritude*, mas sim, por uma formação genérica de modelos.

Depois do desfile das trinta candidatas (que dividimos em duas categorias: infantil até 16 anos e adulto, para maiores de 16 anos) nos retiramos para um espaço reservado para contabilizar as pontuações. Somando as notas atribuídas e ponderando a média entre elas, percebi que a candidata que seria vitoriosa era aquela que tinha minha preferência, em especial, pela resposta no formulário de inscrição. Neste espaço de reflexão, ela seria a única com um discurso elaborado de negritude, se propondo a participar do concurso com o intuito de *valorizar a sua raça e a beleza negra*.

No desfile, ela incorporava o que Alexandre definiria como uma atitude ousada: com um passo elaborado e movimentos sedutores ela pretendia convencer o júri da autenticidade de sua *negritude*. Ao mesmo tempo - diferentemente das outras candidatas - a vencedora quebrava a formalidade do percurso praticado no treinamento de Andréa, e no momento em que deveria cumprimentar a plateia e o júri de maneira pré-concebida, impressionou os juízes e a plateia (que reagiram com euforia) por ensaiar passos de samba no palco. No discurso pela vitória, ela falava de como a população negra era *invisibilizada*, e como sua vitória era, na verdade, uma vitória da *negritude da campo-larguense*. Ela comentava comigo: “gosto muito daquela música da Vanessa da Matta” que diz:

*Eu sou neguinha?
Era uma mensagem, lia uma mensagem
Parece bobagem mas não era não
Eu não decifrava, eu não conseguia
Mas aquilo ia e eu ia e eu ia e eu ia e eu ia*

Os resultados do concurso seriam fortemente questionados pelas mulheres que integravam a nossa *delegação da universidade*. Enquanto mulheres e militantes negras, as pesquisadoras denunciavam a reprodução de



Figura 10 - Vencedora do concurso de Miss Beleza Afro de 2008, categoria adulta

um estereótipo de mulher negra sensualizada, construída por uma estética subalterna à noção de objeto sexual. Na sua concepção, um concurso como este deveria valorizar a *politização de negritude*, o que neste caso significaria reelaborar a estética para compor uma crítica a estas versões estereotipadas de mulher negra. Neste caso, o esforço de politização das desigualdades raciais promovido por Alexandre acabava por reforçar estereótipos culturais sobre a mulher afro-brasileira: o intuito de valorizar a negritude acabava por revelar uma condição de representação estética subalterna.

É preciso ressaltar, novamente, que as condições de avaliação e de seleção das candidatas não tinham sido previamente acordadas entre o júri. O que estava de fato operando na hora de valorizar a *negritude* do Concurso de Beleza Afro nada mais era do que nossa própria referência subjetiva de *identidade negra*. É neste sentido que estereótipos culturais acabam, inadvertidamente, por servir como referências na hora de perceber os limites

culturais em questão: eles ofereciam um horizonte comum de percepção a todos os jurados, que sem objetivar suas condições de avaliação, acabaram por dar a vitória para a candidata com uma margem expressiva de votos.

Mas é verdade que o sentido de *politização* depende aqui de um processo de relativização. Minhas colegas de Universidade falavam da *politização da negritude* de uma perspectiva muito diferente daquela que estava em curso no evento. Enquanto intelectuais/militantes, com formação no ambiente de discussão do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFPR, estavam informadas por uma ação política que visava escrutinar preconceitos raciais e revelar condições do poder construídas durante a história do Brasil. Neste sentido, a crítica de minhas colegas não era apenas direcionada para a reprodução de um estereótipo que se desenrolava naquele momento, mas também visava a desconstrução de um símbolo de negritude que informava um horizonte de construção da nação brasileira.

Aquilo que se apresentava como expressão da *negritude*, no caso da ganhadora do primeiro concurso de beleza, era vista por minhas colegas como uma expressão viva da ideologia (aqui no sentido de conjunto de ideias, que escamoteia a verdade) que ocultava a “real” condição de exclusão da população negra: uma situação de submissão dentro de um cenário aonde a mistura é celebrada pelo estado nacional, mas ao mesmo tempo, a branquitude é a norma quando se trata de ascender socialmente. Falamos de uma ciência da desconstrução da condição da população negra, e ao mesmo tempo, de uma prática da construção da pessoa negra a partir da crítica social.

A preocupação de grupos do movimento negros com a reprodução de estereótipos, reafirmados a partir da valorização cultural não é novidade, e como mostra Olivia Maria Gomes da Cunha no texto *Depois da festa: movimentos negros e “políticas de identidade” no Brasil*, é fundante de toda a dinâmica que elaborou as lutas dos movimentos sociais negros no Brasil. No ensaio, Cunha toma como objeto a revitalização dos movimentos políticos negros, perseguidos durante a ditadura militar, e revigorados durante o processo de redemocratização nacional. Neste processo de reorganização política, a autora levanta um divisor entre diversos movimentos sociais negros,

orientado a partir da percepção interna de alguns grupos como “políticos” e outros como “culturais”, ou “culturalistas”. Como agentes reveladores de uma realidade social, grupo negros se lançaram em discussões que tinham por objetivo transgredir teorias a respeito da natureza racial brasileira – majoritariamente construídas para manter a concepção de paraíso da igualdade racial - e revelar as condições de estratificação da população nacional. Nas palavras da autora:

No associativismo de caráter “recreativo”, visto pela perspectiva de seus opositores, a *cultura* tanto é olhada como conjunto de elementos externos ao grupo que a “utiliza”, como é concebida como prática destituída de sentido e expressão de valores tradicionais: mantenedores da ideologia que oculta as contradições raciais e sociais vigentes no país, através da reificação do “mito da democracia racial”. (CUNHA, 2000, P.37)

Mas é importante ressaltar que a crítica promovida por minhas colegas era, em verdade, fruto de uma experiência de relativização da construção de pessoa negra a partir da inserção na universidade, por meio de uma política afirmativa “propriamente dita”, a política de cotas para negros nas universidades públicas. Esta observando a voz de militantes/intelectuais que eram frutos de um *processo político*, decorrente da incorporação da esfera pública de uma nova qualidade de direitos sociais, a afirmação da diferença para a promoção da igualdade. Este processo acaba por incorporar à ontologia dos agentes sociais a afirmação de seu status diferenciado, por meio da demarcação de atributos e condições históricas específicas. De qualquer maneira, estamos falando de um horizonte reconhecido do ponto de vista jurídico, mas ainda pouco elaborado do ponto de vista simbólico.

Contudo, se o questionamento de minhas colegas partia de uma experiência com uma política afirmativa “propriamente dita”, o concurso de Alexandre lutava para dialogar com um contexto onde sua proposta não encontrava eco, e ao contrário, era exotizada e inferiorizada. Como salientei anteriormente, não existia nenhuma discussão sobre a implantação de políticas afirmativas na cidade anterior à chegada de Alexandre, que carecia, na sua

concepção, de uma demonstração de que existia uma população *afrodescendente* a ser amparada por políticas públicas.

Depois de declarada a vencedora, Alexandre é convidado por Mestre Candiero, um militante negro e promotor cultural ligado ao centro cultural Humaita³⁶, para subir ao palco. Alexandre ascende ao palco, e, de terno e gravata, começa a jogar capoeira com o mestre, e de alguma maneira, sumariava o que se construía naquele ambiente. Reforçando estes símbolos consagrados da identidade nacional, Alexandre recuperava uma maneira de expressar um horizonte de negritude. De forma aparentemente contraditória, a valorização da *negritude miscigenada* promovida por Alexandre colocava em cheque a politização de minhas colegas, informadas por um conceito de negritude mais calcificado e orientado pela crítica daquilo que estava sendo promovido naquele evento.

Apesar das contradições internas na *equipe de organização*, o evento enquanto *uma máquina política* foi um sucesso, e demonstrava que a discussão promovida pela C.A.B poderia se estabelecer com um público específico. A Casa da Cultura, como me informou depois um funcionário do local, nunca havia recebido tantos moradores. Estávamos em um momento de disputa política e a iniciativa de Alexandre e dos militantes da C.A.B. expressava o potencial mobilizador de sua discussão.

Com uma euforia de aplausos e de exaltação, Alexandre retornou ao palco depois que a ganhadora foi declarada Rainha Afro-brasileira de Campo Largo. Aproveitando-se do momento, do sucesso do evento, Alexandre solicitou a participação do vice-prefeito ao palco, para dividir este *momento de glória*. Quando as *autoridades* estavam no palco, Alexandre tornou público seu plano de criação da Secretaria, e conclamou aos presentes:

Alexandre: Senhor vice-prefeito, senhores vereadores e autoridades presentes, é por isso que precisamos criar a primeira Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial da região metropolitana de Curitiba, para atender a população afro que está aqui, para desenvolver estas políticas afirmativas. Eu peço ao senhor vice-prefeito, que interceda junto à prefeitura municipal, peça

³⁶ Para mais informações consultar: <http://informativohumaita.wordpress.com/>

para o prefeito dar a “canetada” e criar a nossa secretaria de uma vez por todas!

Neste primeiro momento, o concurso era *um meio para alcançar um fim*, ou seja, uma maneira de fazer visível a população negra, e ao mesmo tempo, pressionar as autoridades públicas para a criação da secretaria municipal de igualdade racial. Apesar de o clima de improviso prevalecer em todo o evento, aparentemente o tipo de celebração promovido no palco encontrava eco na plateia, que aplaudia entusiasmada na conclusão do concurso. Apesar de o evento ser concebido inicialmente por Alexandre para se colocar como uma *máquina política* no contexto eleitoral, e na melhor das hipóteses, como um espaço que propiciaria a iniciação das concorrentes na carreira de modelo, o que se via era a ocupação daquele espaço por uma população que demandava visibilidade ou alguma espécie de identificação positiva no município. A Sociedade Política de Campo Largo se expressava naquele evento, e se expandia.

Desavenças com a política municipal e a consciência de uma cultura política local.

Apesar de considerar a análise do concurso em *si mesma* como um indício da celebração de negritude que se construía em um espaço delimitado, é importante mostrar como o concurso se inseria em um processo mais amplo (operado pelos militantes) de reconhecimento de regras políticas locais, e da reconstrução de estratégias de ação a partir deste processo. As consequências da realização do concurso mostravam este processo, e à medida que a *celebração da negritude* transpassava aquele espaço social condito, a elite local regia as ações políticas dos militantes, e de alguma maneira, reconhecia as implicações do movimento que se estabelecia pelo discurso de Alexandre.

Pude perceber esta relação no período que se seguiu à realização do primeiro concurso, um momento limiar entre a antiga gestão e a nova composição dos quadros e do desenho institucional instituições, tempo de negociar e barganhar por um quinhão do aparelho público. Neste contexto,

Alexandre demandava a criação de um novo órgão que tratasse exclusivamente dos assuntos da população *afro* da cidade, contando com recursos e quadro de funcionários próprios, e assim, independente das mudanças de gestão e de alianças com grupos políticos. Assim, aquelas condições de negociação eram vistas como transitórias, mesmo porque, sem deter o *poder da caneta*, a discussão seria necessariamente desigual, e portanto, questionável.

Neste período estive relativamente afastado do contexto de Campo Largo, e, por conta das atividades acadêmicas, mantive um contato com Alexandre principalmente por telefonemas e mensagens eletrônicas. A narrativa de Alexandre transparecia certa insegurança a respeito da negociação em vigor: a seu favor, Alexandre contava com os resultados do concurso (bastante significativo em termos de público presente) e com documentos oficiais da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Tratava-se de um Termo de compromisso (ANEXO II), um documento emitido pela secretaria que discriminava as condições de parceria entre este órgão federal e a instância municipal. Discuti este documento e suas implicações para a ação de militantes em profundidade na monografia, mas por hora, cabe uma reflexão acerca da importância deste ofício para a negociação que estava em curso. Em termos gerais, o documento expressa parâmetros para a adesão a políticas federais, instituindo pautas políticas gerenciais por programas sociais municipais, e assim, participando de uma agenda mais geral de combate ao racismo e ao preconceito. Entre outras medidas, o documento se propunha a sistematizar a implantação dos currículos definidos pelas 10.639/03 e 11.645/2008, a implantação do Programa Brasil Quilombola e o desenvolvimento sócio econômico nos eixos do Empreendedorismo, Trabalho e Geração de Renda. O importante para nossa discussão é mostrar que este documento era apresentado por Alexandre em diálogos com os políticos locais e mostrava que existia um horizonte para suas propostas políticas. Ele seria o *cara* da SEPPIR no município, realizando um trabalho que já estava em curso, e que se materializava em ações como o Concurso de Beleza Afro.

Munido destes argumentos, Alexandre lançou-se ao diálogo com a prefeitura municipal reeleita pelo pleito de 2008. A despeito desta

argumentação, a administração pública se mostrava cada vez mais *esquiva* à negociação com Alexandre: a estratégia neste momento era *boicote do diálogo* conduzido pelo prefeito, que se abstinha de organizar sua agenda para negociar com o militante. Em encontros nos corredores da prefeitura, Alexandre relatava uma fuga sistemática do prefeito de qualquer possibilidade de diálogo, e assim, evitava incluí-lo na disputa por algum quinhão do aparelho público. A resposta sobre o cargo que Alexandre ocuparia veio logo no começo do ano de 2009, uma decisão publicada em diário oficial que desapontava Alexandre e transformaria toda a relação com a prefeitura municipal.

Como retribuição pelos seus serviços enquanto *cabo eleitoral*, meu interlocutor recebeu um cargo na Casa da Cultura, como auxiliar de serviços administrativos. Assim que a nomeação foi publicada, recebi uma ligação de Alexandre, e marcamos uma reunião na biblioteca municipal anexa ao prédio da Casa da Cultura. Ele estava visivelmente desapontado com o cargo que havia recebido, pois acreditava na criação da secretaria como a fundação de um espaço de ação autônomo, um lugar onde era possível empenhar recursos e distribuir cargos, e outras palavras (da mesma forma que faziam os outros políticos) estabelecer um eleitorado que o apoiasse a partir deste lugar institucional. Em sua concepção, o *lugar do negro* fora entendido como o *lugar da cultura*, condição que aquele momento era visto como exterior ao processo de decisão e ação políticas *propriamente ditas*. Longe da possibilidade de decidir politicamente, Alexandre se imaginava como excluído do *processo político*, ou seja, o processo onde estas alianças eram estabelecidas e questionadas. A despeito da importância política que representava a ocupação da Casa da Cultura, Alexandre centrava sua indignação na exclusão do círculo de reciprocidades próprio daqueles que decidem, ou seja, aqueles que *canetam*.

Frente à intransigência do prefeito em estabelecer um diálogo, Alexandre estabelecia novos horizontes, e observava novas perspectivas de aliança. Um grupo minoritário da facção governista (composto por políticos do PSB) mostrava-se pouco satisfeito com o quinhão que recebia da prefeitura municipal, e começava a conceber a organização de um grupo independente

dentro do governo. O grupo era composto por vereadores e secretários públicos, que agora imaginavam o lançamento de uma campanha própria para prefeitura nas próximas eleições municipais. Ao mesmo tempo, as declarações de Alexandre indicavam que seu conhecimento de *quem é quem* na política municipal havia se aprofundado. Agora ele começava a entender melhor a organização hierárquica da *cúpula*: apesar do prefeito nomear secretários e outros cargos políticos, o poder de decidir quem recebia cada quinhão do aparelho público era submetido ao Secretário de Assuntos Especiais do município, aquele que realmente *mandava* na prefeitura. Assim, o prefeito eleito era, na nova concepção de Alexandre, um *prefeito “Mandrake”*. O termo definiria a noção de que o prefeito, na verdade, apenas simbolizava o *poder de decidir* enquanto que aquele que *possuía o poder de decidir* era o Secretário de Assuntos Especiais. Estas interpretações aliadas à indignação de Alexandre movimentaram seu alinhamento com este grupo, que agora concebia como aqueles que realmente o *havião apoiado desde o começo*, e imaginava, o ajudariam a derrubar o novo inimigo político.

A aliança foi publicamente instituída com a mudança da filiação de Alexandre do PMDB para o PSB, e internamente celebrada em um churrasco promovido pelo grupo para homenagear as novas alianças. Descrevi este evento em profundidade em minha monografia de conclusão de curso, e por hora, vale destacar as consequências de participação de Alexandre neste evento. Como pude observar no decorrer do churrasco, a condição de participação do militante naquele evento reforça a marginalidade enfrentada frente ao processo político. De maneira geral, o novo grupo não tinha intenções de considerar as propostas de Alexandre Cezar como horizontes políticos legítimos de intervenção. Ao contrário, as demandas de valorização cultural expostas naquele espaço foram constantemente exotizadas e discriminadas, e reforçavam a perspectiva que a elite política local tinha a respeito do tipo de demanda levantada por Alexandre.

Em suma, o que se via era a Sociedade Civil, novamente nos termos discutidos por Chatterjee, mobilizando-se para enfrentar as demandas de identidade expressas no discurso de Alexandre. A proposta de uma ação política particularista, voltada para a população negra da cidade, era vista pelas

lideranças em questão como uma divisão de forças, e em último caso, como uma prática racista e segregacionista. O que se percebia era a organização de uma retórica que valorizava a *igualdade* entre os membros do partido, e dos *cidadãos* campo-larguenses de uma maneira geral, e instituída por estes princípios, refutava qualquer horizonte de demanda identitária. Percebi que a confiança de Alexandre no novo grupo foi abalada naquele momento, situação que pude confirmar na sequência, quando tomávamos o caminho de volta a Curitiba. A segurança que o secretário oferecia frente ao antigo grupo do PMDB não podia ser sustentada pelo programa do partido: em outras palavras, no novo partido não existia um espaço para o tipo de política que Alexandre pretendia defender. Com o conhecimento das condições de participação no novo partido, os horizontes de Alexandre Cezar seriam profundamente reconfigurados, e a partir disto, toda a concepção que envolvia o Concurso de Beleza Afro.

O espaço autorizado da cultura afro brasileira

As consequências da participação de Alexandre neste churrasco seriam perceptíveis no decorrer de todo ano de 2009. Era possível notar um abatimento emocional do militante, que de uma ascensão intrépida durante o processo eleitoral, quando se considerava *o cara*, agora caía vertiginosamente, questionando progressivamente a lealdade de todos os outros políticos com que conviveu no *processo político* de 2008. O trabalho na Casa da Cultura era como uma *âncora amarrada em seus pés* e puxava para o isolamento do espaço onde são decididas as políticas de governo, distribuídos cargos e implantadas propostas. Começava neste momento um *exílio na Casa de Cultura*, uma experiência que perduraria durante todo o ano de 2009 até o ano de 2010. Neste ínterim, os políticos locais abstinham-se de traçar estratégias com Alexandre e com os integrantes de sua associação. Sua participação em espaços decisórios, eventos políticos e na articulação política em geral, era substantivamente negada. Contudo, na medida em que o *processo político* ficava mais distante, a proposta *promoção cultural* ficava mais próxima.

Neste ano, a C.A.B continuou a promover seus eventos, agora mais fundamentados em *propostas culturais* do que na negociação da criação de um espaço institucional no cenário político do município. Naquele momento, Alexandre Cezar já não contava mais com as intervenções políticas do executivo para conseguir recursos. Ele havia apreendido que, para conseguir algum tipo de verba junto à prefeitura, *era necessário estar encostado em alguém*. O espaço de decisão sobre estes recursos passava a ser visto como um ambiente de negociação em que a autonomia era limitada por meio das relações de reciprocidade, e neste sentido, associada à constrição da liberdade de agir. Na política, *dever um favor a alguém* o coloca em uma posição de resignação, o que não aconteceria no *processo cultural*, onde se pode *bater de frente*. A partir desta concepção que opunha espaços e práticas de ação, iniciava-se a volta por cima *da* e *na* cultura, encarando a possibilidade de utilização de *expressões culturais* como uma maneira de intervir politicamente, e ao mesmo tempo, privilegiar a emancipação de dinâmicas políticas locais.

Em primeiro momento, entendi a separação que meus interlocutores descreviam de forma literal, ou seja, como espaços de ação opostos ou antitéticos. Com o decorrer da pesquisa, principalmente a partir de alguns diálogos com os militantes, foi se configurando esta forma processual nas ações, que mais informava do que determinava que tipo de estratégia que se deveria adotar. O *processo cultural* e o *processo político* eram formas de ordenar o discurso sobre os eventos e as atividades da C.A.B em geral, ora caracterizadas como *culturais* e ora como *políticas*, mas sempre, *processuais*, ou seja, encadeadas aos eventos e às consequências observadas a partir da adoção de determinada estratégia.

O dia 13 de maio foi marcado por um ciclo de palestras, apresentações artísticas e discussões especializadas, que de certa forma refletiam as mudanças na concepção dos eventos. Diferentemente do primeiro concurso, não havia necessidade de *mostrar serviço* para os políticos: aquele momento, em especial depois do churrasco do PSB, Alexandre percebia que a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial não seria criada, e entendia que as promessas de campanha eram parte de uma estratégia retórica da prefeitura municipal. Valdeci Reis era ainda mais cético com a questão, e me confessava

que não acreditava que os políticos se importassem, em nenhuma medida, com o trabalho que eles desenvolviam.

Valdemi: Eu sei como é André, é assim mesmo, eu sou de Campo Largo e vi isso a vida inteira. Eles vêm na eleição, mostram que vão ajudar, mostram que estão interessados e prometem de tudo, e na hora que você cobra eles falam: não é assim que as coisas são, vocês são muito radicais.

Por esta descrença, o intuito dos eventos seria neste novo formato mostrar, por meio da *valorização da cultura afro*, que políticas afirmativas eram importantes pautas no cenário nacional e precisavam ser anexadas à pauta política local. Na ocasião do evento (que participei de maneira pontual, assistindo as atividades e conversando brevemente com os militantes) foram anexadas mostras de obras de arte de pintores locais, posicionadas na entrada da Casa da Cultura para que todos os participantes pudessem observar a *África que vive em nós*. Os quadros ilustravam as explicações de Alexandre em um pequeno discurso que versava sobre as propriedades da *cultura afro*, *muito influenciada pelas raízes africanas, pela religião*.

Alexandre: estes quadros mostram a importância de valorizar nossa cultura africana, nossas religiões de matriz afro, e todo o simbolismo que acompanha esta manifestação cultural. (Em seguida ele desenvolve comentários sobre cada obra, que representavam, em manifestações singulares, Xangô, Iansã, Oxóssi e Iemanjá. Seus comentários indicavam um conhecimento superficial dos rituais do candomblé, informados mais por um senso comum a respeito destas práticas do que um conhecimento aprofundado seja como participante ou como interessado douto). É preciso aceitar a África que vive em nós, pois só assim conseguiremos construir uma sociedade verdadeiramente cidadã.

Assistiam ao discurso professores e alunos da rede básica de ensino, que compuseram a plateia do evento, juntamente com alguns políticos que permaneciam *leais* a Alexandre e Valdemi, e também empresários de instituições de ensino que divulgavam seus programas de educação entre os participantes. É importante notar que embora Alexandre desconhecesse, como

praticante ou como estudioso, as práticas que descrevia naquele momento de forma tão eloquente (na verdade, sua família e parentes frequentam cultos pentecostais, e este conhecimento foi apreendido, em grande parte pelo contato com a Universidade) seu discurso era, neste momento, autorizado pelo reconhecimento tácito da plateia de que se tratava de um fala pronunciada por aquele que pode exercer seu efeito próprio. A respeito da questão, Pierre Bourdieu discute no texto a *Linguagem Autorizada* (BOURDIEU, 2003), sobre as condições de efetividade discursiva, e elabora a seguinte afirmação:

Austin tem razão ao afirmar que as enunciações servem tanto para “executar uma ação” por que o poder das palavras reside no fato de não serem pronunciadas a título pessoal por alguém que é tão-somente “portador” delas. O porta voz autorizado consegue agir com as palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu mandato, e do qual ele é, por assim dizer, o procurador.(BOURDIEU, Pierre, p. 89, 2003)

Mesmo que o conhecimento de Alexandre a respeito das questões culturais que abordava fosse circunscrito a discussões pontuais em espaços de formação de militantes, seu discurso era legítimo, neste caso, pois mobilizava o capital simbólico de pertencimento a uma negritude reconhecida pela plateia por meio daquelas expressões culturais. Para a eficácia deste discurso ser efetiva, Bourdieu descreve a relação entre as propriedades no locutor e as propriedades da instituição que ele representa:

Conforme se pode constatar, todos os esforços para encontrar na lógica propriamente linguística das diferentes formas de argumentação, de retórica e de estilística, a princípio de sua eficácia simbólica, estão condenadas ao fracasso quando não logram estabelecer a relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronuncia-lo (Ibdem, 2003)

A eficácia simbólica ocorria, neste caso, não somente pelo reconhecimento objetivo das instituições culturais ali representadas como

símbolos de negritude, mas ao mesmo tempo, por que Alexandre fazia de seu discurso e corpo a expressão materializada destes símbolos, e para tanto, eficaz. Há que se resguardar o fato de que, pelo menos aparentemente, não existia na plateia qualquer tipo de conhecedor – mesmo que a título de curiosidade – que pudesse questionar a validade das afirmações de Alexandre: em verdade, o conteúdo do discurso parecia ser completamente alheio à realidade daquelas pessoas, mas não seu simbolismo, neste caso associado a uma negritude genérica.

Ao mesmo tempo, se o conteúdo daquela era constituído por conhecimentos gerais a respeito das religiões de matriz africana, a demanda expressa em sua proposta (*aceitar a África que vive em nós*) só poderia ser representada, naquele contexto – no sentido teatral do termo, como também reafirma Pierre Bourdieu – por alguém com uma concepção de negritude como aquela que informava Alexandre. Para alguém que se vê como fruto da miscigenação e da mistura, aceitar a *África que existe em nós* pode remeter simultaneamente: (a) à disposição cognitiva necessária para encarnar *publicamente* símbolos consagrados de negritude, afirmando um aspecto subtraído de sua identidade pelo contexto e (b) criticar a invisibilidade que a população de cor vivia na cidade, promovida pela negação oficial de sua existência (aceitar a África de Campo Largo). Assim, o que se construía naquele espaço (e também no concurso) eram momentos de consagração – e, no mesmo sentido, de *representação* - de uma perspectiva de construção de negritude, que naquele contexto poderia ser expresso por formas reconhecidas (e estereotipadas), mas para todos os efeitos, comumente aceitas.

Disputas e desentendimentos na organização do segundo concurso de beleza

Foi esta perspectiva que conduziu à reformulação do concurso de beleza, que, concebido sob a égide do horizonte de defesa do *processo cultural*, tentava estabelecer um espaço legítimo para falar de *negritude* na cidade. Nesta edição, participei também de maneira breve, comparecendo a

Campo Largo apenas no final de semana do evento, período em que se organiza os candidatos, gerenciam recursos e atribuem-se funções para o dia do evento. Como me relataram Alexandre e Valdeemi, este concurso havia se mostrado particularmente custoso, em especial no tocante ao material de áudio e vídeo completo, um *upgrade* como dizia Alexandre. Diferente do primeiro concurso, este evento foi realizado na quadra de desportos da faculdade Kenedy, espaço cedido por empresários conhecidos de Alexandre. A opção de abandonar a Casa da Cultura como uma possibilidade de realização do evento acompanhava a perspectiva mais geral do evento: desvincular-se da rede de obrigações políticas, ao custo de abdicar dos benefícios decorrentes deste tipo de troca. Ao mesmo tempo, a faculdade Kenedy estaria mais preparada para receber o evento em termos de infraestrutura, e aliada ao potente sistema de som que fora alugado com um cheque calção de Alexandre produziria um verdadeiro espetáculo. O concurso começava a ser concebido em si mesmo, e não como um *meio* para um *fim*.

Conduzidos pelo panorama de emancipação das obrigações políticas que esta proposta condensava os dois militantes se engajaram na elaboração do segundo Concurso de Beleza Afro. Entretanto, o processo cultural também não era livre de disputa e concorrência, como eles perceberiam no decorrer do evento. Na ocasião, Valdeemi Reis, voltou a entrar em contato com Andréa, a especialista em desfiles de moda, que atuaria como assessora nos preparativos de elaboração de vestuários e ensaios dos participantes. Com esta perspectiva, Andréa foi contatada para treinar os participantes antes do concurso: a atividade que ela havia realizado de maneira improvisada naquele primeiro concurso agora era parte de um processo mais elaborado de treinamento, que durava cerca de duas semanas. Infelizmente, não pude acompanhar este processo, pois à época me encontrava em pleno processo seletivo da pós-graduação, condição que me afastou de Campo Largo. De qualquer maneira, do ponto de vista de meus interlocutores, a posição da assessora seria *paralela ao processo cultural*: seu papel seria meramente técnico, e a organização seria de responsabilidade da administração da CAB.

A assessora não pensava da mesma maneira. Quando cheguei a campo no dia da consciência negra em 20 de novembro (o concurso foi realizado no

dia 22, um domingo) já se estabelecia uma desavença entre os militantes e Andréa. Ela era acusada de interceder em questões financeiras do evento, demandando equipamentos e material acima dos custos previstos pelos militantes. A assessora encomendou diversos vestidos (do tipo que pode ser visto em eventos sociais como festas de debutante e formaturas³⁷), que não estavam comportados nas finanças de Alexandre e Valdeemi, iniciativa encarada pelos membros da associação como uma intervenção no *processo cultural que eles pretendiam controlar*.

Ademais, como mostrei no primeiro capítulo, a visão de estética de Andréa estava embasada em um conceito de moda internacional, incompatível com a visão de meus interlocutores de realizar um concurso acessível à *população carente* da cidade. Com a mesma perspectiva do primeiro evento, Andréa ensinava as candidatas(os) a concorrerem em um concurso de moda, e apesar de ser negra, não se servia de sua identidade na hora de demonstrar ou discursar sobre como agir em Concurso de Beleza Afro. Em todos os momentos em que acompanhei a especialista nos desfiles, não pude observar qualquer referência à promoção da negritude como parte do treinamento no desfile.

Este entrave tomaria proporções agressivas, quando no *calor* da organização do concurso, Valdeemi discutiria com a assessora trocando palavras de insulto. A relação entre a C.A.B e Andréa seria, depois do concurso, permanentemente comprometida, fazendo com que Alexandre a exilasse permanentemente da organização de eventos futuros. Por sua vez, Andréa tentaria “cooptar” alguns dos jovens que participaram do concurso de beleza, oferecendo cursos de formação em agências de desfile com que mantinha contato. Sabendo das ações da assessora, Alexandre se mobilizou e informou os participantes que *ninguém estava autorizado a participar de eventos paralelos ao concurso*, neutralizando a “cooptação” da assessora.

Pude relativizar este discurso de Alexandre em conversas com Felipe e Jonathan, garotos que participam ativamente da organização, parte da

³⁷ Infelizmente não disponho de fotos deste evento devido a problemas técnicos com minha máquina. De toda a maneira, os vestidos eram realmente vistosos (e caros) o que dava ao concurso um tom de evento social, comum à elite da cidade.

juventude que a C.A.B conseguiu mobilizar. A primeira participação dos garotos em eventos da C.A.B aconteceu a partir desta segunda edição, que passou a incorporar também a categoria masculina. Esta categoria sempre foi minoritária no concurso, como é possível observar nos dados que levantei no primeiro capítulo. Neste ano, os dois garotos passaram pelo treinamento de Andréa e relataram uma vivência conturbada por cobranças excessivas e pela falta de polidez no processo educacional. Só pude conversar sobre este assunto no terceiro concurso, quando voltamos ao tema do treinamento enquanto acompanhávamos os ensaios desta edição, agora coordenado por Jéssica:

André : E como foi o treinamento do ano passado, vocês se lembram? Era a Andréa que estava fazendo este papel da Jéssica, não é?

Jonathan e Felipe: nossa! (em tom de reprovação)

Felipe: Nem me lembra demais dessa mulher.

André: Mas por quê? O que aconteceu lá?

Jonathan: Ah ela era muito brava, nervosa, estressada... Tipo eu não quero ser modelo sabe? Então por que ficar cobrando em andar direito, gritando, ficar falando pra gente andar 500 vezes na passarela. Além de tudo ela era estranha

Felipe: É ela era estranha.

André: Como assim estranha?

Jonathan: Sei lá cara, estranha, o jeito dela.

A partir desta conversa, pude perceber o motivo do afastamento dos garotos não era a pressão realizada pelo evento, mas a desautorização do discurso de Andréa, que pode ser aqui relativizado pela discussão de Bourdieu a respeito da linguagem autorizada. Em primeiro lugar, a crítica ao treinamento excessivo podia revelar que a participação no concurso nem sempre era motivada por uma opção pelo ofício de modelo (diferentemente do que acreditava Alexandre, que visualizava o concurso como *a descoberta de uma profissão*), mas sim, pela participação em um espaço de valorização da

beleza³⁸. Assim, o tratamento atribuído aos garotos era uma das motivações, mas que ainda não explicava a imagem de estranheza atribuída à assessora. Ao mesmo tempo, chamava atenção a escolha dos procedimentos de treinamento adotados pela assessora, completamente alheios ao tipo de concurso que estava em voga: era quase como se o treinamento fosse conduzido para um concurso de beleza genérico, que não é recortado pela particularidade fenotípica de seus participantes. Em última estância, e esta é uma hipótese que não pude confirmar, a composição estética da assessora negava atributos próprios de sua etnicidade negra: ela usava lentes de contato de um azul vibrantemente claro e compunha por meio do artifício de apliques uma longa cabeleira lisa. Assim, no tocante às três regras da efetividade simbólica do discurso ritual exposto por Bourdieu (a relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que ele representa) imaginei se as propriedades fenotípicas do locutor, ou neste caso, a transformação destas propriedades, não informaria o sentido de estranheza (e até mesmo exotismo) atribuído à figura da assessora.

Outros indícios indicavam uma direção para aquilo que estava sendo compreendido como *processo cultural* no espaço do concurso. Nesta edição, observei uma tentativa da organização de diversificar as atividades do evento incluindo, por exemplo, a apresentação de canções do catolicismo popular, performatizadas por moradores da comunidade de Palmital dos Pretos e Sete Saltos, territórios quilombolas localizados na região da cidade. Não pretendo, neste momento, me aprofundar nas condições que circundam a certificação desta comunidade como comunidade tradicional, mas é importante ressaltar que existe um processo de identificação conduzido pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura³⁹, e que hoje a comunidade já é identificada pelo Estado, mas

³⁸ Conversei com os dois garotos sobre minha interpretação, e, ao que parece, a carreira de modelo estava fora de suas perspectivas de futuro.

³⁹ O Grupo de Trabalho Clóvis Moura é uma instituição criada em 2005 com a finalidade de identificar as comunidades negras do estado do Paraná. Em seu site, consta como “missão” do grupo: O tempo urgia diante da necessidade de desvendar esse Paraná que até então se havia mantido na obscuridade desde o período pós escravidão e principalmente sob o discurso encampado pelo Movimento Paranista (Romário Martins) dos anos 20-30, que, além do mais, enfatizava a imigração europeia/ocidental (final do Séc.XIX).

ainda passa pelo processo de titulação⁴⁰. Para mais aprofundamentos a respeito das práticas alimentares da comunidade ver o trabalho de SOUZA⁴¹ (2010), centrado no estudo das condições nutricionais da comunidade, ou ainda CELINSKY (2010), em uma discussão sobre os processos históricos e políticos que envolvem a certificação desta comunidade⁴².

O importante, em nosso caso, é perceber o lugar que os moradores desta comunidade foram ocupando nos concursos, e o papel que o termo acabou alçando no discurso dos militantes. No primeiro concurso, os quilombolas fizeram parte da plateia, e menções foram feitas por Alexandre (quando conduzia o cerimonial) a respeito do descaso perpetrado pelo poder público em relação à comunidade. Já naquele primeiro momento, o quilombo era apresentado como o principal *motivo* das ações da C.A.B, e com objetivo de *defender nossos irmãos africanos e afro-brasileiros*, denunciar o descaso do poder público com a infra estrutura da comunidade e com a falta de serviços de bem estar social. No cartaz do terceiro concurso, podiam-se ler os dizeres:

*“o quilombo é Símbolo da resistência, nos leva a ancestralidade África
que vive em Nós”*

Neste segundo evento, os quilombolas passariam da plateia para o palco, de espectadores a agentes. Do ponto de vista dos militantes, esta atuação deveria se concentrar em atividades *artísticas*, mostrando a *tradição africana da comunidade*. Em suma, o que se esperava é que os moradores usassem o espaço do concurso como palco, representando estas tradições e mostrando o que de *ancestralidade África vivia em Campo Largo*. O que se

⁴⁰ O processo de certificação destas comunidades já dura alguns anos, e o envolvimento na questão se tornou um objetivo importante de ação da C.A.B. Em diálogo com políticos e empresários locais, Alexandre propôs uma série de estratégias de implantação de moradias populares na comunidade, bem como a instalação de redes de coleta de esgoto. Este tipo de iniciativa sempre foi vista pelos militantes como a “missão mais importante” da C.A.B, ajudar aqueles que não tem nenhuma condição básica de sobrevivência (nas palavras de Alexandre).

⁴¹ O trabalho de conclusão de curso de Ariane Ferreira de Souza centrou-se na vulnerabilidade alimentar vivenciada por estas comunidades, e chama a atenção para a necessidade de criação de políticas públicas para este tipo de população. Os resultados de sua pesquisa estarão disponíveis em uma coletânea em fase de finalização intitulada *Novos estudos afro brasileiros: monografias de conclusão de curso*.

⁴² O trabalho de conclusão de curso de Mariana Gabriela Celinsky foi realizado em concomitância com minha pesquisa de campo, e nos encontramos algumas vezes em Campo Largo durante a pesquisa de campo. Seu trabalho consiste de um livro reportagem sobre a comunidade, suas questões históricas e problemas políticos.

observou eram canções de catolicismo popular, de louvação a Nossa Senhora e a São Sebastião, padroeiro da comunidade. Após as apresentações, ouvimos os desabafos de Elenita Aparecida Machado e Lima, uma liderança da comunidade:

Elenita: Nós viemos aqui hoje pra falar da nossa condição, que a Prefeitura não olha pra gente. Vocês não sabem a necessidade que a gente passa lá na comunidade, é um descaso total. Político a gente só vê lá na época de eleição, pra pedir voto, e depois some, não aparece mais!

Depois da declaração de Elenita, Valdemi que conduzia o *cerimonial* do evento, apresentando as atrações, reiterava:

Valdemi: e essa foi a apresentação dos moradores de Palmital dos Pretos, mostrando ai a cultura quilombola, as tradições. Gente, vocês não sabem a dificuldade que eles passam, eles não tem nada lá no habitat deles. Falta saneamento básico, habitação, escola, falta tudo praticamente. Eu quero chamar a atenção do senhor prefeito agora, para que olhe para a situação dos nossos quilombolas. Vamos agir senhor prefeito!

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que a participação de Elenita em espaços de manifestação política e cultural é extensa, e transpassa o espaço promovido pelos militantes da C.A.B. Durante o processo de identificação dos quilombos do Paraná por parte do Grupo Clóvis Moura, ela seria uma das principais lideranças em diálogo com os especialistas em estudos deste tipo de comunidade⁴³. Em minhas breves conversas com Elenita (sempre durante os concursos) percebia que sua fala sobre os costumes e as tradições da comunidade sempre muito bem elaboradas, constituída para mostrar o descaso da política local com a região do quilombo. Imagino que esta vivência acabou por informar a eloquência de Elenita, que percebia o espaço criado pelas instituições que valorizavam a preservação do patrimônio imaterial destas

⁴³ Elenita contribuiu para a organização de produções desenvolvidas pelo Grupo Clóvis Moura e algumas de suas colocações estão disponíveis no site: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=18>

comunidades: o discurso autorizado, neste caso, era constituído pela legitimidade destas demandas e pela crítica à administração municipal que estava em curso durante todo o evento. As propriedades da locutora eram mobilizadas nas canções populares, situação que não teve condições de refletir dado a falta de experiência com o tema.

Quanto a Valdeci, como ele mesmo confirmaria em outros momentos, olhava agora para os quilombolas como uma versão *pura* do *afrodescendente* de Campo Largo. Eles eram a *âncora do movimento da C.A.B.*, a *razão para todo o trabalho que vinham desenvolvendo*. Se imaginarmos o processo em curso como estabelecimento de um espaço próprio para o *reconhecimento* de formas de discurso performático (BOURDIEU, p.91, 2003) conduzido por Alexandre e Valdeci, há de se pensar a importância de tomar os representantes da comunidade *como âncora do movimento da C.A.B.* Para participar daquele espaço de locução, os agentes da comunidade tinham de ser vistos enquanto símbolos de uma *negritude* informada pela tradição e pelas origens locais: o uso do termo *habitat* demonstrava a falta de tato com categorias culturais, mas ao mesmo tempo, tentava demonstrar a existência de população negra nativa na cidade, que não era reconhecida pelas autoridades locais. Para os efeitos de criar uma demanda de representação (que pretendia ser ocupada por eles) os militantes acabavam desautorizando o discurso de Elenita para transformá-la em um símbolo da opressão vivida pela população afrodescendente da cidade. O reforço de condições de isolamento e distância do centro da cidade vivenciados pelos habitantes da comunidade agia no sentido de distanciar sua experiência de negritude (próxima da política municipal) e a experiência de semi-cidadania vivida pelas pessoas do quilombo.

Assim, para participar deste espaço de locução, havia uma espécie de pedágio a ser cobrado, o de destituir o conteúdo de sua fala como representação reconhecida de *negritude local*, para participar do evento enquanto símbolo *da África que vive em nós*. Há que se ressaltar que Elenita não era alienada a este processo: sua vivência em outros espaços de valorização cultural possibilitava a maleabilidade do conteúdo do discurso, e em certa medida, permitia criticar a administração municipal de um ponto de

vista diversificado, a dizer, como alguém que vivia de fato a opressão descrita pelos militantes como a razão de seu engajamento na disputa por espaço em Campo Largo.

Mesmo com os entraves na organização do evento, e com todas as disputas entre os militantes e Andréa, a participação da população foi novamente expressiva. Neste ano, o júri foi composto de maneira diversificada: diferente do primeiro concurso não existia *delegação da universidade*, pois compareci acompanhado somente de Jules Ventura, um colega do grupo de pesquisa em memória dos cotistas raciais. Neste ano, o júri era composto pelo seguinte quadro: Wilson (vereador da cidade), dois Jornalistas do campo-larguense (jornal local), Andréa (especialista em moda), uma representante da casa-blanca modelos (instituição que financiava o evento), Jules Ventura e Deva (proprietário de um centro de formação). O critério para a escolha destes jurados, como me informou Alexandre, era o comprometimento com a causa: apenas aqueles que haviam participado de fato de todo o *processo* seriam chamados para julgar as candidatas.

O proceder para a definição do corpo de jurados é em si uma expressão da relação entre o *processo cultural* e o *processo político*. Via de regra, se escolhe um jurado por sua colaboração com as atividades políticas da C.A.B, seja com recursos ou com a troca de informações no ambiente da prefeitura. Ao mesmo tempo, também se escolhe jurados que representem atividades culturais em curso nos eventos, como no caso das especialistas em desfile escolhidas neste ano. De qualquer maneira, o que se reforça na escolha dos jurados é a relação que estas pessoas tem com os militantes da C.A.B, e para tanto, sua lealdade com o processo cultural e com o processo político.

O peso emocional da desavença com Andréa, aliado ao descaso do poder público, acabou promovendo uma série de tensões, que culminaram com a instauração de um clima de perseguição entre os militantes. No final do evento, os zeladores começaram a pressionar Alexandre e Valdemi para que saíssem do prédio, pois o horário combinado com o a chefia da instituição já havia se esgotado. Palavras de insulto entre estes funcionários e os militantes da C.A.B – em especial Valdemi – marcaram a conclusão da desavença. Da

parte dos militantes, a posição dos zeladores foi entendida como um *boicote* ao evento, um ultraje para com sua *manifestação*. Enquanto a discussão se desenvolvia entre Valdemi e os funcionários da instituição, Alexandre telefonava em busca dos contatos políticos que *resolveriam* a situação. O entrave acabou com uma mobilização coletiva para a desocupação do espaço, organizando as cadeiras e outros equipamentos utilizados no evento. No final todos ouvimos o desabafo emocionado de Valdemi:

Valdemi: Tá vendo André, é assim que a gente é tratado, depois de todo o nosso esforço...Pra ajudar não tem ninguém, mas pra criticar tem um monte, pra atrapalhar! Eu te falo, a situação é degradante...

Esta frase marcou minha interpretação do momento que a C.A.B vivia: uma descrença com relação a aceitação de seu discurso, a incerteza a respeito da efetividade de sua proposta, e em último caso, a dúvida a respeito do processo cultural que vinha sendo conduzido. Afinal de contas, até que ponto esta proposta era realmente autônoma, e por assim dizer, poderia se concretizar como um espaço legítimo de locução?

Dois concursos, duas cidades e duas perspectivas de ação política.

As consequências deste concurso seriam perceptíveis durante todo o ano de 2010, trazendo mudanças para organização da C.A.B e para as percepções de ação política de Alexandre Cezar. O primeiro impacto seriam as despesas decorrentes da falta de financiamento do evento: ao todo, mais de cinco mil reais de prejuízo com cenário, divulgação e material seriam repartidos entre Alexandre e Valdemi, instaurando a dúvida a respeito da possibilidade de autofinanciamento de suas atividades. Como me disse Alexandre em um encontro, era muito difícil arcar com estas despesas com seu salário da prefeitura, e agora, questionava a possibilidade de continuar com o projeto em Campo Largo.

Os impactos seriam também emocionais, como percebi em uma reunião da C.A.B em junho de 2010, que agora usava como base operacional um espaço cedido pelo CENAIC - Centro Nacional Integrado de Cursos. Ao chegar à reunião, Alexandre iniciou uma negociação com a administração do centro, e neste momento tive a possibilidade de manter um diálogo com Valdeci sem sua presença. Ele me confessava que os eventos que narrei no final do concurso o haviam colocado em profunda depressão emocional, e que agora, refletia sobre a continuidade de sua participação no projeto da C.A.B:

Valdeci: André, eu preciso te falar, é difícil pra mim enfrentar todas estas dificuldades, com esses políticos que não querem saber de nada. Eles não ligam pra gente André, eu sei, eu vivi isso aqui a vida inteira. O que acontece é que a gente acaba puxando sempre os mesmos que ajudam, o Deiva, o Wilsão. Mas não tem como né, ficar sempre apoiando neles. A verdade é que tudo isto aqui continua por causa do Alexandre; ele que vai atrás, negocia. Pra mim é muito difícil ficar pra lá e pra cá negociando, vai e bate na porta de um, bate na porta de outro.

Deixei a reunião convicto que os projetos da C.A.B terminariam naquele ano, e que a experiência de construir um espaço de manifestação autônomo esbarraria nestas dificuldades. Alexandre continuava frequentando a Universidade, e agora, cursava uma disciplina optativa no Departamento de Antropologia⁴⁴. Sua inserção no ambiente acadêmico agora estava dividida entre projeto de cursar mestrado na área de antropologia ou sociologia, assim como o comparecimento em discussões no núcleo de estudos Afro Brasileiros. Trato destas relações no capítulo terceiro, mas por hora, basta dizer que estas outras experiências motivavam Alexandre a seguir caminhos diferenciados, ou como ele dizia, *investir em mim mesmo*. Como no primeiro contato com o NEAB, Alexandre buscava formação para as questões que enfrentava em Campo Largo, e na mesma medida, trazia a experiência acumulada com a ação política para debates acadêmicos.

⁴⁴ Neste período, ele cursava a disciplina de Antropologia Rural com a professora Liliana Porto. Na disciplina, que também frequentei, discutimos temas clássicos dos estudos do campesinato, e também temas recentes do mundo rural, como a certificação de comunidades quilombolas e faxinalenses.

Para Valdemir, os impactos emocionais provocariam uma série de reflexões, dúvidas e incertezas que acabaram promovendo certo distanciamento das atividades. Em suma, o jogo de boicotes promovido pela administração pública demonstrava um descaso com as atividades da militância, elementos que serviam de base para construir uma percepção de *racismo institucional*. Por estas condições, Valdemir acabou se ausentando dos encontros que promovia com Alexandre Cesar, e assim não pude manter contato mais intenso com o militante. Entretanto, nos eventos subsequentes, o militante manteve sua participação junto à equipe de organização, e sempre contribuía com sua exímia eloquência na condução do cerimonial.

Um dos motivos que reativou a possibilidade de organizar os eventos foi a participação de Alexandre em um seminário na cidade de Quatro Barras, também na região metropolitana de Curitiba. O evento consistia na entrega de um *título de servidor público padrão*, em comemoração ao aniversário da cidade que distribui condecorações aos funcionários públicos reconhecidos pelo destaque em suas funções. Não pude participar deste evento (na verdade, apenas tive conhecimento de sua realização meses depois), mas Alexandre o descreveu como um ambiente cívico de premiação do *esforço e trabalho duro*, tudo que faltava em Campo Largo. O que estava em jogo, segundo sua concepção, era a *premiação e reconhecimento* por esforços pela comunidade, condição que nunca havia vivido mesmo depois dos esforços na realização dos concursos de beleza.

No mesmo evento, Alexandre conheceu Roberto Carlos da Conceição (PSDB), vereador da cidade e um dos organizadores do evento. O que chamou a atenção de Alexandre naquele primeiro momento era o cuidado que o vereador tinha com seus funcionários, alguém disposto a ajudar, e por estas condições, íntegro. Ele se apresentou ao vereador e discutiu a possibilidade de realizar o concurso de beleza naquela cidade, obtendo resultados positivos quanto à liberação de recursos e de espaço físico. Era uma nova possibilidade que se abria: será que os políticos de Quatro Barras eram diferentes dos de Campo Largo, e estavam dispostos a se comprometer de fato com suas propostas políticas?

Nesta ocasião, Alexandre também entrou em contato com Rita de Cássia, ativista negra que atuava pela alfabetização de jovens e adultos. Como ele pode apurar entre os políticos, Rita de Cássia era extremamente influente entre os moradores de Borda do Campo, um dos maiores bairros da região metropolitana, que se estende por três cidades (São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras). Sua capacidade de *mobilizar pessoas* e sua disposição para agir (fazer o *trabalho necessário*) eram, na concepção de Alexandre, as qualidades necessárias naquele momento inicial. Ela se interessou pela proposta, e prometeu ajudar na organização do evento na cidade.

Recebi uma ligação animada de Alexandre no começo de outubro de 2010, convidando-me para participar da divulgação do terceiro Concurso de Beleza Afro de Campo Largo.

Alexandre: André, vamos fazer força e botar esse concurso pra funcionar?

André: Vamos, eu ajudo no que puder. Mas para falar a verdade, eu achei que você tinha desistido depois do que aconteceu no ano passado!

Alexandre: Eu te falo André, eu nem quero mais que me deem a secretaria agora, eu só quero que ela seja criada. Pode colocar lá quem eles quiserem, quem eles tiverem confiança. O prefeito sabe que está em débito comigo, por isso que ele fica fugindo de mim, não aparece para reunião que a gente marca. Quando eu encontro ele na Prefeitura eu digo pra ele: “Prefeito, o senhor sabe que está com uma dívida com a população “afro” de Campo Largo, e mais hora ou menos hora eles vão cobrar.” Eu vou fazer esse concurso só pra provocar estes caras agora!

Foi com esta perspectiva que me engajei na divulgação do concurso neste ano, e pela primeira vez, me encontrava com Alexandre e os outros militantes diariamente. Neste período da pesquisa, experimentei diferentes tipos de participação, ocupando diversos cargos no processo como um todo. Pelas condições de realização deste trabalho de campo, sempre atrelado à promoção dos eventos e ao fomento do debate promovido pelos concursos, pude caracterizar minha atividade de campo como uma Pesquisa Ação. No artigo *notas para o debate sobre pesquisa-ação* (2001), Michel Thiollent

diferencia a Pesquisa Ação da Pesquisa Participante, que entende como uma metodologia de *análise mais concentrada no polo pesquisador do que no polo pesquisado* (THIOLLENT, p. 83). Na Pesquisa Participante o foco recai sobre as condições que promovem o acesso às informações registradas pelo pesquisador (ou seja, como se estabeleceu a observação em questão). No caso da Pesquisa Ação, as atividades do pesquisador estão centradas e parelhas às ações de seus interlocutores: por estes motivos, a Pesquisa Ação muitas vezes está centrada na demanda de direitos por parte dos grupos pesquisados. Na Pesquisa Ação a metodologia de análise e de disposição dos resultados pode ser pensada em um diálogo com o grupo pesquisado, fortalecendo as demandas dos grupos pesquisados com o aparato legítimo do saber científico. Por estas condições, entendo que o tipo de metodologia que se desenvolveu em Campo Largo se aproxima da proposta da Pesquisa Ação defendida por Michel Thiollent, visto que desde os primeiros momentos em campo discuti com Alexandre Cezar e Valdeir Reis os andamentos desta pesquisa e as implicações dos resultados que obtive.

A organização do concurso começou com a definição de um calendário, definição de estratégias para a divulgação e organização do pessoal para a atuação. Seguiu-se então a negociação com as *autoridades, empresários, políticos* (aqueles que ainda eram leais) e *administradores públicos* simpatizantes da temática que contribuem com recursos e espaço físico. O passo seguinte foi o da *blitz*: neste momento foi a hora de fazer um *corpo a corpo*, ir para as escolas municipais – onde se localiza o grande público do concurso – e divulgar o evento, explicando as condições de participação e as *implicações formativas envolvidas*.

Logo no início da divulgação do concurso em Campo Largo, o celular de Alexandre começou a tocar com notícias das conversas que vinham sendo estabelecidos na cidade de Quatro Barras. Foi em meio à divulgação do evento em Campo Largo que tive conhecimento das negociações estabelecidas na cidade de Quatro Barras. Segundo Alexandre, os vereadores estavam querendo *mostrar serviço*, e decidiram apoiar sua proposta de realização do concurso afro na cidade. A iniciativa contava com o apoio das instituições governamentais do Município, em especial da Secretaria de Educação e da

Câmara Municipal. À medida que as negociações avançavam Alexandre já pensava na possibilidade de desistir do *investimento* em Campo Largo e tentar negociar a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial em Quatro Barras. O objetivo inicial do movimento agora retornava, na medida em que a crença na administração pública era renovada por suas relações com os políticos de Quatro Barras.

Não pretendo fazer grandes reflexões sobre a demografia ou da história da povoação da cidade de Quatro Barras, pois tive um contato muito limitado com a população da cidade, e não poderia opor os dados estatísticos às observações empíricas. Cabe ressaltar que a cidade de Quatro Barras é muito menor que de Campo Largo. A cidade tem 19.851 habitantes, se localiza a nordeste da cidade de Curitiba e tem acesso pela BR 116 que liga a capital paranaense a São Paulo-SP. As relações entre a população negra e a população branca seguem razões similares a Campo Largo, com leve variância acima dos percentuais obtidos na primeira amostra, como é descrito na tabela a seguir:

Tabela 8 - Distribuição da população da cidade de Quatro Barras em função da declaração racial.

Declaração racial	Numero de habitantes	Porcentagem da população
População residente - cor ou raça - Branca	14.641	73,75%
População residente - cor ou raça - Preta	462	2,32%
População residente - cor ou raça - Amarela	63	0,31%
População residente - cor ou raça - Parda	4.651	23,42%
População residente - cor ou raça - Indígena	34	0,17%

Apesar dos dados estatísticos seguirem próximas às razões observadas em Campo Largo, em Quatro Barras a investigação da distribuição da população negra no espaço urbano ficou comprometida pelas condições de pesquisa. A investigação por meio da ferramenta SIG revela a mesma disparidade habitacional, com as regiões centrais e privilegiadas da cidade

ocupadas majoritariamente por pessoas autodeclaradas brancas. Não pude comprovar estes dados na prática, em vista do curto período de campo na cidade: não visitei as regiões mais afastadas do centro, pois divulgávamos o concurso apenas em colégios próximos à região central. Desta maneira, não pude verificar empiricamente os dados do IBGE, o que me impede de fazer inferências a respeito da distribuição urbana nos mesmos moldes operados na cidade de Campo Largo.

Outro dado interessante é o reconhecimento, por parte de Alexandre e Rita de Cássia, de uma área de ocupação negra nos limites do município. O *quilombo urbano*, como Alexandre definiu, localizava-se perto da região do bairro de Rita de Cássia (Borda do Campo). Em uma pesquisa na bibliografia especializada (WACHOWICZ, 1988) encontrei referências da ocupação de mão de obra escrava na região, e indícios de que existia um lugar de refúgio naquele contexto. Infelizmente, devido ao pequeno período que permaneci em campo na cidade de Quatro Barras não pude averiguar como se encontra esta população hoje.

Negociação de um espaço institucional e político na cidade de Quatro barras

Visitei a cidade de Quatro Barras pela primeira vez em meados de outubro, data limite para a organização do concurso de beleza. A primeira medida adotada por Alexandre foi visitar a Secretaria Municipal de Educação para estabelecer parcerias com o órgão. Na pequena residência onde funcionava o órgão, fomos recebidos pela Secretária de Educação. Percebi que a experiência acumulada em Campo Largo informava o diálogo de Alexandre com a secretária, sempre tentando evitar a sua identificação como alguém que *caiu de paraquedas*, ou seja, desqualificado para as funções que pretendia ocupar:

Alexandre: Bom dia minha saudosa secretária! Ouvi dizer que esta aqui é a secretaria mais progressista da região de Curitiba, vamos ver se é verdade!

(Em seguida, iniciava-se a descrição da proposta do concurso) Bom secretária, nós viemos aqui pra conversar sobre a realização do evento que comentei com a senhora pelo telefone, o primeiro Concurso de Beleza Afro da cidade de Quatro Barras! Este aqui é o André, ele é mestrando em antropologia da Universidade Federal do Paraná, e eu também sou, a gente faz parte do NEAB e atua como pesquisadores da área de relações étnico-raciais. É preciso ressaltar professora, que a nossa proposta se encaixa perfeitamente nas leis 10.639 e 11.645, e assim, a senhora fechando o convênio conosco, vai ser a primeira secretária da região a incorporar o programa de políticas afirmativas no município. O concurso envolve toda a questão da profissionalização das crianças, traz a oportunidade para eles de seguir a carreira de modelo, e ao mesmo tempo tem toda a questão da valorização da estética afro.

Secretária: Então Alexandre, eu gostei muito da sua proposta, nós queremos fazer o concurso aqui sim. Mas assim, não é que eu estou duvidando das suas propostas, mas eu preciso de algum documento da secretaria informando a realização do evento, por que você sabe que eu tenho de me reportar a eles cada ação realizada aqui no município.

Alexandre (visivelmente irritado): Então deve ter alguma coisa, por que eu já conversei com AMR-NORTE (Secretaria de Estado da Educação, Área Metropolitana Regional Norte) e eles já garantiram aprovação do projeto. Eu posso ligar lá para eles agora se a senhora quiser.

Era a primeira vez que observava Alexandre Cezar falando a partir de sua inserção na Universidade. Questionei sua postura depois que saímos da Secretaria: não seria perigoso afirmar uma identidade que não se sustentava institucionalmente? Afinal de contas, na época, Alexandre era aluno especial do mestrado em antropologia, e não *mestrando* como ele afirmava. Ele me respondeu que esta era a única maneira de dialogar nestes contextos: para não parecer alguém que *caiu de paraquedas*, ele tinha de ter alguma filiação institucional que o representasse. Aqui, cabe mais uma vez a reflexão de BOURDIEU (2003): para operar o estabelecimento do espaço de locução, a primeira relação a ser estabelecida com os políticos era se colocar como o representante de uma instituição legítima no campo educacional, condição que remediava - em tese - a desqualificação das propriedades de seu discurso.

Entretanto, como pude perceber esta estratégia não garantia, por si só, o reconhecimento de suas atividades como parte de uma proposta educacional válida em termos de políticas públicas. Depois do encontro com a secretária seguimos para a secretaria da AMR – NORTE, a fim de *tirar a limpo* quem

estava impedindo o trâmite do projeto de Alexandre. Ele estava enfurecido, e prometia uma desforra contra aqueles que estavam *atacando as políticas de ação afirmativa*. Na instituição, nos encontramos com o responsável pelo NEREA (Núcleo de Educação das Relações Etnicorraciais e Afro descendência) um funcionário designado para operar as demandas criadas pela legislação federal no nível do estado do Paraná. A primeira reação de Alexandre foi questionar o papel que aquele funcionário tinha na administração como um todo, afinal de contas, ele havia enviado um projeto ao alto escalão da SEED – PR⁴⁵ e estava amparado pelo pertencimento a um grupo de pesquisa institucional.

Alexandre: Eu não entendo qual é a dificuldade aqui, eu já comuniquei a secretária de educação tudo que estava acontecendo, não sei por que vocês ficam colocando essas barreiras!

Responsável NEREA: Olha Alexandre, eu recebi o seu projeto aqui, realmente o pessoal da diretoria me mandou o comunicado. Nós já fizemos várias parcerias com o NEAB, e sempre que implantamos alguma ação, a primeira medida é enviar um projeto, contendo justificativa, metodologia, enfim, como se realizará todo o processo. Eu não posso aprovar nada sem esse material, e sem passar pela aprovação interna do núcleo. Nós já desenvolvemos várias ações similares, mas sempre seguimos estes prosseguimentos burocráticos. Eu vou autorizar seu evento em caráter extraordinário, para não atrasar as atividades, mas preciso que você me mande este projeto quanto antes.

Depois da negociação, ele acaba cedendo, e promete enviar o projeto para apreciação da coordenação regional. No caminho de volta a Quatro Barras ele demonstrava sua indignação com o funcionário, afirmando sua incompetência e a traição com a causa, já que assim como ele, o funcionário era negro. O que incomodava Alexandre era a posição submetida aos processos burocráticos *padrões* e o fato de tratar com subalternos, e acreditava que sua relação com os superiores deveria mediar a negociação por espaço institucional.

Voltamos à Secretaria de Educação de Quatro Barras e a aprovação da AMR – NORTE já era comprovada pelo funcionário associado ao NEREA, e

⁴⁵ A hierarquia da secretaria de educação é formada pelos cargos políticos da secretaria e do conselho estadual de educação. São estas duas instancias que definem as políticas educacionais do estado, e cabe aos núcleos regionais viabilizar a realização destas.

assim, a Secretária se dispunha a ajudar nos eventos. O espaço institucional já estava garantido, e agora faltava a negociação política. Na mesma semana, nos encontramos com Roberto Carlos da Conceição, o vereador que o havia apoiado inicialmente na realização do concurso. A reunião foi realizada na câmara dos vereadores centrada no esclarecimento das questões que circundavam a implantação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Novamente, Alexandre se apresentava como mestrando do PPGAS – UFPR, e a partir de sua inserção como pesquisador, defendia a implantação das leis 10.639 e 11.645. Ele explicava as vantagens de realização do evento, demonstrando a possível mobilização de um eleitorado negro na cidade, e todo o *processo de cidadania* envolvido nesta atividade promovido através da valorização da estética afro.

O vereador se mostrava favorável à realização dos eventos, mas questionava a possibilidade de perceber *quem era ou não era afro* na cidade, afinal de contas, a população da cidade teria sido formada por um processo de miscigenação. O próprio vereador utilizava seu corpo como prova viva da miscigenação, a fim de demonstrar seu ponto de vista:

Vereador: Olha Alexandre, o problema aqui é como a gente vai ficar identificando quem é e quem não é negro. Eu por exemplo, tenho uma avó negra, se você olhar você não acredita, ela é azul de tão negra. O meu apelido entre os meus amigos é negão, por que realmente, eu venho deste contexto de miscigenação.

Frente a estas afirmações, Alexandre reforçava as afirmações do vereador, e afirmava (com certo tom de ironia) a ascendência afro do vereador: *Está vendo só André, quem diria, temos aqui um legítimo cidadão afro da cidade de Quatro Barras. É por isso que eu digo que este processo de miscigenação tem que ser visto a partir da descendência, até três gerações. É preciso, entretanto, relativizar a experiência de negritude descrita pelo vereador. Em primeiro lugar, sua cor de pele era muito mais clara do que a de Alexandre, sem qualquer característica que o definiria como o negão descrito*

como alcunha. A foto a seguir é pública proveniente do arquivo da câmara dos vereadores da cidade de Quatro Barras.



Figura 11 - Foto pública disponível no site da câmara dos vereadores de Quatro Barras. http://www.camaraquatrobarras.pr.gov.br/img_vereadores/roberto.jpg

Em primeiro lugar, é preciso identificar a origem do discurso do vereador, e as condições de construção de sua posição. Acredito que a questão da identificação de *que é ou não negro* a que o vereador fazia referência era decorrente de todo o debate midiático e político iniciado a partir do processo de implantação de políticas de cotas nas universidades públicas, que, de maneira geral, acabou por informar publicamente a tomada de posições a respeito deste tipo de ação a nível nacional. Sobre esta discussão, Kabenguele Munanga argumenta:

Dizem que é impossível implementar cotas para negros no Brasil, porque difícil definir quem é negro em nosso País por causa da mestiçagem, tendo em consequência a possibilidade de fraude por parte dos alunos brancos que, alegando sua afro-descendência pelo processo de mestiçagem, ocupariam o espaço destinado às verdadeiras vítimas do racismo. Em primeiro lugar, não acredito que todos os alunos brancos pobres possam cometer este tipo de fraude

para ingressar na universidade pública, por causa do ideal do branqueamento ainda atuando no imaginário coletivo do brasileiro. Um racista essencialista, psicologicamente convencido da superioridade de sua “raça”, não troca de campo com tanta facilidade. Muitos não aceitarão a troca, em nome do chamado orgulho da raça. (MUNANGA, 2004, p.53)

É preciso pensar que, em um contexto de maioria branca, a mobilização da genealogia operada pelo vereador tem de ser vista além de uma mera falácia ideológica, mas também, como mobilização de um pertencimento a um grupo étnico não branco, que só é perceptível em termos locais. Esta foi a primeira (e única) vez que observei algum político se utilizando do próprio corpo para concretizar sua perspectiva de condição miscigenada do povo brasileiro. Em verdade, a maioria dos políticos que conheci não poderia fazê-lo, provavelmente, informados por aquilo que Munanga define como *orgulho de raça*. Sem reforçar uma percepção ingênua do contexto etnográfico, é preciso reconhecer que o que estava em curso era uma retórica política que, de fato, questionava a aplicabilidade de políticas afirmativas a partir de um debate midiático, mas ao mesmo tempo, se sustentava em alguma experiência de ser percebido enquanto diferente em um contexto de maioria branca.

Depois desta negociação, Alexandre entenderia que o vereador estava ao seu lado, e reforçava a possibilidade de criar a secretaria no município. O próximo passo seria conseguir o apoio de Rita de Cássia, a militante que havia estabelecido contato com Alexandre durante o primeiro evento na câmara dos vereadores. Visitamos a casa de Rita na sequência da reunião com o vereador, a um mês da data prevista para a realização do evento. Alexandre alertou-me, enquanto nos dirigíamos para a casa de Rita, que estaríamos diante de um *diamante bruto*, com muito potencial para o ativismo, mas que *precisava ser lapidado*. Rita de Cássia morava na região de Borda do Campo, um bairro da periferia da cidade de Quatro Barras e contava com uma longa atuação como voluntária em um programa de EJA (educação de jovens e adultos) da escola pública local. Fomos recebidos com grande cortesia pela mãe de Rita, dona Custódia, uma senhora negra que viveu no bairro a vida inteira, *desde que era tudo capão de mato*, ela me contava.

Conversando com Rita, pude perceber que ela tinha uma extrema desconfiança a respeito dos objetivos de Alexandre na cidade. Quando Alexandre determinava alguma atividade para Rita, esta sempre o questionava:

Rita: Alexandre, você tem que tomar cuidado com que você vai falar aqui na cidade. Não pode sair por aí simplesmente contando pra todo mundo o que você vai fazer. Tem pessoas aqui que são muito mal intencionadas, principalmente na prefeitura.

De certa maneira, Rita – assim como Valdemir, no caso de Campo Largo - entendia as implicações locais de depender de favores políticos da administração local. Os deveres da retribuição intrínsecos à dinâmica de negociação com os políticos levavam Rita a acreditar que a melhor alternativa *é não deixar o negócio virar política*, ou seja, organizar o evento sem um envolvimento com os políticos locais. Longe de ser uma preocupação desinformada, sua preocupação advinha de um envolvimento antigo com políticos locais. Com iniciativa de organizar um evento sobre alfabetização de jovens e adultos na cidade, Rita pediu auxílio à Secretaria de Educação para o repasse de recursos e infraestrutura. O evento teria sido *sabotado* pela Secretária Municipal de Educação, impedido a liberação dos recursos e a divulgação nas escolas nos últimos instantes antes do evento, ação que se assemelhava àquilo vivenciado por Alexandre e Valdemir nos concursos anteriores. Como consequência, sua proposta não contou com o comparecimento expressivo de moradores ou professores, caracterizando na concepção de Rita um *boicote* a sua iniciativa. Por estes motivos, durante todo o processo de divulgação, Alexandre e Rita evitavam ser vistos no mesmo espaço, principalmente nos arredores da prefeitura e da Secretaria Municipal da Educação, sob a pena de ter o apoio da administração pública suspenso.

A partir deste contexto, o ano de 2010 marcaria a possibilidade de pensar a organização do concurso a partir de duas perspectivas de ação: *batendo de frente* em Campo Largo e *mostrando serviço* em Quatro Barras. Entre as duas concepções, engajei-me na divulgação dos eventos, e observei como a partir deste espaço de locução a noção de negritude mestiça de Alexandre negociava com identidade afro-brasileira local.

Desafios encontrados na divulgação do terceiro concurso de beleza.

A decisão de organizar o concurso em duas cidades (e por duas perspectivas) trazia desafios próprios, como a administração do tempo e das estratégias do percurso de divulgação. Durante todo o mês de outubro e novembro, percorria cerca de 300 quilômetros diários, atuando na divulgação durante os dias úteis e na preparação dos ensaios durante os finais de semana. Este processo foi realmente extensivo na cidade de Campo Largo, dada a quantidade de habitantes a ser alcançada. No caso de Quatro Barras, visitamos apenas alguns colégios centrais, pois abrigavam a maioria dos estudantes do ensino fundamental e médio.

A experiência com os dois anos consecutivos na divulgação dos eventos mostrara a Alexandre que o *tempo* é uma constante ameaça no processo de divulgação. Faz parte da estratégia de organização de um concurso rever constantemente o *público* que se quer atingir, persistindo em determinadas regiões e abandonando outras. Como grande parte dos participantes do evento é composta por alunos do ensino primário e secundário, na prática, esta reelaboração significa reorganizar os trajetos entre colégios que visitaremos. Escolhe-se um colégio de acordo com o número de inscrições recebidas durante todo processo de divulgação e também pela afinidade dos militantes com a população de uma determinada região. Neste percurso, Alexandre ia elaborando mentalmente mapas da cidade onde se concentravam os *afrodescendentes*, o que nos fazia visitar estes colégios destas regiões com mais frequência e investir em mais material de campanha.

Entre um colégio e outro, muitas vezes distante vários quilômetros, conversávamos a respeito de ambições políticas e perspectivas de estabelecimento da C.A.B. O que me intrigava era o otimismo exaltado de Alexandre Cezar, que mesmo depois de tantos revezes políticos, acreditava quase que religiosamente na vitória de seu discurso. Imbuído de uma convicção que, de alguma maneira, contornava a condição de descaso e desinteresse dos administradores públicos, Alexandre traçava metas ambiciosas para os próximos cinco a dez anos, mesmo que as condições

financeiras e políticas daquele momento não apontassem nenhum horizonte de sucesso para estas metas. Durante o decorrer de minha pesquisa de campo fui aprendendo a relativizar estas perspectivas de futuro, e perceber que muitas vezes tinham sentido apenas para Alexandre, que diferente de Valdeci, permanecia seguro de que seu esforço seria reconhecido de alguma forma.

Naquele ano, contamos com a presença de Priscila Souza, aluna de graduação do curso de Ciências Sociais e pesquisadora do NEAB. A proposta de pesquisa de Priscila Souza centra-se na discussão dos efeitos do concurso para as candidatas, refletindo em que medida a participação naquele espaço pode significar a trajetória destas meninas negras. Os resultados desta pesquisa ainda estão sendo analisados, mas indicam que a participação no concurso é marcante para muitas candidatas, e reconfiguram toda sua perspectiva de construção de mulher negra. No caso de minha pesquisa, Priscila Souza foi fundamental para criar uma outra interpretação a respeito do discurso que estava sendo elaborado na divulgação e nos eventos: enquanto mulher negra e cotista formada pelo NEAB, Priscila era comprometida com a desconstrução de muitos estereótipos que estavam sendo reforçados naquele espaço, e para tanto, identificava estes processos com uma proximidade ontológica que eu não poderia acompanhar.



Figura 12 – Priscila Souza no terceiro Concurso de Beleza Afro em Campo Largo

Dois outros militantes participariam da divulgação naquele ano: Jonathan e Gerson. Jonathan mostrara interesse em participar da organização desde o segundo concurso, e neste evento acabou ajudando na maioria dos dias



Figura 13 – Jonathan recebendo o título de mister beleza afro no terceiro concurso de beleza

que não tinha atividades extracurriculares na escola. O jovem era sempre muito reservado, e poucas vezes tive abertura para conversar sobre suas motivações para participar da organização do evento. Nas salas de aula, Jonathan quase nunca falava, deixando a locução para Gerson ou Alexandre. Sua participação consistia na entrega dos panfletos (atividade que também me era atribuída) e de servir como *modelo* nas explicações sobre *quem pode ou não pode participar do Concurso de Beleza Afro*. Na frente da sala, Alexandre utilizava-se do corpo de Jonathan para representar encenações a respeito dos limites da negritude, uma relação que discuto em pormenores a seguir. De maneira geral, o jovem sempre era muito cobiçado pelas meninas das salas em que visitávamos, e Alexandre se aproveitava desta condição para fazer brincadeiras e dar exemplos a respeito de quem eram os afros de Campo Largo.

Também mantive contato esporádico com Gerson durante a divulgação, que participava em caráter ocasional na visita às escolas, em decorrência de

suas atividades como vigilante no período noturno. Tinha a impressão de que Gerson estava sempre muito animado com as atividades: assim como Alexandre e Valdeci, Gerson era muito eloquente, e acredito, apreciava a possibilidade de atuar em situações em que pudesse discursar de maneira legítima. Talvez por estas condições, Alexandre atribuiria apenas a Gerson a função de discursar nas salas de aula, o ambiente onde a divulgação acontece. Esta atribuição nunca foi verbalizada (pelo menos, não tive conhecimento de tal delegação), mas era tacitamente acordada pela ideia de que Gerson seria o sucessor de Alexandre na C.A.B.

O trabalho de divulgação pode ser muito exaustivo, e mesmo com a ajuda de Priscila, Jonathan e Gerson, a jornada diária durava muitas vezes mais de dez horas. À medida que o concurso se aproxima, as atividades se intensificam, sempre promovida pela ameaça de não comparecimento do público necessário para dar visibilidade ao evento. Carregando caixas, entregando panfletos e ajudando na divulgação com o transporte dos militantes tinha acesso a outro tipo de discussão, que não se dava por meio de entrevista ou pela observação de qualquer evento político. Em nosso trajeto pelas escolas e colégios da cidade pensávamos sobre as propriedades do discurso com o qual convidávamos os alunos a participar do evento. A grande dúvida a este respeito se condensava na questão: afinal de contas, quem pode participar de um Concurso de Beleza Afro?

Quem pode participar do Concurso de Beleza Afro: representação e instituição da negritude mestiça brasileira.

Observando o discurso nas salas de aula, percebi que a *identidade afro-brasileira* era um termo central na composição da ideia de *cultura afro-brasileira*, e não poderia ser entendida como uma representação social sólida, mas sim, constituída por diversas ordens discursivas. Em cada sala, palestras eram organizadas pelos militantes, com o fim de demonstrar que *muitas pessoas não se veem como negras e que não existe nenhum problema em se*

assumir enquanto tal. Eram nestes momentos que se criava um espaço de diálogo com a população negra da cidade, e na medida em que se explicavam as condições de participação no evento se construía, aos poucos, um espaço possível a ser ocupado pela negritude local.

Durante o processo de divulgação do terceiro concurso, seria instituído o *teatrinho* e a *encenação do casamento inter-racial*, espécies de discursos performáticos (BOURDIEU, 2003) onde os militantes explicavam *quem pode participar do Concurso de Beleza Afro*. Para realizar a representação, Alexandre (ele era o único que realizava este tipo de explicação) seleciona três alunos de uma determinada sala de aula, e os posiciona lado a lado na frente da sala de aula. Nas suas próprias palavras:

Alexandre: Bom gente, isso aqui é pra sanar aquelas dúvidas que sempre ficam, pra ver quem é que pode participar do Concurso de Beleza Afro. Vou pedir a ajuda de três voluntários aqui, você lá (apontando), você lá do outro lado, e você aqui também. Gente, é assim que o Brasil foi formado, de mistura, da miscigenação. Do português, europeu que chegou aqui (apontando o voluntário “mais branco”), do africano que foi trazido para cá (apontando o aluno “mais negro”) e o indígena, que já estava aqui (apresentando um aluno que mais se aproximava do “indígena”). Então realmente gente, a gente está falando de uma realidade miscigenada. Com é que esta miscigenação pode ser observada? A partir de três gerações, ou seja, se existe relação inter-racial na sua família a partir de seus avós ou pais.

Por vezes Alexandre usava também como matéria prima nesta representação o corpo de Jonathan, de Priscila, e meu corpo, principalmente na ocasião em que faltavam alunos que representassem cada “personagem” responsável pelo processo de miscigenação que estava sendo encenado. O que chama a atenção é que este processo surgiu de forma espontânea em uma sala de aula. Nos primeiros dias de divulgação, Alexandre simplesmente propôs a pergunta: *quem pode participar do Concurso de Beleza Afro?* E ele mesmo respondia:

Alexandre: Podem participar do Concurso de Beleza Afro alunos negros e pardos, a partir de mim que sou negro. É eu sou negro, vocês sabiam? Não tem esse negócio de chocolatinho, bombonzinho, etc. É afro descendente! Você lá no banco de trás, você ali atrás da menina: você é afro descendente!

A questão que me parece importante, para o caso do teatrinho da negritude mestiça brasileira, é perceber como Alexandre, com a intenção de representar a própria história, acabava representando, quase que receitariamente, as propriedades culturais descritas pela literatura de Gilberto Freyre. O proceder com estes símbolos não é novo, e já foi descrito por Lila Moritz Schwarcz na obra *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade* (1998). No texto, a autora debate a narrativa de seu Antônio Francisco, morador da comunidade de aguapé e chefe dos moçambiqueiros, comunidade localizada a 150 quilômetros da cidade de Porto Alegre - RS. Explicando as origens da palavra *moreno* e a importância do termo para entender suas relações de parentesco, Antônio Francisco *conta sua história, sem saber que, de alguma maneira recontava Macunaíma* (SCHWARCZ, p.178, 1998). Exaltando na narrativa a possibilidade de virar moreno quando, em um tempo mítico, todo o povo tomou banho em uma lagoa da fartura: uns ficaram brancos, outros morenos, outros pretos e outros índios. Mesmo sem conhecer a obra de Mario de Andrade, seu Antônio Francisco recontava pela sua trajetória a história do herói mestiço brasileiro e seus dois irmãos: mergulhando nas águas do rio encantado pela marca da pisada de Sumé, saiu branco dos olhos azuis e cabelos louros, seu irmão Jigué mergulha em seguida e dado a sujeira do “pretume” sai cor de bronze, e a água que restara apenas dá para ultimo irmão (Maanape) lavar as palmas das mãos e dos pés, permanecendo negro.

Mas diferente da narrativa de Antônio Francisco, o *teatrinho* de Alexandre Cezar era composto por alguém que tinha acesso à discussão de Gilberto Freyre bem como de sua crítica em espaços acadêmicos. Não se tratava de uma narrativa desinformada, mas sim, de alguém que conhecia as implicações de adotar estas posturas para promover o Concurso de Beleza

Afro. Talvez por este motivo, ele revelaria (em tom de confiança, em caráter particular) a dificuldade de tratar a questão da divulgação do concurso:

Alexandre: para você ver André, como é difícil esta situação, mas tem que explicar como é que faz para participar do concurso. Eu falo a partir da minha própria experiência, de miscigenação: é isso que eu vivi no Rio de Janeiro, minha mãe era branca, e todas as minhas irmãs do segundo casamento da minha mãe eram mais brancas do que eu. Assim, a minha irmã mais nova, se você ver André, é branca e com o cabelo claro. Meu pai era negro, e eu sempre fui o mais negro da minha família, eu era o Pelé. Por isto que eu digo, se a pessoa é fruto de uma mistura de raças, ela pode participar do concurso. É isso que vi em casa sempre, uma mistura.

É interessante notar que a **construção** de Alexandre (da origem do brasileiro) vai em direção contrária da **desconstrução** promovida pelo ambiente de formação do NEAB (da crítica da miscigenação, da origem mestiça brasileira). Servindo-se de símbolos *consagrados* pela literatura (o *índio*, o *negro* e o *européu*) Alexandre representava, na prática, a sua própria versão de miscigenação, uma composição que usa como matéria prima o fenótipo de cada voluntário do *teatrinho*. Com o intuito de desconstruir o preconceito racial que via na cidade de Campo Largo, Alexandre se esforçava para materializar uma realidade simbólica existente em sua ontologia, fazer viva a miscigenação que imaginava como *raiz* do povo brasileiro, e como sua própria origem e trajetória.

Este horizonte de *negritude miscigenada*, em última instância, acaba por fornecer uma referência universal para os alunos - todos podem ser afrodescendentes, pois todos são descendentes da mistura - um horizonte de negritude mais geral (brasileiro) do que particular (campo-larguense). Assumindo este processo como parte de uma estratégia política, pude perceber que a *negritude miscigenada* de Alexandre mobilizava mais pessoas, tornava possível a realização de um concurso *afro* em uma cidade que se quer

constituída pelo imaginário da imigração europeia. Nada mais eficaz simbolicamente do que construir um discurso que, com o intuito de mobilizar a população de cor, acaba por promover o símbolo do afro-brasileiro, em um ambiente onde esta população é reconhecida, como mostrei anteriormente, como os *brasileiros* frente a *italianos, poloneses e alemães*.

Quando a explicação não era suficiente o discurso se transformava, e com novos voluntários, observávamos a representação do *casamento inter-racial*. Neste caso, são selecionados voluntários para atuar na cena do *casamento brasileiro, o casamento mestiço*. Em uma representação que sempre causa risos nos jovens adolescentes, Alexandre Cezar se servia do próprio corpo (e também de outros voluntários) para demonstrar aquilo que acredita ser a razão de nos *tornarmos afro-brasileiros*, ou seja, as condições em que se dariam as uniões matrimoniais no Brasil. A performance era conduzida da seguinte maneira:

Alexandre: Vamos supor (suposição hein turma, é só pra demonstrar!) que eu me case com a professora de vocês! (nos casos em que a professora é vista por Alexandre como branca). Suposição hein turma! (risos). Vamos imaginar que desta união, nasce o nosso amigo aqui (escolhendo o aluno mais branco da turma). Ele pode participar do Concurso de Beleza Afro? (silêncio, na maioria das vezes). Claro que pode participar gente, ele é “afro descendente”! Se ele é filho de um pai “afrodescendente” ou de mãe ele pode participar do Concurso de Beleza Afro!

Com esta representação, Alexandre orientava os alunos no sentido de apontar a possibilidade de *tornar-se afrodescendente* a partir da revisão subjetiva de suas genealogias familiares. Apesar de promover a noção de que todos descendemos de uma origem comum, Alexandre não desconsiderava a possibilidade de alguém *tornar-se afrodescendente*, um processo constante de estabelecimento prático de uma miscigenação que existia simbolicamente a nível da cultura nacional, mas que em Campo Largo era impedido pelo fato *das pessoas não se reconhecerem como afros*. É interessante notar que esta representação se orientava pelo mesmo princípio de *negritude miscigenada* do *teatrinho*, e veiculava o mesmo conteúdo generalista de negritude, sem fazer referência a qualquer tipo de negritude específica da cidade ou da região.

Ao mesmo tempo, a encenação visava situar a população negra de Campo Largo em uma ancestralidade possível, considerando as condições de estabelecimento étnico e indentitário que descrevi no primeiro capítulo. Neste caso, a negritude miscigenada do teatrinho se construía por formas exteriores daqueles dispostos pela gama de ancestralidade local, mas ao mesmo tempo, eram informados por princípios largamente reconhecidos de negritude, e para tanto, operacionalizáveis em termos de discurso.

Assim, o tipo de Política Cultural que se desenhou na cidade é informado por estes símbolos consagrados da cultura nacional, como a miscigenação cultural e racial. Cabe ressaltar que a politização destes símbolos, como era elaborada no momento da divulgação e testado no dia do concurso, na medida em que atraía maior ou menor público, acontecia quase sempre a partir do discurso de Alexandre Cezar, que de maneira eloquente, manipulava a eficácia simbólica promovida no concurso. Sempre organizando esta relação entre o discurso da divulgação e o sucesso da audiência, Alexandre descobria aos poucos que a politização da cultura afro-brasileira, naquele contexto, passava necessariamente pela abordagem do símbolo da miscigenação como matéria prima da construção da negritude local.

Porém, é preciso resguardar o fato de que o “resultado final” depende daquele que conduzirá o discurso performático, ou seja, do militante que escolherá os voluntários para atuarem no *casamento inter-racial*. Percebi esta relação quando acompanhei Gerson no processo de divulgação do concurso de beleza, o único militante que falava em sala de aula. Com grande eloquência, o jovem militante dirigia nas salas de aula uma versão muito mais particular de *negritude*. Em sua versão de *casamento inter-racial*, é *afrodescendente aquele que era fruto de uma união na qual os dois pais eram negros*. Em termos de discurso, essa concepção se expressava pela escolha dos voluntários, selecionando sempre alunos que não seriam confundidos com *outros tipos étnicos*: o jovem escolhia sempre dois voluntários mais escuros da turma, e com estes voluntários, expressava sua versão do casamento inter-racial. A discrepância revelava que, por mais que se tentasse produzir uma versão geral de *negritude miscigenada*, a consolidação do discurso dependia da escolha subjetiva dos voluntários pelo locutor, que com noções próprias,

representava uma versão particular de negritude. A falta de outros locutores me impede de comparar mais a fundo a questão, mas de qualquer maneira, penso que a diferença entre a composição de Alexandre e Gerson revela como a negritude celebrada na divulgação do concurso depende da matéria prima representada pelos corpos dos alunos, mas também, do alinhamento (e das relações) que cada locutor estabelece em seu discurso.

A pergunta *quem pode participar do Concurso de Beleza Afro?* era respondida com estas duas formas de discurso performático, que se completariam como representações da origem *mestiça do povo brasileiro* e da criação da *pessoa mestiça*. Assim, durante o processo de divulgação, o limite entre quem *pode ou não pode participar* do concurso é constantemente negociado, orientado a partir do *alcance* do discurso, sempre assolados pela possibilidade do discurso *não pegar*. No *teatrinho* e no *casamento inter-racial* os alunos são chamados a ocupar um lugar na *composição étnica brasileira*, e fazerem de seu corpo uma metáfora do lugar de cada *tipo* na constituição de um povo, na origem de uma nação. Desta maneira, o que a divulgação do concurso revelava é a celebração de uma negritude mestiça (e brasileira) condição que atraía a negritude campo-larguense para o espaço do evento.

A consolidação do concurso no cenário cultural de Campo Largo

A preparação e a divulgação do concurso durou todo o mês de outubro e novembro, e se realizou em duas datas: no dia 21 na cidade de Campo Largo e no dia 28 na cidade de Quatro Barras. Minha expectativa neste ano era grande: havia participado de todo o processo, desde a concepção do evento, sua divulgação, negociação por recursos etc., e neste momento, me sentia tão ansioso quanto os militantes da C.A.B em observar o resultado de todo o esforço que o processo demandava.

O concurso na cidade de Campo Largo foi realizado na associação Lorenzetti, uma espécie de clube reservado aos funcionários da empresa com nome correlato. Minha primeira atividade neste concurso se concentrou na

administração dos candidatos e candidatas que participariam do evento. O procedimento incluía a criação de uma lista própria para os jurados, assim como a requisição de assinatura de termos de compromisso por parte dos responsáveis pelos menores de idade. Tínhamos recebido, durante etapa de divulgação e ensaios cerca de 40 inscrições, número suficiente para realização do concurso segundo Alexandre Cezar. A realidade é que, no momento do concurso, este número triplicou, e acabei ocupando grande parte do tempo no evento na admissão de novos candidatos.

O grande tumulto que se formou no espaço aonde Priscila de Souza e eu conduzíamos as novas inscrições. Neste espaço pude conversar com alguns candidatos, e o diálogo revelava que muitos participantes eram atraídos para o evento por colegas que tomaram conhecimento do evento durante o processo de divulgação. Ao mesmo tempo, pude reencontrar candidatas(os) que já haviam participado de outras edições do evento, e que agora retornavam trazendo colegas e parentes. Infelizmente não foi possível



Figura 14 - Processo de inscrição de novos candidatos no terceiro Concurso de Beleza Afro em Campo Largo

entrevistar os candidatas(os) neste evento, em decorrência da atribulação que vivi na administração destas inscrições de última hora. Na verdade é preciso

ressaltar que estas atribuições (sempre definidas por Alexandre) abriam possibilidades de observar o evento a partir de diversas perspectivas, e ao mesmo tempo, restringiam minha possibilidade de observação

Outros candidatos e participantes da plateia afirmavam que haviam sido atraídos para o evento para assistir a banda de pagode que agora tocava antes das apresentações. O conjunto foi contatado por meio de Gerson, que era colega de colégio da maioria dos integrantes da banda. Antes do desfile começar, Alexandre entregou a alguns participantes a medalha zumbi dos



Figura 15 - Da esquerda para a direita constam as três primeiras colocadas do terceiro Concurso de Beleza Afro em Campo Largo

palmares, uma premiação criada a partir desta edição do concurso. O prêmio estaria destinado apenas àqueles que agiram com contribuições à *valorização da cultura afro* no decorrer do ano, uma *honra para poucos* como ele dizia. Na prática, o prêmio foi destinado aos políticos, financiadores e apoiadores das propostas da C.A.B.

Minha segunda atribuição era participar novamente do corpo de jurados do evento. As categorias que deveriam ser observadas no julgamento deste ano eram *beleza, desenvoltura e identidade negra*. Diferentemente do primeiro

concurso, nesta edição tive um papel central na elaboração destas categorias. Não havia especialista em desfile, como no caso de Andréa na segunda edição, e tampouco a referência de meus colegas que ajudaram no primeiro evento. Discuti a elaboração destas categorias com Jéssica, que neste momento, participava organizando as candidatas com conselhos e reforçando os movimentos na passarela. Com base nos anos anteriores instruí os outros jurados a avaliarem a categoria identidade negra como prioritária na avaliação: estávamos em um Concurso de Beleza Afro, que diferente de um desfile de moda comum, contava principalmente a *criatividade* da candidata(o) em representar de maneira *original* formas *reconhecidas* de negritude. Neste evento a indumentária básica voltou a ser uma peça de roupa branca combinada com uma peça Jeans. A padronização abandoava a proposta de Andréa no segundo concurso, e retornava à concepção de Alexandre de promover uma *ação social acessível a todos*. A mudança permitia, ao mesmo tempo, uma padronização das candidatas(os) e uma personalização do estilo de cada uma, e instrui os candidatos a avaliar esta questão. A originalidade do cabelo também era importante: os jurados deveriam observar estilos de penteados a fim de julgar aqueles que mais representavam estilos *afro*.

No terceiro concurso também seriam convocados a compor o júri: Rita de Cássia, Deva (o financiador que cedia espaço para as reuniões da C.A.B), Jéssica, Paixão (militante negro ligado a associações de professores) e alunos de intercâmbio da Universidade. O contato com alunos de Moçambique e uma aluna da Jamaica se estabeleceu a partir da convivência de Alexandre no espaço da Universidade, e também por meu intermédio. Chamou-me a atenção o fato de, na apresentação destes estudantes, Alexandre argumentar estar atuando pelo *cumprimento* da lei 10.639/2003. Estes participantes estariam presentes no evento para representar a *história e cultura* das raízes africanas do Brasil. A afirmação causava um estranhamento, já que esta legislação tem objetivo de garantir a inclusão de um currículo (ou atividades, práticas) escolares, e não incluir africanos em eventos desta natureza.



Figura 16 - Composição do júri no terceiro Concurso de Beleza Afro de Campo Largo

Coordenando o lugar destas representações em todo o evento, Alexandre muitas vezes era tomado de assalto por seu próprio discurso. Depois de convocar os jurados, Alexandre conclamou a todos os presentes a voltar seus olhares para seus irmãos africanos, “que passavam por tantas dificuldades, como fome e miséria”. As colocações de Alexandre seriam seriamente questionadas por alguns dos estudantes de intercâmbio, inconformados com a construção de uma imagem da África erguida sobre o estereótipo da pobreza, decadência e submissão. Em outro momento, depois da conclusão desta edição do concurso, Alexandre pediu a meus colegas de Moçambique alguns dos currículos de *educação física africana*, para que ele pudesse começar uma discussão nas escolas fundamentais em que divulgava o concurso. A colocação não fazia muito sentido para meus colegas, pois os currículos da educação formal de educação física de Moçambique eram baseados em conteúdos formulados de uma maneira genérica, não muito diferentes daqueles que eram ensinados nas escolas brasileiras.

Alexandre: Agora meus amigos, eu sinto que só falta eu ir pra África, fazer uma viagem pra lá. Ai sim eu poderia trazer todo esse referencial cultural aqui para o movimento.

Meu colega de Moçambique, de maneira privada, comentaria a afirmação de Alexandre:

Ele não sabe o que está falando, com certeza tomaria um susto se fosse visitar a África, principalmente a África do Sul.

Interpretei as afirmações de Alexandre a respeito dos estudantes *Africanos e Afro-Caribenhos* como uma forma de atuação similar ao sentido atribuído à participação dos quilombolas de Campo Largo no segundo evento. Assim como estes moradores locais, a participação os estudantes remetiam a necessidade de aceitar a *África que vive em nós*, utilizada aqui para vivificar a crença na importância da África na miscigenação que constituía a nação. Novamente, o pedágio a ser pago por estes participantes para participar do discurso de Alexandre era existir enquanto símbolos *da África que vive em nós*, e não como sujeitos de uma história própria e possivelmente diversa daquela que pretendia representar⁴⁶. Se por um lado, os quilombolas representavam o *afrodescendente* local, os alunos de intercâmbio colocavam a transnacionalidade da questão, a *necessidade de voltar nossos olhares para a África*.

O que estava em curso, afinal de contas, era aquilo que Alexandre entendia como o *processo cultural*. Acredito que, agindo a partir deste *processo cultural*, o movimento da C.A.B se assemelhava àquilo que Cunha (2000) estudava na década de 70 como característica dos movimentos negros *culturalistas*, e entendeu suas atividades como uma das *ações conscientizadoras*. A tentativa de conscientizar aqui se dirigia tanto aos participantes dos eventos, através da vinculação do slogan de *aceitar-se enquanto negro*, quanto mobilizar os políticos locais, demonstrando a

⁴⁶ O que confirmava esta interpretação era o fato de Alexandre não se lembrar ao menos dos nomes da maioria dos estudantes, convocando José, Antônio e Manuel que não existiam. Expresso a Rubem Taibo, Miguel Mugio, Hecrálio Mucavele e Elizabeth Bogle minha gratidão pela colaboração na interpretação dos acontecimentos do concurso.

existência da população que era negada pelo discurso oficial. Como mostra CUNHA:

Para grande parte dos militantes e intelectuais negros do período, a tarefa então concientizadora tinha implicações singulares. Em parte, estava marcada por uma postura reativa, frente a banalização e a mercantilização da cultura por parte das elites e do Estado. Ao adjetivar-se enquanto “negra”, tal visão de cultura conquistava um certo valor em um determinado mercado de bens simbólicos, na medida que pressupunham “pura” (porque não cooptada) e de “resistência” (ao traduzir de maneira singular um projeto de transformação social). A *conscientização*, sob este ponto de vista, consistia tanto em uma espécie de conversão a um *ethos* de sociabilidade militante e religiosa como em uma reconfiguração (no que diz respeito a nomenclatura) de termos raciais. (CUNHA, 2000, P.338)

A “pureza” a que faz referência à autora, no caso de Campo Largo, se expressava pela formulação de uma negritude pura (não miscigenada) que era vivificada na figura dos africanos e dos quilombolas. A afirmação de Alexandre a respeito destes dois grupos de participantes podia estar revelando, entre outras possibilidades que não pude listar: (a) o reconhecimento destas poluções como o *negro* originário das três raças míticas que fundaram a nação e/ou (b) a demanda pelo reconhecimento da parcela do parentesco (dos locutores e dos participantes) que era *mais negra* e/ou (c) o reconhecimento dos próprios participantes como a população de cor da cidade. Independente das motivações (listadas ou não listadas) concordo com CUNHA de que a pureza valorizada nestes termos queria se colocar como *não cooptada* e de *resistência*, neste caso, frente à classe política local.

Diferentes perspectivas de negritude e a divisão interna da C.A.B

O evento em Campo Largo acabou sem maiores atribulações, e como confessou Alexandre, tinha cumprido o objetivo de *puxar a orelha do prefeito* e colocar a população *afro de volta no mapa*. Diferente do segundo evento, a terceira edição do concurso acabou renovando os ânimos dos militantes, que agora partiriam para a realização das atividades na cidade de Quatro Barras. Na semana que se seguiu entre o concurso em Campo Largo e em Quatro

Barras estive afastado do campo, pois minhas atividades acadêmicas se acumulavam. Neste ínterim, Alexandre e Valdeci estiveram em contato contínuo com Rita de Cássia, e organizaram desta maneira toda a realização do evento.

No caso de Quatro Barras, o evento foi realizado na Câmara Municipal dos vereadores, um luxuoso prédio no centro da cidade que contava com infraestrutura completa: auditório, aparelho de áudio e vídeo, quitutes para a recepção dos participantes, e material técnico de apoio (impressoras, computadores, etc). Logo na chegada da entrada do prédio encontrei Rita de Cássia. Percebi que sua relação com Alexandre e Valdeci havia se desgastado durante minha ausência, e agora a militante criticava determinadas posturas dos administradores da C.A.B. Ela me disse que não esperava a quantidade de autoridades que já se avolumavam no interior do prédio, e confirmou que se sentia desconfortável com as implicações que sua fala poderia ter. Rita pretendia discorrer a respeito da importância da figura de Zumbi dos Palmares para a cultura afro-brasileira, como exemplo de *libertação* e *resistência* do povo negro.

Diferente da edição de Campo Largo, o evento começou com uma



Figura 17 - Mesa do primeiro Concurso de Beleza Afro em Quatro Barras. Da esquerda para a direita: Valdeci, José Lemos (Deputado Estadual), Loreno Tolardo (Prefeito do Município), Hermes dos Santos Paula (Vereador), Maria Rodrigues (Secretária de educação), Alexandre Cesar e Rita de Cássia.

abertura formal, coroado por um aspecto cívico garantido pelo ambiente da Câmara Municipal (com bandeiras hasteadas do Brasil, do estado do Paraná e da cidade de Quatro Barras) e embalado pela execução do Hino Nacional. Terminada a abertura, a segunda medida foi a composição de uma mesa de locutores que discursariam durante o evento, uma medida até então sem precedentes.

Tivemos poucas inscrições de última hora neste evento, e por estas condições, foi possível ocupar um assento na plateia e tomar nota das falas de cada participante da mesa. A primeira fala foi de Valdeci, que chamava a atenção para como podemos ser preconceituosos diariamente sem reconhecermos. Em seu discurso o militante conclamava a plateia a *repensar atos cotidianos*, e perceber como muitas vezes acabávamos desmerecendo o negro em nossas *empresas e repartições públicas*, sem perceber que reproduzíamos estas práticas racistas. Quem deu seguimento às falas foi Alexandre Cezar. O presidente da C.A.B se concentrou em demonstrar que a plateia cheia da Câmara de Vereadores explicitava a importância de implantar na cidade uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Como no primeiro concurso em Campo Largo, ele conclamava as *autoridades* presentes a reconhecer a população afro de sua cidade, e a partir desta demanda, justificava a importância de um órgão que se trata exclusivamente dos assuntos desta população.

O que se seguiu foi inédito nos eventos anteriores. Era a primeira vez que os políticos falavam nos eventos, discursando a respeito de suas atividades no executivo e no legislativo, exaltando seus mandatos e atividades em relação à população. A secretária de educação acabou usando este espaço por mais tempo, e neste caso, exaltava os avanços da instituição no tocante à implantação das leis 10.639/03 e 11.645. Ela explicava como os currículos das escolas municipais eram progressistas nesta *área política*, e afirmava que a prefeitura vinha fazendo seu papel para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O prefeito da cidade, Loreno Tolardo, exaltava o compromisso da gestão com os eventos culturais, e ao mesmo tempo, defendia a adoção de políticas de promoção social voltadas para o povo da cidade de Quatro Barras.

Prefeito: Nosso município está de portas abertas para todos os eventos de promoção à igualdade. Temos trabalhado forte com um único objetivo, fazer uma gestão voltada para o povo, sem nenhum tipo de distinção.

Aos poucos pude perceber que a demora na realização do desfile revelava a importância que estava sendo atribuída a esta parte do evento: o fato é que as falas dos políticos ocuparam grande parte do evento, e o que se via era o *palco* transformado em *palanque* para a promoção pública daquelas *autoridades*. Todo este encaminhamento não discutido previamente (não sabia da ordem dos eventos até aquele momento) acabava provocando em Rita de Cássia uma irritação com toda a situação. Antes de sua fala, encontrei-a na entrada do prédio, onde compartilhamos um cigarro:

Rita: Ai André o Alexandre me paga, eu falei pra ele que não era pra transformar tudo em um palanque político. E essa secretária de educação, o que ela está fazendo ali em cima? Eu falei pra ele André, que era pra conversar só com o Antônio Carlos, o que todas aquelas pessoas estavam fazendo ali?

Depois desta conversa retornamos ao evento para a fala de Rita de Cássia. Seu espaço de locução começou com a apresentação de uma passagem do filme *Amistad*⁴⁷. O trecho tinha início com o rapto do jovem Cinque (jovem liderança *mende* e protagonista do filme) por traficantes de escravos. Levado ao forte negreiro de Lomboko, Cinque é embarcado no navio negreiro *Amistad* junto com seus familiares e conduzido a Cuba. Esta passagem foi usada por Rita para explicar a condição em que os negros vieram para o Brasil:

⁴⁷ *Amistad*. SPIELBERG, Steven (direção) FRAZONI, David (Roteiro). Estados Unidos: Dreamworks. DVD, 157 minutos, sonoro, legendas em português.

Rita de Cássia: então pessoal foi realmente este processo de escravidão e de tortura mesmo que os negros passaram pra chegar aqui. Foi um processo de opressão e humilhação como vocês podem ver aí no filme.

O que se seguiu foi um vídeo de valorização de líderes negros nacionais e internacionais, expoentes da resistência negra. Uma pequena palestra era organizada por Rita de Cássia para elencar estes expoentes, falando de sua trajetória e contribuição para a luta negra. Intelectuais, políticos e militantes das mais diversas orientações ideológicas e contextos históricos eram associados na composição de uma versão singular da luta e da resistência negra internacionais. Neste sentido, líderes negros norte americanos como Malcom X e Martin Luther King se associavam lado a lado a Nelson Mandela e com a figura de Zumbi dos Palmares, exemplos de personalidades que *resistiram à dominação e a opressão*.

A figura de Zumbi dos Palmares foi central na construção da resistência da cultura negra. Como um grande libertador do povo negro brasileiro, Zumbi é apresentado como um líder imbuído de moral, alguém com valores informados por uma *ética da liberdade*. Logo após o vídeo acima descrito, Rita deu início a uma pequena fala sobre Zumbi:

Rita: Gente, eu quero reservar um tempo para falar para vocês do Zumbi dos palmares. O zumbi foi um quilombola, um líder do quilombo dos palmares. A contribuição do Zumbi para a raça negra foi de resistência, de resistir aos senhores de engenho. Quando ele foi capturado sabe o que ele fez? Preferiu se matar a se entregar para o exército que invadiu o quilombo. Isto gente, é um exemplo de vida.

Com um fala recheada de protestos e de indignação, todo o conteúdo do discurso de Rita estava construído em torno da resistência da raça negra frente à opressão e dominação históricas. Sua manifestação era coroada por um tom de denúncia, de crítica à condição histórica e social que conduzia a população negra à condição de subalternidade e submissão. Frente a estas condições, a figura de Zumbi dos Palmares representava um ícone de resistência de uma

raça, mas também, de um classe social. Neste momento, cabe uma comparação com a capitalização da figura de Zumbi dos Palmares por parte de Alexandre Cezar. Sua apropriação da imagem do líder negro se fez presente no concurso de Campo Largo e de Quatro Barras, e por meio da premiação da medalha Zumbi dos Palmares, prestava uma homenagem àqueles que *contribuíram para a valorização da cultura afro no decorrer do ano*. Neste caso, a figura de Zumbi constituída por Alexandre Cezar é bem mais diplomática do que a versão de Rita: o prêmio é um reconhecimento público das *autoridades* que estão ao lado da proposta da C.A.B., como vereadores e financiadores do concurso. A crítica possível, nesta concepção, é direcionada aqueles que *não ajudam*, ou que *prometem, mas não cumprem* como o prefeito da cidade de



Figura 18 - Alexandre entregando a medalha Zumbi dos Palmares ao mestre de cerimônias da Câmara dos Deputados. A esquerda, Ruben Taibo e a direita Elizabeth Boegle

Campo Largo. De qualquer maneira, esta visão está intimamente atada às condições de negociação política de Alexandre Cezar: na sua versão, Zumbi dos Palmares se manifesta contra pessoas que não cumprem a palavra e o acordo político, ou seja, alguns indivíduos em especial.

Na versão de Rita de Cássia, Zumbi é um líder guerreiro que se levanta contra a opressão de toda uma classe, no sentido econômico do termo (os senhores de engenho) e também de uma supremacia branca (na medida em que resiste frente ao escravismo destes senhores do engenho brancos). Em nenhum momento a fala de Rita de Cássia expressava algum tom de conciliação com esta realidade histórica que considerava assentada na opressão e da dominação *de um homem pelo outro*, e por estes motivos, dava ao espaço do concurso um sentido até aquele momento inédito: o que se constituía nas propriedades de seu discurso (BORDIEU, 2003) era informado pela *contestação* de uma realidade, e pela afirmação de uma identidade negra (e não mestiça, miscigenada) em termos diferentes daqueles vivenciados por Alexandre.

Neste caso, cabe perguntar se o que estava em jogo eram posturas políticas tomadas a partir da perspectiva de construção de negritudes diversas: no caso de Alexandre, víamos como a negritude miscigenada podia *não se determinar* (tanto fenotipicamente como simbolicamente) e por estes motivos, informava uma postura maleável e relativamente permissiva. No caso de Rita, observávamos a formulação de uma negritude muito mais sólida, erguida antes sobre o termo da resistência do que da conciliação, e por estas condições, conclamava a plateia a assumir uma realidade histórica representada a partir da lógica da opressão e da dominação.

Depois do discurso de Rita de Cássia, seguiu-se uma apresentação de capoeira do grupo raízes. Nas vestimentas do grupo constavam os dizeres: *as cores só se misturam quando estão juntas*, seguida por um mapa do Brasil estilizado nas cores do pan-africanismo. Logo abaixo, um anúncio indicava a celebração da semana de consciência negra na cidade de Quatro Barras, de 15 a 21 de novembro de 2010. Observando estas informações posteriormente a partir de meu material fotográfico, levantei a hipótese de que já havia outro movimento de comemoração da semana de consciência negra na Cidade, contexto que infelizmente não pude comprovar.

Tive pouco acesso ao diálogo que se estabeleceu entre os organizadores do concurso e estes agentes culturais, circunscrito àquilo que

observei apenas no dia do evento. De todo caso, é preciso salientar que a ocupação destes no espaço do concurso se faz com a apresentação do jogo de capoeira, mas também, pela manifestação verbalizada. Antes da apresentação, Mestre Carvoeiro preparava uma pequena fala, explicitando a condição em que o povo negro era tratado na história do Brasil, dando ênfase ao período escravista. Em contrabalanço da *opressão dos senhores de engenho*, o mestre explicitava o caráter libertador da manifestação, fomentando o conteúdo de *resistência* que constitui a prática da capoeira. No decorrer de sua palestra, o mestre dava um tom crítico às condições em que a *cultura* era tratada no Município, desvalorizada pela administração municipal. A falta de recursos, incentivo e infraestrutura figuravam como suas principais reivindicações. No caso deste discurso, o termo da *resistência* assumia contornos locais, na medida em que favorecia a representação da indignação frente ao descaso do poder público com movimentos culturalistas locais.

Com todas estas falas, o momento do desfile propriamente dito ficou



Figura 19 - Ganhadores do primeiro Concurso de Beleza Afro em quatro barras. Da esquerda a direita as primeiras colocadas da categoria adulto. Ao centro, o único menino participante do concurso, consagrado mister beleza afro. À direita as três primeiras colocadas na categoria infantil.

ofuscado e subtraído em termos de tempo. Em primeiro momento desfilaram alguns alunos especiais do mestre Carvoeiro, uma ação que Alexandre trataria como o *processo de inclusão social da C.A.B.* Em seguida se seguiram os participantes previamente inscritos, ordenados sob as categorias infantil e adulto. Nesta edição compareceram 10 crianças para concorrer na categoria infantil e 9 na categoria adulto (acima de 16 anos). Apenas um menino compareceu, e desta maneira, foi consagrado mister beleza afro de Campo Largo. A distribuição dos participantes segue o modelo de Campo Largo, ou seja, composto em grande parcela por meninas na fase de adolescência, principalmente entre 9 e 18 anos.

Nesta edição, compus o júri juntamente com meus colegas intercambistas, com a secretária de educação do município e com os financiadores do evento. As categorias foram informadas por Alexandre, momentos antes de o desfile começar: *beleza natural, simpatia e desenvoltura*. Questionei a falta da categoria *identidade negra*, e ele argumentou afirmando que a categoria beleza natural já atendia a este quesito. Acatamos sua afirmação e procedemos com o julgamento sem qualquer acordo entre os jurados.

Apesar do formato diferenciado, o evento foi novamente um sucesso de público, lotando a Câmara Municipal. É importante ressaltar, que falamos de municípios com poucos habitantes: um horizonte de duzentos participantes era extremamente expressivo naquele contexto. Mesmo assim, para muitos, a discussão que a C.A.B promove parece ser restrita apenas ao momento do evento. Com exceção daqueles que se engajam na militância, a questão da valorização da *cultura afro-brasileira* aparece apenas no dia do evento, como uma espécie de *festividade cívica*. Nos outros dias, aqueles que participam do evento (pelo menos na condição de espectadores) retornam a uma sociabilidade cotidiana, com regras que definem a identidade que não pode ter acesso.

Em meados de dezembro recebi uma ligação animada de Alexandre. Segundo ele, o prefeito de Quatro Barras o havia convocado para uma discussão acerca da implantação da secretaria na cidade. Entretanto, sua

relação com Rita de Cássia estava extremamente conturbada. Segundo Alexandre, Rita havia começado sua própria campanha contra ele, difamando seu nome junto aos candidatos do concurso de beleza, e também junto às autoridades na prefeitura municipal. Preocupado, Alexandre me contava suas medidas futuras:

Alexandre: André, não tem como, agora o melhor antídoto é o isolamento total da Rita. Eu avisei pra ela desde que nós começamos: Rita, no momento certo eu faço a política e você fica na cultura. Não tem como André, ela não entende, fica causando incêndio na prefeitura e depois eu tenho que sair apagando. Vou pedir uma coisa pra você mas não sei se você pode fazer, por causa do seu trabalho. Agora é melhor que você se afaste da Rita assim que você puder.

A ação de isolamento se “justificava”, pois as relações de Rita no cenário municipal não eram bem estabelecidas, e por tanto, sua presença naquele ambiente seria *mal vista*. Respondi a ele que, em minha opinião, a melhor saída para a questão seria sentar e conversar, debater os problemas para chegar a algum acordo. Ele reiterou sua posição de crítica à Rita, afirmando que não existia a possibilidade de diálogo. Enquanto organizava os relatórios de campo estive ausente de toda a discussão que se desenrolava entre Rita, Alexandre e Valdeci. Cerca de duas semanas depois da ligação de Alexandre, recebi uma ligação de Rita. Descrevo aqui a conversa, da melhor maneira que pude recordar:

Rita de Cássia: André tudo bem? Meu Deus ainda bem que eu te encontrei!

André: Oi Rita como estão as coisas?

Rita de Cássia: Estão péssimas André, péssimas. Eu liguei para você para saber o que você sabe sobre o que está acontecendo em Quatro Barras.

André: Bom, eu sei que você e o Alexandre tiveram um desentendimento.

Rita de Cássia: André, o Alexandre me enganou! Ele foi conversar com o prefeito e não falou nada pra mim!

André: E você conversou com ele sobre isso?

Rita de Cássia: Não tem como André, não dá pra conversar com ele. Quando eu liguei pra ele falei um monte de besteiras.

André: Tem certeza que não tem como conversar com ele?

Rita de Cássia: Não tem André, não tem mesmo. Agora eu estou ligando pra você pra descobrir até quanto você está envolvido com isso. Eu avisei pra ele André, que era pra ficar só no movimento cultural, não era pra fazer política. Qual era o seu trabalho lá? O que você estava fazendo pra ele?

André: Bom Rita, meu trabalho lá era, em primeiro lugar, ajudar uma causa que eu acredito e respeito. Em segundo lugar, meu trabalho era entender como existem meios de lutar pelas questões que vocês se interessam, que sejam diferentes do que a gente vê por aí.

Rita: Pois então André, acho que ele te enganou também. Agora virou tudo política e o movimento social já era. Agora eu vou atrás de descobrir a verdade e ver todo mundo que ele enganou com essa história de fazer movimento social.

Em um momento posterior, descobri que Rita havia feito ligações para alguns intercambistas e para Ricardo Augusto, um colega de república estudantil a quem devo o crédito pelas fotos do concurso de Quatro Barras. O conteúdo destas conversas era similar a este diálogo que descrevi: Rita havia iniciado uma investigação a respeito das motivações de Alexandre na cidade, assim que tomou conhecimento das negociações pela instauração da Secretaria Municipal da Igualdade Racial. Este diálogo marcou minha última experiência próxima com os concursos, e também representou o rompimento permanente entre Rita e Alexandre Cezar. Com este rompimento, sacrificou-se também a possibilidade de organização de um novo concurso na cidade de Quatro Barras: sem o apoio de Rita de Cássia era praticamente impossível para Alexandre coordenar as atividades nas duas cidades.

Ao mesmo tempo, acompanhei com uma mistura de decepção e conformismo o esvaziamento da proposta da prefeitura de criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial em Quatro Barras. Assim como no caso de Campo Largo, o tratamento recebido por parte da administração da cidade revelava que a criação deste órgão nunca havia se concretizado como proposta real de ação institucional, mas sim, como retórica que mantinha (e se utilizava) da mobilização promovida pelos militantes. Observei, novamente, a *ascensão intrépida e a queda vertiginosa* de Alexandre, que do otimismo

extramundano ao pessimismo sentimental⁴⁸ acabava por representar uma realidade exterior a sua própria trajetória: qual seria o lugar institucional possível de ser ocupado pela negritude em contextos como o que tentei aqui descrever?

No ano de 2011 mantive um contato frequente com Alexandre, mas sempre por meio de telefonemas ou mensagens eletrônicas. Expliquei que estava me ocupando de um momento de escrita e reflexão, e precisava me retirar para organizar meus pensamentos, compor minhas ideias. Retornei a Campo Largo um ano depois para participar da quarta edição do concurso de beleza da cidade. Expresso a seguir o que observei nesta última edição a fim de discutir a pergunta: o que se consagrou com a consolidação dos concursos de beleza afro da C.A.B?

Quatro anos depois: Consolidação e celebração da negritude miscigenada nos concursos de beleza.

A opção pela descrição de todo contexto de pesquisa de campo, partindo da mais remota memória de chegada a Campo Largo até descrição de eventos recentes tem implicações incisivas para o formato etnográfico que tentei conduzir. A primeira dificuldade foram as próprias condições de campo, ou melhor dizendo, o período que permaneci na coleta de dados. Em quatro anos de pesquisa, acumulei material e experiência de campo suficiente para prolongar a discussão aqui abordada para além desta experiência de dissertação. No processo de organização destes dados, algumas questões surgiram, e neste momento, pretendo discuti-las brevemente.

Em primeiro lugar, faz-se necessário debater minha escolha metodológica de representar os concursos como etapas de um processo mais

⁴⁸ O sentido de pessimismo sentimental, neste caso, é inspirando na discussão de Marshal Sahlins (1997), que na leitura do conceito de Stephen Greenblatt, rebate os movimentos intelectuais que creditam à aculturação promovida por pensamentos hegemônicos ocidentais o fim da diversidade cultural dos povos. Neste caso, o pessimismo sentimental em questão era do próprio Alexandre, que em ocasiões como esta questionava até que ponto a concepção hegemônica de participação política consideraria sua proposta como alternativa válida de ação.

abrangente, com enfoque na disseminação de um discurso em um contexto social muito específico. Ao privilegiar a discussão do processo como um todo, desde a criação do concurso, até sua consagração no cenário cultural de Campo Largo, me arrisco a limitar a descrição densa dos eventos, ou seja, deixar de ater-me a detalhes etnográficos que poderiam trazer elucidação para questões que vão além de minha proposta de investigação, e até mesmo, questionam a opção de observar o que era celebrado naqueles eventos.

Entretanto, cabe refletir em que medida seria possível organizar este material de forma diversa contando, por exemplo, com a possibilidade de contemplar estes eventos de forma isolada, e não como etapas de um processo em curso. A discussão deste capítulo tenta mostrar como estes eventos foram concebidos originalmente pelos militantes da C.A.B a fim de se colocarem como um instrumento político, e com o intuito de *mostrar serviço*, apontando a elite política de Campo Largo que existia; apelo, assim, para a implantação de uma pauta política relativamente alheia à gama de possibilidades de ação local. Tratava-se, portanto, do estabelecimento de um ambiente de sociabilidade inédito não só por sua proposta interna, ou seja, premiar a beleza da negritude de Campo Lago e de Quatro Barras, mas ao mesmo tempo (ou na mesma medida) a instauração de um discurso crítico a respeito do tratamento e das condições sociais de uma parcela da população que ocupava estes eventos.

Assumindo estas condições, imagino que o que tentei desenhar aqui é a discussão de um duplo objeto de pesquisa: por um lado, tentei observar as permanências e mudanças das práticas observadas nestes eventos, a dizer, as mudanças na estrutura de organização das atrações, da participação e do julgamento das candidatas (os), mas também, na concepção e formulação que envolvia estas mudanças, ou seja, na medida em que alianças e desavenças entre os organizadores do evento acabavam por alterar a proposta de cada edição. Na mesma proporção em que estes eventos se transformavam, a disseminação do discurso dos militantes atingia o contexto político e social de Campo Largo: aos poucos, a população ocupava aquele espaço de celebração, e à medida que *participava*, seja na plateia ou no palco, consolidava a possibilidade desta manifestação no cenário cultural da cidade.

Entre estas duas perspectivas de análise, ou seja, relativa às mudanças e permanências observadas nos eventos e nas consequências das atividades para os militantes, políticos profissionais para a população que participava dos eventos, acredito, residia uma forma possível de socialização de um debate que até aquele momento não existia naquele contexto, ou ao menos é possível afirmar, estava restrito a grupos específicos na cidade. A partir deste ponto, retorno ao último concurso de beleza que presenciei em Campo Largo como pesquisador, um evento que acabou coroando (pelo menos até este momento) todo o processo de instituição do discurso que tentei observar nestes relatos etnográficos.

O quarto concurso de beleza aconteceu no dia da consciência negra, que naquele ano coincidentemente era celebrado em um domingo, no dia vinte de novembro de 2011. Estava em pleno processo de elaboração do texto de qualificação desta dissertação, e não pude comparecer às atividades de divulgação e organização do evento. Quando cheguei ao prédio da faculdade Kenedy (naquele ano o evento retornara a este espaço) fui recepcionado por Jéssica, que naquele momento organizava o espaço do teatro da instituição para o evento.

O papel que Jéssica desempenhava naquele momento era o primeiro indício de existia algum horizonte de consolidação de práticas sociais construídas no espaço do concurso. Ela organizava o auditório, distribuindo a decoração, balões nas cores do pan-africanismo e flores no palco. A passarela, que nos primeiros concursos era tingida do tradicional vermelho, agora era composta por um tecido negro. Na medida em que as participantes chegavam, Jéssica as recepcionava na entrada do auditório, e as conduzia a um pequeno espaço ao lado do palco.

Neste espaço, Jéssica dava dicas para as participantes de como ajeitar o cabelo, explicava sobre a ordem de entrada e sobre as categorias de avaliação, e com uma destreza própria de quem havia adentrado ao mundo da moda profissional, ensinava as meninas como andar na passarela. No treinamento, Jéssica incentivava as meninas a soltarem os cabelos que, como de usual, chegavam presos por adereços ou alisados por progressivos

processos químicos. Sua experiência que era ali compartilhada não se limitava ao espaço do desfile: dentre as diversas meninas que participaram do concurso ela era uma das que fizera desta prática um horizonte de construção de um ofício⁴⁹.

É interessante notar que o papel que Jéssica ocupava era o mesmo desenhado para Andréa nos outros concursos. Assim como ela, Jéssica era responsável pela instrução das meninas em como proceder na passarela, como se mostrar ao júri, e neste caso, como argumentar a favor de sua originalidade e beleza. Diferentemente de Andréa, Jéssica era uma *especialista em desfile* formada dentro do espaço do Concurso de Beleza Afro e, acredito, incorporava - no sentido estético do termo, mas também simbólico - aquilo que era produzido e, com efeito, celebrado naquele contexto. Trata-se, portanto, de uma espécie de *capital cultural*, que para Pierre Bourdieu pode existir de três formas: incorporado, objetivado e institucionalizado. Sobre esta questão, o próprio Pierre Bourdieu afirma:

[...] no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais (BOURDIEU, 2002, p. 74).

⁴⁹ Não tive acesso ao número de meninas que seguiram o mesmo caminho, um levantamento conduzido por Priscila de Souza.

De alguma maneira, nestes quatro anos de participação nos eventos da C.A.B, do primeiro com 11 anos ao último com quase 16, Jéssica havia aprendido, e agora instruía outras candidatas, como representar sua negritude,



Figura 21 - Jéssica em 2008, identificada com o numero 29.



Figura 20 - Jéssica juntamente com as meninas participantes 3º Concurso de Beleza Afro em uma roda de Hip Hop. A esquerda, Ruben Taibo e ao centro Elisabeth Boegle.

e a partir desta perspectiva orientar toda sua representação (novamente, no sentido teatral do termo) de mulher negra.

Outro indício latente da questão se manifestava no papel que Gerson ocupava neste evento. Logo que os participantes começaram a adentrar no auditório, Gerson assumiu a posição do púlpito como orador e *mestre de cerimônia* do evento. Este papel, como mostrei em maior detalhes na descrição do segundo concurso, era ocupado por Valdeci, que nesta edição passara do palco à plateia, como espectador. Nesta posição, Gerson anunciava as atrações, que naquele ano se mantiveram bastante diversificadas, com a apresentação de dois grupos diferentes de capoeira, um grupo de dança de jazz, uma banda musical (onde atuava Alexandre Junior, filho de Alexandre) e um grupo que fazia cover das músicas de Michael Jackson. Gerson apresentou estas atrações, dando informações a respeito dos componentes dos grupos e do gênero de atividade cultural que estava sendo contracenado no palco.

Também coube ao jovem militante (agora com 19 anos) a apresentação das garotas que se sucediam na passarela, informando nomes e medidas corporais. Assim como Valdeci, Gerson anunciava as atividades, mas também organizou a ordem das atividades em uma pauta prévia que acabou tendo de ser alterada pelo imprevisto da chegada de alguns grupos que iriam se apresentar. Ao que parecia, a profecia de Alexandre de que Gerson o sucederia na administração da C.A.B se concretiza parcialmente naquele momento, na medida em que Gerson ocupava um papel que até então era desempenhado por Valdeci. O que eu me perguntei naquele momento era em que medida a experiência na divulgação dos concursos, e para tanto, na explicação *de quem pode participar do Concurso de Beleza Afro* era central para que Gerson ocupasse a posição de locução que observava naquele momento?

Na composição do júri, observei pessoas conhecidas e desconhecidas: compunham o corpo alguns imigrantes exilados do Níger e Haiti, vizinhos de Alexandre que ele clamava estar *incluindo* com o convite para participação nos eventos. Também participaram, pela primeira vez, um ministro de uma igreja

pentecostal local e uma representante de um terreiro de candomblé local, julgando lado a lado a beleza afro das candidatas. Os políticos e financiadores habituais ainda estavam lá, principalmente aqueles que sempre ajudavam com algum tipo de verba para o evento, os mesmos *gatos pingados* como diria Valdeci.

As categorias de participação se mantiveram as mesmas do ano anterior, mas agora eram intituladas por Jéssica sob o índice de infanto-juvenil e adulto. A ganhadora da categoria adulto foi uma jovem moradora da comunidade de Palmital dos Pretos, e Alexandre insistiu para que eu registrasse a primeira vitória quilombola nos concursos. A participação da



Figura 22 - Plateia do 4º Concurso de Beleza Afro, em 2011.

plateia foi novamente expressiva, lotando o auditório da faculdade Kenedy que comportava aproximadamente 400 lugares.

Frente a estas mudanças, refleti sobre o papel que eu mesmo ocupava nos espaços do concurso. Neste ano não ocupei nenhum lugar no júri, e imagino, não fui designado para o papel em vista de minha inserção superficial naquele evento. Como Alexandre mesmo dizia, para participar do júri era preciso ralar, se dedicar à população afro, e pude perceber que não era digno deste local de prestígio naquele evento. Em todo caso, ocupei a contagem dos votos e distribuição das folhas de avaliação: era, naquela edição, a comissão estatística.

Talvez a mudança mais profunda seja aquela que observei através de Alexandre. Toda sua vestimenta, aquilo que ele chamava de *enxoval do político*, composto por roupas sociais (terno e gravata) seria substituído por uma *veste tradicional africana*. Quando o momento do concurso se aproximou, ele correu para o vestiário e retornou vestindo uma kapulana⁵⁰ que havia sido apresentada por um colega africano. Não por acaso, esta era a mesma veste que havia sido motivo de deboche no churrasco político que citei, ainda no ano de 2008, quando seus correligionários questionavam sua sexualidade a partir da exotização desta veste.

Enquanto observava o novo traje e ouvia seu discurso de encerramento, agradecendo os envolvidos no processo de organização pelo esforço coletivo, Alexandre me chamou ao palco, e afirmou a seguinte posição:

Alexandre: Pessoal, eu quero agradecer aqui ao André e à Priscila, pesquisadores do NEAB da Universidade Federal do Paraná que ajudaram na comissão estatística. O André aqui é mestrando em antropologia e está escrevendo um livro que se chama o negro contra a cúpula, e esse negro sou eu.

⁵⁰ A kapulana é uma espécie de tecido estampado comum em toda a África austral. Também é conhecida como lalesso ou kanga. Seus padrões estão associados às práticas culturais da região em que é confeccionada.

O percurso de uma pesquisa social envolvente: como se faz um pesquisador do NEAB - UFPR.

Introdução

Neste capítulo, pretendo descrever e interpretar as condições pelas quais esta pesquisa se realizou, tendo como objeto a formação do pesquisador da área de estudos afro-brasileiros. Em vias de esclarecer este campo de pesquisa, observo como objeto uma espécie de socialização científica – mas também política – a que são expostos os pesquisadores da área. Neste sentido, o foco central daquilo que poderia ser uma discussão metodológica centra-se no processo pelo qual um pesquisador das relações étnico-raciais se forma, observando os conceitos, modos de agir e de pensar próprios deste campo de discussão.

Para refletir sobre estas questões, tomo como ponto de partida minha experiência como observador participante – e como pesquisador em formação – dentro do ambiente do Núcleo de Estudos Afro brasileiros da Universidade Federal do Paraná (NEAB-UFPR). O núcleo surgiu em concomitância com a implantação das políticas de cotas na UFPR, concebido para ser um ambiente de pesquisa na área de estudos afro brasileiros, mas também, como um centro de formação política e social para os cotistas raciais da Universidade Federal do Paraná. Sua dupla tarefa – acadêmica e política – acabou por criar um ambiente de pesquisa único, informado por um paradigma de pesquisa engajada, condição que pretendo explorar no decorrer do texto.

A dificuldade de tratar a questão se encontra na proximidade que adquiri com o núcleo no decorrer de minha formação enquanto pesquisador. Desde o ano de 2006, quando ingressei neste ambiente de pesquisa como bolsista de iniciação científica (PIBIq), frequentei o núcleo em cursos de formação, reuniões políticas e em eventos culturais. Durante estes seis anos de formação, estive em contato com um ambiente com uma proposta política clara, orientada pela luta antirracista contra o preconceito velado, latente na

sociedade brasileira. É neste sentido que imagino o engajamento do pesquisador do NEAB, aquele que recebe um treinamento para observar as sutilezas do preconceito brasileiro, encoberto por uma ética (ou *ethos*, diria Florestan Fernandes) capaz de hierarquizar indivíduos a partir do fenótipo sem fazê-lo de forma explícita ou aberta, mas ao contrário, dissimulando relações de opressão.

Entretanto, se me aproximo dos meus colegas por acreditar nos princípios democráticos que envolvem a implantação das políticas de cotas, não há como negar que tenho uma relação diferente com a discussão promovida por sua implantação, sendo um pesquisador branco e oriundo de uma família de classe média. Enquanto meus colegas do NEAB vivem esta política com uma proximidade ontológica, por acreditarem que esta é uma oportunidade para se afirmarem enquanto pessoas negras, para mim o impacto destas políticas acontece como uma guinada epistemológica, uma possibilidade de observar o tema da identidade nacional a partir de uma crítica política. Por estas condições, minha branquidade me coloca como uma alteridade radical no campo da formação da pessoa, com uma trajetória alheia a muitas experiências de preconceito de discriminação que presenciei ao lado de meus colegas.

Neste caso, é preciso refletir sobre as condições de estabelecimento desta alteridade, em outras palavras, como se construiu o objeto antropológico desta reflexão. Em seis anos de estudo no NEAB, desde meu primeiro ingresso como bolsista de iniciação científica a questão de minha branquidade nunca seria levantada em algum tipo de discussão sobre implicações metodológicas ou teóricas de pesquisa, mas implicitamente reconhecida em determinadas situações. Minha diferença aparecia, por exemplo, no momento de distribuir bolsas de pesquisa entre os alunos do NEAB: o fato de ser o único pesquisador branco e um dos poucos alunos não cotistas impedia meu acesso a determinadas bolsas de pesquisa, direcionadas para este grupo de alunos⁵¹. Em outros momentos, quando os alunos do núcleo eram convidados a participar de eventos institucionais pra representar aquele tipo de alunato,

⁵¹ É o caso, por exemplo, do programa Afro Atitude, uma das principais fontes de financiamento neste período de estabelecimento do NEAB como centro de pesquisas.

ficava explícito em minha impossibilidade de atuar, nos mesmos termos, como pesquisador em formação do NEAB.

O que puder refletir, depois destes anos de formação, é que o lugar deste pesquisador branco do NEAB nunca se constituiu de fato, sempre posicionado entre a evidência objetiva da diferença corporal e a formação engajada para a desconstrução do racismo. Na verdade, esta espécie de não lugar acabou sendo profundamente estruturante de minha prática de pesquisa, a ponto de não produzir qualquer tipo de reflexão sobre a diferença de perceber o racismo velado brasileiro a partir de uma condição relativamente alheia às implicações psicológicas e sociais que este tipo de hierarquização pode promover.

Entretanto, é preciso resguardar o fato de que, colocando-me enquanto pesquisador branco em um ambiente de estudos sobre negritude, não significa que estive alheio a resignificação identitária que é conduzida neste espaço. Quando tomo a condição de *envolvente* para adjetivar esta pesquisa, considero um contexto em que o que está sendo debatido não é apenas opção por um princípio político, mas também, a relativização de símbolos que informam a identidade nacional, criticada a partir da emergência destes sujeitos políticos no ambiente acadêmico. A polêmica que envolve esta discussão, acredito, transpassa o ambiente acadêmico, e em especial no meu caso, foi importante para revisar toda uma genealogia familiar que se constrói a partir da branquidade e da descendência europeia, e ao mesmo tempo, defende a miscigenação “própria” da cultura nacional como essência da brasilidade.

Ao contrário de fugir destas condições, pretendo ir ao encontro delas, discutindo-as neste capítulo metodológico e teórico. Perseguindo esta perspectiva, ressalto que este capítulo tem o objetivo de falar de um habitus científico em particular, que como bem observou Luïc Wacquant em uma leitura própria do conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu:

..o habitus é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e

propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente. (WACQUANT, 2007, p.6)

O que pretendo estudar neste capítulo são as disposições duráveis citadas por Wacquant, propensões estruturadas para pensar, que em nosso caso estão relacionadas com a socialização promovida a partir da crítica de símbolos consagrados da identidade nacional, tendo como consequência a (re)formulação de um referencial de pessoa negra específico. Acredito que minha condição relativamente autônoma das consequências do processo de engajamento me possibilite observar as condições em que o debate se desenvolve no núcleo de maneira singular, evidentemente sem a profundidade própria daqueles que passam pelo processo com proximidade ontológica, e pelo mesmo motivo, capaz de observá-lo como um todo. Não pretendo, é importante ressaltar, dissertar sobre a “verdade” do produto identitário que se dá a partir do processo de engajamento, mas sim expor minha interpretação dada às condições que me encaixo⁵².

Ao mesmo tempo, tomo como inspiração outros trabalhos que se servem do adjetivo de participante da condição de observador como uma espécie de condição privilegiada de observação. Trago como exemplo a discussão promovida por Sir. Edmund R. Leach, em sua comunicação *Once a Knight is quite enough: como nasce um cavaleiro britânico*. No texto, Edmund Leach descreve o processo de investidura de um cavaleiro britânico, um ritual de iniciação do qual o próprio pesquisador foi submetido. O trabalho conta com uma minuciosa descrição histórica do ritual de iniciação do cavaleiro, bem como da assertiva descrição do ambiente em que o ritual se realizava. Desconsiderando as propriedades científicas de sua observação, Leach

⁵² O que imagino que se realiza aqui é a fórmula interpretativa consagrada pelos escritos de Clifford Geertz, a chamada interpretação de terceira mão. Ele explica: “Resumindo, os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um “nativo” faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura.) Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são “algo construído”, “algo modelado” — o sentido original *fictio* — não que sejam falsas, não-fatuais ou apenas experimentos de pensamento.” (GEERTZ, 2008, p.11)

ressalta a importância cognitiva desta prática de percepção, construída a partir de um lugar estrutural que o pesquisador recebe, e conclui:

E por retroalimentação sinto que esse tipo de associação mental e estrutural me diz algo sobre a natureza essencial do sacrifício que eu, enquanto antropólogo praticante, desconhecia. Evidentemente, o argumento geral é muito mais simples: não é preciso ir até as Ilhas Trobriand ou para Tikopia ou para Sarawak, a fim de observar o exótico ou praticar antropologia. (LEACH, p. 49, 2000)

Mas há ainda uma importância deste capítulo relativa à pesquisa etnográfica em Campo Largo. Existe uma relação entre o NEAB e a Comunidade Afro Brasileira (CAB), estabelecida principalmente por meio de Alexandre Cezar e seu convívio no ambiente acadêmico. Esta relação teve início quando Alexandre frequentou um curso ofertado pelo NEAB, com um programa que formava para a aplicação da lei n. 10.639 nas escolas do Estado, no ano de 2006. O que motivou Alexandre Cezar a procurar o curso, como me contou anos depois, foi à necessidade de argumentos para *bater de frente nas escolas*, enfrentar o debate que surgiu a partir da implantação destas políticas.

O envolvimento de Alexandre com este espaço se intensificou a partir do final do ano de 2007, quando passa a frequentar o grupo de estudos em memórias dos cotistas raciais, coordenado pelo professor Marcos Silva da Silveira. Esta relação com a universidade foi fundamental para o estabelecimento de Alexandre Cezar e os outros militantes no cenário político municipal de Campo Largo. A relação com o NEAB renderia à C.A.B uma série de parcerias na organização de eventos, sempre mediado pela presença de Alexandre Cezar na Universidade e também por minha inserção no campo de pesquisa.

Contudo, se por um lado à relação com a Universidade rendeu a Alexandre todo um aparato conceitual para discutir a questão racial em meio à proposta de adoção de políticas particularistas no município, por outro lado, o princípio de crítica à miscigenação que orientava a politização dos pesquisadores do NEAB seria completamente relativizado por Alexandre. Para

estes efeitos, toda a concepção de desnaturalização e desvelamento que informa a militância negra, nos termos do NEAB, se colocaria como oposta à iniciativa da CAB de Alexandre Cezar. A antagonia da questão se dá, entre outros motivos, pela constatação de que a promoção do Concurso de Beleza Afro em Campo Largo acontece por meio da releitura do conceito de afrodescendente, orientado pelo signo da miscigenação, uma proposta radicalmente oposta daquela praticada no NEAB, informada pela desconstrução das propriedades supostamente miscigenadas do povo brasileiro como expressão ideológica hegemônica da elite branca letrada.

A característica antagônica das duas disposições foi, por diversas vezes, fruto de conflito e tensão entre Alexandre e os pesquisadores do NEAB. A descrição destes desentendimentos conceituais, ontológicos e políticos, acredito, ajudarão no entendimento do lugar que a identidade alça na construção da pessoa negra após o processo de implantação de políticas afirmativas. Seja criticando ou reafirmando estereótipos da cultura nacional, o engajamento na luta pelo estabelecimento das políticas de ação afirmativa como forma política válida passa, necessariamente, por um diálogo com símbolos consagrados da identidade nacional.

Trajetória e inserção no ambiente de pesquisa

Meu interesse para com o estudo das relações raciais teve início durante o período em que estava inscrito no curso de pedagogia da Universidade Federal do Paraná, ainda no ano de 2005. O primeiro contato com esta área de estudos aconteceu a partir de um curso sobre educação e discriminação, lecionado pelo professor Paulo Vinicius Baptista. Por intermédio desta disciplina, participei de um concurso para seleção de bolsistas de iniciação científica (CNPq – PIBIC), em um projeto de pesquisa coordenado por Paulo Vinicius e associado ao NEAB.

A primeira parte de minha formação constitui-se por uma espécie de análise da conjuntura política e social em que se inseriam as recentes políticas de cotas nas Universidades públicas. Estudávamos as políticas de ação

afirmativa como uma iniciativa em dois sentidos: como uma experiência política contemporânea no Brasil, e como uma vitória dos movimentos negros instituídos. Parte da formação científica do núcleo tomava forma pelo estudo deste modo de fazer política, suas propriedades jurídicas, seus princípios sociais e suas justificativas econômicas. O termo em si - política de ação afirmativa - era completamente estranho, assim como o princípio político que o sustentava, a concepção de que a promoção da igualdade social e jurídica seria possível a partir do reconhecimento da *diferença* socialmente estabelecida.

Para tanto, incorporei o conhecimento de alguns conceitos que construíam a verdade jurídica das políticas afirmativas, como por exemplo, a noção de *discriminação positiva*, princípio jurídico que muitas vezes nomeia a ação política correlata⁵³. Os debates promovidos no grupo de estudo demonstravam que a prescrição jurídica da discriminação de grupos sociais a partir do fenótipo não entraria em conflito imediato com a universalização do sujeito de direito, previsto na constituição, uma vez que este mesmo documento prevê que é o Estado que deve garantir o acesso a direitos sociais básicos de forma igualitária, como educação, moradia e saúde pública. Neste sentido, visualizávamos o Estado como um agente da promoção social, ativo no sentido de reconhecer mazelas sociais implícitas e prejudiciais para o desenvolvimento do país.

Minha pesquisa, em especial, concentrava-se na interface entre a esfera jurídica e a política da questão, me interessando particularmente pelo estudo do trâmite de projetos de lei que previam a instituição de políticas de ação afirmativa. A pesquisa se iniciou com um catálogo e classificação dos projetos que tinham tal teor, tendo como base de dados os sites da câmara dos deputados federais e do senado. A pesquisa revelou uma aglutinação das propostas em torno do PL 73 – 99, um grande projeto que previa a instituição de cotas para negros em todas as universidades federais. Com uma trajetória conturbada, a tramitação do PL 73 demonstrou que a opinião dos políticos a respeito da prescrição jurídica da ação afirmativa era polêmica e incerta.

⁵³ Para mais informações a respeito da relação entre políticas afirmativas e discriminação positiva, ver, por exemplo, HOFBAUER (2006) sobre a implantação do processo de cotas no Brasil, TELLES (2003, 86 – 97) sobre conferências internacionais sobre racismo que abordam o tema e HENRIQUES (2006) sobre os preceitos jurídicos que envolvem o termo.

Depois de oito anos de tramitação, o projeto acabou arquivado e recentemente foi reapresentado à câmara⁵⁴.

Conheci as dependências do NEAB pela primeira vez no ano de 2006 na condição de bolsista de iniciação científica, e agora, como aluno do curso de Ciências Sociais. O núcleo funcionava em um espaço provisório, no subsolo do prédio histórico da Universidade Federal do Paraná, um conhecido monumento central da cidade de Curitiba. Uma porta estreita dava acesso a uma sala de reuniões, que por sua vez se abria para um pequeno corredor e ao acesso de mais duas salas, ambiente onde se concentravam os computadores para uso dos alunos. No percurso entre a sala de entrada e as dependências interiores, um armário central acolhia dezenas de jornais e periódicos que serviram de material de pesquisa. Na época, alguns alunos bolsistas do núcleo pesquisavam, a partir destas fontes, o discurso sobre as políticas afirmativas e a questão racial na mídia⁵⁵. Nas paredes figuravam cartazes em que grupos do movimento negro divulgavam suas atividades e eventos.

Neste período de estabelecimento do núcleo realizávamos as leituras de forma coletiva, independente da orientação específica de cada aluno e de seus cursos de formação. A descrição das pesquisas conduzidas no NEAB, acredito, retrata um pouco daquilo que era debatido naquele espaço. Naquele período de estabelecimento enquanto um grupo de pesquisa (em meados de 2006 e 2007), a prática de investigação concentrava-se principalmente na área de educação, seguida por discussões na área de psicologia, sociologia e comunicação. Com esta diversidade de áreas pesquisando no mesmo espaço, condição estabelecida a partir de um corpo docente diverso, uma pluralidade de objetos de estudo surgiu e acabou sendo abordado de forma transversal, sem que se caracterizasse uma única linha de análise. Havia uma reflexão própria da pesquisa em educação que pensava, por exemplo, as implicações

⁵⁴ Para mais informações, ver PINHEL, André Marega. *Políticas afirmativas: uma pesquisa sobre a legislação de cotas nas universidades públicas*. IN: Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados. SILVEIRA, Marcos Silva da, COSTA, Hilton, PINHEL, André Marega (ORG). Editora UEPG. Ponta grossa: 2012.

⁵⁵ Alguns resultados destas pesquisas podem ser consultados em Silva, Rocha e Santos (2011) onde se observa as representações midiáticas hierárquicas que são destinadas às de pessoas negras em peças publicitárias. A coleta de dados, neste caso, advém de publicações de jornais paranaenses, e portanto, oferece um panorama geral sobre o que está sendo publicado no estado neste tipo de mídia.

de adoção de um referencial eurocêntrico na educação de crianças negras e com um tom engajado próprio desta área de estudos, propunha novos horizontes educacionais para as políticas existentes. O corpo docente das Ciências Sociais era constituído, naquele período, pelos professores do departamento de antropologia Marcos Silva da Silveira e Liliana Porto, e da área da sociologia e ciência política Pedro Bodê e Nelson Rosário de Souza.

A imagem da pessoa negra, por exemplo, era pesquisada a partir de livros didáticos (Silva, 2006), peças midiáticas (Santos, Silva e Rocha, 2011) ou entre as obras da elite letrada brasileira (COSTA, 2007). Outras pesquisas se concentravam no estudo da violência contra jovens negros (MORAES; PESCAROLO, 2009) e em nosso caso, as trajetórias dos cotistas raciais na UFPR.

Constituímos, para tanto, um grupo de pesquisas relativamente autônomo do NEAB, que se reunia semanalmente nas dependências do departamento de antropologia para discutir referências bibliográficas e também experiências dos alunos cotistas da Universidade. Neste espaço, coordenado pelo professor Marcos Silva da Silveira, tive a oportunidade de dialogar com outros pesquisadores sobre as questões que envolviam a implantação do sistema de cotas na UFPR. Uma experiência muito válida neste sentido foi o exercício de reflexão de nosso contato com a política de cotas da Universidade onde se descrevia, por meio de textos intimistas, sentimentos vivenciados em meio a situações vexatórias dentro do ambiente universitário. Observando as histórias de meus colegas pude perceber que, a despeito da solidificação do programa de cotas como proposta política da Universidade, diversos professores (das áreas mais variadas) se mostravam despreparados para lidar com os desafios que esta política trazia ao ambiente acadêmico.

No ambiente do NEAB, incorporávamos princípios que ofereciam um horizonte de politização sobre a situação do negro no Brasil. Para todos os efeitos, esta politização acabava produzindo uma espécie de crítica cultural, próximo em sentido (mas não do método) daquilo que Sherry Ortner defende como uma revisão dos processos culturais que construíram as subjetividades dos atores. Ela ressalta:

Por subjetividade eu sempre vou me referir a uma consciência cultural e historicamente específica. Ao usar a palavra consciência eu não tenho a intenção de excluir várias dinâmicas inconscientes, como visto, por exemplo, no inconsciente freudiano ou no habitus bourdiano. Mas o que quero dizer é que subjetividade é sempre maior que estas coisas, e de duas maneiras. No nível individual, vou supor, com Giddens, que os atores sempre são no mínimo parcialmente "sujeitos cognoscentes", que eles possuem algum grau de reflexividade sobre eles mesmos e seus desejos, e que eles possuem alguma "penetração" nos meios nos quais são formados por suas circunstâncias.(ORTNER, 2007, p.380)

O que se via, era a mobilização de princípios e práticas que revisavam os processos culturais a que a população negra havia sido relegada na história do Brasil, e ao mesmo tempo, um processo de acumulação interna (ou internalização) destas disposições, reconstruindo em alguma medida os referenciais dos alunos que compartilhavam desta formação. Descrevo, brevemente, estes princípios e práticas.

Princípios e práticas que orientam a politização da identidade negra no NEAB

É impossível dissociar a formação teórica do pesquisador de estudos afro brasileiros, e sua crítica engajada, do processo de implantação das políticas de cotas nas universidades públicas. Sustento esta afirmação, por dois motivos principais: em primeiro lugar, é preciso ressaltar que o ambiente do NEAB é, ao mesmo tempo, um espaço para pesquisa em temas relacionados à área de raça e etnicidade, mas também, um ambiente de formação política para os cotistas raciais da universidade. Os pesquisadores discentes do NEAB são, em sua maioria, cotistas raciais da universidade, e o núcleo tem o objetivo de oferecer argumentos e formação política para estes jovens que ingressam pelo programa de cotas.

Para entender a situação política e histórica do negro no país, o pesquisador da área de estudo afro brasileiro aprende, primeiramente, como identificar esta população. Esta identificação acontece, principalmente, a partir

de dados estatísticos do censo, disponibilizados pelo IBGE, e reinterpretados pelos pesquisadores do núcleo. A utilização da base de dados estatísticos do IBGE já é consagrada na área de estudos afro-brasileiros, como mostrei no primeiro capítulo, apresentando-se como uma fonte importante de associação com variáveis sociais ou educacionais com categorias étnico-raciais. O instituto inclui a variável racial em suas perguntas desde o ano de 1872, com diversas alterações na metodologia de pesquisa durante o período. Não pretendo, neste momento, me aprofundar nos processos de transformação que as categorias raciais enfrentaram no decorrer destas pesquisas, basta dizer que desde 1950 o instituto mantém o mesmo pool de respostas para o quesito étnico racial: branca, preta, parda e amarela, somada a controversa categoria indígena no ano de 1991.

A validade ou não destas categorias como fonte efetiva de identificação étnico-racial da população não é fundamental em minha discussão, mas sim, os usos destas categorias como fonte de pesquisa e na proposição de políticas públicas. Dentro desta perspectiva, o estudo destas categorias aparece como uma maneira de criar um olhar politicamente orientado, questionando as categorias estatísticas da perspectiva da experiência do racismo vivida na prática. A justificativa para esta posição analítica partia da identificação do branqueamento como norma classificatória na população brasileira, ou seja, a possibilidade de alterar categorias de auto-identificação para construir uma projeção étnica que se dirigia a categoria branca, aquilo que ficou conhecido como o processo de embranquecimento da população. Neste sentido, pesquisadores que utilizavam estes dados tendem separar as amostras entre brancos e não brancos, criando um todo da população negra que somaria as categorias 'pardo' e 'preto'.

Um exemplo prático do uso das categorias do IBGE para construção de um olhar treinado a aparece na discussão promovida por Marcelo Paixão⁵⁶

⁵⁶ Trago a referência de Marcelo Paixão como exemplo do uso das categorias do IBGE para representar a população negra por dois motivos principais. Em primeiro lugar, pelo reconhecido trabalho do autor e do instituto de pesquisa a que ele se vincula (O Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais) no trato com este tipo de dados estatísticos. Ao mesmo tempo, a importância do autor para o NEAB é significativa pelo intenso contato entre os dois núcleos, em especial na troca de dados e nos cursos de formação. No ano de 2007, tive a oportunidade de frequentar um curso de Estatística aplicada às relações

(2003) com foco no estudo de Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). No texto, PAIXAO toma como fonte de estudo relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), analisando recortes entre identificação étnico-racial e fatores de desenvolvimento humano. A discussão se inicia com uma reflexão mais geral sobre a importância do IDH como índice de mensuração de desigualdades sociais no contexto pós-guerra fria, trazendo experiências norte americanas, caribenhas e sul africanas de aplicação do índice em relação a populações etnicamente definidas. No caso brasileiro, a desagregação do índice de caráter global em função das categorias étnico-raciais teria o objetivo de explicitar desigualdades sociais construídas no decorrer da história, criando um abismo social entre brancos e não brancos. Em uma argumentação detalhada a respeito desta perspectiva analítica, o autor demonstra que se desagregássemos o IDH global da população brasileira entre afrodescendentes (*pretos mais pardos, nos termos do IBGE*) e brancos, o primeiro grupo representaria, no ano de 2007, a 112ª posição no ranking mundial, ao mesmo tempo em que o segundo grupo ocuparia a 60ª posição global. Dados como este revelam que o “critério étnico racial serve como elemento determinante dos processos de estratificação e exclusão social” (2003, p.27) com uma efetividade prática de não serem identificados como tal devido a uma cultura assimilacionista nacional.

Estes dados foram relevantes para minha formação no NEAB pois demonstravam, através de dados estatísticos, a população que estudávamos. Ademais, o estudo prologando destas estatísticas informava a desconstrução de verdades socialmente reconhecidas a respeito da condição do negro brasileiro. As estatísticas demonstravam (e desmantelavam) o discurso de convivência étnica amistosa e pacífica, e revelavam um profundo abismo entre brancos e não brancos no Brasil, criando uma disposição cognitiva para perceber as nuances de um racismo muito específico, que, de alguma maneira, havia tocado as experiências pessoais dos pesquisadores em formação.

raciais, ministrado pelo professor Paixão como parte de um evento promovido pelo NEAB-UFPR. O curso tinha como base uma discussão a respeito dos métodos e procedimentos que validavam a utilização de categorias raciais do censo em relação a variáveis sócio econômicas a partir do ponto de vista de que estas categorias revelavam uma estratificação social que os dados sócio econômicos, por si só, não contemplavam.

O núcleo produzia também oficinas práticas como cursos de confecção de instrumentos africanos, mostras de filmes e espaços de debate sobre a formação da subjetividade negra. Uma destas oficinas ficou bem marcada em minha memória, uma prática de “trancamento” de cabeças (e ideias) organizada por Neli Gomes Rocha na semana acadêmica de Ciências Sociais de 2008. A proposta da oficina era realizar o “trancamento” dos cabelos de alunos negros do curso, ao mesmo tempo em que a trançadora introduzia sua trajetória com a estética do cabelo. Aos poucos, o cabelo trançava as trajetórias dos envolvidos na oficina compartilhando, em momentos muito emotivos, as trajetórias de estigmatização do cabelo e da pele negra.

Outra oficina se dirigia aos alunos das escolas secundaristas públicas do município, e visava à propagação do sistema de cotas da UFPR. Neste caso, pude participar de maneira mais ativa, frequentando e ministrando palestras sobre o sistema de cotas, em especial para alunos de terceiro ano do ensino médio. A experiência com este tipo de atividade (ainda no ano de 2009) demonstrava o desconhecimento do sistema por grande parte dos alunos, que instruídos por seus professores, entendiam o processo como discriminatório e preconceituoso.

Além do ambiente de formação política institucional (nos grupos de discussão e nas oficinas dentro do NEAB – UFPR, e também nas orientações das pesquisas acadêmicas) os pesquisadores entravam em contato com grupos de valorização de expressões culturais africanas. Parte dos alunos se iniciava em uma revisão de seus referenciais religiosos, voltando-se para os cultos de matriz afro brasileira como maneira de elaborar uma identidade a partir das ressignificações conduzidas neste espaço. Muitos alunos se engajavam também em grupos de discussão política exteriores ao NEAB, como a rede de mulheres negras, a Associação Cultural de Negritude e Ação Popular (ACNAP) e no Fórum da Juventude Negra Paranaense. Em certa medida, estes espaços ofereciam discursos e reflexões alternativas àquelas conduzidas no NEAB, mas infelizmente meu acesso a estes ambientes foi muito limitado.

Todo este processo era coroado por profundas reflexões subjetivas dos alunos sobre suas trajetórias pessoais, e neste sentido, uma leitura ficou

marcada como um adesivo que parecia unir as diferentes perspectivas em questão. Refiro-me a obra de Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas* (2008). Em um texto com uma estética literária própria, recheado por uma escrita poética e conduzido pela perspectiva subjetivista, Fanon discute a experiência da negritude de forma transversal, ou não posicionada, sempre construída em relação à exotização imprimida pela normatividade branca e euro centrada. Como ele mesmo afirma, sua obra é um estudo *clínico* com diversas menções ao referencial da psicanálise, a fim de pensar o negro na história e o negro moderno. A grande contribuição aqui era mostrar as implicações para a subjetividade negra frente à existência desta normatividade branca, culminando no quinto capítulo em uma discussão sobre a experiência vivida do negro, “assistindo ao esforço desesperado de um preto que luta para descobrir sua identidade negra” (FANON, 2008, p.29).

Frente a estas condições de leitura e formação, me vi imerso entre dois ambientes de formação, ou seja, aquele que vivia no NEAB e aquele que percebia no curso de Ciências Sociais. A transversalidade da prática de pesquisa coletiva demonstrava que, independente da área de formação, existia um *percurso* de leitura e debate a ser perseguido. Trato esta parte da formação como um percurso por dois motivos: em primeiro lugar, observo que algumas obras eram centrais para a formação do pesquisador da área de estudos afro brasileiros, sendo que a leitura destas era disposta de maneira a construir um processo de reflexão a respeito do campo de estudos sobre raça, e ao mesmo tempo, sobre a condição do negro na história do Brasil. Observamos, portanto, a formação teórica como um processo de internalização da disposição dos autores em relação a corrente em que se filiam, mas também, como estes autores abordavam a questão do negro no Brasil. O estudo dos discursos intelectuais sobre o negro era intimamente associado a uma história política e social do país.

É importante perceber que este percurso não é exclusivo da formação promovida no ambiente do NEAB, mas se apresenta como um trajeto clássico para entender as pesquisas sociais sobre raça no Brasil. Em verdade, a maioria das obras estudadas no ambiente de pesquisa do NEAB também era central em diversas disciplinas do curso de Ciências Sociais, em especial nos

cursos sobre sociologia e antropologia brasileira⁵⁷. Estudar as mesmas obras no ambiente do NEAB, e anos depois, nos cursos de Ciências Sociais, me permitiu a observação do percurso por meio de duas perspectivas diferentes, estabelecendo dois padrões para compreender as pesquisas do pensamento social no Brasil, e assim, produzindo algum tipo de relativização desta formação. Acredito que a comparação entre estes dois percursos levante a particularidade de minha formação, e, como consequência, de meu olhar sobre as questões observadas na pesquisa de campo.

Entre dois compromissos de leitura: similaridades e diferenças.

Independente do percurso, a história do pensamento social no Brasil tem seu ponto de origem com um dos primeiros estudos sistematizados sobre raça, as pesquisas desenvolvidas pela Faculdade de Medicina da Bahia. Dentre as leituras, destaco a discussão da obra e vida de Raymundo Nina Rodrigues, antropólogo físico e médico legista que fez carreira na faculdade estudando perfis criminosos e associando-os a tipologias raciais. Como ponto de origem (gênese, diria Pierre Bourdieu) da discussão científica sobre raça no Brasil, Nina Rodrigues representa a ambiguidade interpretativa que pretendo explorar, ora visto como representante do racismo científico sistemático próprio da época, e, por vezes, entendido como um representante da gestação do pensamento racista brasileiro.

É importante lembrar que a obra de Nina Rodrigues é fruto de um contexto político brasileiro específico, e ao mesmo tempo, de uma episteme científica internacional, o racismo científico. As publicações iniciais de Nina Rodrigues, em especial sua tese de doutorado “Das amiotrofias de origem periférica”, um tratado sobre os problemas de saúde pública das populações periféricas, concorrem com o início da república brasileira e com a transformação social pelo estabelecimento de sistema político moderno e de

⁵⁷ Refiro-me a cursos como: Antropologia Brasileira, Estudos Afro brasileiros, Antropologia e relações étnico-raciais, Sociologia brasileira, etc.

uma economia baseada no trabalho livre e assalariado. Nina Rodrigues estudava o povo brasileiro – em especial as mazelas biológicas deste povo – no mesmo momento em que a elite política brasileira fundava todo aparato ideológico que daria corpo à moderna república brasileira, como a flâmula brasileira e os heróis nacionais. A pergunta sobre a natureza e a particularidade do povo que seria governado por estes símbolos era latente na época, e a discussão sobre a raça do brasileiro promovida por Nina Rodrigues se encaixava perfeitamente nesta busca por um conceito de povo.

A ideia de raça explorada por Nina Rodrigues era fundamentada por precedentes biológicos, tipologias físicas e pela preponderância do ambiente sobre a sociedade. Estes preceitos científicos eram típicos de uma antropologia criminal vigente à época, esquema de pesquisa que se utiliza de padrões corporais como medições anatômicas, inscrições corporais e tipologias fenotípicas para estabelecer padrões para a observação de fatos sociais, como o crime e a pobreza. Esta concepção de pesquisa foi organizada de maneira sistemática pelo antropólogo italiano Cesare Lombroso como metodologia para investigar seu objeto de estudo, o criminoso original, ou seja, a predisposição biológica para a transgressão social. A admiração pelo antropólogo italiano conduziu Nina Rodrigues em sua reflexão a respeito da natureza do povo brasileiro, explorando as características fenotípicas deste povo como uma predisposição biológica para a formação de uma totalidade social.

É com este espírito que os estudos sobre os escritos de Nina Rodrigues foram estudados tanto no ambiente do NEAB como nos cursos de formação das Ciências Sociais. Entretanto, a diferença entre as duas abordagens se dava no **comprometimento** com enfoques diferenciados. Os textos de Nina Rodrigues fizeram parte de algumas disciplinas de graduação e, lembro-me, foram estudados em profundidade em um curso ministrado pelo Departamento de Antropologia intitulado Estudos Afro Brasileiros⁵⁸. No curso, estudamos a bibliografia do autor e seu principal compêndio de pesquisas, *Os africanos no Brasil*, publicada originalmente em caráter póstumo, no ano de 1932. Na discussão promovida em sala de aula, Nina Rodrigues era apresentado como

⁵⁸ Este curso era ministrado pela professora Lílina Porto. Frequentei estas aulas no ano de 2008.

um dos primeiros autores que buscou a objetivação das condições do negro no Brasil. Sua perspectiva racista e evolucionista era vista como expressão de uma tendência científica hegemônica e transnacional, e, ao mesmo tempo, uma leitura local daquilo que era método de pesquisa da antropologia internacional.

O comprometimento da leitura, neste espaço, estava relacionado com os dados estudados por Nina Rodrigues sobre a população negra do Brasil. Sua principal contribuição neste sentido era o estudo do negro em sua particularidade, considerando origens étnicas e culturais. No contexto da elite científica baiana, a população negra era tomada como um todo agregado, sem diferenças e estratificações internas, uma visão combatida em seus escritos. Em contraposição à visão uniforme das origens do negro brasileiro, Nina Rodrigues nos mostrava que os negros enviados ao Brasil provinham de diferentes conjecturas da África. Acreditava-se, por exemplo, que a maioria dos negros baianos era proveniente do grupo *banto*, um grande grupo etnolinguístico da África subsaariana que engloba mais de 400 subgrupos étnicos. No levantamento estatístico do autor percebemos que grande parte dos negros baianos era *sudanês* – coletivo de povos que praticavam o idioma com o mesmo nome – e de diversos outros grupos linguísticos. A preocupação de Nina Rodrigues com o estudo sistemático do negro aparecia em algumas passagens emblemáticas, discutidas em sala de aula:

Mas no Brasil não nos temos limitado a desprezar o conhecimento dos povos negros que tanto concorreram para a colonização deste país e a manter a mais completa ignorância sobre tudo que lhes diz respeito; vão se acreditando mesmo, entre nós, idéias errôneas sobre a procedência dos nossos negros, sobre o grau e as manifestações de suas culturas. (RODRIGUES, 1976, p. 18)

O curso também incluía a discussão promovida por Nina Rodrigues a respeito de levantes negros na história do Brasil. Em especial, discutimos a pesquisa em torno da revolta dos Malês – proveniente do termo iorubá “imale” ou mulçumano – com uma reflexão acerca da organização política e social da população negra letrada. O estudo mostrava a preocupação do autor em descrever, em detalhes, os mecanismos de organização da população negra

muçulmana, que inclusive era considerada pelo autor como mais evoluída, imbuída de uma cultura elaborada e de feições mais europeias, muito avançadas em relação à população escrava de origem banto, ainda entregue ao fetichismo e a primitividade. Por estes motivos, a perspectiva científica de Nina Rodrigues era concebida nos debates em sala como evolucionista e racista, e ao mesmo tempo, como uma fonte de pesquisa para a condição do negro na época.

A leitura dos textos de Nina Rodrigues no ambiente do NEAB era informada por uma perspectiva diversa, orientada a partir de um paradigma de estudo diferente. Assim como no caso do estudo no curso de Ciências Sociais, nos concentramos na discussão da obra *Africanos no Brasil*, mas neste caso, o foco de análise era discursivo, ou seja, uma espécie de crítica literária (e política) a respeito da imagem do negro construída nos textos do autor. O que estava em jogo nesta pesquisa era o estudo do racismo científico brasileiro como uma iniciativa que transpassava a prática analítica para se colocar como uma sistematização do preconceito racial brasileiro.

Esta sistematização era observada como um movimento singular na história das pesquisas sobre raça no Brasil, apresentada como o exemplo mais próximo de um racismo formalizado no contexto nacional pós-republicano. A leitura se dava a partir da crítica da ideologia do branqueamento, a concepção analítica da existência de uma ordem simbólica de hierarquização entre fenótipos humanos, que em última estância, serviria para consolidar a hegemonia de uma elite branca no Brasil. Nina Rodrigues era observado como um precursor desta ideologia, homem fruto de um tempo, mas também um artífice do preconceito difundido na sociedade brasileira. Seguindo estes paradigmas, a pesquisa se concentrava na prática desveladora dos trâmites desta ideologia, observada a partir do discurso sobre a imagem do negro composta nas páginas de obras como *Africanos no Brasil*.

Uma terceira vertente interpretativa emergiu com o tempo, durante o desenvolvimento desta pesquisa no curso de mestrado. A possibilidade de reinterpretar a discussão promovida por Nina Rodrigues e pelo racismo científico brasileiro surgiu a partir de um curso sobre Pensamento Social

Brasileiro. O curso, ministrado pelo professor Marcos Silveira, dispunha-se a estudar o percurso das Ciências Sociais no Brasil, tendo como enfoque a questão racial, e a relevância do debate para o desenvolvimento da antropologia nacional. No decorrer do curso, um texto em especial revelou-se de suma importância para a releitura destas concepções que apresentei, um artigo intitulado “Tipos e mitos do pensamento social brasileiro” (2002), de autoria de Octavio Ianni.

O valor do texto de Ianni para esta discussão é a observação da obra de Nina Rodrigues, e do racismo científico, enquanto movimento mais geral, como parte de um processo significativo, a elaboração de um conceito de povo brasileiro. Partindo sempre de uma elite letrada brasileira, a significação do conceito de povo brasileiro seria observável na forma do que ele define como “ciclo climático” (2002, p.5), momentos em que a conjuntura política do país interage com a produção intelectual a fim de compor um discurso sobre as propriedades que definem o nacional. Segundo o autor, embora estes ciclos climáticos contenham diferenças discursivas entre si, sempre são produzidos no sentido de retratar o Brasil como um país patriarcal, dependente de potências estrangeiras, como ambiente luso tropical e como laboratório racial por excelência. A grande contribuição do texto de Ianni é observar que o elemento central destes discursos é uma dissimulação sistemática das relações de poder entre os grupos sociais, recurso que aparece latente na obra de Nina Rodrigues.

Assim, uma terceira interpretação permitira observar a obra de Nina Rodrigues como uma iniciativa de definição do conceito de povo brasileiro, que naquele período, era informada pelos princípios do diferencialismo e da hierarquização racial, defendidos pelo racismo científico. A questão do negro aparece como um problema de saúde pública, com suas pesquisas sobre as patologias da população periférica brasileira, mas também como uma questão de civilidade. No clima da jovem república brasileira, ainda avessa ao trabalho assalariado e ao livre comércio, Nina Rodrigues levantava a dúvida a respeito da possibilidade de civilização da população negra brasileira, entregue - em sua equivocada interpretação - a irracionalidade do animismo fetichista próprio da religião africana.

A dualidade interpretativa na leitura de Gilberto Freyre

Como demonstrei, a compromisso de leitura dos clássicos do pensamento social brasileiro no ambiente do NEAB é orientado pela construção de um paradigma de pesquisa na área de raça, como uma espécie de trabalho de revelação de um discurso dentro do discurso. No caso do estudo das obras de Nina Rodrigues, o desvelar do discurso racista se dava pela identificação do autor como ideólogo do discurso da hegemonia branca brasileira, pela análise do tratamento conferido à imagem do negro em suas discussões. No percurso para a formação do pesquisador na área de estudos afro-brasileiros, a crítica do discurso textual destes pensadores será uma atividade central. Esta atividade encontra seu principal objetivo na análise da discussão promovida pelo intelectual pernambucano Gilberto Freyre.

Assim como no caso de Nina Rodrigues, tive a oportunidade de ter acesso às obras de Gilberto Freyre em diversos espaços e tempos de minha formação, e novamente, sob diversas óticas e interpretações. Em cursos como *sociologia e antropologia brasileiras*, *estudos afro-brasileiros* ou *pensamento social brasileiro*, obras consagradas de Gilberto Freyre tinham um papel central em programas que estudavam a representação da identidade nacional a partir de textos acadêmicos. Ao mesmo tempo, a leitura do autor era fundamental na formação do pesquisador da área de estudos afro-brasileiros no NEAB, pois o engajamento na crítica de obras consagradas de Freyre era essencial para uma das principais causas políticas do movimento negro acadêmico: a desconstrução mito da democracia racial.

O paradigma da desconstrução e desvelamento do discurso, próprios da pesquisa engajada do NEAB, orientavam a leitura de obras consagradas de Gilberto Freyre, como *Casa grande e senzala* (2001), e sua continuação, *Sobrados e mucambos* (2003). Como leitor e admirador do trabalho de Nina Rodrigues, Gilberto Freyre era retratado como seguidor dos mesmos métodos que conduziram seu antecessor a conclusões equivocadas sobre a população negra. Destacávamos, na leitura destas obras, a recuperação de metodologias típicas do racismo científico, como a medição de crânios de pessoas negras e

brancas como uma maneira de observar as propriedades intelectuais destas populações.

Mas o ponto fundamental de crítica, neste espaço, está relacionado com a elaboração que Freyre produzia a respeito da natureza racial do povo brasileiro, nossa propriedade étnica miscigenada, mestiça. Novamente, a imagem do negro nos escritos era objeto de análise e ponto de partida para crítica realizada nas discussões do grupo de estudos. Em suma, Gilberto Freyre era denunciado por representar uma realidade étnica falsa, coroada pela descrição de uma sociabilidade amistosa entre negros e brancos a despeito de séculos de opressão e exploração escravista. Assim, a descrição de uma miscigenação originária do povo brasileiro, formada pelo índio que aqui estava, o europeu que aqui chegou e o negro que foi trazido da África, seria um artifício literário para encobrir relações reais de dominação entre grupos raciais, que na prática, eram tratados como desiguais.

No que concerne à interpretação de *Casa Grande e Senzala*, discutíamos a construção da imagem do negro no Brasil colonial sob uma forma submissa e dócil, passivo frente à opressão dos algozes senhores de engenho brancos. Uma destas passagens foi lida por uma colega do grupo de estudos com muita comoção e indignação frente à imagem inferiorizada com que seus antepassados eram retratados:

Nas brincadeiras, muitas vezes brutas, dos filhos dos senhores de engenho, os moleques serviam para tudo: eram bois de carro, eram cavalos de montaria, eram bestas de almanjarras, eram burros de liteiras e de cargas as mais pesadas. Mas principalmente cavalos de carro. Ainda hoje, nas zonas rurais menos invadidas pelo automóvel, onde velhos cabriolés de engenho rodam pelo massapê mole, entre os canaviais, os meninos brancos brincam de carro de cavalo "com moleques e até molequinhas filhas das amas", servindo de parelhas. (Freyre, 2003, p.419)

Assim, a miscigenação descrita por Freyre como símbolo da identidade nacional era desvelada pela prática de pesquisa engajada do NEAB como uma atitude – elaborada de forma estratégica e relativamente consciente – de dissimular uma hierarquização entre brancos e negros vivida no cotidiano. Em

um país que vivia a experiência de jovens instituições republicanas, com mestiços ascendendo a posições e cargos de destaque, a ideologia da miscigenação teria servido aos préstimos de uma elite branca dominante, integrando a população de cor, mas mantendo um racismo baseado na percepção do fenótipo.

Se por um lado, o paradigma de desconstrução e desvelamento do discurso intelectual orientava a prática de pesquisa no NEAB, denunciando o racismo velado praticado pela elite letrada brasileira, a prática de relativização da imagem do negro tinha consequências psicológicas e sociais importantes para os integrantes do núcleo. Engajar-se na crítica de símbolos consagrados da identidade nacional, como a miscigenação descrita por Freyre, implicava na ressignificação de sua própria trajetória enquanto pessoa negra, e para tanto, sujeita a estereótipos que compõe estes símbolos.

É importante lembrar que descrevo estes processos a partir da condição de pesquisador branco, comprometido com uma leitura crítica destas obras, mas ao mesmo tempo, com uma constituição de pessoa diversa de meus colegas de pesquisa. O fato de não participar das discussões nas mesmas condições que meus colegas não significa que minha trajetória esteja isenta de relativização e ressignificação, pois assim como eles, estou sujeito aos mesmos símbolos que representam o pertencimento a uma identidade nacional. Identifico-me, portanto, com uma luta que tem por objetivo democratizar o acesso aos espaços onde estes símbolos da identidade nacional são consagrados, e neste sentido, a multiplicidade de trajetórias sempre garantiu um espaço plural de discussões.

Apesar das semelhanças e da franca admiração pelo mestre Nina Rodrigues o conceito de raça e de povo brasileiro assume contornos próprios no trabalho de Freyre. Enquanto cientista social, Gilberto Freyre recebeu uma formação orientada pelos escritos da emergente antropologia norte-americana de Franz Boas, preocupada com a construção de um conceito de cultura local que explicasse práticas sociais por meio de uma análise sócio histórica⁵⁹. A

⁵⁹ A antropologia de Franz Boas ficou conhecida pelos estudos aprofundados da importância da cultura na experiência social, bem como por sua crítica ao determinismo biológico e geográfico. Enquanto a antropologia começava a se firmar como uma área de estudos

contribuição desta linha de pensamento na obra de Freyre se expressa por sua iniciativa de transferir a discussão sobre a identidade do povo brasileiro da raça (biologia) para a cultura (nacional).

Há que se resguardar o fato de que a discussão acerca da diferença natural do homem (biológica, anatômica) não desaparece da obra de Gilberto Freyre, mesmo com o estabelecimento da cultura enquanto parâmetro para diferença (tipos e modos de agir tipicamente sociais e particularizáveis). É recorrente nas páginas de *Casa Grande e Senzala* a referência a padrões corporais fenotípicos como elementos para perceber limites e relações sociais entre grupos humanos. Mesmo assim a raça, no sentido que Freyre desenvolve, é uma maneira de criar uma tipologia da cultura. Por estas condições, ficou famosa a expressão utilizada pelo autor na abertura de *Casa Grande e Senzala*, aonde afirma:

Todo brasileiro, afirma, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano. (FREYRE, 2001, P.16)

Com estas palavras, e no decorrer de uma carreira intensa – tanto do ponto de vista acadêmico como político – Freyre celebra a condição culturalmente mestiça (miscigenada, misturada) do povo brasileiro. Sua proposta, ao contrário da visão de Nina Rodrigues, concebia aquilo que até então era visto como demérito da brasilidade – a mestiçagem – como um signo bem visto da cultura nacional, aquilo que é identificado e identifica nossa condição em especial.

Para realizar esta passagem da raça a cultura Freyre se utiliza de alguns mecanismos sociológicos e literários. Em primeiro lugar, o sistema que rege a

independentes, Boas discutia com a escola difusionista a respeito da natureza e inventividade humana. Enquanto linha de pensamento dominante na época a escola difusionista pregava uma concepção de cultura de centro, ou seja, a diversidade cultural humana teria origens em pontos específicos do globo e as variações ao redor do mundo seriam derivações destes centros originais. Boas rebateu esta afirmação veementemente, desenvolvendo uma concepção de que a cultura só poderia ser entendida de maneira local, ou seja, percebendo o desenvolvimento histórico de uma sociedade por meio de representações culturais, como a cultura material.

cultura nacional é pensado em analogia ao mundo do engenho, realidade social que, diga-se de passagem, Freyre conhecia intimamente⁶⁰. As partes – tipos sociais, como “o negro”, “o mulato”, “o indígena”, etc..- deste sistema são pensadas como se fossem interdependentes, frações de um mundo social total no qual o “todo” social está contido⁶¹. No caso da obra de Freyre o mundo do engenho é apresentado como um mundo total na medida em que é representado como fator autoexplicativo de um determinado contexto social. Os tipos sociais, ou personagens do mundo do engenho, existem apenas em relação a outros personagens, sendo que o tipo de relação em questão constitui a essência do personagem.

Estes personagens sociais têm um papel estrutural tanto na obra de Freyre quanto em sua proposta de cultura. Retratados na forma de tipos ideais culturais eles oferecem subsídios para que o leitor os entenda enquanto síntese das antíteses sociais estratificadas que definem a cultura nacional. A condição ambígua dos personagens – devido a sua natureza “misturada”, “não determinada” – representa, em uma escala maior, a síntese do nacional, nosso “trunfo” no trato com uma situação de estratificação social. No mundo do engenho, por exemplo, senhores de escravo e “mulatas voluptuosas” encontram-se para gerir o brasileiro do futuro, mistura de raças, mas também, de classes sociais.

Neste sentido, a obra de Freyre era constantemente criticada no ambiente de formação do NEAB, sendo apontado como um autor que relega a observação de posições de poder e relações de dominação intrínsecas às

⁶⁰ Não é segredo que a imagem de Freyre é cultuada como parte de um mundo por ele mesmo projetado: a realidade social do engenho. Uma rápida pesquisa em bibliografias disponíveis na internet ou em revistas especializadas revela o lugar que Freyre ocupava nesta ordem, como descendente de “família tradicional” pernambucana. Muito material disponível para pesquisa se encontra no site da fundação Gilberto Freyre (<http://www.fundaj.gov.br/fgf/>), que se define pela iniciativa de “promover estudos tropicológicos e intercâmbio com universidades e instituições científicas e culturais brasileiras e estrangeiras”.

⁶¹ Faço referência aqui a um conceito clássico do pensamento social, inicialmente desenvolvido por Emile Durkheim. O conceito de mundo social total foi elaborado, em primeira instância, para o estudo de representações totêmicas em sociedades aborígenes australianas (DURKHEIM, 1985). Em resumo, Durkheim acreditava que o totem – no contexto social – representava a totalidade simbólica de um clã, elemento que produzia e era produzido pela coesão social. Nas sociedades ditas primitivas, existiria uma homogeneidade do pensamento mediada por uma totalidade coesa de circunstâncias exteriores ao indivíduo. No caso da obra de Freyre o mundo do engenho é apresentado como um mundo total na medida em que é representado como autoexplicativo de um determinado contexto social.

dinâmicas sociais que pretende interpretar. Sua noção de cultura foi acusada de servir de referência para aquilo que hoje é debatido em esferas especializadas como o mito da democracia racial. Fazendo justiça a Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos* não tratavam de política, mas sim, de cultura. O chamado mito da democracia racial é uma construção ideológica a respeito da natureza política do brasileiro. A referência à natureza mítica do termo democracia racial se refere a uma suposta propensão natural do brasileiro para a neutralização de diferenças socialmente definidas. Enquanto ideologia, o autor versa, às vezes, sobre a história da jurisprudência brasileira, e ressalta que após o regime escravista houve uma inexistência no território nacional de um sistema jurídico de segregação racial. Na forma política, versa sobre a suposta cidadania universal brasileira, construindo o indivíduo como um ser social inócuo, livre de qualquer diferenciação social. Se podemos acusar Freyre de manobras estratégicas de dominação, temos de fazê-lo pela via da crítica literária: o que Gilberto Freyre opera é a celebração de suas categorias culturais, que alçadas a condição de elementos significativos da noção de povo brasileiro, acaba oferecendo referenciais reconhecidos para representar a cultura nacional.

Neste sentido, Gilberto Freyre tem sido criticado⁶², com o devido mérito, por se promover como um ideólogo deste imaginário nacional, e para tanto, como membro de uma elite letrada que clama o direito legítimo de representar um povo com quem mantém uma proximidade meramente literária. Entretanto, não se pode desconsiderar que estes símbolos consagrados pela literatura freyriana acabam oferecendo horizontes reais de representação cultural, na medida em que expressam, genericamente, as propriedades da cultura nacional. É o caso do discurso promovido por Alexandre Cezar, que agora retomo brevemente na conclusão da reflexão sobre este percurso de pesquisa.

⁶² Remeto-me a um contexto político-intelectual contemporâneo de revisão da literatura de Freyre. O debate das “reais intenções” de Freyre ao redigir *Casa Grande e Senzala* alcançou vários espaços, como, por exemplo, a reunião anual da FLIP – festa literária internacional de Paraty. No evento de 2010, cujo homenageado era justamente Gilberto Freyre, organizou-se uma mesa para o debate desta obra, com opiniões diversas a respeito da concepção de raça de Gilberto Freyre. Para mais informações, consultar: <http://www.flip.org.br/> ou <http://veja.abril.com.br/blog/todoprosa/vida-literaria/fhc-espanca-gilberto-freyre-homenagem-e-isso/>.

A leitura e a persistência da mestiçagem ao estilo freyriano nos discursos de Alexandre Cezar

O contato de Alexandre Cezar com o ambiente de pesquisa do NEAB começou no ano de 2006, por intermédio de um curso de formação para professores da rede pública do estado. Este curso tinha o objetivo de capacitar os professores para trabalhar com as determinações das leis 10.639 e 11.645, expondo conteúdos e práticas possíveis para discutir a história e cultura Africana e Afro-brasileira nas salas de aula. Neste mesmo curso, Alexandre conheceu o professor Marcos Silveira, e foi convidado a participar do grupo de pesquisa em memórias dos cotistas raciais da UFPR. Tratava-se, para todos os efeitos, de uma iniciativa de formação que buscava subsídios intelectuais para enfrentar situações de conflito político vividos na cidade de Campo Largo, precisamente os contextos que descrevi no primeiro capítulo.

Entretanto, diferentemente de meus colegas negros do núcleo, Alexandre Cezar não buscava um referencial teórico e prático que revisasse sua trajetória ou ontologia, a fim de percebê-la como produto do preconceito, racismo e exotismo promovidos por uma elite branca. Na verdade, desde o primeiro momento que o conheci, Alexandre tinha esta trajetória muito bem objetificada, delimitada, como foi possível perceber já nas primeiras entrevistas.

Descrevi esta trajetória em meu trabalho de conclusão de curso, e hoje revisando este material, percebo a eloquência do militante em descrever uma ontologia constituída a partir de uma *família mestiça, erguida sob muito suor e trabalho* (PINHEL, 2009). Nesta narrativa, Alexandre Cezar demonstra como seu contato com o movimento negro instituído sempre fora problemático, quando percebia que estes ativistas queriam *dividir todo mundo*, ou seja, reclassificar a população de cor a partir de suas experiências de militância. Outra característica desta narrativa é o exímio apreço pela representação meritocrática de sua própria trajetória, exaltando sua habilidade em vencer obstáculos e subir na vida a despeito dos desafios encontrados. Para todos os efeitos, ele não era *um qualquer* – e portanto, relegado à imagem do negro submisso –, mas sim alguém que tinha formação para enfrentar os desafios da ascensão social vertical.

A mobilização de sua origem carioca também era constante em todo o relato. A referência a sua identidade de “carioca da gema” mediava sua proximidade com o samba, a capoeira, o futebol e a mulata, estes símbolos consagrados de brasilidade, que, em seu relato, apareciam como aspectos tão familiares e presentes no cotidiano. Ser carioca, neste caso, era quase como estar autorizado a fazer de sua identidade a representação viva destes símbolos, e neste caso, sua narrativa era categórica em afirmar a autoridade de seu discurso. Da mesma maneira, a vida no Rio de Janeiro era apresentada de forma a representar um ambiente desprovido de preconceito e racismo: isto não existia naquele contexto, pois se tratava de uma realidade miscigenada de fato, onde se podia ver pessoas de cor ocupando cargos de prestígio, e para todos os efeitos, um contexto onde sua concepção de ascensão vertical encontrava respaldo social.

Sob estes aspectos, a vida na região de Curitiba era radicalmente oposta, já que não se via negros ocupando cargos de prestígio e as situações de racismo eram frequentes. Ele trazia o exemplo de uma situação vexatória vivenciada em uma agência bancária, quando na entrada do edifício, a porta giratória emperrou por duas vezes consecutivas. A situação era extremamente vexatória, e o motivou a procurar uma delegacia de polícia: afinal de contas, estariam barrando sua entrada pelo fato de ele ser negro?

Foram estas condições adversas que o motivaram a procurar formação no NEAB, e não a possibilidade de reconstruir sua trajetória a partir da revisão subjetiva de sua ontologia. Isto não significava que ele desacreditava na existência de um racismo nas relações interpessoais: ao contrário, a nova experiência de vida demonstrava o quanto o preconceito de cor podia barrar a ascensão social desde situações mais cotidianas possíveis. Acredito que, por estes motivos, Alexandre Cezar buscava naquele ambiente de formação a qualificação necessária para *bater de frente* com os preconceitos que vivia no novo contexto social, sem abdicar do referencial de miscigenação que orientava sua perspectiva de pessoa negra. O objetivo não era rever este referencial de miscigenação, representado pelos aspectos sociais da vida no Rio de Janeiro, mas sim, acumular discussões que o permitissem legitimar este horizonte inditório. Para todos os efeitos, ele faria de seu corpo expressão

viva desta perspectiva miscigenada, e assim enfrentaria o preconceito vivido na tentativa de adentrar aos espaços de poder da cidade de Campo Largo.

Por estes motivos, a leitura de Gilberto Freyre servia como uma referência letrada para a miscigenação que imaginava orientar sua negritude. A expressão mais evidente desta releitura era a performance no *teatrinho* e no *casamento inter-racial*, os discursos de divulgação do concurso que descrevi, que quase de maneira receituária, reproduziam o discurso expresso na introdução de Casa Grande e Senzala. Apesar de nunca expressar a referência ao autor, percebi que o *teatrinho* havia se modificado a partir de sua inserção no ambiente acadêmico, e mesmo sem fazer menções a Gilberto Freyre, acabava trazendo o horizonte cultural descrito pelo autor. De alguma forma este horizonte já existia em seu referencial identitário, mas agora era legítimo, duto.

É verdade que, em muitos momentos, esta perspectiva de negritude incomodava os outros integrantes do núcleo, ao mesmo tempo em que o processo de reflexão teórico conduzido naquele espaço era visto por Alexandre como uma prática erudita sem sentido, já que não atuava *no foco* dos problemas que discutiam. Por diversas vezes esta desavença foi reforçada por seus posicionamentos em reuniões e em atividades do núcleo, e em um destes momentos, acabei me interpondo à desavença.

No ano de 2011, o núcleo organizou um curso de especialização para a educação das relações étnico-raciais, destinado para profissionais da rede pública de ensino. Fui convidado a ministrar aulas de Introdução à Antropologia, e no desenrolar dos eventos, acabei ocupando um cargo na banca de seleção dos candidatos. A maioria das vagas do curso foi dividida entre os sindicatos e as instituições que representavam os professores da rede, restando quatro vagas para serem destinadas ao público interno da Universidade, em especial a ex-alunos de graduação que haviam frequentado os debates do NEAB. Sabendo destas condições de inscrição, Alexandre Cezar se candidatou a uma das vagas referentes à cota da Universidade.

O que pude perceber é que Alexandre esperava que sua aprovação fosse automática, pelo fato de estar em contato constante com o ambiente de

discussão do NEAB. Ele não compareceu ao dia agendado para a prova escrita (a primeira etapa do processo seletivo), e na semana posterior a realização dos eventos, deu início a uma série de discussões com outros membros da banca de avaliação. Percebi que minha relação com Alexandre Cezar causava certo desconforto por parte dos outros integrantes da banca. Por esse motivo, perguntei a um colega que participava da desavença.

André: O que você acha do Alexandre Cezar?

Membro da Banca: eu acho que ele não é negro.

A afirmação foi profundamente contundente, e ao mesmo tempo, resumizava o conflito que se estabelecia. Apesar de todos os desentendimentos, Alexandre teve outra oportunidade de realizar a prova, pois alguns sindicatos alegavam que não haviam sido convocados para o processo, e para tanto realizamos uma segunda chamada. Ele compareceu a este processo seletivo, e acabou sendo escolhido para ocupar uma das quatro vagas disponíveis para a seleção interna.

A disciplina de introdução à antropologia foi o primeiro curso a ser ministrado na formação. Logo no início da aula estranhei a ausência de Alexandre, que acabou chegando no intervalo entre as aulas. Em uma conversa privada, questionei sua ausência na primeira parte da aula, e assim ele me explicou que não poderia participar do curso:

André: Poxa Alexandre, mas por que você não vai fazer o curso?

Alexandre Cezar: Pois é eu acabei pegando umas aulas justamente no sábado de manhã, não tem como estou precisando destas aulas. Eu pensei que de repente podia bater um sábado lá, e um aqui...

André: Não dá certo Alexandre...Poxa, depois de todo esforço que eu fiz aqui, pra que você pudesse fazer o curso, você desiste?

Alexandre: Pois é eu até sabia dessas aulas, mas achei que ia dar pra levar as duas coisas. Agora não tem como, é melhor cortar completamente as relações

com o NEAB. Vou ter que deixar de lado minha participação aqui na Universidade.

Contraste, mediação e uma perspectiva antropológica de percepção da ação política.

Posso afirmar que minha experiência de formação acadêmica e política no NEAB, informada pelos princípios que descrevi, seria profundamente relativizada a partir de minha experiência de campo. Frequentando os eventos da C.A.B, auxiliando na organização do Concurso de Beleza Afro e principalmente dialogando com Alexandre a respeito das condições de ação na cidade pude perceber como o debate em torno da aplicação das políticas de ação afirmativa mobilizava perspectivas diversas de formação da pessoa negra, em decorrência desta particularidade, orientava princípios diversos de ação política. No decorrer da pesquisa, estas perspectivas discrepantes geraram, por diversas vezes, desavenças e acusações mútuas, um processo que culminava com o reforço das disposições políticas destes atores.

Espero que a descrição deste contraste revele os princípios que orientavam estas ações, mas também, pretendo explicitar o papel de mediador que acabei ocupando entre estes dois espaços. Como pesquisador em campo e como membro do corpo discente do NEAB acabei ocupando uma posição limítrofe, na medida em que trazia questões levantadas a partir da experiência de pesquisa de campo para os debates no NEAB, e ao mesmo tempo, quando minha inserção no núcleo permitia o diálogo institucional com os eventos do NEAB. Defendo a tese de que a garantia de minha posição reflexiva é a condição de alteridade com que era percebido nos dois ambientes, comprometido com a pauta das políticas afirmativas de maneira *sui generis*, em decorrência de minha condição de pesquisador branco. Em suma, pude me comprometer com a defesa da pauta das políticas de ação afirmativa sem me comprometer com uma visão específica de negritude, que no caso de meus colegas era essencial para motivar sua ação política.

Em um artigo da revista Sociedade e Cultura, de 2003, Alexandra Barbosa da Silva discute estas questões, tendo como enfoque uma relativização a respeito do compromisso do antropólogo com os grupos de pesquisa. Debatendo os princípios étnicos do ofício, especialmente a partir das condições que o trabalho de campo impõe, a autora levanta a possibilidade de

questionar este compromisso como “lugar comum da disciplina” (BARBOSA, P.25) e propõe pensá-lo como uma disposição fundamental para o desenvolvimento da pesquisa etnográfica. O enfoque aqui é a reflexão acerca dos sentidos que este compromisso pode assumir durante o trabalho, questionando principalmente a possibilidade de estabelecer qualquer tipo de neutralidade mediada a partir do reforço entre dicotomias desgastadas do pensamento científico, como ciência e política, teoria ou prática. Para a autora, o compromisso de pesquisa se dá na medida em que:

de aproximação dos problemas e interesses de seus pesquisados é uma necessidade que se põe em qualquer situação de pesquisa (e cuja percepção é fundamental, sob a pena de ser criado um hiato intransponível e esterilizante de comunicação, com prejuízos até mesmo fatais para a pesquisa) (2003, P.29)

A autora traz sua experiência de campo para elucidar a questão, refletindo sobre o papel de mediador cultural que o antropólogo pode assumir em situações de campo. A autora descreve como as condições de pesquisa entre os Kaiwova do Mato Grosso do Sul foram profundamente alteradas a partir do estabelecimento de uma relação agonística entre os indígenas e os latifundiários locais, uma disputa fundiária que acabou mobilizando a pesquisadora como interlocutora dos interesses entre os grupos. Neste processo, a autora demonstra como o antropólogo pode ser visto como uma figura que incorpora determinados tipos de conhecimentos e práticas letradas, que, constituídas a partir da vivência do pesquisador entre as classes dominantes podem servir como habilidades reconhecidas pelos interlocutores no processo de obtenção de bens socialmente requisitados naquele ambiente de sociabilidade. Gostaria de trazer estas discussões para o contexto de pesquisa em Campo Largo, e mostrar como o engajamento político na pauta das ações afirmativas me permitiu observar nuances entre diferentes tipos de militância.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que minha pesquisa toma corpo em um ambiente de sociabilidade que é familiar em muitos sentidos: apesar de pesquisar em um contexto com referências étnicas próprias, distantes de

minhas origens culturais, falo de um município que se localiza a 50 quilômetros de minha residência, dialogo com pessoas que falam a minha língua e observo processos de significação cultural que se servem de símbolos que me eram caros antes mesmo da experiência de campo propriamente dita. Tão pouco penso poder diferenciar, de forma bem marcada e delimitada, um contexto de produção propriamente acadêmico de uma ação engajada, pois como demonstrei, tive uma formação em um ambiente que considerava as duas perspectivas como híbridas, e ao mesmo tempo, observei agentes políticos que dialogavam com o ambiente de produção acadêmica de maneira próxima, se servindo de sua inserção para construir um discurso legítimo entre os espaços institucionais que circulavam.

Estas condições têm implicações significantes para o processo de relativização, inerente ao ofício antropológico, uma disposição que DA MATTA define a partir da conhecida fórmula de (a) transformar o *exótico no familiar* e/ou (b) *transformar o familiar em exótico*. O antropólogo, instituído de formas de pensamento que derivam de sua própria experiência social, deveria dispor das capacidades cognitivas de reconhecimento dos símbolos ou sistemas de classificação que informam esta experiência, ou seja, deveria dobrar-se sobre os sistemas de classificação que informam sua própria percepção da vida social e torná-los perceptíveis, ou no mínimo, descritíveis. No texto, Da Matta defende que este processo acaba por definir a própria maneira de composição do fazer antropológico:

De fato, só se tem Antropologia Social quando se tem de algum modo o exótico, e o exótico depende invariavelmente da distância social, e a distância social tem como componente a marginalidade (relativa ou absoluta), e a marginalidade se alimenta de um sentimento de segregação e a segregação implica estar só e tudo desemboca — para comutar rapidamente essa longa cadeia — na liminaridade e no estranhamento. (1978, p.39)

Se for verdade que a prática etnográfica depende do processo de estranhamento e da condição liminar, vivenciada na pesquisa empírica, tanto do pesquisador para com seus informantes como dos informantes para com o pesquisador, há que se considerar que as condições textuais e as disposições

acadêmicas que conduzem a consolidação desta capacidade cognitiva acabam, por vezes, sendo ocultadas pela autoridade etnográfica, que como nos ensina Clifford Geertz, é o componente literário deste estilo narrativo.

A partir destas reflexões, Geertz criticaria seriamente os modelos etnográficos que tomam como trunfo para a construção desta relativização uma forma literária que depende do retrato exotizado da sociabilidade que pretende descrever: em um cenário geográfico completamente diverso daquele que o antropólogo convive – como, por exemplo, uma ilha de coral paradisíaca em pleno oceano pacífico⁶³ - a narrativa antropológica acaba descrevendo uma sociabilidade autocontida, tanto demograficamente como linguisticamente falando, construindo um texto que clama representar esta totalidade, imbuído da certeza garantida pela pesquisa empírica. Vale lembrar que a crítica a estes modelos se estende não só ao que eles apresentam, mas também as ausências no texto: a entrada em campo é retratada sem entraves ou empecilhos perpetrados tanto por nativos como por agentes do poder instituído, como se a presença de um observador distante naquele contexto não implicasse em transformações na sociabilidade que ele pretende apresentar como pura, intocada.

Hoje, especialmente depois da discussão promovida por Geertz, este modelo etnográfico, que defende um tipo de separação axiológica entre sujeito e objeto, nos termos que descrevi, tem pouco apelo explicativo, especialmente com a chegada ao ambiente de produção de conhecimento acadêmico daqueles que eram representados nos textos antropológicos como símbolo do exótico e do distante. Entretanto, cabe a pergunta: estamos, de fato, livres destes processos consagrados de construção da alteridade, informados pela escolha de objetos que “em si” garantem a perseguida relatividade, pelo

⁶³ Faço referência ao célebre debate desencadeado por Clifford Geertz a partir da reflexão sobre os diários de campo do antropólogo inglês Bronislaw Malinowski. Clifford Geertz (2002) critica a forma literária utilizada por Malinowski em suas etnografias clássicas, formulada no sentido de produzir um exotismo do nativo, uma construção que se embasa na figura de autoridade “eu estive lá”. Para tanto, Geertz chama a atenção do inevitável caráter literário da antropologia, convocando os antropólogos a “assumirem-se” como autores, ou seja, explicitar as condições em que a pesquisa se desenvolveu considerando o envolvimento do antropólogo na “teia de significado” local. Minha afinidade com a discussão proposta por Geertz se dá pela desconstrução do exotismo do nativo, entendendo que a formulação de uma separação entre sujeito e objeto não só é desaconselhável como também impossível.

simples fato de sua interpretação se filiar a uma tradição antropológica consagrada entre os pares?

A tentativa de construção de metodologias para interpretação dos acontecimentos em Campo Largo parece ter algo a dizer neste sentido. Como mostrei, fui a campo informado por um olhar compromissado com um paradigma científico específico (a desconstrução do preconceito racial brasileiro), que apesar de tratar de um tema consagrado na ciência social brasileira (os estudos de raça e etnicidade) foi profundamente modificado ao longo de todo o processo de implantação de políticas de ação afirmativa. O que se observa, entretanto, é uma expectativa tácita de que estes estudos fossem conduzidos por aqueles que são frutos desta política e, portanto, conhecem ontologicamente a realidade que pretendem representar. Neste caso, o processo de aceitar-se enquanto negro – objetificado, por exemplo, pela certificação burocrática da identidade negra dos cotistas raciais pelas bancas de identificação – é constituinte da pesquisa, ou seja, o percurso subjetivo de revisão das trajetórias individuais realizados pelos próprios pesquisadores permitiu resignificar a realidade social a que foram submetidos enquanto pessoas negras, e portanto, perceberem situações similares vivenciadas por outras pessoas negras. O que quero defender aqui é que, se por um lado este processo permite a elaboração de um olhar treinado para perceber as nuances do racismo brasileiro, existe ainda o resíduo indentitário criado a partir da resignificação de sua própria trajetória, que em última instância acaba por instituir uma concepção de negritude solidificada, que é a matéria prima para este tipo de engajamento político.

Se por um lado, a posição deste tipo de pesquisa está consolidada no campo de estudos sobre raça como uma forma legítima de fazer conhecimento, por outro lado, não existe uma reflexão a respeito daqueles que não podem – ou não conseguem – mobilizar a reconstrução de suas trajetórias nos mesmos termos. Em decorrência disto, obtive a formação que descrevi sem que, em nenhum momento, o fato de compartilhar de uma trajetória totalmente diversificada que meus colegas viesse à tona – e até mesmo das implicações desta diferença para a prática de pesquisa. Em determinadas passagens de minha formação, tive a impressão de que estas disposições acabavam por

gerar um estranhamento em meus colegas, brancos e negros, que sempre de maneira implícita, questionavam minhas motivações para a escolha deste campo de pesquisa: afinal de contas o que motivaria minhas intenções em desvelar práticas e princípios racistas se eu, enquanto pessoa branca, não estaria exposto, da mesma maneira, a estas condições sociais de hierarquização?

Apesar de estas disposições informarem minhas reflexões desde o início, a demanda – ou a conscientização - para tornar as características que orientaram minha formação como elas próprias indícios da politização da negritude que pretendia observar só emergiu com o desenvolvimento da pesquisa no mestrado. Em verdade, havia o risco não declarado de optar por esta proposta metodológica *sui generis*, o que implicava o reconhecimento de minha particularidade ontológica e a possibilidade de entendê-la como uma prática segregacionista ou racista em si mesma. Até por que, em decorrência da aplicação destas políticas, observamos uma polarização do campo acadêmico, um debate que acabou por mobilizar profissionais de diversas disciplinas em torno da questão das implicações sociais que a opção por este tipo de pauta acarretaria⁶⁴. Esta discussão, que se prolongou em periódicos especializados em debates públicos se calcificou a partir do debate em torno da carta intitulada *113 cidadãos anti racistas contra as leis raciais* e sua resposta, *120 anos da luta pela igualdade racial no Brasil: manifesto em defesa da justiça e da constitucionalidade das cotas*.

Este debate resumizava o posicionamento destes grupos em torno da validade da categoria raça como unidade analítica, e também como categoria política, ou seja, termo que define o acesso a bens sociais controlados pelo Estado. De um lado, a carta dos 113 reforçava alguns argumentos já defendidos por alguns de seus signatários em outras oportunidades: (A) a noção de que raça é insustentável do ponto de vista biológico e portanto não deve ser um parâmetro para promover políticas públicas, ou (B) a opção por políticas afirmativas instauraria um racismo da sociedade brasileira que em

⁶⁴ Sobre este assunto, fiz uma explanação em profundidade no artigo (PINHEL, 2011), onde demonstrei que mesmo antes desta carta já era possível observar estas concepções como antagônicas.

verdade seria (C) um exemplo de convivência amistosa entre diferentes tipos étnicos e entendia estas ações como (D) a institucionalização do recrutamento de militantes dentro dos espaços do Estado.

Em oposição a estes argumentos, o manifesto refutava a ideia de que estas políticas racializavam a sociedade brasileira, e de que dividiram a nação em duas partes, e argumentavam que raça era uma categoria social, e não analítica. Era a partir desta perspectiva que estas políticas poderiam ser elaboradas, e não pela reiteração da noção de raça biológica, mas sim como uma construção social de percepção da diferença. Por fim, era consenso que a suposta condição de convivência amistosa entre brancos e a população de cor seria uma construção ideológica histórica que, em última instância, reforçaria condições de poder entre classes sociais.

Se por um lado, esta discussão revelava que a instituição destas políticas havia colocado novas questões para aqueles que estudavam o racismo brasileiro, em outra medida, a polarização acabou por conduzir a discussão por caminhos que pouco ajudavam na elaboração de metodologias de pesquisa em Campo Largo. O que ocorreu é que estas políticas foram, de fato, implantadas, e principalmente depois do primeiro governo do PT/LULA passaram a ser políticas de Estado Federal. Hoje, existe uma burocracia de estado que processa estas demandas – visualizada na figura da SEPPIR, e também de secretarias estaduais e municipais – e que promove iniciativas políticas informadas pelo princípio de reconhecimento da *diferença* social como maneira de *promover* igualdade econômica e cívica.

Assim, foi necessário um esforço de afastamento relativo desta discussão para evitar aquilo que Luïc Wacquant (2003) chama de paralogismo ecológico. O conceito toma forma em sua etnografia sobre a sociabilidade de centro de treinamento de boxe, em um bairro negro da cidade de Chicago. No texto, Wacquant acaba defendendo os princípios que conduzem uma pesquisa norteada pela *participação com observação* (ou observação participada) a fim de observar o boxe a partir de seu aspecto menos conhecido, ou seja, não espetacular, para pensar:

La rutina gris e puzante de los entrenamientos em lo gimnasio, la larga e la ingrata preparacion – física y moral al mismo tempo -, preludio de las breves apariciones bajo de las luces, los ritmos ínfimos e íntimos de la vida del gym que producen e reproducen la creencia y alimentan esa economía corporal, material e simbólica tan particular que es el mundo pugilístico. (WACQUANT, 2004, p. 23)

Toda a etnografia sobre este contexto de sociabilidade é construída, assim, da perspectiva de um praticante de boxe, carreira que cativou Wacquant e até mesmo o impeliu a torneios e disputas oficiais, fazendo desta proximidade ontológica com a prática pesquisada o próprio trunfo de sua discussão. O objetivo aqui é desvincular-se do *discurso moralista que alimenta por igual a celebração e a difamação* da prática para observar o boxeador em seu *habitat natural, y no la (re)presentación teatralizada y altamente codificada que le gusta dar sobre sí mesmo em publico y que los reportajes periodísticos y las novelas traducen y magnifican siguiendo sus próprios criterios* (WACQUANT, p. 24).

Guardadas as devidas diferenças entre o contexto social descrito por Wacquant, um gueto negro norte americano e o ambiente do ginásio como espaço de significação do corpo negro, e a difusão do discurso pelos militantes da C.A.B, entre a população negra da cidade, marginal em termos demográficos mas, principalmente, em termos de pertencimento indetentário – é possível pensar como o engajamento profundo nas formas de sociabilidade e nos princípios que fundamentam as ações dos atores observados permite construção de um olhar único, desvinculado do ruído exterior àquelas formas de conceber a experiência social. No que concerne à construção de metodologias para a interpretação do contexto em Campo Largo, percebo que a discussão promovida a partir da polarização da questão sobre as cotas raciais na academia acompanhava um movimento mais amplo de debate na sociedade brasileira como um todo, que encampado pela grande mídia, acabou por produzir (e reproduzir) esta teatralização da experiência racial brasileira, que em verdade, tinha pouco ou nada a dizer sobre o que acontecia em Campo Largo.

A pergunta que motivava este debate – irão as políticas de ação afirmativa produzir um racismo da sociedade brasileira? – fazia pouco sentido para o contexto que observei: não se tratava de agentes que participavam da especulação a respeito da possibilidade de adotar estas políticas, com possíveis consequências para as relações inter-raciais no Brasil, mas sim, de militantes que agiam a partir da consolidação destas iniciativas em um cenário político mais geral. Trata-se, portanto, das consequências, resultados e implicações da estruturação de um sistema burocrático e político de promoção da *igualdade social* por meio do reconhecimento da *diferença* e, por conseguinte, das transformações na forma de agir politicamente em um contexto como aquele que descrevi no primeiro capítulo.

Na verdade, Bourdieu e Wacquant, que tanto me referenciaram na análise de discurso que tentei aqui conduzir, refletem sobre estas implicações, no conhecido artigo *Sobre as artimanhas da razão imperialista* (2002). Escrevendo um artigo escrito em resposta à publicação de Michael George Hanchard, *Orfeu e o poder* (2001), os pensadores franceses acabam por acusar Hanchard, ao observar as lógicas de organização dos movimentos negros em São Paulo e no Rio de Janeiro, de:

Aplicar as categorias raciais norte-americanas à situação brasileira, o autor erige a história particular do Movimento em favor dos Direitos Civis como padrão universal da luta de grupos de cor oprimidos. Em vez de considerar a constituição da ordem etno-racial em sua lógica própria, essas pesquisas contentam-se, na maioria das vezes, em substituir, na sua totalidade, o mito nacional da “democracia racial” (tal como é mencionada, por exemplo, na obra de Gilberto Freyre, 1978), pelo mito segundo o qual todas as sociedades são “racistas”, inclusive aquelas no seio das quais parece que, a primeira vista, as relações “sociais” são menos distantes e hostis. (BOURDIEU e WACQUANT, 2002, p.19)

O que penso, neste caso, é que embora conheçam profundamente das dinâmicas de estabelecimento do poder nas sociedades modernas, ou ocidentais, os autores conhecem pouco da dinâmica racial e da cultura nacional brasileira. Talvez, no afã de suas aspirações antiamericanas, apressaram-se em culpar os diálogos transnacionais entre intelectuais destes países, e esqueceram-se de voltar seus olhares para a própria constituição dos

ideais de civilização modernos. Como nos explica Louis Dumont, os paradoxos que enfrentamos neste campo, antes de serem produzidos por aspectos históricos particulares de uma nação em especial, são paradoxos fundados pela modernização e secularização da sociedade, igualando ideologicamente os indivíduos que na prática são tratados como desiguais ou diferentes. Há que se olhar, para tanto, para estes paradoxos modernos, a fim de refletirmos sobre as implicações sociais de adoção destas propostas políticas.

Se for verdade que a Sociedade Política de Campo Largo se mobilizou para ocupar estes espaços a fim de expor demandas que vão além deste horizonte moderno, é possível afirmar que existe algo a aprender com este caso: há que se supor que, além de criar estes espaços institucionais, é preciso considerar as estas formulações identitárias como fruto de uma sociabilidade específica, e neste sentido, têm de ser reconhecidas como demandas válidas a serem processadas por aqueles que se interpõe entre estas populações e o Estado de Direito. O discurso antropológico, penso, tem algo a contribuir neste sentido, desde que se dispa de sua consagrada forma de exotização das particularidades culturais, sob a pena de ver reforçadas as mesmas estruturas de poder que pretendia denunciar.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, E. Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos*. In: _____. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. p. 15-57.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre a cota racial, raça e racismo*. 1ª ed..São Paulo: Annablume, 2004

AZEVEDO, Thales de. *Les elites de couleur dans une ville brésilienne*. Unesco: (1953)

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Ática, 1989

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição [da] Republica Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL, Presidência da republica. *Lei 10.639/03*. Distrito Federal: Brasília, 2003

BRASIL, Presidência da republica. *Lei 11.645/08*. Distrito Federal: Brasília, 2003

BOURDIEU, Pierre. A *Economia da Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003

_____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008, 192pp.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. *Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista*. Revista Estudos afro-asiáticos. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2003.

CURITIBA, Assembleia Legislativa. *Relatório do presidente da província Francisco Liberato de Mattos à Assembléia Legislativa*. Paraná: Curitiba, 1858

CAMPO LARGO, Prefeitura Municipal. *CENTENÁRIO de Campo Largo*. 1970

Chatterjee. Partha. *Colonialismo, Modernidade e Política*. Trad. Fábio Baqueiro Figueiredo. Salvador: EDUFBA, 2004.

CUNHA, Olivia Maria Gomez da. *Depois da festa: movimentos negros e "políticas de identidade"*. In: _____. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. p. 333-383.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990. 5ª edição.

Da Matta R. *O ofício de etnólogo, ou como ter "antropological blues"*. In: Nunes (org) . A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro (RJ): Zahar; 1978. p. 23-35.

DOMINGUES, Petrônio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Revista de Antropologia. São Paulo, v. 48, n. 1, jun. 2005 .

DUMONT, Louis. *O Individualismo: Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.

_____. *"Casta, Racismo e `Estratificação"* in Aguiar Neuma (org.) Hierarquias em Classes; Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 12. ed. São Paulo: Nacional, 1985.

Entrevista com o professor Renato Ortiz. Pesq. Educ. Ambient., Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, 2009 .

FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana.* São Paulo, Global, 2008. 4ª edição.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos.* 2ed. São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *O Paraná e seus Municípios.* Ed. Memória do Brasil, MT, 1999

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Introdução à história patriarcal no Brasil* – 1. 42ª. Edição, Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Sobrados e Mucambos.* São Paulo: Global, 2003.

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor.* Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2002

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. *Entrevista com Carlos Hasenbalg.* Tempo social, São Paulo, v. 18, n. 2, Nov. 2006 .

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. *Como trabalhar com "raça" em sociologia.* Educ. Pesqui., São Paulo, v. 29, n. 1, June 2003 .

HERÉDIA, B. M. A; PALMEIRA, M. G. S. *Os comícios e a política de facções.* Rio de Janeiro, Anuário Antropológico: Tempo Brasileiro, 1994

HASENBALG, Carlos. (1979), *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.* Rio de Janeiro, Graal (2 ed. 2005, Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora UFMG/Iuperj/Ucam).

HANCHARD, Michael George. *Ofeu e o poder: movimento negro no rio e em são Paulo.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KABENGELE, Munanga. *Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil – Um ponto de vista em defesa das cotas* (p 47-59). In: Afirmando direitos, Belo Horizonte: Autentica, 2004.

LEACH, Edmund R.. *Once a knight is quite enough: como nasce um cavaleiro britânico*. Revista Mana. Rio de Janeiro , v. 6, n. 1, 2000 .

PINTO, L. A. Costa. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. São Paulo, Companhia Editora Nacional 1953.

PALMEIRA, M. G. S. *Voto: Racionalidade ou significado?* . ANPOCS, s/a.

PALMEIRA, M. G. S. *Os sindicatos no poder: que poder?* In: Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil, São Paulo: Annablume, 1998

PINHEL, André Marega; COSTA, Hilton & SILVEIRA, Marcos Silva da (ORG). *Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados*. Ponta Grossa: UEPG, 2012.

PAIXÃO, Marcelo. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PINHEL, André Marega. *Contra à cúpula: análise da trajetória de um militante negro na cidade de Campo Largo –PR*. Monografia apresentada para obtenção parcial de grau. UFPR – DEAN, 2009.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976

MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. *Racismo no sul do Brasil: Heranças de um mito*. Rev. hist., São Paulo, n. 129-131, 1994 .

Mauss, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. in: Mauss, M. Sociologia e Antropologia. SP, Cosac Naif, 2003

IANNI, Octávio. *Tipos e mitos do pensamento brasileiro*. Sociologias, Porto Alegre, n. 7, June 2002 .

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Os circuitos dos jovens urbanos*. *Tempo soc.* [online]. 2005, vol.17, n.2, pp. 173-205.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem — sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006. *Revista tempo social*, v.19, p. 287 – 308.

_____. *Preconceito de marca. As relações raciais em Itapetininga*. Apresentação e edição de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. São Paulo, Edusp, 1998. 248 páginas

_____. *Negro político, político negro: A vida do Dr. Alfredo Casemiro da Rocha parlamentar da república velha*. São Paulo: Edusp, 1992.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO, Paraná. *Projeto político pedagógico da escola Pedro II*, 2010

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Paraná. *INSTRUÇÃO N.º 009/2010 – SUED/SEED*. Paraná, 2010)

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. BRASÍLIA, Editora da Universidade de Brasília. 1990

SILVA, Alexandra Barbosa da. *Sobre o compromisso do antropólogo e seu papel de mediador cultural*. GOIANIA: Goiás, 2003. *Revista Sociedade e Cultura*, V. 6, N. 1,. P. 25-36

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2000

SCHWARCZ, Lilia Moritz . *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade*. In: Schwarcz, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras. (p. 173-244) 1998.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SAHLINS, Marshall. *O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I)*. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, Apr. 1997 .

TURNER, Victor. *Introdução*. In: *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. 2005. p. 29 – 46.

THIOLENT, Michel. *Notas para o debate sobre pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985.

WACQUANT, Loïc. *Entre cuerdas: cuadernos de um aprendiz de boxeador*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2006.

_____. *Notas para estabelecer a noção de habitus*. Paraíba: CCHLA. *Revista brasileira de sociologia da emoção*. V.6, nº 16, 2007.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba, Gráfica Vicentina, 1988.



4º Concurso de Beleza Afro-Brasileira e Africana

Negros, Pardos e Afros-Descendentes (04 a 40 anos)



Dia 20 de
Novembro
de 2011

2º Festival de
Ritmos e Dança
Afrobrasileiras
E Africanas

Inscrições gratuitas no local somente dia 15/10/2011
ou por e-mail: acezar73@hotmail.com dos dias 15/09/11 à 15/10/11

Prof. Alexandre Cezar

Informações: (41) 9133-1390 ou (41) 9984-5521

Local: Concentração na Escola Macedo Soares (Anfiteatro)

Apoio:

Servope

Av Ayrton Senna da Silva, 2722
Jardim Busmauer - Campo Largo/PR
Fone: (41) 3392-2525 Fax: (41) 3292-2818.

Empresa Consult. Marksports
e Saúde Ltda

* Ginastica Laboral Na Empresa

*Mestre de Cerimonias em Eventos
E Mundo Corporativo

* Recreação Em Festas Infantis com Tematicas

*Coodenação em Arbitragem e Eventos Esportivos

Fone: (41) 8859-1243

(41) 3677-9484

abrazilians@ig.com.br

Visite Nosso Blog: comunidadeafrobrasileiradecampolargo

⁶⁵ Cartaz do quarto Concurso de Beleza Afro, em 2010.

ANEXO III⁶⁶

TERMO DE ADESÃO AO FÓRUM
INTERGOVERNAMENTAL DE PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIÃO ATRAVÉS DA SECRETARIA ESPECIAL DE
POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SEPPIR/PR E O
MUNICÍPIO DE/....

A **UNIÃO**, por intermédio da **SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SEPPIR-PR.**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", Brasília, DF, CEP nº70054-900, inscrito no CNPJ nº 06064438/0001-10, representado pelo Ministro Chefe de Estado, EDSON SANTOS DE SOUZA, brasileiro, Identidade nº 03931062-8, expedida pela SSP/RJ, CPF nº 439.144.467-49, nomeado pelo Decreto de 20 de fevereiro de 2008, domiciliado em Brasília, DF, doravante denominado **SEPPIR/PR**, e o **MUNICÍPIO DE**, Estado....., com sede, inscrito no CNPJ nº, representado (a) pelo Prefeito (a),, Identidade nº, expedida pela, CPF nº....., residente e domiciliado em....., firmam o presente **TERMO DE ADESÃO ao FORUM INTERGOVERNAMENTAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**, em conformidade com as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto 93.872, de 23 dezembro de 1986, Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, e Resolução do CODEFAT nº 333, de 10 de julho de 2003, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAÚSULA PRIMEIRA

1. DOS FUNDAMENTOS DA PARCERIA INSTITUCIONAL

⁶⁶ Disponho neste espaço o termo de adesão a proposta de criação da secretaria municipal da igualdade racial, divulgado pela SEPPIR. Este é o mesmo documento que serviria de base para a atuação de Alexandre Cesar, agindo, como ele ressaltou, como um “cartão de visita”. Mais de uma vez frequentei a prefeitura municipal com Alexandre, que com este documento em sua pasta, imaginava conseguir do prefeito a autorização para a criação da tão sonhada secretaria. Este documento é uma versão atualizada daquela que foi primeiramente lavrada no ano de 2008.

Considerando que:

- 1.1. A **SEPPIR/PR** compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial, na formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância, na articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial, na formulação, coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo para a promoção da igualdade racial, no planejamento, coordenação da execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas e na promoção do acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento dos acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e de combate à discriminação racial ou étnica, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, o Gabinete e até três Subsecretarias.

O objetivo do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial na implementação de estratégias que visem à incorporação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial nas ações governamentais de Estados e Municípios, mediante a promoção de uma ação continuada entre as três esferas de governo (federal, estaduais e municipais), constituindo um espaço de articulação dos organismos públicos, cuja efetiva participação das/os gestoras/es coordenadores da Política de Promoção da Igualdade Racial é fundamental para sua estruturação.

1.2. Ao **MUNICÍPIO** de **Compete:**

- 1.2. As instituições PARTÍCIPIES firmam o presente **TERMO DE ADESÃO AO FORUM INTERGOVERNAMENTAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL** que em linhas gerais orienta-se para o cumprimento das atividades que passamos a descrever:

CLÁUSULA SEGUNDA

2. OBJETIVO

O presente **TERMO DE ADESÃO** tem por objetivo, estabelecer parceria para a construção e implementação de um conjunto de ações que beneficiem as comunidades tradicionais com ênfase na população negra, a serem desenvolvidas nos seguintes eixos:

- Implementação do Programa Brasil Quilombola;
- Implementação das diretrizes curriculares da Lei 10.639/03; e 11.645/2008
- Desenvolvimento sócio econômico nos eixos do Empreendedorismo, Trabalho e Geração de Renda;
- Política Nacional de Saúde;
- Cultura e Religiosidade de Matriz Afro-Brasileira;
- Relações Internacionais; e.
- Segurança Pública.

O Termo de Adesão estabelece os seguintes objetivos específicos:

- a. Implementação e fortalecimento, junto à Prefeitura Municipal de/..., (**A DEFINIR**) da Diretoria de Políticas Especiais, através de suas Coordenadorias (Políticas para Mulheres e Políticas de Promoção da Igualdade Racial), com a responsabilidade de coordenar Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- b. Estabelecer as formas e condições pelas quais os partícipes reunirão seus esforços, para a realização conjunta de atividades, programas e projetos de desenvolvimento institucional, político, econômico, cultural, social, científico e tecnológico, nas áreas de políticas de promoção da igualdade racial, por meio de cooperações, intercâmbios e trabalhos de interesse social;
- c. Promover ações e atividades que contribuam para a elaboração de diagnóstico da condição de vida, do acesso a bens públicos, da situação fundiária, do perfil econômico, entre outros;

- d. Empreender esforços de mobilização da sociedade com vistas a internalizar valores que contribuam para o exercício da cidadania da população negra.
- e. Desenvolvimento de estudos, pesquisas, projetos e ações específicas de produção de serviços do interesse da população negra.
- f. Promover o fortalecimento da transversalidade para a promoção da igualdade racial nas políticas públicas do Município e do Estado.
- g. Desenvolver ações de formação continuada de professores e de capacitação de gestores públicos em educação e relações raciais, bem como viabilizar a publicação e distribuição de material didático e pedagógico sobre esta temática.
- h. Nomear, de seus respectivos quadros, uma equipe de cooperação, com coordenador responsável pela elaboração e acompanhamento dos planos de trabalho, bem como de todo tipo de comunicação/solicitação dirigida em função do objeto ou das atividades emanadas do presente **TERMO DE ADESÃO**.
- i. Outros não relacionados, respeitados os limites da ética e da legislação.

CLAÚSULA TERCEIRA

3. FORMALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS

- 3.1. O presente **TERMO DE ADESÃO** não prevê o repasse de recursos financeiros entre as partes. Os contratos específicos que envolverem compromissos de desembolso financeiro de quaisquer das partes signatárias terão a sua operacionalização vinculada aos normativos próprios de cada uma das instituições, com definição prévia das condições de realização dos trabalhos e as atribuições e responsabilidades técnicas, administrativas e financeiras dos Contratantes, inclusive de terceiros participantes, investidos de funções executoras ou de outra natureza.
- 3.2. No Município a coordenação, o planejamento, a avaliação e a execução operacional e financeira das ações, projetos e programas serão

implementadas/executadas pela secretaria, coordenadoria, assessoria afins com a responsabilidade de coordenar Políticas de Promoção da Igualdade Racial. ;

3.3. As atividades serão detalhadas e formalizadas por meio de Instrumentos Específicos que poderão ter a forma de Contratos, Termos de Referência, de Parceria, Ordens de Serviços, Programas, Projetos, aprovados e assinados pelos órgãos partícipes;

3.4. A formalização do Instrumento Específico atenderá, dentro das possibilidades, à seguinte tramitação:

- a) As partes identificarão as motivações sociais e institucionais da atividade e, sendo verificado o mútuo interesse, darão prosseguimento às negociações, indicando seus objetivos gerais e específicos;
- b) Configurando o interesse, os partícipes trocarão as informações necessárias à elaboração de propostas, projetos, estudos ou esboços das atividades pretendidas;
- c) A minuta do Instrumento Específico será submetida à apreciação conjunta, para sua formalização.

3.5. Os Instrumentos Específicos e seus eventuais desdobramentos poderão descrever e/ou alterar os itens necessários e definirão a forma e condições das atividades e parcerias a serem realizadas e deverão conter, sempre que couber, os seguintes itens:

- a) Os partícipes e a forma de atuação correspondente;
- b) Possibilidades de novos intervenientes;
- c) A clientela e o objeto das atividades;
- d) Requisitos técnicos, administrativos e de suporte necessários;
- e) Custos, recursos, suas fontes e formas de reajuste, ressarcimento, repasse, transferência, pagamento ou recolhimento, entre os partícipes e, eventualmente, terceiros;
- f) Prazos e datas;
- g) Cronograma físico e financeiro;
- h) Descrição das etapas do trabalho, resultados a serem alcançados e forma de realização;
- i) Natureza dos relatórios e das prestações de contas, indicadores de desempenho e controle;

- j) Propriedade intelectual;
- k) Sigilo, uso e divulgação de documentos, informações, programas, componentes, equipamentos e demais bens ou elementos postos à disposição das partes;
- l) Outros dados e informações que se fizerem necessários para a perfeita execução do trabalho, ao cumprimento da legislação, normas e regulamentos.

3.6. Dependendo da natureza das atividades desenvolvidas em cooperação bilateral, poderão ser dispensados alguns dos itens acima relacionados, respeitados os dispositivos legais.

CLAÚSULA QUARTA

4. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

4.1. Na execução deste **TERMO DE ADESÃO** os partícipes comprometem-se a:

- a) Executar as atividades conforme as condições estipuladas nos instrumentos específicos;
- b) Fornecer ou colocar à disposição da outra parte, cópia da documentação pertinente;
- c) Transmitir à outra parte, com máxima presteza, todas as informações necessárias ao bom andamento das atividades;
- d) Refazer ou corrigir, às suas expensas, nos prazos acordados, as atividades de sua responsabilidade que tenham sido por elas comprovadamente executadas com erro ou imperfeição técnica, pelo que sua responsabilidade fica limitada ao custo daquele refazimento ou correção local.
- e) Manter, custodiar e utilizar, dados e informações na forma e condições estabelecidas, respeitando sigilo e propriedade intelectual.
- f) Realizar outras atividades que sejam especificadas, dentro das respectivas possibilidades.
- g) Atuar em parceria no planejamento, implantação, acompanhamento e avaliação do objeto deste Termo, zelando pela boa qualidade das ações.
- h) Garantir articulação e apoio junto a organismos de sua área de competência, visando a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

- 4.2. Cada parte é responsável por quaisquer erros ou imperfeições que efetivar ou provocar em decorrência de documentos, dados e recursos que fornecer, gerenciar ou utilizar, diretamente ou por terceiros com ela relacionados, não podendo ser imputada à outra parte, qualquer responsabilidade por eventuais violações de legislação, marcas, patentes ou quaisquer outros direitos.

CLAÚSULA QUINTA

5. REGULARIZAÇÃO E DA DENÚNCIA

- 5.1. Na hipótese de divergência ou não atendimento às cláusulas deste **TERMO DE ADESÃO** o responsável será notificado por escrito, dispondo de 30 dias contados da notificação para a correção do ato.
- 5.2. Não havendo regularização no prazo estabelecido no item 5.1 desta cláusula, o presente instrumento será considerado automaticamente rescindido.
- 5.3. O presente **TERMO DE ADESÃO** poderá ser denunciado, sem ônus para os Partícipes, mediante expressa notificação, com antecedência mínima de 02 (dois) meses, sem prejuízo às ações e atividades em desenvolvimento.

CLAÚSULA SEXTA

6. PÚBLICAÇÃO

- 6.1. A SEPIR providenciará publicação no Diário Oficial da União, do extrato do presente **TERMO DE ADESÃO**, no prazo e na forma do art. 61, parágrafo único da Lei. N.º 8.666/93.

CLAÚSULA SÉTIMA

7. VIGÊNCIA

7.1 O presente Termo de Adesão terá vigência, a partir da data de sua assinatura, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado mediante manifestação escrita das partes.

CLAÚSULA OITAVA

8. ALTERAÇÃO, DO DISTRATO E DA RESCISÃO.

Este Termo de Adesão poderá ser alterado por meio de termo aditivo, denunciado por acordo entre as partes, mediante a notificação prévia, com antecedência de trinta dias, ou rescindido por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou por força de norma que o torne inexecutível.

CLAÚSULA NONA

9. FORO

Os casos omissos do presente Termo de Adesão serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo e para as quais não sobrevier acordo amigável, serão submetidas ao Advogado-Geral da União, na competência que lhe confere o art. 4º, XI, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

E por estarem assim ajustados e de pleno acordo, assinam o presente Acordo de Cooperação, os titulares da SEPPIR e da Prefeitura Municipal de....., em 2 (duas) vias de igual teor e valia, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Brasília, ____ de de 2009.